

Cláudia Regina Bonalume

O LAZER DAS MULHERES NA MESA DE NEGOCIAÇÕES:
cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Cláudia Regina Bonalume

**O LAZER DAS MULHERES NA MESA DE NEGOCIAÇÕES:
cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras**

Pesquisa final apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, do Curso de Doutorado da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito final à obtenção do título de Doutora em Estudos do Lazer.

Linha de pesquisa: Formação, Atuação Profissional e Políticas de Lazer.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama

Belo Horizonte
2020

<p>B732e 2019</p>	<p>Bonalume, Cláudia Regina O lazer das mulheres na mesa de negociações: cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras. [manuscrito] / Cláudia Regina Bonalume – 2020. 271 f., enc.: il.</p> <p>Orientador: Helder Ferreira Isayama</p> <p>Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.</p> <p>Bibliografia: f. 242-269</p> <p>1. Lazer – Teses. 2. Mulheres – Teses. 4. Feminismo – Teses. I. Isayama, Helder Ferreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 379.8</p>
-----------------------	--

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Danilo Francisco de Souza Lage, CRB 6: n° 3132, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

“Mulheres são como águas, crescem quando se juntam”
(PEREIRA, 2018, *on-line*).



Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer
Email: ppgiel@eeffto.ufmg.br Telefone: (31) 3409-2335



**ATA DA 62ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO
CLÁUDIA REGINA BONALUME**

Às 13h30min do dia 13 de novembro de 2020 reuniu-se de forma virtual (via videoconferência pela plataforma “Google Meeting”) a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa para julgar, em exame final, o trabalho “O LAZER DAS MULHERES NA MESA DE NEGOCIAÇÕES: cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras”, requisito final para a obtenção do Grau de Doutora em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. HELDER FERREIRA ISAYAMA, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovada	Reprovada
Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama (Orientador)	X	
Profa. Dra. Christianne Luce Gomes (UFMG)	X	
Profa. Dra. Leila Mirtes S. de Magalhaes Pinto (UFMG)	X	
Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista (Universidade de Aveiro - Portugal)	X	
Profa. Dra. Silvana Vilodre Goellner (UFRGS)	X	

Após as indicações a candidata foi considerada: **Aprovada**

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para a candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2020.

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama _____

Profa. Dra. Christianne Luce Gomes _____

Profa. Dra. Leila Mirtes Santos de Magalhaes Pinto _____

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista _____

Profa. Dra. Silvana Vilodre Goellner _____

AGRADECIMENTOS

Agradecer e abraçar

Maria Bethânia

Abracei o mar na lua cheia, abracei
Abracei o mar
Abracei o mar na lua cheia, abracei
Abracei o mar
Escolhi melhor os pensamentos, pensei
Abracei o mar
É festa no céu, é lua cheia, sonhei
Abracei o mar
E, na hora marcada,
Dona alvorada chegou para se banhar
E nada pediu, cantou para o mar (e nada pediu)
Conversou com o mar (e nada pediu)
E o dia sorriu
Uma dúzia de rosas, cheiro de alfazema,
Presentes eu fui levar
E nada pedi, entreguei ao mar (e nada pedi)
Me molhei no mar (e nada pedi)
Só agradeci.

Parafraseando Maria Bethânia,

AGRADECER E ABRAÇAR:

Ao universo, por ter-me como parte sua e, na hora marcada, fazer surgir a alvorada.

Só agradecer!

Ao cerrado de Brasília, às montanhas e à Zona da Mata de Minas, à Serra Gaúcha e ao mar de Santa Catarina, por onde andei abraçando o mar na lua cheia para, ouvindo o canto dos pássaros, escolher melhor os pensamentos, pensar.

Só agradecer!

Às gerações de mulheres, que me antecederam nesta jornada, que sonharam e agiram para que aquelas que estão comigo agora, na figura da minha mãe, Jacira, pudessem agradecer, ainda não sem nada pedir.

À Justina Onzi cuja partida precoce ainda dói em mim e, na mulher que ela foi, a todas as mulheres que lutaram para que eu hoje pudesse cantar para o mar.

Só agradecer!

Aos (poucos) homens, como meu pai, Alcino e meu companheiro, Itamar, que, apesar de viverem em uma sociedade machista e patriarcal, não tentaram me impedir de abraçar o mar e ver o dia sorrir.

Só agradecer!

Às oportunidades de lazer, de trabalho, de caminhar que a vida me apresentou e que fui capaz de reconhecer, experimentar, explorar e entregar ao mar.

Só agradecer!

Ao meu orientador, Helder, professores(as) e colegas da UFMG e de outras instituições, às(aos) parceiras(os) do Oricolé, dúzias de rosas, cheiro de alfazema, que comigo se molharam no mar de desafios.

Só agradecer!

Às amigas e aos amigos de vida que comigo sonham com uma alvorada para se banhar.

Só agradecer!

Às mulheres da MMM, da AMB, da UBM, da CUT, da CONTAG e da UNE, à Flora, à Loreta, à Dora, à Helenira, à Margarida e à Margarida do Campo, que nada pediram, e cantaram para o mar.

Só agradecer!

Às mulheres da minha banca, Maria Manuel Baptista, Silvana Goellner, Leila Mirtes S. Magalhães Pinto, Christianne Luce Gomes, Denise Falcão, Cáthia Alves, que gentilmente me escutaram cantar para o mar, conversar com o mar.

Só agradecer!

Cantei para o mar e, em tempos de abraços escassos, abracei o mar e o dia sorriu, entrego este trabalho, sem nada a pedir, só agradecer. É festa no céu, é lua cheia.

RESUMO

Esta investigação faz um mergulho no agenciamento que trata do lazer em movimentos sociais que defendem direitos das mulheres brasileiras, aqui representados pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), pela Marcha Mundial de Mulheres (MMM), pela União Brasileira de Mulheres (UBM) e pelos setores que representam as mulheres da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), com o objetivo de cartografar os territórios que compõem possíveis relações entre mulheres e lazer na pauta desses movimentos. A metodologia adotada para a construção do conhecimento utiliza-se da pesquisa bibliográfica, da análise documental – que, além dos seis movimentos, envolveu as conferências e os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres – e das narrativas das lideranças dos Movimentos Feministas participantes da pesquisa, obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas. A apresentação final do trabalho remete a uma mesa de negociações de pautas, organizada com rodada de apresentações, análise de conjuntura, ordem do dia, carta do encontro e avaliação. As relações estabelecidas partem das dificuldades enfrentadas pelo lazer para compor as pautas dos movimentos sociais, das conferências e dos planos. As conexões entre o referencial bibliográfico, a análise documental e as narrativas das lideranças apontam para aspectos macro e micropolíticos que contribuem para essas dificuldades e compõem a cartografia empreendida. Tais aspectos relacionam a ausência do lazer e a forma como, por vezes, ele se faz presente na vida das mulheres a questões como: o lugar e o papel da mulher na sociedade; a amplitude dos marcadores identitários que constitui o segmento mulheres; as jornadas de trabalho vividas pela maior parte delas; o cuidado para com os/as outros/as tomando o tempo e o espaço do cuidado de si; o excesso de preocupações imposto pelas responsabilidades assumidas; a amplitude, complexidade e subjetividade que envolvem a temática do lazer; o espaço público como espaço pensado por uma lógica masculina e excludente; a mercantilização do lazer interferindo no sentido e nas possibilidades de acesso e o não reconhecimento do lazer como direito. Como desafio, me propus, ainda, a estabelecer esboços que criam linhas para um novo agenciamento que levaria a um possível devir de lazer feminista.

Palavras-chave: Mulheres. Lazer. Movimentos Sociais. Movimentos Feministas. Cartografia

ABSTRACT

This investigation delved into the assemblage of leisure within social movements that defend Brazilian women's rights, here represented by the Brazilian Women Articulation (Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB), the World March of Women (WMM), the Union of Brazilian Women (União Brasileira de Mulheres – UBM) and by specific secretariats dedicated to women in the National Confederation of Agricultural Workers (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG), the Unified Workers' Central (Central Única dos Trabalhadores – CUT) and the National Union of Students (União Nacional dos Estudantes – UNE). The objective of this research was to map a cartography of the territory analyzing the relationship between women and leisure in the agenda of the aforementioned social movements. The methodology adopted was the bibliographic research, the document analysis (which, in addition to the documentation provided by the six movements, involved the conferences and the National Plan of Policies for Women) and the narratives of the leaders of the Feminist Movements, obtained through semi-structured interviews. The final presentation of the work refers to a negotiating table where agendas are discussed through a round of presentations, conjunctural analysis, daily order, letter of the meeting and evaluation. The relationship was established through the difficulties of placing leisure in the social movements' agendas, conferences and plans. The connections between our theoretical background, the document analysis and the narratives of the leaders indicate that macro and micropolitical aspects contribute to these difficulties and offer subsidies to map the cartography of the territory. Such aspects are related to the absence of leisure and, at some times, to the way leisure is understood in women's lives through discussions around: the place and the role of women in society; the amplitude of the identity markers that constitute the segment of women; the working hours experienced by most of women; the time spent taking care of others, which takes time and space for self-care; the excess of concerns imposed by the assumed responsibilities; the amplitude, complexity and subjectivity around the theme “leisure”; the public sphere, with its male and excluding logic; the commercialization of leisure, which interfere in the possibilities of access; and the non-recognition of leisure as a right. As a challenge, I have established an outline that proposes a new assemblage that might lead to a possible becoming of a feminist leisure.

Keywords: Women. Leisure. Social Movements. Feminist Movements. Cartography.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABMCJ – Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica
- ALCA - Área de Livre-Comércio das Américas
- AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CA – Centro Acadêmico
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica
- CBF – Confederação Brasileira de Futebol
- CEDAW – *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women/*
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CMIG/ MSGI – Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero/ *Minimum Set of Gender Indicators*
- CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- CONEB – Conselho Nacional de Entidades de Base
- CONEG – Conselho Nacional de Entidades Gerais
- CONUNE – Congresso Nacional da UNE
- COEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- COMUNE – Congresso da UNE
- CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
- CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
- CUCA – Circuito Universitário de Cultura e Arte
- CUT– Central Única dos Trabalhadores
- DA – Diretório Acadêmico
- DCE – Diretório Central de Estudantes
- DF – Distrito Federal
- DIESPORTE – Diagnóstico Nacional do Esporte
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EEFFTO – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

EME – Encontro de Mulheres Estudantes

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICATUS – Sistema de Classificação Internacional de Atividades para as Estatísticas de Uso do Tempo/*International Classification of Activities for Time Use Statistics*

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LAI – Lei de Acesso à Informação

LBL – Liga Brasileira de Lésbicas

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

MG – Minas Gerais

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MST – Movimento dos Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

OAB – Organização dos Advogados do Brasil

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

OP-CEDAW – Protocolo Adicional ou Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

Oricolé – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer

PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PE – Pernambuco

PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade

PIB – Produto Interno Bruto

PJ – Pastoral da Juventude

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PST – Programa Segundo Tempo

ME – Pesquisa Mensal de Emprego

OP – Orçamento Participativo

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PPA – Plano Plurianual

PPGIEL – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer

PT – Partido dos Trabalhadores

RNFS – Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e Sexuais

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social

SMTR – Secretaria das Mulheres Trabalhadoras Rurais

SNMT – Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora

SNPM – Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUS – Sistema Único de Saúde

UBM – União Brasileira de Mulheres

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UJS – União da Juventude Socialista

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNSC – *United Nations Statistical Commission*

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- CATEGORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO GRUPO “A”.45

GRÁFICO 2- O LAZER NAS CONFERÊNCIAS E PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES194

SUMÁRIO

PARTE I: RODADA DE APRESENTAÇÕES	16
1.1 DA PAUTA: AS QUESTÕES, OS OBJETIVOS E AS MOTIVAÇÕES DO ENCONTRO	16
1.2 DO PERCURSO METODOLÓGICO	21
1.3 DA MEDIADORA	38
1.4 DAS PARTICIPAÇÕES NO ENCONTRO	41
PARTE II: REFLEXÕES SOBRE A CONJUNTURA	57
2.1 MULHER UM SUJEITO POLÍTICO.....	57
2.1.1 “Porque as mulheres são múltiplas” (LORETA).....	61
2.1.2 “A gente enfrenta o patriarcado como sistema, não como uma prática do cotidiano” (FLORA)	65
2.1.3 “Os únicos espaços públicos ‘permitidos’ são a igreja e o Posto de Saúde” (DORA)	70
2.1.4 “Nós trabalhamos demais e temos direitos de menos” (FLORA)	72
2.1.5 “Quero ser livre, livre dessa violência que eu tô sentido” (MARGARIDA DO CAMPO).....	84
2.1.6 “A gente não foi criada pra ser feliz, a gente foi criada para servir” (LORETA)	88
2.1.7 “O nosso lugar de fala é de compartilhar com os homens os espaços de poder” (MARGARIDA)	91
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E DE MULHERES.....	96
2.2.1 “Já existiam algumas iniciativas de mulheres que tinham a ver com a vontade de organizar” (LORETA) ..	101
2.2.2 “Uma série de movimentos nascem nesse processo (redemocratização)” (LORETA)	113
2.2.3 “Têm fraquezas no nosso campo dos Movimentos Sociais” (FLORA)	122
2.2.4 “Só existe Movimento Feminista porque a gente resistiu” (FLORA)	126
PARTE III: ORDEM DO DIA.....	133
3.1 O LAZER NO DIA A DIA DAS MULHERES.....	134
3.1.1 “Ele (o lazer) é uma realidade muito, muito, muito, muito distante para a maioria de nós, mulheres” (FLORA).	136
3.1.2 “Até o lazer elas enxergam associado à família” (DORA)	140
3.1.3 “É possível um lazer pleno com preocupação?” (FLORA).....	142
3.1.4 “Você vai conseguir relacionar isso com uma série de outras coisas que tem a ver com a gente” (LORETA)	144
3.1.5 “Lazer, pra mim, pode ser o samba e a cerveja; e para você, uma voltinha no Ibirapuera” (LORETA)	148
3.1.6 “Não tem a ver só com o lazer delas, tem a ver com um posicionamento político ‘eu vou jogar meu futebol’” (LORETA).....	157
3.2 O LAZER ENTRE AS REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS DE MULHERES	161
3.2.1 “É mais político e mais legítimo reivindicar trabalho do que lazer” (FLORA).....	162
3.2.2 “Temos pouca reflexão sobre lazer, temos muita reflexão sobre o trabalho que retira o tempo para o lazer” (FLORA)	175
3.2.3 “Não transforma isso (o lazer vivenciado nas atividades dos movimentos) em reivindicação” (DORA).....	178

3.3 ESPECIFICIDADES QUE CRIAM BARREIRAS AO LAZER DAS MULHERES	182
3.3.1 <i>“Esse processo de reprodução da vida é o que sustenta o capitalismo” (DORA)</i>	<i>183</i>
3.3.2 <i>“As mulheres não só têm pouco tempo, como não tem corpo para viver o pouco tempo que têm” (FLORA).</i>	<i>188</i>
3.3.3 <i>“Essa construção subjetiva dificulta até que a gente exija um tempo só para si como algo legítimo” (FLORA)</i>	<i>193</i>
3.3.4 <i>“Não tem uma cultura do boteco, com os amigos, no sábado” (LORETA).....</i>	<i>197</i>
3.3.5 <i>“Tem a ver com o pouco acúmulo desse debate, do ponto de vista da política pública” (FLORA)</i>	<i>205</i>
3.3.6 <i>“Como usar espaço público sem ser assediada?” (Helenira)</i>	<i>215</i>
PARTE IV: CARTA DO ENCONTRO – MANIFESTO PELO DEVIR DE UM LAZER FEMINISTA.....	222
PARTE V: AVALIANDO O ENCONTRO.....	238
APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	270

PARTE I: RODADA DE APRESENTAÇÕES

Prezadas e prezados, sejam todas e todos bem-vindas e bem-vindos. Inicialmente eu gostaria de agradecer a cada uma das mulheres que dedicou sua atenção e seu tempo para que pudéssemos estar nesta mesa de negociações. A proposta foi empreender um estudo acerca dos territórios que compõem a possível relação entre mulheres e lazer na pauta de seis movimentos sociais brasileiros que defendem direitos das mulheres.

Tenho a satisfação de trabalhar aqui com a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Confederação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Vou percorrer as trilhas que levam pelos diversos caminhos por onde esses movimentos atuam, buscando neles pistas que abordem a temática do lazer, passando por materiais produzidos individual e coletivamente e pelas falas de uma liderança de cada um deles. Percorrendo esses caminhos e seguindo essas pistas, vou tecer redes com vistas a identificar territórios que compõem o dever da relação mulheres e lazer neste plano.

Não tenho a pretensão de encontrar respostas, dualidades, fazer comparações entre os movimentos ou construir generalizações. Vou mirar a multiplicidade de possibilidades que a relação mulheres e lazer for tecendo, atenta às resistências e potencialidades que forem se revelando. Para tal, o encontro será dividido em quatro partes. Na primeira, farei uma contextualização do encontro e a rodada de apresentações, a seguir, analisarei a conjuntura, tratarei da ordem do dia, elaborarei a carta do encontro para submetê-la à aprovação e finalizarei com uma avaliação. Passo, então, à contextualização.

1.1 Da pauta: as questões, os objetivos e as motivações do encontro

Ao trazer uma abordagem que envolve o lazer e as mulheres, estou direcionando a reflexão ao segmento social que contempla mais da metade da população brasileira, com especificidades, histórias, conquistas, preocupações, lutas e anseios diversificados, considerando atravessamentos identitários, como classe, raça, sexualidade, profissão e idade. Essas especificidades, características e questões são pertinentes, também, à relação entre as mulheres e o lazer. Apesar de as diversas temáticas feministas já terem avançado significativamente, Pedro (2018) chama a atenção para a invisibilidade ideológica presente em alguns campos da vida das mulheres, entre os quais nos interessa saber como se situa o lazer.

Conceber direitos à mulher, enquanto mais um segmento social, considerado de maneira abstrata e ideal, certamente é mais simples que pensá-lo para as mulheres com vidas cotidianas repletas de especificidades, de demandas ainda latentes, frutos da cultura de uma sociedade de classes, organizada sobre bases que têm como norma e como modelo o homem branco e jovem. A luta para enfrentar este cenário demanda vontade política, amparo legal e, principalmente, mudança de modelos, hábitos, mentalidades e culturas.

O plano de ação política e a agenda dos Movimentos de Mulheres comportam temáticas cuja legitimidade social é diversa. As questões que compõem esse plano se constroem a partir de problemas visíveis e reconhecidos, mas também nos níveis imaginário e simbólico, desdobrando-se em esferas específicas, tais como: espaço público e espaço privado; violência (geral, doméstica e no trabalho); direitos sexuais; direitos reprodutivos; mercado de trabalho; educação; participação política; maternidade; saúde da mulher; e outras. Algumas destas esferas, a exemplo dos direitos reprodutivos, encontram mais resistência, por não gozarem de plena legitimidade social nem terem a mesma capacidade de compor políticas públicas. E o lazer, estaria neste mesmo grupo?

Saio à procura de pistas sobre esta questão, iniciando pelo meu território atual, o ambiente acadêmico. Nos resumos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), realizei uma busca inicial pelos termos “mulheres” e “direitos”, a qual indicou 2.518 (dois mil, quinhentos e dezoito) trabalhos. Quando incluí como terceiro termo o “lazer”, este número caiu para 36 (trinta e seis) e, ao buscar por “mulheres, lazer e Movimentos Sociais” encontrei 21 (vinte e um) trabalhos, somente. Uma breve análise destes últimos mostrou que as pesquisas realizadas estão direcionadas a um ou mais dos seguintes recortes: locais específicos (cidades, por exemplo); determinados grupos (como jovens, idosas, trabalhadoras rurais); o lazer entre um rol de direitos e não como foco; e a mulher como um dos diversos marcadores identitários tratados. Estes resultados me permitem assumir a premissa de que há espaço e demanda para análises acerca da relação das mulheres e a busca por elas pelo direito ao lazer.

Tendo presente o pressuposto de que a escassez de estudos acerca da relação em pauta pudesse representar um espelho do que tem ocorrido na sociedade, ou seja, que as reivindicações por lazer, por parte das próprias mulheres, tendam a ficar em segundo plano, busquei alguns marcos legais, documentos e publicações que pautassem as lutas femininas por direitos.

Iniciei a análise pela Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1986, realizada com a incumbência de discutir e propor a Constituição da República Federativa do Brasil de

1988 (BRASIL, 1988). Fizeram parte do grupo de parlamentares constituintes 26 (vinte e seis) mulheres (cinco vírgula três por cento do total de parlamentares)¹. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com o envolvimento de organizações de trabalhadoras rurais, domésticas, centrais sindicais, associações profissionais, grupos feministas e Movimentos Sociais de todo o país, organizou um Movimento de Mulheres apelidado de “*Lobby do Batom*” que elaborou e apresentou a “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, contendo as demandas do segmento (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER, 1986, *on-line*).

A abordagem dos problemas, no referido documento, conjugou gênero, classe, raça e sexualidade quanto à defesa de pautas relacionadas à família, ao trabalho, ao combate à violência, à promoção da saúde, da educação, da cultura e relacionadas às questões nacionais e internacionais. Não houve menção ao tempo livre ou ao lazer, nem mesmo na temática da cultura que teve foco no respeito às diferenças.

Contudo, a Constituição federal (BRASIL, 1988), conhecida como Constituição Cidadã, representou um marco normativo igualitário para mulheres e homens. O *caput* do art. 5º afirmou que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988). O inciso I do mesmo artigo estabeleceu que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (*idem*). Ou seja, a legislação não apenas afirmou uma igualdade genérica, como definiu a igualdade entre homens e mulheres como merecedora de menção específica. No âmbito da relação conjugal, reconheceu a violência intrafamiliar como questão de Estado e afirmou o direito à livre escolha no âmbito da reprodução. Avançou na garantia de direitos específicos, na esfera do trabalho, incluindo o trabalho doméstico e a previdência da mulher rural.

Tendo analisado um recorte em pesquisas acadêmicas e outro no marco legal, busquei, então, publicações do campo feminista. Optei pelo “Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade”² (SCHUMA; BRAZIL, 2000), por resultar de uma pesquisa histórica, vinculada ao projeto “Mulher 500 anos Atrás dos Panos”³ que reúne um número considerável de mulheres.

1 “Em 1986, foram eleitas 26 mulheres para a Câmara dos Deputados de 16 estados brasileiros, de um total de 166 candidatas. São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas elegeram o maior número delas: 3 representantes cada um. Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo e Rondônia, duas deputadas cada. E Acre, Amapá, Ceará, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima, uma deputada cada. A novidade representou um aumento de 1,9 % para 5,3% da representação feminina no Parlamento” (MONTEIRO, 2018, *on-line*).

2 Apesar da menção “dias atuais”, a publicação alcança até o ano de 1975. De lá para cá, tem estado em atualização. Mesmo com a limitação temporal, tendo em vista envolver mais de novecentas feministas, entendo ser ela representativa.

3 “O projeto “Mulher 500 Anos Atrás dos Panos” faz parte do Programa Pesquisa e Documentação da REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano (www.redeh.org.br). Foi lançado em 1997, com o propósito de contribuir para

O trabalho se propõe a refletir acerca de quem foram as mulheres que se destacaram nos 500 anos de história do Brasil, como viveram e como sucederam suas lutas. Para tal, foram selecionadas mulheres com relevância na trajetória de vida para a história do país, personagens que contribuíram de alguma forma para a transformação social. Foram cerca de 900 (novecentos) verbetes de mulheres que atenderam aos critérios, entre os anos de 1500 e 1975, com dados biográficos, temáticos, pessoais, fatos e processos sociais relativos a elas. Dentre as informações disponibilizadas, busquei referências ao lazer, incluindo, além do termo em si, expressões afetivas, como “descanso”, “tempo livre”, “tempo para si”, “divertimento”, “recreação”, “diversão”, “ócio”, “distração”, “entretenimento”, “repouso” e “folga”. Entre as novecentas mulheres, apenas em três constavam algumas referências que contemplavam a temática em questão, como exposto a seguir.

Laudelina de Campos Melo (1904-1991), líder sindical negra, nascida em Poços de Caldas, Minas Gerais (MG), atuou no ramo do trabalho doméstico e, entre suas ações, integrou o Movimento Negro de Campinas, promovendo atividades sociais e culturais que visavam elevar a autoestima da juventude negra, tendo organizado grupos de teatro e dança. Realizou um baile de debutantes para moças negras, o qual teria motivado outras promoções culturais que conjugavam lazer e conscientização política, como o Baile Pérola Negra, no Teatro Municipal de Campinas (SCHUMA; BRAZIL, 2000).

Teresa Fabri (séc. XX) e Teresa Maria Carini (1863-1951) estão citadas na publicação como ativistas políticas, militantes anarquistas que, entre suas diversas ações, assinaram um apelo à união das costureiras, publicado em sucessivas edições do jornal “A Terra Livre”, em 1906, no qual conclamavam estas mulheres a se unirem em defesa: de melhores condições de trabalho; da redução da jornada diária; de mais lazer; e de acesso à educação.

E nós também queremos as nossas horas de descanso para dedicarmos alguns momentos à leitura, ao estudo, porque, quanto à instrução, temos bem pouca; e se esta situação continua, seremos sempre, pela nossa inconsciência, simples máquinas humanas manobradas à vontade pelos mais cúpidos assassinos e ladrões. Como se pode ler um livro, quando se vai para o trabalho às 7 da manhã e se volta para casa às 11 da noite? Das 24 horas, só nos ficam 8 de repouso, que nem bastam para recuperar no sono as forças exaustas! Nós não temos horizontes, ou antes, temos um horizonte sem luz: nascemos para que nos explorem e para morrer nas trevas como brutos (ROXO E NEGRO, 2019, *on-line*).

Se, em 1906, a reivindicação das mulheres já era por tempo para ler e descansar, com um possível vínculo ao lazer, teríamos, nos mais de cem anos que se passaram, avançado na

conquista deste tempo? Como seriam as demandas atuais relacionadas a ele? Acreditando que lugar de mulher é, também, no lazer e que cabe à academia contribuir para que esta relação não fique invisível, apresentei este estudo para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL), da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Meu objetivo era o de cartografar os territórios que compõem possíveis relações entre mulheres e lazer na pauta de Movimentos Sociais brasileiros que defendem direitos das mulheres. Para dar condições de reflexividade a esta relação, era preciso reunir ideias que, posteriormente, seriam desmontadas, esmiuçadas, questionadas, expostas e reconstruídas. Passei⁴, então, a criar informações e dados, conversar com eles e dialogá-los com o referencial bibliográfico, tendo presentes questões, tais como: quais elementos da cultura, enquanto construção de sentidos, podem ser identificados transversalizando as relações mulheres e lazer, no contexto em questão?; sob o prisma da identidade cultural de gênero, que pistas nos levam aos lugares do lazer entre os direitos demandados pelas mulheres?; que significados possíveis podemos extrair dos fluxos de visibilidade e invisibilidade do direito ao lazer na cartografia empreendida?; é possível mapear elementos de poder, da política e de resistência nas redes construídas para compreender a relação das mulheres com o lazer?; como a comunidade discursiva que compõe os Movimentos Sociais de direitos das mulheres elabora a identificação das mulheres com o direito ao lazer?

O caminho percorrido para chegar a este momento do nosso encontro buscou: compreender os regimes de verdade⁵ acerca do lazer das mulheres, seguindo as pistas presentes no contexto das resoluções, nos planos de políticas para as mulheres, nas pautas dos Movimentos Sociais selecionados, bem como nas falas de suas lideranças; mapear elementos da cultura, enquanto construção de sentidos, que conectam, desconectam e transversalizam a relação mulheres e lazer, no contexto analisado; identificar significados possíveis de ser extraídos dos fluxos de visibilidade e invisibilidade do direito ao lazer na cartografia empreendida; ziguezaguear pelos elementos de poder e da política percebidos nas redes construídas para produzir a relação mulheres e lazer; e construir o mapa das resistências e das

4 Optei por escrever a tese na primeira pessoa do singular por entender que isto fez parte do processo de construção do meu “eu” durante a pesquisa. No entanto, em determinados momentos, utilizei no texto a primeira pessoa do plural, com o intuito de contemplar as mulheres que direta e/ou indiretamente contribuíram para a construção deste trabalho. Da mesma forma, alternei a referência às mulheres entre a primeira e a terceira pessoa do plural, procurando dar visibilidade às identificações que fui elaborando no decorrer da escrita. Isso porque, em determinados momentos, senti necessidade de desempenhar um papel de mediadora participante.

5 Trato a verdade, como sugere Paraíso (2014), enquanto uma invenção, uma criação exposta pelos discursos, com uma função produtiva naquilo que dizem, mostram, incluem e excluem.

potencialidades percebidas, no sentido de intervir para a possível elaboração da ideia de um lazer feminista⁶.

1.2 Do percurso metodológico

Tendo em vista o objeto de estudo, as questões colocadas e os objetivos estabelecidos, identifico a pesquisa no plano pós-estruturalista. Bauman (2003), em seu livro “Modernidade Líquida”, trata este devir contínuo como a dissolução das certezas. Não há mais princípios universais contra ou pelos quais lutar. As organizações são transitórias e reféns dos objetos passageiros que compõem o jogo da individualidade, o qual gera envolvimento pontuais e temporários, resultando em poucos e frágeis laços. Nesta conjuntura perde-se a ilusão de uma sociedade ideal a ser alcançada, assim como de um ideal de lazer nas pautas dos Movimentos Sociais das mulheres.

Um estudo pós-estruturalista não nega outros, mas questiona e transforma princípios teóricos, a exemplo das ideias binárias como fontes de verdade e do descentramento da compreensão de sujeito (AGUILAR; GONÇALVES, 2017, p.36). “O que dizemos sobre as coisas nem são as próprias coisas (como imagina o pensamento mágico), nem são uma representação das coisas (como imagina o pensamento moderno); ao falarmos sobre as coisas nós as constituímos” (VEIGA NETO, 2002, p.31). Assim, o autor corrobora com a ideia de que o objetivo de uma pesquisa pós-estruturalista não é saber se uma realidade existe e qual a verdade sobre ela, e sim buscar saber como se pensa a realidade, representada pela linguagem.

Enveredando por este plano, encontrei os Estudos Culturais, defendendo que a linguagem (em sentido amplo) ocupa um lugar central nos processos de produção das relações estabelecidas pela cultura entre corpo, sujeito, conhecimento e poder (HALL, 1997). A cultura representa um campo de luta e contestação que favorece a produção dos sentidos e dos sujeitos que, por sua vez, fazem com que cada grupo social tenha suas especificidades e seja singular. Assim somos nós, participantes deste encontro.

Trata-se de uma forma de ver a cultura, enquanto prática diária, maneira de fazer as coisas, o que Hall (1997) afirma ser um discurso, um modo de construir sentidos, que influencia e organiza tanto as nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmas, mulheres. Então, mais que conhecer as condições de trabalho para compreender a sociedade, é preciso

6 Corroborando com a canção “Enquanto houver sol” que diz que “é caminhando que se faz o caminho” (BRITTO, 2003, on-line), na entrevista com Flora, surgiu uma reflexão em forma de pergunta que originou um novo fluxo na pesquisa. “Qual política de lazer feminista nós defenderíamos?” (FLORA).

atentar para a produção e para o consumo da cultura, percebida a partir de seus contextos históricos específicos (THOMPSON, 1998).

Esses contextos, nos quais as especificidades existem, não são algo dado a priori, mas resultam das relações de poder e, para serem entendidos, precisam ser desconstruídos e reconstruídos. A reconstrução e a intervenção demandam um mapeamento dessas relações que permita desarticulá-las e rearticulá-las. Pela inter-relação entre contexto, conhecimento e poder, os Estudos Culturais podem ser definidos como uma prática que “politiza a teoria e teoriza a política” (GROSSBERG, 1997a, p. 253).

Os objetos dos Estudos Culturais representam “um conjunto de relações entre práticas [textuais ou de outro tipo] mediadas por relações de poder e dispersas em determinado espaço social” (GROSSBERG, 1997a, p. 257). Alio a busca pelos efeitos das práticas e alianças discursivas, no contexto da relação mulheres, lazer e demandas de Movimentos Sociais, enquanto fenômeno deste campo de conhecimento. Grossberg (1997b) me orienta para o fato de que os Estudos Culturais podem ter como ponto de partida a cultura, mas precisam sair dela e alcançar as relações de poder (materiais e textuais) que constituem o contexto estudado.

Um dos fundadores dos Estudos Culturais britânicos, Stuart Hall, afirma que a cultura faz diferença na sociedade. Ele incentivou o desenvolvimento de investigações de práticas de resistência, de subculturas e de grupos historicamente excluídos, entre eles, o das mulheres. (ESCOSTEGUY, 2016).

Enveredar pelo pós-estruturalismo e nele pelos Estudos Culturais me desafia a abandonar a busca por respostas, por modelos ideais de demandas dos Movimentos de Mulheres em relação ao lazer, ou mesmo por uma eventual evolução linear dessas demandas. Ou seja, não preciso e não devo procurar padrões, pois entendo que eles não existem por si só, são parte de um contexto que é formado por aspectos diversos, entre eles, o poder cujas discussões são perpassadas pelo lugar ocupado pelos sujeitos.

Tais sujeitos são vistos como subjetividades fragmentadas, individualizadas e em construção permanente, portanto, não generalizáveis. Cada um dos Movimentos Sociais participantes desta pesquisa e, neles, cada uma das dirigentes mulheres entrevistadas carrega consigo especificidades constitutivas e mutáveis que o/a transformam em único/a, em formação contínua e não comparável com seus pares. O pressuposto de que um indivíduo é origem e centro do pensamento, senhor de suas reflexões e ações, é desconstruído pela noção de uma subjetividade nunca dada, mas sim em constante processo, constituída no entrelaçamento de poderes, saberes e vozes de autorreferência (GUATTARI, 1999).

Com o objetivo comum de dar voz a sujeitos coletivos que compõem a sociedade, os Estudos Culturais e o feminismo se aproximaram, nos anos de 1970, na Inglaterra. Inicialmente, construiu-se um discurso de afirmação da condição de ser mulher, o qual apontava que as mulheres, todas, sofriam com o patriarcado⁷ e, desta forma, viviam experiências em comum. Embora os estudos buscassem olhar para as subordinações e desigualdades entre mulheres e homens, “desestabilizando o determinismo biológico e deslocando o peso das determinações econômicas, ainda se fecham sobre um núcleo de atributos predeterminados, revelando uma carga unificadora e universalizante” (ESCOSTEGUY, 2016, p. 66). A autora sinaliza para o passo seguinte, no qual parte dos estudos passa a se aliar a outras formas de expressão cultural de resistência feminina que se articulam em torno da classe, da raça, da orientação sexual, do gênero, da escolaridade e de outros territórios de identificação, tensionando as posturas homogeneizantes e universalizantes.

Escosteguy (2016) indica que os Estudos Culturais favoreceram a abertura do feminismo, no âmbito pessoal e político, para questões, tais como: a identificação de problemáticas de estudo antes omitidas; a expansão da noção de poder, antes restrita à esfera pública, para a esfera privada; a revelação e a associação da categoria de poder às questões de gênero e sexualidade; a inclusão, na pauta, de temas acerca do subjetivo e do sujeito; a problematização das questões de identidade e subjetividade; o olhar para as aproximações e distanciamentos entre intenções e prática; e o reconhecer das resistências escondidas enquanto uma realidade.

Situada a pesquisa, faço menção aos caminhos que foram percorridos, os quais demandavam coerência com os pressupostos assumidos, e se iniciaram pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG⁸ e pelo convite e aceite dos seis movimentos participantes do estudo. Feito isto, as etapas metodológicas se deram em três momentos centrais e, na maior parte das vezes, concomitantes e transversais: 1. produção e coleta de dados, com ênfase ao produzir; 2. análise dos dados; 3. escrita do texto da tese. Como afirmam Barros e Kastrup (2015), a simultaneidade faz com que o trabalho aconteça em um movimento contínuo, desenhado pelo anterior e pelo que vem em seguida.

Empreendi, inicialmente, uma revisão bibliográfica que me permitiu elaborar um suporte na construção da abordagem ou na perspectiva teórica que seria utilizada. Neste

7 Parry (2015) afirma que, para as feministas, o patriarcado é um sistema social que vincula poder e privilégio, em diversas áreas, aos homens, deixando de fora as mulheres e os grupos de homens marginalizados, a exemplo dos *gays*, pobres, de outras raças etc.

8 Processo nº 98592918.1.0000.5149, deferido pelo Parecer nº 2.980.426.

momento, o desafio foi o de não incorrer no erro, apontado por Foucault (1983), de colocar a teoria como direcionadora da análise, mas sim de construir uma conceptualização prévia do problema a ser estudado, a partir das questões práticas colocadas para a pesquisa.

Paralelo a isto, no processo de construção do corpus da pesquisa, a mesa do encontro foi sendo forrada com documentos diversos, produzidos pelos Movimentos Sociais participantes desta investigação, individual ou coletivamente. O material foi obtido a partir de uma busca nos *sites* e páginas sociais de cada um deles⁹. São regimentos, estatutos, atas, planos, relatórios, cartas diversas (de princípios, de apoio, de repúdio, reivindicatórias e outras), revistas, cartilhas, proposições, notas, notícias, postagens, documentários, programações, plataformas, projetos, pesquisas, coletâneas e estudos acadêmicos, nos quais constam o histórico de cada um dos movimentos, as lutas, os posicionamentos diversos e as demandas.

Em relação à AMB, acessei o *site* (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011a; 2016)¹⁰, nos *links* de mobilização, documentos, notícias e a página do *Facebook*¹¹. Foram 32 (trinta e dois) documentos, além do monitoramento das postagens que foram sendo realizadas, de 2018 a 2020. Sobre a MMM, verifiquei que ela mantinha duas páginas nacionais¹² do movimento, além do *Facebook*¹³. Encontrei e analisei 220 (duzentos e vinte) materiais produzidos e divulgados por ela e acompanhei as postagens. Sobre a UBM, atestei que ela não tinha *site* específico na *internet*, fiz, então, uma busca pelo nome do movimento e identifiquei publicações em *sites* de terceiros¹⁴, além da página no *Facebook*¹⁵ e, com isto, cheguei a 98 (noventa e oito) materiais. Naveguei pelo *site* da CUT¹⁶ onde analisei as resoluções de 15 (quinze) congressos realizados, entre os anos de 1984 e 2017, e as duas plataformas elaboradas pelo movimento, em 2018, para as eleições presidenciais do Brasil, uma geral e uma específica das mulheres. No *site* da UNE¹⁷, encontrei e analisei documentos diversos, como o estatuto, as resoluções dos encontros, as edições, de 2001 a 2010, da publicação “Movimento: Revista da

9 Ressalto que, nas notas de rodapé que seguem, foram informados alguns dos endereços eletrônicos consultados (os registros completos foram feitos no caderno de anotações de pesquisa e constam no Apêndice II) e, nas referências bibliográficas da tese, foram registrados somente aqueles mais relevantes dentre os citados aqui.

10 Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br>>. Acesso de 10 nov. 2018 a 7 dez. 2018.

11 Disponível em: <<https://www.facebook.com/articulacaodemulheres/>>. Acesso de 12 mar. 2019 a 30 de jul. 2020.

12 Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br>>; <<https://marchamulheres.wordpress.com>>. Acesso de 20 dez. 2018 a 22 fev. 2019.

13 Disponível em: <<https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil/>>. Acesso de 20 dez. 2018 a 30 jul. 2020.

14 Disponível em: <<http://ubmcarioca.blogspot.com>> e <<https://www.cut.org.br/arquivos/congressos>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

15 Disponível em: <<https://www.facebook.com/ubmnacional/>>. Acesso de 15 fev. 2019 a 30 jul. 2020.

16 Disponível em: <<https://www.cut.org.br/arquivos/congressos>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

17 Disponível em <<https://une.org.br>>. Acesso de 10 abr. 2019 a 25 abr. 2019.

União Nacional dos Estudantes – UNE”¹⁸ e o livro “Praia do Flamengo, 132: histórias e memórias”, de Muller e Rezende (2012), chegando a 35 (trinta e cinco) materiais, além do acompanhar o *Facebook*¹⁹ do movimento. A CONTAG trazia em seu *site* o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS²⁰, como documento norteador da entidade, em atualização permanente. Além de analisá-lo, foquei na busca das publicações da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural (SMTR) cuja ação central se dava pela a Marcha das Margaridas²¹. Foram 43 (quarenta e três) documentos, incluindo os preparatórios e finais das seis marchas já realizadas, além do estudo do documento “Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta”, publicado pelo IPEA (2013), e da tese “Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político”, de Aguiar (2015).

Busquei os materiais referentes às conferências e aos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras foi organizada em 2002²², por Movimentos Feministas, sem envolvimento do governo federal, e as quatro edições seguintes, da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), foram realizadas pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM)²³, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 2004, 2007, 2011 e 2016, respectivamente²⁴. Foram elaborados Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, nos eventos de 2004, 2007 e 2011²⁵.

As conferências aconteceram em etapas que se iniciavam pelos municípios, seguiam para as instâncias estaduais e culminavam no âmbito nacional. Na edição de 2016, ainda foram feitas consultas nacionais com segmentos específicos de mulheres (transexuais; com deficiência; ciganas; quilombolas; indígenas; de comunidades tradicionais; e de matriz

18 Disponível em: <<http://uneblog.cdne.com.br/publicacoes/?s=&publicacao=revistas>>. Acesso em: 30 set. 2020.

19 Disponível em: <<https://www.facebook.com/uneoficial/>>. Acesso de 10 mar. 2019 a 30 jul. 2020.

20 Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1723565410_19012017151014.pdf>. Acesso em 15 mar. 2019.

21 Disponível em:

<<http://transformatoriomargaridas.org.br/>>; <<https://www.facebook.com/marchadasmargaridas/>>. Acesso de 16 mar. 2019 a 30 jul. 2020.

22 Verificar em:

<https://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=658:conferencia-nacional-de-mulheres-brasileiras&catid=95:numero-112-maio-de-2002&Itemid=129>. Acesso em: 28 set. 2020.

23 A referida Secretaria vem tendo sua denominação alterada pela legislação no decorrer da sua história, devido à estrutura regimental da qual foi fazendo parte, por isso, o nome aparece em alguns momentos como Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em outros Secretaria de Políticas para as Mulheres e, ainda, como Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), denominação atual.

24 Ao final do trabalho foram apresentadas as referências bibliográficas completas destes eventos.

25 Foram cinco conferências e três planos, porque a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras não teve o intuito de construir um plano. Já a IV CNPM foi realizada em 2016, durante o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Os governos que a sucederam não deram andamento à elaboração do respectivo plano.

africana) e feita uma plenária governamental que reuniu representantes dos diversos órgãos do governo federal. Cada evento contou com um material de base que subsidiou as discussões nos diversos âmbitos. Proposições foram apresentadas e negociadas em cada uma das instâncias, nas quais se buscou a construção de acordos e pactuações que compuseram o documento final e, em tese²⁶, subsidiaram a elaboração do PNPM dele decorrente.

O texto constitucional, vigente desde 1988, prevê as vias de representação e de participação como formas de expressão da soberania popular e Avritzer (2012a) ressalta que as conferências nacionais fortaleceram o marco participativo previsto na Constituição federal (BRASIL, 1988). Segundo o autor, a prática deste mecanismo ganhou ênfase no Brasil, a partir de 2003, com a expansão das conferências, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), estreitando a aproximação entre o governo e a sociedade civil organizada.

Abers, Serafim e Tabagira (2014) destacam que esta proximidade contribuiu para a criação de padrões históricos de interação Estado-sociedade, o que elas denominam repertórios de interação. Para a construção destes repertórios, os Movimentos Sociais investiram em ações com e por dentro do Estado e a participação institucionalizada foi uma das estratégias que se constituiu em formas acordadas e negociadas, a exemplo dos conselhos e das conferências.

Neste cenário, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, favoreceu a institucionalização da proposta de políticas para o segmento. Segundo a Articulação de Mulheres Brasileiras (2011a), isto permitiu que mais mulheres ocupassem espaços na relação com o Estado, seja pela via da participação em conselhos de direitos da mulher, seja na direção de organismos de políticas para mulheres, instituídos nos poderes executivos ou atuando na disputa de orientação dessas políticas, no momento das conferências.

Em relação à Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (2002), olhei com atenção a Carta de Princípios (uma espécie de texto-base) e a plataforma de apresentação e desenvolvimento do evento, a qual foi convertida na Plataforma Política Feminista, enquanto documento final, reunindo as deliberações do evento em forma de desafios²⁷.

Segundo os documentos, o evento foi coordenado por dez Movimentos de Mulheres e mobilizou 5.200 (cinco mil e duzentas) ativistas, nas etapas realizadas entre 2001 e 2002, nos âmbitos municipal, estadual e federal. O trabalho foi desenvolvido por uma comissão organizadora nacional, a qual procurou construir consensos e pactos que revelaram o anseio das

26 Digo em tese porque, de cinco conferências, tivemos três planos. Além disso, a análise do terceiro plano indica que ele foi mais um resultado da pactuação da SPM com os demais órgãos do governo federal que o resultado da conferência em si.

27 Verificar em: <<https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaoefemea/jornalfemea113.pdf>> Acesso em: 06 jan. 2019.

mulheres em participar das diversas pautas sociais, culturais, políticas e econômicas e não restringir as discussões às causas exclusivas, relacionadas à família e à vida privada.

Da denominada I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), realizada de quinze a dezessete de julho de 2004 (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004), foram trazidos para a nossa mesa os anais²⁸. Segundo a SPM (2004), durante o evento, o processo de aprovação das propostas se deu a partir da discussão do documento “Propostas de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres” (COMISSÃO ESPECIAL TEMÁTICA E DE RELATORIA, 2004), por vinte grupos de trabalho, os quais tinham como tarefa analisar a parte geral – natureza, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres, na perspectiva da igualdade de gênero – considerando a diversidade de raça e etnia e, em seguida, individualmente, verificar as propostas específicas do eixo, as quais eram oriundas das etapas anteriores.

Sistematizadas, as propostas aprovadas ou modificadas nos grupos foram submetidas à plenária final. Como conclusão do trabalho, 239 (duzentos e trinta e nove) resoluções foram aprovadas e agrupadas em duas categorias: a primeira que trazia propostas aprovadas para natureza, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres; e a segunda que compunha as propostas aprovadas em cada eixo do evento.

Findo o processo, o compromisso assumido pela SPM e pelo CNDM foi o de elaborar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004)²⁹ cumprindo o desafio de propor ações para o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça no país. O documento foi construído com base nos resultados da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e estruturado a partir dos pressupostos, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres e das quatro áreas estratégicas de atuação (autonomia; igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres). Para cada uma destas áreas, estavam previstas políticas e ações que seriam desenvolvidas ou aprofundadas e a parte final contemplava questões referentes à gestão e monitoramento do PNPM (BRASIL, 2004).

O processo de implementação do I PNPM foi pauta da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a qual foi realizada em 2007 (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013a). Na etapa nacional, antes da discussão por eixos, todos os vinte grupos avaliaram a implementação. O resultado desta atividade indicou o

28 Disponível em <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/anais.pdf/view>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

29 Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2019. Houve outras versões, 2008 (BRASIL, 2008a) e 2013 (BRASIL, 2013a).

equilíbrio entre avanços, insuficiências e obstáculos. O avanço mais celebrado foi a criação da Lei Maria da Penha, Lei n.º 11.340 (BRASIL, 2006), e, entre as insuficiências, faço destaque de uma que dialoga com o objeto desta pesquisa: a baixa incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas.

Na sequência, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, envolvendo dezoito órgãos da administração pública federal e com a parceria de representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foi elaborado o II PNPM³⁰ (BRASIL, 2008a), com 94 (noventa e quatro) metas, 56 (cinquenta e seis) prioridades e 388 (trezentas e oitenta e oito) ações, distribuídas em 11 (onze) áreas de atuação.

O II PNPM estava dividido em três partes, sendo que a primeira delas, com o tema “Temos um Plano”, trouxe informações sobre o processo e a avaliação. A segunda parte tratava dos pressupostos, princípios e diretrizes gerais da Política Nacional para as Mulheres e trazia o plano de ação política, com dez capítulos relacionados aos eixos apontados para o evento. Na terceira parte estava o eixo 5 – Gestão, Monitoramento, Avaliação, Controle Social do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Cada capítulo estava organizado com a fundamentação teórica inicial, os objetivos gerais, os objetivos específicos, as metas, as prioridades e um plano de ação por prioridade, com a descrição da ação, a menção ao órgão responsável, o programa/ação no Plano Plurianual (PPA)³¹, o prazo, o produto esperado e os parceiros envolvidos.

O processo histórico seguiu com a realização da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em dezembro de 2011 (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013b). O evento ocorreu em um contexto político novo e inédito no Brasil para a temática, marcado pelo governo da primeira mulher presidenta da República, a Sra. Dilma Vana Rousseff, o que deu à Secretaria de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2014a) maior protagonismo e liderança. Os anais do evento reafirmaram os princípios orientadores da Política Nacional para Mulheres, os quais foram citados nas análises anteriores, e os colocaram como diretrizes para o processo de organização deste e para a definição das políticas (nacional, estaduais e municipais).

30 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf>. Acesso: 09 jan. 2019. Acessei o Plano no portal do MEC porque, no da SPM, referente à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, encontrava-se publicado o I PNPM e não o II PNPM.

31 “O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para o horizonte de quatro anos” (BRASIL, *on-line*).

O III PNPM que resultou do processo foi lançado pouco mais de um ano após a realização do evento, ocasião em que a SPM completou uma década de existência. A então ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Sra. Eleonora Menicucci de Oliveira, afirmou, na Apresentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015: “Hoje, a perspectiva de gênero está incluída em todas as políticas públicas, numa clara demonstração do protagonismo das mulheres na construção de um projeto de sociedade mais justa, mais equânime e democrática” (BRASIL, 2013a, p. 7). Esta afirmação remetia à transversalidade definida na Conferência de Beijing/China (1995), a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, com tema central Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz (ONU MULHERES BRASIL, s.d., *on-line*), cujos temas prioritários foram resgatados no processo de elaboração do III PNPM.

Diversos ministérios, entre eles, o da Cultura, o do Esporte, o do Turismo e o da Educação, foram elencados entre os órgãos governamentais que tiveram uma representação no Comitê de Articulação e Monitoramento do III PNPM, pelo Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013, que dispunha “sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para o período de 2013 a 2015, altera o Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005, e dá outras providências” (BRASIL, 2013b). O normativo sinalizava para a intencionalidade da inserção da pauta de gênero enquanto transversal a todas as áreas envolvidas.

Em Brasil (2013a), encontrei a informação de que o processo de elaboração do III PNPM iniciou-se com a sistematização das resoluções da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, tendo passado por um processo de pactuação dos objetivos, das metas, das linhas de ação e das ações contidas no documento pelos órgãos e ministérios que compartilharam responsabilidades em sua execução. A seguir, foi realizada uma rodada de debates com a sociedade civil organizada e os Movimentos Sociais, por meio de reuniões do CNDM, com abertura de prazo para o envio de sugestões, comentários e críticas ao III PNPM, os quais foram analisados, organizados e submetidos ao CNDM para aprovação.

Em junho de 2015, teve início o quarto processo conferencial da SPM e do CNDM, com as etapas preparatórias. Aqui, trouxe para este encontro o documento SPM (2016), que continha o regimento e o caderno de propostas, devido à dificuldade de acesso aos anais do evento que não foram disponibilizados no *site* até fevereiro de 2019. Desde setembro de 2017, tentei obtê-los, inicialmente, com *e-mails* à SPM e, posteriormente, via Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011). Não tendo obtido retorno, recorri a instâncias superiores, as quais eram previstas na referida lei. Cobrada por estas instâncias, a primeira resposta da SPM foi de que o documento estava sendo finalizado na

Assessoria de Comunicação e que, em breve, seria disponibilizado. Manifestei insatisfação com o retorno explicando que, como a finalidade era a consulta de dados para uma pesquisa, poderia trabalhar com os anais, sem a referida revisão, citando este fato. O processo seguiu tramitando. Em 27 de agosto de 2018, tive novo retorno informando que receberia o material em 60 (sessenta) dias. Novamente o prazo não foi cumprido e o processo teve que ser reaberto. Em dezembro de 2018, foi enviado a mim um material digitalizado, o qual era intitulado Relatório da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (SOARES; MELO, 2016) e que correspondia a um produto da consultoria contratada na época do evento, ao que tudo indica, para registro das atividades deste. O documento veio acompanhado da informação de que este fora o único material localizado, com a justificativa de que houve mudanças de endereço e de gestão e que seria instaurado um processo de apuração disciplinar para identificar as responsabilidades da então Comissão de Organização pela não elaboração do relatório final, o que não parece ser o caso, se consideradas as manifestações anteriores. Vale lembrar que a IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres aconteceu durante o processo de *impeachment* da então presidenta da República, a Sra. Dilma Vana Rousseff, e consequentemente da troca de parte da equipe da SPM, embora isso não justifique o fato de um trabalho abrangente de participação popular ter sido ignorado.

Concluído o processo conferencial, a SPM passou por mudanças, provocadas pelo *impeachment* e os trabalhos referentes à elaboração do IV PNPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2016) não foram desenvolvidos pela gestão que se sucedeu e não havia, no *site* da Secretaria de Políticas para as Mulheres, nenhuma informação que remetesse ao assunto. A dificuldade de acesso aos anais do evento demonstrava o papel que ele (não) teve nos governos que sucederam ao da Excelentíssima Senhora Presidenta, Dilma Vana Rousseff.

No dia 5 de julho de 2019, foi publicada, no Diário Oficial da União, a resolução número 1 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que tinha entre suas atribuições participar da organização das conferências nacionais de políticas públicas para as mulheres. A referida resolução estabelecia o período de 24 a 27 de novembro de 2020 para a realização da V Conferência, no entanto no *site* do CNDM³², não constam informações acerca do início do processo.

32 Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-mulher-cndm>>. Acesso em 14 maio 2020.

Os achados nos documentos, pelo conteúdo, especialmente em relação ao lazer, foram um subsídio importante para a construção do roteiro das entrevistas. Tendo em vista as informações já reunidas até então, optei por uma entrevista semiestruturada, com um roteiro flexível, norteado pela pesquisa bibliográfica e pela análise documental (Anexo I), as quais me revelaram aspectos que necessitavam de melhor entendimento para a compreensão do fenômeno.

O passo seguinte foi solicitar que cada um dos movimentos aqui em pauta indicasse uma liderança para participar do processo. Por se tratar de organizações de caráter nacional e com demandas diversas, esta tarefa demandou vários contatos e apoios até ser cumprida. O mesmo aconteceu em relação ao agendamento das entrevistas, pois todas as mulheres indicadas estavam sempre muito ocupadas. Para facilitar a ação, utilizei-me da entrevista *on-line*, a qual foi escolhida por cinco das seis participantes, e me coloquei à disposição para quando cada uma delas pudesse interagir. Assim, no segundo semestre de 2019, conversei com as seis lideranças. As entrevistas levaram de trinta e cinco minutos a uma hora e quinze minutos e foram gravadas, a partir da anuência de cada uma das pessoas envolvidas, tendo sido transcritas posteriormente. A variação de tempo foi provocada pelas características das próprias entrevistadas que foram de respostas curtas e objetivas a contextualizações e reflexões que aprofundavam cada questão.

Os dados produzidos pelas entrevistas trouxeram elementos que me permitiram elaborar a base da paisagem cartográfica, com ideias, fluxos, possibilidades, questões heterogêneas e instáveis que formam um emaranhado de linhas. No entanto, a riqueza das reflexões construídas, na interação com as entrevistadas, mudou significativamente o caminho do trabalho. Enquanto respondiam às perguntas propostas no roteiro, notei que as entrevistadas (re)pensavam e (re)conectavam as questões que envolviam a relação mulheres e lazer, cada uma a partir do seu plano pessoal, cultural e social. As novas conexões que foram se estabelecendo mexeram com meu lado “pesquisadora militante” ao ponto de me desafiarem a pensar no que seria um lazer feminista.

Ratts (2003) aborda a relação entre ser acadêmica(o) e militante, apontando que ela torna possível a construção de novas temáticas, projetos e discursos. Para o autor, a militância não implica, necessariamente, fazer parte de algum grupo dos Movimentos Sociais, e sim constrói-se através de um longo diálogo e das relações com grupos e indivíduos. Foucault (1999) também aborda o vínculo militante e acadêmico: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (p. 10). Na minha história de vida, sempre procurei conhecer lutas e fatos e me posicionar diante deles, não tinha como ser diferente agora.

O aguçar do lado militante em mim me exigiu mais do que o caminho que eu havia traçado no processo de qualificação do estudo. Se, a partir da pesquisa bibliográfica e da análise documental, eu já me sentia desafiada a empreender a negociação dos achados construindo categorias e realizando uma análise de conteúdo, o encontro com as militantes dirigentes, nas entrevistas, desestabilizou meus planos.

Além disso, tive clareza de que a mesa de negociações que criei e estou mediando aqui foi preparada com a participação de algumas feministas e dos coletivos, com diferenças e semelhanças, aproximações e distanciamentos entre eles, por isso mesmo, os representa em parte, considerando a impossibilidade de conhecer as totalidades. Eu, enquanto pesquisadora e mulher, me construo e desconstruo na relação, além de, também, interferir no resultado. Pensei, então, em mapas, conexões, rupturas e linhas de fuga que colocariam os dados em reflexão.

Dediquei-me a uma leitura geral do que eu tinha reunido. Percebi, neste meu rastrear, a necessidade de ruptura e vivi a aflição de não saber como faria para dar condição de reflexividade ao movimento caótico de dados, referências bibliográficas e impressões construídas no processo empreendido até então. Os indicativos teórico-metodológicos foram meu suporte para perceber que tinha elementos de sobra que me permitiriam pensar, cartografar e escrever, no entanto, senti que se tratava de um novo começo, pois o que eu havia produzido até então, em especial para o processo de qualificação, não mais me satisfazia. Representou uma parte importante da caminhada, mas agora eu estava em outro estágio de reflexividade. Por mais difícil que parecesse abandonar o que eu imaginava já ser parte consolidada do caminho percorrido e enveredar por uma trilha desconhecida, era necessário! Era hora de desterritorializar, de recomeçar!

Demo (2001) contribui com a minha nova busca, ao sinalizar para a possibilidade da criação de entendimentos variáveis acerca da interpretação dos dados obtidos em uma pesquisa qualitativa. São os consensos possíveis e provisórios, em torno dos dados produzidos. Assim, não precisaria buscar uma verdade ou uma conclusão, pois “toda a análise qualifica, não desfaz o mistério da comunicação e da consciência humanas” (p.33).

Considerando tratar-se de uma pesquisa situada nos campos pós-estruturalista e dos Estudos Culturais, encontrei em Meyer e Paraíso (2014) pistas para a produção e para a análise dos dados, enfatizando que os métodos utilizados neste tipo estudo não seguem modelos estruturados, trata-se de formas determinadas de interrogar e de estratégias analíticas de descrever. Para as autoras, a metodologia vai sendo construída no e pelo processo de pesquisa, a partir das necessidades colocadas pelo objeto e pelas perguntas.

Entendemos metodologia como um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações – que, em congruência com a própria teorização, preferimos chamar de ‘produção’ de informação – e de estratégias de descrição e análise (MEYER; PARAÍSO, 2014, p. 18).

Tal perfil metodológico segue pressupostos, premissas e estratégias, tais como: tempos diferentes, complexos e que passam por mudanças significativas exigem conceitos, teorias e categorias não convencionais que ajudem a desvelar e a explicar os fatos; a verdade é uma invenção, uma criação, são regimes de verdade, discursos os quais têm uma função produtiva naquilo que dizem, mostram, incluem, excluem, assim, é preciso dar atenção à linguagem, dado que o sujeito é um efeito da linguagem, é o que dizem dele, por modos de subjetivação; relações de poder de diferentes tipos estão presentes, desta forma, é preciso mapeá-las, descrevê-las, desconstruí-las; a diferença vem em primeiro, acompanhada da multiplicidade, é mais representativa que a identidade e a diversidade; é difícil definir onde está o poder em uma rede de conexões múltiplas e variáveis, mas o número de conexões está relacionado a um determinado poder (MEYER; PARAÍSO, 2014).

Enquanto possibilidades de trajetos e procedimentos que podem contribuir com uma pesquisa com tais características, Meyer e Paraíso (2014) sugerem que se articulem e façam bricolagens com metodologias, reunindo coisas, procedimentos e materiais díspares, lendo demoradamente os ditos e escritos tanto dos achados quanto das formulações teóricas, duvidando do que é dado como certo.

O exercício de análise sugerido permite montar, desmontar e remontar o já dito e ainda elaborar um mapa sobre o objeto de pesquisa, a partir da reunião do que se aproxima, do que se afasta, do que difere e do estabelecimento de relações. As teorias e os conceitos precisam ser compostos, decompostos e recompostos descartando-se o que for doutrinário, homogêneo, fixo, para explorar a diversidade, a provisoriedade e produzir sentidos. Os achados devem ser interrogados, mais no sentido de busca dos porquês, como e das possibilidades, do que há de definição, de estabelecimento de relação de causa e efeito, de processo evolutivo linear.

Outra sugestão de Meyer e Paraíso (2014) é que se descreva minuciosamente, detalhadamente, analisando as relações e os jogos de poder, multiplicando os sentidos dos textos e discursos, pluralizando perspectivas. A produção escrita poetizada, produzida, fabricada e criada com sentidos novos, inéditos, atenta a uma nova ideia, uma conexão ou a uma articulação diferente é bastante desejada. O desafio é ser rigoroso(a) sem ser rígido(a), buscando mais pistas que respostas.

Trata-se de olhar para os ditos e o que foi identificado nos documentos analisados e nos referenciais teóricos, buscando perceber que “o sentido não é uma propriedade do próprio texto, mas é constituído na interação entre sujeitos, textos e contextos” (ESCOSTEGUY, 2016, p. 68).

Na empreitada de busca por pistas que me permitissem compreender esta realidade, realizei leituras contextualizadas pela seguinte perspectiva: “a investigação em Estudos Culturais trabalha essencialmente com problemas de ‘tradução’ e justificação, não procurando propriamente a ‘verdade objetiva’, mas a compreensão do significado mais profundo dos discursos e das representações sociais e culturais” (BAPTISTA, 2009, p. 25).

Desenvolver a pesquisa cartografando possíveis territórios que compõem o devir da relação entre mulheres e o lazer na pauta de Movimentos Sociais que defendem direitos das mulheres; compreender os regimes de verdade acerca do lazer das mulheres; mapear elementos da cultura, enquanto construção de sentidos que conectam, desconectam e transversalizam a relação entre as mulheres e o lazer no contexto analisado; identificar significados possíveis de serem extraídos; descrever elementos de poder e da política percebidos nas redes construídas, para compreender a relação entre mulheres e o lazer e construir o mapa das resistências e das potencialidades percebidas demanda, para os Estudos Culturais, uma análise contextual que seja capaz de unir as ideias com as práticas, confrontando-as.

Para empreender a análise, busquei um recurso metodológico que dialogasse com o campo dos Estudos Culturais e me permitisse conectar, recompor, aproximar e mesmo distanciar os dados produzidos pelas entrevistadas. Para esta recomposição, lancei mão do recurso metodológico do tipo rizomático, proposto por Deleuze e Guattari (1997a), por meio da utilização da cartografia enquanto instrumental.

O procedimento de cartografar, proposto por Deleuze e Guattari (2007), pela esquizoanálise³³, trata do mapeamento de paisagens psicossociais reconstruindo as noções de subjetividade e inconsciente. Um movimento permanente de (des)territorialização e (re)territorialização que perpassa identidades e trajetórias, com a noção de um permanente devir, enquanto abertura ao inacabado. Esta cartografia aponta para a “indissociabilidade entre o conhecimento e a transformação, tanto da realidade quanto do pesquisador” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 14).

O rizoma formado pela relação entre mulheres e lazer é constituído por diversas conexões que são modos de resistência ético-estético-política, como linhas e não formas

33 Nesse modelo de análise, cada nova ocorrência de acontecimentos configura uma oportunidade para outras possibilidades de subjetivação. Inúmeras escolhas e conexões feitas neste instante acabam irrompendo numa nova forma de subjetivar-se a todo momento.

fechadas, definitivas. Esta característica permite fugir, se esconder, confundir, sabotar, esboçar caminhos e encontrar linhas de fuga que evitam a totalização e estabelecem relações com outros rizomas que as levam a outras direções. São linhas de intensidade, pelas quais o pensamento rizomático se move e se abre, avança em todas as direções, não cabendo em estruturas lineares, assim, ele pulsa, constrói, desconstrói e reconstrói com outras características.

Partindo de tais orientações, tentei desenhar o mapa que me permitisse analisar os deslocamentos ideológicos, as relações e jogos de poder envolvidos, os modos de subjetivação e as práticas de resistência presentes nas questões que afetavam as demandas por lazer dos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, nos enfrentamentos, nas lutas, nas forças presentes e ausentes e no desafio de reconhecer, reivindicar e viver o direito social. “Restaria saber quais são os procedimentos do cartógrafo. Ora, estes tampouco importam, pois ele sabe que deve ‘inventá-los’ em função daquilo que pede o contexto em que se encontra. Por isso ele não segue nenhuma espécie de protocolo normalizado” (ROLNIK, 2006, p. 68).

Sem procedimentos padronizados, Kastrup (2009) sugere movimentos gerais de uma cartografia denominados rastreio, toque, pouso e reconhecimento atento. Oliveira (2014) adota um caminho semelhante e cria uma “coreografia do desassossego” com: “olhares-ciganos, noite de núpcias, pintar um quadro, linhas bailarinas” (p.292).

Trazendo para a temática da pesquisa, chamei o primeiro movimento de “atenção cuidadosa realizada por/com mulheres”, uma vez que enfatizava a atenção, o olhar, enquanto um sentido privilegiado na pesquisa, o qual não permitia que as coisas se assentassem, dado que persistia e insistia no meio delas. Falo dos momentos em que minha atenção de cartógrafa percorreu vários “lugares” ao mesmo tempo, não se prendendo à fixidez, priorizando o devir, buscando pistas, signos, processualidades e acompanhando mudanças. Foi o tempo de buscar os devires, os aspectos que não estavam dados de antemão, mas emergiam do problema da pesquisa indicando as possibilidades de construções, de relações, do inesperado, na leitura dos documentos e na volta às entrevistas, tendo as ouvido novamente e relido as transcrições.

O próximo movimento denominei “sensibilidades de mulheres”, pois carregou o desafio de perceber a hora em que a atenção precisava tatear, rastrear, fixar em determinado elemento, prestar atenção em um território cuja focalização não fazia parte da aproximação inicial. A exploração assimétrica do território precisou estar atenta a elementos que foram se desenhando, se fazendo ver. Oliveira (2014) enfatiza que são estes encontros que definem o corpo da cartografia. Tratava-se, assim, de um encontrar enquanto achar, capturar, de reunir os elementos heterogêneos e dispersos que compunham a relação entre mulheres e lazer, mediada pelos Movimentos Sociais, com atenção às partes que nada pareciam significar além de desconforto.

“Nesses encontros cartográficos, os elementos de determinado território de investigação estão sempre em relação de movimento, definem-se apenas pelo seu poder de afetar e ser afetado” (OLIVEIRA, 2014, p. 296). No lugar de peças de um quebra-cabeça, são reunidas pedras no caminho que precisam ser identificadas, reconhecidas, em determinado contexto, algumas com relações e possibilidades de encontros e conexões mais potentes que outras.

Este movimento serviu-me para uma espécie de organização do caos, representado pelo emaranhado de achados reunidos até então. Nele estabeleci um esquema de trabalho no qual a precisão e a rigorosidade foram muito importantes, acompanhadas do cuidado de manter a flexibilidade que a proposta da pesquisa demandava. Ser rigorosa sem ser rígida foi mais uma aprendizagem que me foi exigida para empreender a análise.

Os documentos reunidos foram analisados e deles selecionei tudo o que, de alguma maneira, tratava da relação entre mulheres e o lazer, procurando garantir o registro do contexto histórico do qual tais documentos faziam parte. Organizei, então, uma planilha na qual constavam o resumo, o trecho com a pista, as palavras-chave e a localização da informação pretendida. No caso das entrevistas, desmanchei as transcrições e organizei outra planilha onde organizei e agrupei falas que se aproximavam, se distanciavam ou mesmo divergiam.

O movimento seguinte, denominado “dedicação protagonizada por mulheres”, se referia ao tratamento dado aos rastros da navegação realizada. Foi o momento de criar mundos ainda não reais, mas existentes, de pintar quadros com uma multiplicidade de cores formando o solo onde pisava. “Pinta-se um mundo que será seu próprio problema de pesquisa na completa expressão de suas condições. Um mundo que [...] permite ao(à) cartógrafo(a) estender-se sobre o horizonte do território de pesquisa” (OLIVEIRA, 2014, p.296). Ao fazer isto, o autor entende que o(a) cartógrafo(a) conseguirá detectar as forças exteriores que dialogam de alguma forma com o fenômeno. Criei targetas ligadas por setas que foram sendo fixadas nas paredes da minha casa e depois transferidas para um programa de computador chamado *Mind Meister*³⁴. Tratava-se do momento de recompor os ditos, com ajuda da bibliografia e do que fora encontrado nos documentos.

O quarto e último movimento envolveu as “resistências instituídas e mantidas por mulheres” e tratou da necessidade de eu voltar aos achados e perceber seus contornos singulares. Foi um caminhar por entre os intercessores que Deleuze (2006) afirma serem fabricados enquanto encontros que fazem o pensamento sair da imobilidade. Momento de

34 O Programa me auxiliou a criar e perceber conexões e distanciamentos que, posteriormente, foram importantes para a definição da estrutura da Tese.
Disponível em: <<https://www.mindmeister.com/1384505323?t=QAPsKaWh2R>>. Acesso em 15 ago. 2020.

colocar forma escrita ao pensamento, dar corpo à cartografia. “Um trabalho de composição, no qual o/a cartógrafo/a labora sobre a escrita para misturar, mesclar, somar os mais diversos materiais advindos dos mais diversos territórios” (OLIVEIRA, 2014, p. 300). Este movimento não visa reencontros ou associações, mas busca novas construções, inventadas pela cartógrafa, tendo como elementos constitutivos as pistas encontradas no caminho percorrido. Seguindo este percurso, fui identificando os temas e os motivos que se repetiam ou mesmo surgiam inesperadamente para, então, procurar as pistas sobre os processos de produção de subjetividade, engendrados nos materiais analisados.

O resultado desta maneira de percorrer o caminho ficou organizado em cinco partes que remetem a um encontro de negociação, evento comum para a minha vida pessoal e profissional e para os Movimentos Sociais. O nosso iniciou-se por esta rodada de apresentações, na qual ainda farei uma apresentação pessoal e aquela das pessoas participantes da pesquisa.

Na segunda parte deste encontro, farei uma análise da conjuntura, na qual confrontarei o referencial teórico com os conhecimentos e opiniões a respeito do olhar dirigido a nós, mulheres, enquanto sujeitos políticos e do território dos Movimentos Sociais e das Mulheres, com ênfase nas lutas e conquistas históricas e nos desafios e perspectivas da atualidade brasileira.

Cumpridas estas etapas, passarei à ordem do dia, montada a partir dos eixos criados pelas diversas curvas e linhas que foram se formando, se revelando e se conectando pelo caminho rizomático. Agrupar a ordem do dia em eixos foi um desafio, uma vez que uma mesma linha poderia perpassar a todos eles, territorializar-se em um, desterritorializar-se em outro, fugir para algum dispositivo e até retornar diferente do que foi. Unir alguns elementos e separar outros, interconectar-se e criar rotas, em um movimento contínuo. Assim, definir a qual eixo determinado tema estava mais afeto tinha função didática e não de busca de enquadramentos, uma vez que isto não seria possível.

O eixo que inicia a ordem do dia aqui traz as linhas de visibilidade, invisibilidade e enunciação que conectavam e desconectavam o dia a dia das mulheres e o lazer, segundo o território que compõe este encontro. Falo de assuntos, tais como: o quanto o lazer nos parece, mesmo a nós mulheres, algo distante da realidade das mulheres e mais próximo aos homens; como o lazer das mulheres é perpassado por questões que envolvem família, preocupações, trabalho, tempo livre, entre outras; que o que entendemos por lazer varia entre nós e o quanto vivenciar lazer ainda demanda um posicionamento político das mulheres.

Na sequência, a reflexão aqui abordará o lugar que o lazer ocupa nas nossas reivindicações, enquanto Movimentos Sociais de defesa de direitos das mulheres. Revisitarei

os documentos dos seis movimentos participantes da pesquisa e, para ampliar um pouco o universo da pesquisa, verificarei aos documentos das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. As pistas indicaram que: reivindicamos muito em torno do trabalho e pouco em relação ao lazer; as outras demandas se sobrepõem ao lazer de maneira hierárquica; mesmo quando vivenciamos lazer nas atividades dos movimentos e das conferências, não o incluímos na agenda de negociações e reivindicações; e que precisamos construir referências a respeito do que seria um lazer feminista.

Diante das pistas seguidas até aqui, passarei a estabelecer as rotas que levaram às barreiras que as mulheres enfrentam para o acesso ao direito ao lazer, iniciando pelas macro, representadas pelo sistema capitalista, patriarcal e racista, o qual alimenta a desigualdade social que ziguezagueia questões de raça, classe e gênero. O tempo que falta a nós, mulheres, o espaço público focado em uma visão androcêntrica, outras prioridades, ocupações e preocupações, constringendo o lazer ou mesmo colocando-o como algo não legítimo e o pouco acesso à informação e formação para as vivências de lazer serão alguns dos temas que se apresentarão para esta parte do debate.

Em meio à discussão das dificuldades, o desafio foi perceber a presença de linhas de fuga, de resistências manifestas pelas vivências, pelos desejos e mesmo pelas diferenças entre as participantes. Elaborei, então, a carta do encontro, em forma de um manifesto que acenasse para a utopia do lazer feminista, com os caminhos que identifiquei enquanto possibilidades de transformação da realidade com a qual dialoguei. Enfatizo para que nós, mulheres, queremos tempo livre e de lazer e deixo enfatizado o papel do espaço público nesta relação. Como isso não depende só de nós, elencarei aqui as mudanças pelas quais temos lutado, que envolvem o confronto ao sistema capitalista, machista e patriarcal e com ele o questionamento à maneira como se estabelecem o mundo do trabalho e as políticas relacionadas ao tempo, à socialização do cuidado, ao empoderamento das mulheres e aos modelos de núcleo familiar. Por fim, farei a avaliação do encontro.

As conexões que se formaram em cada uma das partes da discussão serão introduzidas pela fala de uma das participantes da mesa de negociação. Feitas estas contextualizações, é hora de nos apresentarmos.

1.3 Da mediadora

Meu nome é Cláudia Regina Bonalume e sou filha de agricultores do interior do Rio Grande do Sul. Atuei e militei no campo das políticas sociais e agora me aproximei do plano

feminista. Gosto de viajar, conhecer lugares, pessoas e culturas, de cinema, parques, praias e do campo. Atualmente moro com meu companheiro em Florianópolis, por opção nossa de estarmos próximos à praia. Não tenho filhos, mas avalio que seja uma ótima tia. Sou aposentada no cargo de professora de Educação Física do ensino fundamental, da Prefeitura de Caxias do Sul. Além da atuação como professora, minha militância política e profissional acabou por direcionar-me ao campo da gestão pública municipal e federal. Iniciei atuando na Educação e segui para outros setores: Esporte e Lazer, primeiro, no próprio município e, depois, no Ministério do Esporte, no Ministério do Desenvolvimento Agrário e na Secretaria Especial de Direitos Humanos, todos os cargos no governo federal. Neste percurso, o lazer consolidou-se enquanto campo no qual resolvi dedicar mais tempo de trabalho, estudos, vivências e trocas.

Nas diversas atuações profissionais que realizei, identifiquei diferentes lugares ocupados pelo lazer nas pautas de reivindicações dos Movimentos Sociais, na agenda e nas ações dos órgãos governamentais nos quais ou com os quais atuei. Arrisco indicar quatro questões que considero primordiais: 1ª) o tema lazer passa despercebido, como se, no máximo, constituísse uma mercadoria à disposição de quem possa adquiri-la, um direito sem consequência na responsabilização do poder público; 2ª) o lazer é elencado ao acaso, como mais um direito, em uma lista de demandas que não são caracterizadas, ou seja, está citado, mas pouco representa; 3ª) há um viés compensatório e um caráter salvacionista, quando o lazer só é pensado para “recuperar as forças do trabalho”, “tirar as pessoas jovens das ruas e das drogas”, “ocupar o tempo das crianças e idosos(as)”, “contribuir para manter o(a) jovem no campo”; 4ª) como um cenário ideal e raro, o lazer conquista espaço significativo nas agendas de gestores(as), pesquisadores(as) e Movimentos Sociais e passa a ser pautado em programas estruturantes de áreas como a Educação, a Saúde, o Esporte, o Desenvolvimento Social, a Cultura, a Segurança Pública, o Turismo, entre outras.

Os desafios que vivenciei, em especial, como gestora municipal³⁵ e de um programa nacional, implementado pelo Ministério do Esporte³⁶, no setor de Esporte e Lazer, me mobilizaram a buscar qualificação para entender e contribuir com as políticas públicas e sociais de lazer, desafiadas pela intersetorialidade. Para tal, desenvolvi uma dissertação de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade de Brasília (UnB), tratando da temática: “Esporte e Lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude: a experiência do Pronasci” (BONALUME, 2010).

35 Fui gestora municipal de Esporte e Lazer, em Caxias do Sul, de 2000 a 2004.

36 Atuei na direção do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer, responsável pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), de 2008 a 2012.

Na continuidade da minha vida profissional, passei a atuar no Ministério do Desenvolvimento Agrário e me deparei com uma área que era multidimensional, transversal a diversas políticas sociais e econômicas e forjada na luta dos Movimentos Sociais. As pessoas que vivem e trabalham no campo, na floresta e nas águas, incluindo as mulheres, demandam, de forma organizada, direitos que constituem pautas de lutas com características diversificadas, a exemplo das que dizem respeito à relação entre trabalho e tempo livre, uma vez que estas pessoas, em sua maior parte, não são assalariadas e, por isso, as normas trabalhistas não as alcançam.

Outras especificidades foram percebidas na minha atuação na Secretaria Especial de Direitos Humanos, do governo federal, entre os anos de 2014 e 2016, quando tive contato direto com as pautas das pessoas com deficiência, das pessoas idosas, das crianças e adolescentes, das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), das mulheres, e das minorias que lutam por igualdade racial. Públicos cujas demandas, a exemplo daquelas voltadas para a acessibilidade, para o cuidado, o lazer, a educação, a saúde, o respeito e o reconhecimento de muitos enquanto cidadãos e cidadãs, são elencadas por Movimentos Sociais diversos.

Por ser meu campo de formação e estudos, procurei compreender onde estava o lazer na pauta dos Movimentos Sociais com os quais lidava. Um olhar inicial tendia a conduzir à conclusão de que o lazer era tratado, inclusive por eles, como no primeiro cenário que mencionei anteriormente, ou seja, não era incluído enquanto reivindicação, ou, no máximo, era citado em uma lista de demandas sem qualificação, no sentido de conter especificações, ou visto apenas como possibilidade de se resolverem questões sociais que demandariam ações estruturantes.

Cheguei a propor estudar todos os segmentos, no processo de seleção para o Doutorado, mas, na proporção em que fui me aproximando de cada área, percebi que a dinâmica discursiva, forjada pelas relações de conflito e de poder de cada uma delas, era muito específica. Eram linguagens formadas por demandas, histórias, lutas, desafios e conquistas oriundas de questões diversas e não comparáveis, mesmo em relação a um único eixo, no caso, o lazer.

Aproximei-me, então, do segmento mulheres. As pistas seguidas preliminarmente me indicavam que, entre nós, mulheres, o lazer era assunto raro. Tive oportunidade de questionar isto em alguns momentos de conversa informal com lideranças de Movimentos Feministas e obtive como resposta perguntas ou afirmações, tais como: “Lazer? Você disse direito ao lazer? Como assim?”; “Duvido que você encontre alguma coisa sobre isso!”; “Boa pergunta! Precisamos pensar nisso!”; “Nossa, que interessante!”.

Diante disto, optei pelo recorte, amplo e diversificado, da relação entre mulheres e lazer e assumi o desafio de cartografar possíveis territórios que compusessem o devir desta relação, na pauta de Movimentos Sociais que defendessem direitos das mulheres. Encontrei, no Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL/UFMG) e no Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (Oricolé), os espaços que procurava para empreender o estudo proposto.

Junto aos(as) professores(as) do Programa e ao Oricolé, assumi o compromisso de escrever esta tese utilizando uma linguagem e um formato que dialogasse com os Movimentos Sociais de defesa de direitos das mulheres. Tendo participado, ao longo da vida, de diversas rodadas de negociações de Movimentos Sociais, partido político, orçamento e planejamento participativos e de conferências municipais, estaduais e nacionais, resolvi redigir minha tese adotando os passos de uma atividade com este caráter.

Assim, estou me automeando aqui mediadora, pelo fato de estar com a responsabilidade de colocar em relação materiais escritos, falas e referenciais bibliográficos e de dar condições de reflexividade a esta produção de conteúdo. Desta forma, é importante deixar explícito que, embora os elementos trazidos para o que chamo de encontro tenham sido construídos por muitas mãos, fui eu quem os busquei, selecionei e cartografei e isto provoca um direcionamento para a minha maneira de olhar e de tratar os dados. Neste sentido, Foucault (1999) afirma que a leitura é uma forma de “trair o autor”, uma vez que será feita a partir da perspectiva de quem o lê. No intuito de garantir que tal “traição” não comprometa a análise, procurei identificar os elementos que formaram os conteúdos em torno da agenda política das mulheres e a relação destas com o lazer, buscando perceber os enunciados, os ditos, os feitos, as funções e os significados que os compunham, além das conexões presentes nos enunciados. Feita esta apresentação pessoal, é hora de falar sobre o que constitui a presente mesa de negociações.

1.4 Das participações no encontro

Quem eu convidar para um encontro tão importante como este, tenha presente que, como afirmam Blay e Avelar (2017), o Brasil é um dos países com maior nível organizacional dos Movimentos de Mulheres. São coletivos formados a partir de pautas, identificações, diferenças, eventos e outras demandas. As estruturas de parte desses movimentos iniciam-se na instância municipal, passam pelas instâncias regional, estadual, nacional e mesmo internacional, criando

múltiplas redes que transitam pela sociedade e pelos âmbitos governamentais nacionais e internacionais.

Considerando que a pesquisa está situada no campo dos Estudos Culturais e busca elementos que contribuam com a organização de um dispositivo que reúna as temáticas mulheres, lazer e movimentos de defesa de direitos destas, sem a pretensão de produzir verdades e/ou generalizações, a principal regra para fazer parte da pesquisa foi que o movimento trouxesse elementos que contribuíssem para a construção deste dispositivo.

Guattari (1999) ressalta que a subjetividade se individualiza em determinados momentos e se faz coletiva em outros, não apenas a partir de fases psicogenéticas ou matemas mas também pelas máquinas sociais e influências não humanas. O desafio proposto pelo autor é apreendê-la em sua dimensão de criatividade processual, expressa em pequenas atitudes ou falas do plano micropolítico que ampliam as possibilidades de existência.

Hall (2006) chama a atenção para essas questões e sugere que, ao invés de tratarmos da identidade, como se esta pudesse ser definida em algum momento, como algo pronto, estanque, acabado, deveríamos pautar a identificação enquanto um devir, um processo em andamento, o qual tem relação direta com a convivência com outros movimentos e sujeitos. Assim, a identidade passa a valer em função da identificação com um grupo, no nosso caso, com o Movimento Social do qual é dirigente e com a família, os ambientes de trabalho, de estudo, de vizinhança, entre outros.

A identificação, em especial, com o Movimento Social, permite pensar na superação do modo individualista de vida moderno das pessoas, inclusive das mulheres, em busca de seus direitos por um pós-moderno mais coletivo, agregando, potencializando, intercambiando o possível do resistir, construído pelas categorias individuais.

Partindo do fato de eu não ter localizado nenhum estudo ou levantamento que reunisse um dado preciso acerca de quais fossem as organizações existentes e diante da necessidade de selecionar movimentos que fossem representativos na defesa de direitos das mulheres, tomei como ponto de partida o histórico de composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)³⁷, por tratar-se de um órgão colegiado que, ao longo de sua existência, vem contando com uma representação social diversificada na sua composição.

37 O órgão foi criado em 1985, como resultado das demandas sociais, vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de, coletivamente, promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Contando com representantes da sociedade civil e do governo, o CNDM foi sofrendo alterações de composição e atribuições. A partir de 2003, passou a integrar a estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), vinculada à Presidência da República. Em 2018, ambos foram transferidos para o Ministério dos Direitos Humanos. O CNDM tem como uma de suas

A Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985 (BRASIL, 1985), criou o CNDM e estabeleceu que sua composição teria dezessete integrantes, sendo um terço da sociedade civil. A escolha deste um terço foi prevista no parágrafo único do art. 6º da referida Lei: “1/3 (um terço) dos membros do conselho deliberativo será escolhido dentre pessoas indicadas por Movimentos de Mulheres constantes de lista tríplice”, para um mandato de quatro anos. Provavelmente, por estas especificidades, a relação de conselheiras do CNDM, do período 1985 a 2003, localizada no *site* do Conselho³⁸, não as vinculava aos movimentos que estariam representando.

Em 2003, a composição do CNDM foi alterada pelo Decreto nº 4.773, de 07 de julho de 2003 (BRASIL, 2003a), que passou a prever quarenta e quatro membros titulares, sendo doze representantes governamentais, dezenove representantes da sociedade civil e três mulheres com notório conhecimento em questões de gênero e atuação na luta pela promoção dos direitos das mulheres. De acordo com o § 2º do art. 3º, as representantes da sociedade civil seriam indicadas “por entidades de mulheres de caráter regional ou nacional, mediante justificativa do nome e apresentação do currículo”. O mandato passou a ser de dois anos, para a maior parte da diretoria.

A alteração seguinte aparece no Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008 (BRASIL, 2008b), o qual revogou o anterior e determinou que o CNDM teria quarenta integrantes, sendo dezesseis governamentais, três de notório saber e 21 (vinte e um) representantes da sociedade civil, para um mandato de três anos. Além destas mudanças, o decreto previa que as organizações que representam a sociedade civil seriam escolhidas em processo seletivo aberto e com critérios objetivos. A estrutura sofreu, ainda, uma mudança, pelo Decreto nº 8.202, de 6 de março de 2014 (BRASIL, 2014b), que determinou a inclusão de uma conselheira emérita.

Além dos aspectos previstos na lei e nos decretos, existia o Regimento Interno do CNDM que organizava os aspectos operacionais do CNDM. Para minha análise, interessava observar que, a partir de 2008, o referido regimento passou a prever o agrupamento das entidades da sociedade civil em duas categorias. Na redação do art. 5º, da versão atual, consta:

§ 2º – Terão assento no CNDM 21 entidades da sociedade civil, sendo 14 entidades na categoria “Redes e Articulações Feministas e de Defesa dos Direitos das Mulheres” e 7 entidades na categoria “Organizações de Caráter Sindical, Associativo,

atribuições apoiar a Secretaria em suas articulações com as diversas instituições da Administração Pública Federal e com a sociedade civil.

38Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/relacao-de-conselheiras-do-cndm-1985-a-2014/relacao-de-conselheiras-do-cndm-1985-a-2004>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

Profissional ou de Classe”, representadas por suas instâncias de mulheres (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER, 2019, p.2).

A diretoria eleita para o período 2018-2021 está organizada de acordo com os normativos legais citados. Para facilitar a identificação, o primeiro grupo passou a ser denominado, no CNDM, como da categoria “A” e o segundo, da categoria “B”.

É importante destacar que houve uma mudança significativa na composição do CNDM, após o *impeachment* da então presidenta Dilma Vana Rousseff, em 2016. Parte das organizações de mulheres e sindicais, enfrentaram o dilema entre participar, como forma de resistência, correndo o risco de contribuir para o fortalecimento de um governo que não reconheciam, ou abrir mão deste espaço de poder, optando por não fazer parte do processo eleitoral e, conseqüentemente, do CNDM. Ainda em 2016, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e outros movimentos enviaram ao CNDM uma carta de renúncia (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2016a)³⁹, justificando a atitude pelo não reconhecimento do governo que assumira mediante um golpe de Estado. A União Brasileira de Mulheres (UBM), por sua vez, optou por permanecer, alegando a necessidade de manutenção dos espaços conquistados. Analisando a composição da atual direção em relação à anterior (referente ao mandato 2014/2017), é possível perceber uma renovação de 47% (quarenta e sete por cento) da representação. Na eleição anterior, esta mudança fora de 19% (dezenove por cento).

Seguindo no intuito de selecionar Movimentos Sociais com atuação reconhecida na defesa dos direitos das mulheres, parti para a análise da composição do CNDM, ao longo de sua existência. À exceção do período compreendido entre 1985 e 2003, no qual as integrantes que representavam a sociedade civil não eram vinculadas às organizações representadas, nos documentos referentes ao CNDM, pude identificar quais organizações compuseram as direções dos períodos 2003/2005; 2005/2007; 2008/2010; 2011/2014; 2014/2018 e 2018/2021⁴⁰. Ao longo destes quinze anos, foram 42 (quarenta e dois) os movimentos da sociedade civil que

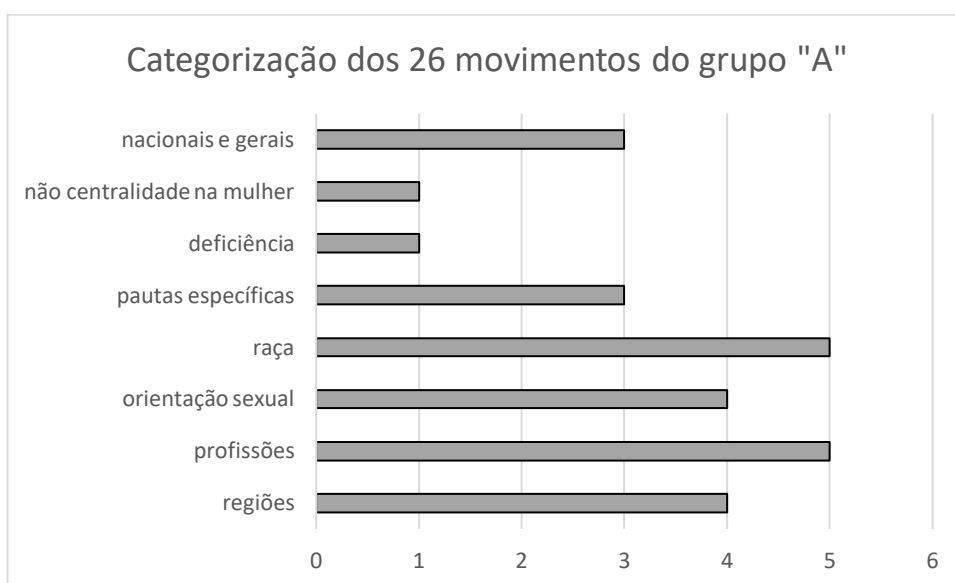
39 Verificar em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/carta-de-renuncia-ao-conselho-nacional-de-direitos-das-mulheres-jun2016/>>. Acesso em 04 fev. 2019.

40 Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/relacao-de-conselheiras-do-cndm-1985-a-2014>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

participaram da direção do CNDM. Destes, 26 (vinte e seis) representaram ou representam a categoria “A”⁴¹ e dezesseis a “B”⁴².

A categoria “A” é formada por redes e articulações feministas e de defesa dos direitos das mulheres. Com vistas a fazer uma seleção inicial entre elas, analisei o perfil das 26 (vinte e seis) organizações que a compõem ou compuseram e cheguei à categorização:

Gráfico 1- Categorização dos Movimentos Sociais do grupo “A”.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para elaborar a categorização contida no gráfico um, considerei como “profissões” os movimentos que, mesmo participando do grupo relacionado às articulações feministas, se

41 Movimentos que participaram do CNDM pela Categoria A: Articulação Brasileira de Lésbicas; Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica; Associação Maylê Sara Kalí; Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; Articulação Nacional de Travestis e Transexuais; Articulação de Mulheres Brasileiras; Articulação de Organizações de Mulheres Negras; Confederação de Mulheres do Brasil; Conselho Nacional das Mulheres Indígenas; Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais; Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos; Fórum de Mulheres do Mercosul Brasil; Fórum Nacional de Mulheres Negras; Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros; Instituto Equit – Gênero, Economia e Cidadania Global; Liga Brasileira de Lésbicas; Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Movimento de Mulheres Camponesas; Marcha Mundial das Mulheres; Organização Nacional de Cegos do Brasil; Parto do Princípio; Rede Economia e Feminismo; Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e Sexuais; União Brasileira de Mulheres; União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira; Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean.

42 Movimentos que participaram do CNPM pela Categoria B: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; Central Única dos Trabalhadores; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Brasil; Conselho Federal de Psicologia; Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; Conselho Nacional dos Trabalhadores Domésticos; União Nacional de Estudantes; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; Ordem dos Advogados do Brasil; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino; Força Sindical; Confederação Geral dos Trabalhadores.

reuniam a partir de um ou mais aspectos da vida profissional, a exemplo da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ). O agrupamento “orientação sexual” diz respeito a organizações com este foco, a exemplo da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) que lá foi contemplada. Como “regiões”, reuni os movimentos estaduais ou regionais, entre eles o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA). O grupo “raça” foi formado a partir desta temática, a exemplo do Fórum Nacional de Mulheres Negras. A categoria “Pautas específicas” foi criada a partir das organizações que tinham foco central em um aspecto da vida da mulher, como a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e Sexuais (RNFS). Na categoria “deficiência” estava a organização de deficientes visuais e, na “não centralidade da mulher”, uma organização que tratava de temas diversos e o gênero era um entre eles. Por fim, a categoria “nacionais e gerais” agrupava entidades com este caráter, ou seja, que adotavam diretrizes que indicavam contemplar a diversidade que envolvia o segmento mulheres.

Tendo presentes estes aspectos e os objetivos do estudo que não remetiam à outra especificidade senão a relação entre mulheres e o lazer, minha opção foi por começar a selecionar os sujeitos pelos três movimentos nacionais da categoria “A”, que intentavam contemplar a diversidade do segmento mulheres e participavam ativamente do CNDM. Vale destacar que os três participaram de mais de 80% (oitenta por cento) das direções, no período analisado.

Considerando a existência da categoria “B” e o fato de ela congregar representantes das mulheres que participavam de organizações de caráter sindical, associativo, profissional ou de classe e a importância da relação entre lazer, trabalho e tempo livre para este estudo, optei por analisar, também, como foram compostas estas representações. O primeiro filtro mostrou que as dezesseis entidades podiam ser divididas em três grupos: trabalhadoras assalariadas (doze), estudantes (duas) e agricultoras familiares (duas). Tendo, então, novamente, três categorias de organizações, o passo seguinte foi aquele de definir quais seriam incluídas na pesquisa.

Entre as trabalhadoras assalariadas, havia: seis organizações focadas em determinada categoria, como a Organização dos Advogados do Brasil (OAB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); quatro de caráter geral; e uma que foi extinta. As duas representantes das trabalhadoras rurais eram nacionais e ativas; e das duas representantes de estudantes, uma era ligada especificamente à área da Saúde e a outra, geral. Mantendo o critério utilizado na categoria “A”, de optar por organizações com temáticas gerais das mulheres, no

caso dos Movimentos de Estudantes, apenas um se enquadrava e já estaria definido por este recorte.

Entre as representantes das trabalhadoras assalariadas, eu teria seis nesta condição e, no grupo das agricultoras familiares, duas. Optei, então, por buscar um segundo critério. Verificando a quantidade de participações em direções do CNDM, no período analisado, foi possível perceber que, entre as organizações das trabalhadoras assalariadas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) participou de 100% (cem por cento) das diretorias e as demais em menos de 35% (trinta e cinco por cento). Isto se repetia entre as representações de agricultoras familiares, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Adotando como critério de desempate a maior atuação no CNDM, cheguei às outras duas representantes da categoria “B”.

A partir desta seleção, os seguintes movimentos fizeram parte da pesquisa: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a União Brasileira de Mulheres (UBM), da categoria “A”, e a Secretaria da Mulher Trabalhadora, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), da categoria “B”.

Considerando a orientação de, por questões de ética em pesquisa, preservar a identidade das entrevistadas, solicitei que elas escolhessem como pseudônimo uma mulher militante da luta feminista. As mulheres escolhidas como pseudônimo das entrevistadas têm imagens dogmáticas e são porta-vozes de uma univocidade (DELEUZE; GUATTARI, 2011) que produz modos de ser.

A representante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) que participou diretamente deste encontro, como entrevistada, se apresentou como uma mulher que tinha mais de 25 anos de militância política, os quais envolviam os planos partidário, sindical, comunitário e de Movimento de Mulheres. Era assistente social, atuante da Rede Pública de Saúde de Belo Horizonte, mãe de três filhos, tinha mais de 50 anos de idade e defendia a construção do feminismo na perspectiva do campo democrático popular socialista. No nosso encontro, optou por ser chamada de Dora⁴³.

43 Dora, ou Dodora como era chamada, é Maria Auxiliadora Lara Barcelos (1945-1976). Foi uma militante mineira, vítima da ditadura militar brasileira. Diante do contexto em que o país se encontrava, em 1969, Dora abandonou a Faculdade de Medicina da UFMG para lutar contra o regime. Integrou a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), por isso, foi presa ainda em 1969, sofreu torturas severas antes de ser banida para o Chile. Após o governo do ditador chileno Augusto Pinochet ter impedido que ela continuasse seus estudos

A Marcha surge nos anos 2000 aqui, no Brasil, a partir de um processo que as mulheres no Quebec fizeram uma ação lá, que chamou pão e rosas. As mulheres de lá fizeram uma grande caminhada pelo Canadá reivindicando a diminuição da pobreza e contra a violência. Nessa marcha elas perceberam que não adiantava lutar num país só, que era importante, para enfrentar a pobreza e a violência, precisava de um movimento mais internacional e aí, a partir disso, elas começaram a construir diálogo com várias organizações no mundo, né? Aqui, no Brasil, começaram, então, a conversa com a CUT [...] A gente começou a fazer, então, nos anos 2000, um abaixo-assinado e uma mobilização contra a pobreza e a violência. Esse abaixo-assinado foi entregue na ONU com mais de dois milhões de assinaturas, no dia 17 de outubro. A partir dessa ação, foi dialogado sobre a importância de a gente transformar esse movimento que tinha sido feito contra a pobreza e a violência num movimento permanente. Daí surge a Marcha como um movimento internacional, permanente (DORA, 19/07/2019).

Complementando a fala de Dora, cito que a MMM é uma organização política, em forma de movimento feminista e anticapitalista. Composta por uma rede de movimentos nacionais e internacionais, procura contemplar a diversidade existente entre as mulheres. Segundo o Blog da Marcha Mundial das Mulheres (2020, on-line), a primeira Marcha Mundial das Mulheres foi realizada no ano 2000, envolvendo 159 (cento e cinquenta e nove) países e territórios. O movimento tornou-se permanente e está organizado no âmbito nacional a partir de núcleos em cidades, contando com vinte comitês estaduais e uma coordenação executiva nacional. Outras cinco marchas já foram realizadas, a quinta teve início no dia 08 de março de 2020 e encerramento em outubro do mesmo ano.

Os campos de ação da MMM, registrados nos documentos consultados, foram: 1. Autonomia econômica das mulheres; 2. Bem comum e serviços públicos; 3. Paz e desmilitarização; e 4. Fim da violência contra as mulheres. As pautas referentes a estes campos foram expressas em plataformas de reivindicações, publicações próprias, agendas, jornais, folhetos, panfletos, mídias eletrônicas, redes sociais e ações específicas do movimento. Dora complementou:

Um dos principais temas é a questão da economia feminista, a questão do aborto, da produção, dessa coisa da produção do comum e o enfrentamento à violência. Nessa questão da economia feminista, tem o combate à pobreza, a questão da agroecologia e uma nova concepção de economia em que você tem o processo do cuidado, da produção da vida como centro. Não só economia de mercado, você pensar a economia com esse processo, assim, que a vida, a reprodução da vida seja o centro; eu acho que esses são os pontos centrais da Marcha [...] Importa a relação que você tem com a natureza, essa coisa que a gente chama de trabalho doméstico, trabalho de cuidados, que isso é importante, que faz parte da economia, é isso que movimenta a economia.

no país, Dora migrou para a Bélgica e conseguiu asilo político na Alemanha Oriental, em 1974, onde suicidou-se dois anos depois, com problemas de amnésia (SCHUMA; VITAL, 2000, n.p).

Como que se produz o cuidado de forma mais coletiva, mais socializada? A Marcha tem se desafiado a pensar essas propostas (DORA, 19/07/2019).

O segundo movimento convidado, a Articulação de Mulheres Brasileiras, vem ao nosso encontro como uma organização política feminista, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidária. Foi instituída em 1994, com o intuito de coordenar as ações dos movimentos de mulheres brasileiras, com vistas à sua consolidação como sujeito político no processo de realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher cujo tema central, como já mencionado, foi “Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e a Paz”, ocorrida em Beijing, em 1995.

Para representar a Articulação de Mulheres Brasileiras, aqui em nosso encontro, foi indicada a militante que optou por ser chamada de Flora⁴⁴. Uma mulher nordestina, nascida no Ceará e que, no tempo em que foi realizada a pesquisa, informou que residia em Pernambuco, onde atuava em uma organização feminista. Doutora em Serviço Social, tinha menos de 40 anos de idade na época, tendo militado, inicialmente, no Movimento Estudantil e, na sequência, nos Movimentos Partidário e de Mulheres. Ela se autodeclarou lésbica, socialista, comunista e feminista. "Eu sempre tive muito a questão de que eu queria estudar e queria ser uma mulher autônoma" (FLORA). Sobre a origem da AMB, Flora afirmou:

Quando a gente saiu desse processo da articulação para Beijing, nós, que somos da AMB, achamos que não devíamos desperdiçar todo aquele esforço organizado, então, construímos a proposta da AMB que foi se formando ao longo desse período, se construindo como movimento (FLORA, 02/10/2019).

Assim, a AMB seguiu e segue mobilizando o campo dos Movimentos Sociais como uma organização que articula e potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos local, nacional, latino-americano e internacional. Suas pautas envolvem a luta a favor: da liberdade afetiva e da liberdade sexual de todas as pessoas; da autodeterminação reprodutiva para as mulheres; do direito ao aborto; da superação da divisão sexual do trabalho; da proteção

44 A escolha do pseudônimo é uma referência à Flora Céléstine Thérèse Tristán y Moscoso (1803-1844), filha de um aristocrata militar peruano e de uma pequena burguesa francesa. Não foi reconhecida pela família de seu pai, o que fez com que ela e a mãe passassem por dificuldades financeiras, por ocasião do falecimento dele. A circunstância levou Flora a um casamento arranjado cuja união a colocou em situação de violência doméstica, assim, fugiu para a casa da mãe, acompanhada com seus três filhos. Presa por isto, enfrentou uma longa luta pelo divórcio e pela guarda dos filhos sendo, inclusive, vítima de tentativa de homicídio pelo seu ex-marido. Neste contexto se fez escritora. Em 1843, publicou sua obra principal, a qual foi intitulada “A União Operária”, que enfrentou diversas resistências, inclusive por parte de pensadores da esquerda socialista, o que a levou a adotar a autodenominação de “pária”, referindo-se ao seu lugar em uma sociedade de classes. Em viagens pelo interior da França, da Inglaterra e do Peru, Flora passou a escrever seus diários de viagem, nos quais narrava e refletia acerca das vivências enquanto mulher estrangeira, renegada pela família paterna e divorciada, bem como da situação da classe operária nos lugares visitados (FIUZA, 2007).

social universal a todas as mulheres; da construção de uma outra economia; da democratização do sistema político e das formas de exercício do poder no Estado e na sociedade; do combate a todas as formas de violência; e da luta pelo fim da violência contra as mulheres. Flora falou a respeito disso:

A AMB se define como movimento que faz o feminismo antissistêmico, quer dizer que nós somos um movimento feminista antipatriarcal; é preciso dizer que a gente enfrenta o patriarcado como sistema, não como uma prática do cotidiano, que está articulado com o capitalismo e com o racismo e que se baseia na imposição da heterossexualidade, por isso, a luta contra a lesbofobia também é muito importante para nós. Então, acreditamos que, para transformar a vida de todas, é preciso lutar contra o sistema que é um só, não existe patriarcado, capitalismo e racismo, é um sistema só, tudo ao mesmo tempo, e essa conjuntura está mostrando exatamente como esse sistema é um só, vem tudo ao mesmo tempo, uma roda que gira e tenta nos massacrar (FLORA, 02/10/2019).

A AMB se organiza em fóruns, coletivos regionais, frentes de lutas e instâncias estaduais a ela vinculadas. Suas pautas estão registradas em cartas (de princípios, de reivindicação, de apoio, de repúdio), notas, mídias eletrônicas, redes sociais e ações específicas. Flora explicou a forma de organização do movimento:

Construímos um movimento que se baseia na ideia de horizontalidade. A AMB é um movimento integrado por agrupamentos locais que integram o nacional [...]. Definimos estratégias anualmente, em uma plenária nacional, mas as lutas ganham materialidade nos territórios e nos contextos. Então, não é que a gente tira uma luta que todos vão fazer, cada agrupamento faz a luta prioritária, de acordo com a realidade de seu contexto, e construímos lutas nacionais que são de todas [...] Para construir as lutas nacionais, a gente se organiza em coletivos de luta, que vão impulsionando e liderando as lutas, que são de todas, em uma determinada conjuntura. Ser um movimento horizontal nos dá muito mais trabalho, porque o esforço de articulação e construção democrática é enorme, a busca por isso é grande; eu sempre digo e muitas de nós dizem que ser vertical é muito mais fácil, porque você tira e já está dado. Mas, organizar um movimento com base na horizontalidade é um movimento cotidiano (FLORA, 02/10/2019).

A terceira organização convidada a ser participante deste nosso encontro foi a União Brasileira de Mulheres (UBM), fundada em 1988, a partir das articulações envolvendo o processo constituinte, iniciado em 1987 e concluído em 1988, como uma entidade nacional e apartidária que reuniu e reúne mulheres em luta contra a discriminação de gênero, racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Atua em parceria com entidades do Movimento de Mulheres e dos Movimentos Populares, Estudantil, de Jovens e Sindical, além de Movimentos Feministas internacionais. A UBM está organizada em seções, na maioria dos estados brasileiros, e realiza congressos estaduais e nacionais dos quais retira resoluções relativas às

lutas por direitos, em especial das mulheres. Além disto, promove seminários, cursos, palestras, debates e publica materiais diversos.

Como representante da UBM, foi apresentada a historiadora e, na época desta investigação, mestranda em Educação, de pseudônimo Loreta⁴⁵. Carioca que residia em São Paulo, quando da entrevista, estava com 30 anos e se apresentava como suburbana, “botafoguense doente”, comunista, feminista e militante, inicialmente no Movimento Estudantil e, naquele instante, no Movimento de Mulheres. Sobre as origens da UBM, Loreta afirmou que:

Quando tem esse processo de retorno - com muitas aspas - à democracia, a gente passa a ter condição de ter espaços pra debater outras questões que tivessem, inclusive, conexão com esse novo Brasil que a gente queria construir, já que a gente estava falando que estava vencendo um período antidemocrático, um período de violação dos direitos e tudo mais. Como a gente retoma esse sentimento que ficou guardado durante essa situação, como a gente transforma esse sentimento em organização e mobilização popular? Então começa-se a se organizar a partir desses movimentos que já existiam [...] A gente cria a União Brasileira de Mulheres com o objetivo de organizar a luta feminista nacionalizada (LORETA, 15/09/2019).

Loreta se referiu, ainda, às pautas da UBM:

A gente tem a luta histórica, as lutas históricas do Movimento de Mulheres, né? A luta pela saúde da mulher, pela legalização do aborto; a luta contra a violência de gênero, pela implementação total da Lei Maria da Penha; a luta pelo acolhimento das mulheres vítimas de violência, mas a gente entende que a luta das mulheres não pode estar apartada da luta política que está em curso. Nós somos mulheres e muitas outras coisas [...] a gente vai se adequando com a luta política em curso, além de, claro, reivindicar as bandeiras históricas do movimento feminista (LORETA, 15/09/2019).

No grupo das organizações de caráter sindical, associativo e de entidades de classe, foi convidada a se sentar à mesa de negociações a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, São Paulo, durante a Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2015-2017, on-line), na pessoa de Margarida. A CUT trata-se de uma

45 O nome é uma referência à Loreta Kiefer Valadares (1943-2004). Nascida em Porto Alegre, formou-se em Direito em São Paulo, participando do Movimento Estudantil de Ação Popular. Em 1967, passou a atuar junto ao operariado e às(aos) camponesas(es), em Minas Gerais. Em 1969, foi presa em Belo Horizonte, após a promulgação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 (BRASIL, 1968), pelo governo militar. Ela foi interrogada e torturada até 1970, quando foi liberada. Porém, em 1972, recebeu uma condenação a três anos de prisão. Orientada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao qual estava filiada, mudou-se para a Argentina, depois para a Suécia, onde atuou em movimentos de solidariedade aos povos da América Latina. Retornou ao Brasil, em 1980, onde atuou como professora de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, até aposentar-se. Deixou um legado reconhecido na área emancipacionista e de direitos humanos (SCHUMA; VITAL, 2000, n.p).

organização sindical brasileira que se autoafirma de caráter classista, autônomo e democrático. Indica como compromisso principal a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

A partir dos anos 80, quando começa o processo de democratização do país, a retomada da democracia, as pessoas começam a se organizar em movimentos sociais e, então, [a se organizar pelas causas identitárias; eu me identifico com o Movimento Negro; eu [me] identifico como uma mulher que vai combater o patriarcado e quer igualdade de direitos, quer o direito à saúde, os direitos sexuais e reprodutivos, ou então, eu sou jovem e quero discutir o mercado de trabalho, ou [sou uma d]as antiproibicionistas com relação à questão do uso ou não de drogas [...] Nisso também o Movimento Sindical começa a crescer, a CUT começa aparecer muito forte, né? Hoje a CUT ainda é considerada, [ainda que] com todos os problemas, a quinta maior central sindical do mundo (MARGARIDA, 26/08/2019).

Esta foi a fala da Margarida⁴⁶, representante da CUT na mesa. A assistente social paulista foi bancária e, na ocasião desta pesquisa, era servidora pública da Prefeitura de São Paulo, cedida para a CUT. Tendo iniciado a militância como aluna no Serviço Social, seguiu para a ação partidária e sindical.

As mulheres dos movimentos, dos coletivos feministas, elas me olhavam como se eu fosse do Movimento Sindical e eu falava, não, eu sou feminista, eu sou da classe trabalhadora, agora, eu sou, claro, de uma organização mista, mas eu sou uma feminista. Então, eu tenho uma causa identitária, também, dentro da questão da classe trabalhadora, para além dos debates que eu defendo, enquanto classe, eu tenho uma identificação (MARGARIDA).

A CUT, por meio de um breve histórico em seu *site*, indica como objetivo “organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática” (CUT, n.d., on-line). É a maior Central Sindical do Brasil, da América Latina e, como afirmou Margarida, a quinta maior do mundo. Conta com estrutura nacional, incluindo uma Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT), e organizações nos 26 (vinte e seis) estados brasileiros e no Distrito Federal (DF). É constituída, ainda, por organizações sindicais de base e entidades sindicais, por ramo de

46 Uma referência à Margarida Maria Alves, trabalhadora rural e líder sindical paraibana, com forte influência no Nordeste do Brasil. Atuou pelo direito das(os) trabalhadoras(es) rurais e em combate ao latifúndio. No período em que esteve presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, Margarida moveu mais de 73 (setenta e três) ações contra as usinas de cana-de-açúcar da região. Após muitas ameaças, foi assassinada na porta de sua casa, em 12 de agosto de 1983, segundo o Movimento, a mando daqueles a quem sua luta incomodava, no caso, os usineiros do brejo paraibano (SCHUMA; VITAL, 2000, n.p).

atividade econômica: sindicatos, federações e confederações, com organismos para o desenvolvimento de políticas específicas e assessoria.

No debate das pautas das mulheres, foco do nosso encontro, as negociações são realizadas pelos sindicatos e a CUT atua como apoio, sugerindo questões que poderiam compô-las. Por meio da SNMT e do Coletivo Nacional de Mulheres, formado pelas secretárias estaduais de mulheres e confederações, são elaboradas as sugestões para que os sindicatos discutam e incluam pautas em suas negociações. A SNMT indica, entre os seus objetivos, a intenção de propor e exigir políticas públicas voltadas para a garantia e a ampliação dos direitos das mulheres. Margarida complementou com:

A questão do aborto, a questão do direito à creche, porque é uma forma de empoderar as mulheres; a creche é um direito da criança, mas acaba empoderando as mulheres [...] A cota de participação das mulheres, a CUT traz a cota de 30% (trinta por cento), depois a gente debate a paridade, agora a gente quer cargos de poder. Quando você fortalece as mulheres, você empodera toda a classe [...] A gente está chamando uma resolução sobre fortalecer as mulheres na participação do Movimento Sindical [...] A questão da violência, a questão das reformas estruturantes, no caso, a reforma da Previdência e toda a agenda da classe trabalhadora. A outra coisa é um debate muito delicado, se a gente participa ou não da Conferência [Nacional] de Políticas para as Mulheres, com esse governo, que vai ser no ano que vem, novembro de 2020 [...] É uma agenda importante pra nós, da CUT, definir se a gente vai continuar lutando contra os cortes na Educação, nossa, de nossos filhos e filhas, se a gente vai continuar lutando por mais recursos no SUS, para não morrer o SUS, e, também, se a gente vai continuar lutando pelo direito de as pessoas pobres da classe trabalhadora terem direito à assistência, ou seja, à proteção social (MARGARIDA, 26/08/2019).

A segunda organização deste grupo, presente no nosso encontro, foi a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais (SMTR), da CONTAG, que foi fundada em 22 de dezembro de 1963, e tem 55 (cinquenta e cinco) anos de história. É organizada em 27 (vinte e sete) Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 (quatro mil) sindicatos filiados do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), o qual esta organização também compõe. O MSTTR atua na luta pelos direitos de homens e mulheres do campo e da floresta. São agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros(as), comodatários(as), extrativistas, quilombolas, pescadores(as) artesanais e ribeirinhos(as). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, esta população representava mais de 15,7 milhões de pessoas e a CONTAG salienta que são estas pessoas que produzem quase todo o alimento que chega à mesa dos(as) brasileiros(as).

A SMTR conta com uma direção nacional e cinco regionais, as quais estão agrupadas de acordo com a divisão geográfica do país. Mantém uma Escola Nacional de Formação, um Centro de Estudo Sindical Rural e um Centro de Documentação e Informação. Realiza plenárias, encontros do conselho deliberativo, de coletivos e comissões, entre eles, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Como ponto culminante do trabalho, realiza o Congresso Nacional dos(as) Trabalhadores(as) Rurais⁴⁷.

A estrutura da entidade tem, ainda, oito secretarias de áreas finalísticas (que não são responsáveis pela gestão da CONTAG), sendo uma delas a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, criada em 2009, que tem como seus principais objetivos:

Coordenar e implementar políticas e estratégias para a superação de todas as formas de discriminação e desigualdades de gênero existentes no meio rural, além de promover ações de capacitação das mulheres trabalhadoras rurais para qualificar sua participação no MSTTR e nos espaços de formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural (CONTAG, n.d., on-line).

Recebemos, para o nosso encontro, uma mulher trabalhadora rural que optou por ser chamada Margarida do Campo⁴⁸. Ela estava com menos de 35 (trinta e cinco) anos, na época desta investigação, e é piauiense, sendo uma entre nove filhas e filhos de uma família de agricultores(as). Iniciou a militância na Pastoral da Juventude (PJ), tendo seguido para o Movimento Sindical rural local e, depois, para o nacional, primeiro entre as(os) jovens e, depois, junto às mulheres. Margarida do Campo indicou que as principais pautas da CONTAG:

Continuam sendo a reforma agrária; a luta pela terra; a luta contra a violência contra as mulheres; a luta por políticas públicas, também; a luta na defesa da agroecologia que é uma das questões extremamente importantes das mulheres; [a luta pel]o direito à saúde, à educação [...] o processo de formação das mulheres na base, a questão da produção das mulheres, mas, sobretudo, essa organização da nossa grande ação que é a Marcha das Margaridas que acontece a cada quatro anos (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

47 Verificar em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=228&nw=1>>. Acesso em: 08 out. 2020.

48 O nome também é uma referência à Margarida Maria Alves. Como a representante da CUT já havia escolhido este pseudônimo e considerando o significado que a líder tem para a SMTR/CONTAG, a entrevistada optou por utilizar a mesma representação, qualificada com “do Campo”. O trabalho da SMTR tem como eixo organizador a Marcha das Margaridas, realizada há cada quatro anos. Trata-se de uma ampla ação estratégica das mulheres, em busca de uma sociedade com igualdade, reconhecimento social, político e cidadania, livre do patriarcado, do conservadorismo da direita e da violência sexista. A ação inicia em mobilizações locais e culmina com uma concentração de mulheres, em especial, as mulheres rurais, de todo o país, em Brasília. Além das pautas do Movimento de Mulheres, a Marcha das Margaridas tem o intuito de mostrar que os ideais de Margarida Maria Alves não se calaram, seus sonhos permanecem vivos e se multiplicam por milhares de “margaridas” espalhadas por todo o país.

O terceiro movimento convidado deste segundo grupo foi a União Nacional dos Estudantes (UNE), organização mais antiga e de maior representatividade das(os) estudantes brasileiras(os), que envolve cerca de seis milhões de universitárias(os), dos 26 (vinte e seis) estados e do DF. Trata-se do Movimento Estudantil que atua como espaço e veículo que congrega lutas sociais e bandeiras tanto na organização e na realização das festas como de passeatas, na criação de empresas júniores ou na representação política para debater as questões que envolvem o país. Os(As) estudantes se organizam em entidades representativas, como os Diretórios Acadêmicos (DAs), os Centros Acadêmicos (CAs), os Diretórios Centrais (DCEs), as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e as Executivas Nacionais e Federações de Cursos. Assim, a UNE representa a união destas organizações.

A UNE conta com três instâncias deliberativas: o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), que reúne os DAs e CAs do Brasil; o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), que agrega os DCEs e Executivas Nacionais de Cursos; e o Congresso da UNE (CONUNE), formado por todas as entidades e também por todas(os) as(os) estudantes que participam, de maneira livre, a cada dois anos, quando são eleitas as diretorias e tomadas as decisões sobre os rumos da entidade.

Fundada em 1937, a organização registra marcas de sua participação na história do Brasil, como pode ser visto no acervo fotográfico presente no *site*⁴⁹, o qual noticia a campanha “O Petróleo é Nosso”, na década de 1940, o enfrentamento ao nazifascismo e a ação da UNE durante a resistência à última guerra civil-militar no Brasil, passando pelas “Diretas Já”, pelo Movimento dos “caras pintadas” contra o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, pela luta contra os governos neoliberais, nos anos de 1990, pelas jornadas de junho de 2013 por um país melhor, dentre outros fatos, o que ratifica a afirmação de que “a UNE fez parte dos principais movimentos populares da história recente brasileira” (STEK, 2016, *on-line*).

A UNE indicou, para participar como entrevistada, uma jovem mulher que não mencionou sua idade. Na época da investigação, era estudante de Arquitetura, em São Paulo, e membro da direção desta entidade estudantil. Além do Movimento Estudantil, militava no campo feminista e afirmava que a luta das mulheres sempre transversalizou os debates na Arquitetura urbana e na Educação, suas áreas de interesse. Escolheu o pseudônimo Helenira⁵⁰. Sobre os desafios atuais da UNE, ela destacou:

49 Disponível em: < <https://une.org.br/fotos/> >. Acesso em 22 maio 2018.

50 Uma referência à Helenira Resende de Souza Nazareth (1944-1972), militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), desaparecida em 1972, na Guerrilha do Araguaia, quando tinha 28 (vinte e oito) anos. Helenira Resende, como ficou conhecida, se destacou na resistência à ditadura no Brasil. Iniciou sua militância no Movimento Estudantil, em São Paulo, chegou a ser vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1969. Foi

O papel da UNE nesse período é defender a universidade que, inclusive agora, é a universidade que tem mais mulheres na história do Brasil, [que] tem mais negro, que tem mais indígenas, [que tem mais] LGBT. É essa [a] nova universidade, com as políticas construídas nas últimas décadas, e a gente tem que defender, senão ela vai acabar. A gente está vendo o que está acontecendo com os cortes e quem são os primeiros prejudicados? São justamente aqueles que tiveram esse acesso historicamente negado, então as mulheres são muito prejudicadas nesse sentido, porque a primeira cortada é a assistência estudantil, quando corta verba, a mulher que tem filho, ela já não tem nem mais condição de ter a creche universitária para colocar o filho lá, por exemplo (HELENIRA, 02/08/2019).

A UNE realiza, ainda, encontros nacionais temáticos, como o Encontro Nacional de Estudantes Negros e Cotistas, a Bienal da UNE e o Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA), com mostras de música, cinema, artes visuais, literatura, artes plásticas e artes cênicas. Desde 2005, ocorre o Encontro de Mulheres Estudantes (EME). Foram oito edições deste que consolidaram a atividade na agenda da UNE. A Diretoria de Assuntos da Mulher é responsável pelo evento e pelas demais ações relacionadas à pauta das mulheres. Helenira destacou as principais pautas:

Assistência estudantil para as mulheres, isso daí é uma pauta que é muito crescente; o assédio também é uma pauta, porque a gente vê muitos relatos do assédio que as mulheres sofrem, ainda, no ambiente acadêmico, a gente vê no ambiente da pesquisa, assim, de estupros, e quanto e como isso é triste, né? Quanto relato a gente tem! A questão da saúde pública e do aborto também sempre está em pauta. Mas o que mais, o que sempre aparece com muito mais força é a questão da presença das mulheres nas universidades e como enfrentar os limites disso (HELENIRA, 02/08/2019).

A mesa está composta com diferentes movimentos, cada qual com sua história e caminhada, representados aqui por mulheres diferentes entre si e de outras mulheres que poderiam estar conosco. As diferenças individuais e dos coletivos agregam histórias, maneiras de ser, de ver, de viver e de entender as coisas, no entanto, não abrangem a totalidade das mulheres que militam em Movimentos Sociais, uma vez que isto não seria possível e nem é minha intenção, justamente pela diversidade que nos constitui.

Feitas as apresentações do processo de trabalho, da mediadora, dos Movimentos Sociais de mulheres e das entrevistadas, passo à análise de conjuntura.

presa, pela primeira vez, em maio de 1968, quando convocava colegas para uma manifestação na Capital Paulista. Detida mais uma vez e jurada de morte pelos militares, passou a atuar na clandestinidade, vivendo em diversos locais até ir para a região do Araguaia, no Sul do Pará, para contribuir na organização da luta armada rural contra o regime. Usando o codinome “Fátima”, fez trabalho político e ajudou a preparar a Guerrilha do Araguaia. No dia 29 de setembro de 1972, Helenira acabou sendo ferida num tiroteio. Recusou-se a entregar a localização de seus companheiros aos militares, foi torturada e, supostamente, morta por isto (SCHUMA; VITAL, 2000, n.p). Sobre a Guerrilha do Araguaia, verificar nas referências, Sousa (2020, *on-line*).

PARTE II: REFLEXÕES SOBRE A CONJUNTURA

2.1 Mulher um sujeito político

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”, tradução brasileira para o original “*On ne naît pas femme, on devient femme*” (BEAUVOIR, 1967). É a frase célebre com a qual Simone de Beauvoir começa o segundo volume de “O Segundo Sexo”, em 1949, para dizer que a mulher não nasce com um destino biológico, ela é formada no interior de uma cultura que define qual o seu papel no seio da sociedade, a partir de relações de poder estabelecidas, porém, mutáveis.

Trazendo a discussão para o campo pós-estruturalista, Deleuze e Guattari (1995) utilizam o conceito de agenciamentos que remete à multiplicidade, a estados de coisas, nos quais cada uma encontra sua voz, de acordo com seu estilo, com seu território, com o lugar onde se sente melhor. Por este entendimento, criar um conceito implica investir na potencialização das capacidades criativas do ser humano, tendo presente que a natureza não é dada, é fábrica em si mesma e de tudo o que dela decorre. Esta fábrica produz permanentemente o real, enquanto resultado da sua potência de acontecer, criando modos de subjetivação, de individuação e de objetivação. Assim, o conceito de agenciamento remete ao modo concreto de produção de realidade, rompendo com a ideia de uma verdade que a representaria.

Para tal, o agenciamento relaciona fluxos e práticas extradiscursivas, indo além das relações de significante a significado, de representante a representado. Estabelece uma relação de implicação entre a dimensão relativa às modificações corporais (lição das coisas – ações e paixões) que efetuam um acontecimento, levando a uma formação de potência e à dimensão das transformações incorporais ou aos enunciados de linguagem, das palavras que remetem a um regime coletivo de enunciação. Deleuze e Guattari (1995) dizem que, além de produzir o enunciado do sujeito, o agenciamento é, em si mesmo, um processo que não permite que nenhum sujeito seja determinado, tendo em vista a ênfase na natureza e na função dos enunciados, que não existem por si mesmos mas como partes das engrenagens de um agenciamento que liga, conecta, conjuga, compõe, combina, produz, fabrica, revisa, distribui e consome corpos e mentes, movimentos e pensamentos.

Busquei aqui reunir as partes da engrenagem que forma o agenciamento mulheres, considerando a complexidade e o caráter dinâmico destes sujeitos. Trata-se de um exercício político de dar visibilidade à vida e às relações estabelecidas por este segmento social que representa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 51,03% (cinquenta e um vírgula zero três por cento) da população brasileira. Cada contexto social e

cultural é produzido por mulheres e, ao mesmo tempo, produz mulheres com especificidades, imperativos, anseios, histórias, conquistas, preocupações e lutas. Somos parte delas e estamos aqui para falar a partir dos nossos lugares.

Quando opto pela discussão de um segmento, procurando tratá-lo como sujeito político, preciso buscar elementos que facilitem a compreensão deste. A pergunta que faço para tal, sem a pretensão de produzir sínteses, é: o que são as mulheres? Venho trazer, também, as provocações de Viana (2013), ao questionar: não seriam pessoas produzidas por um conjunto de fatores histórico-culturais que as transforma em seres atrelados a imposições consideradas naturais e que, no entanto, são sociais e morais? Seriam elas pessoas que parecem estar em contínua menoridade, por se sujeitarem, em alguns casos, inclusive a ser cúmplices de sua própria desigualdade? Junto a estas provocações, sugiro mais uma: de que forma as mulheres fazem resistência a estas imposições sociais e morais, construindo linhas de fuga?

Tais questões são necessárias, considerando que a lógica social dominante, em determinado período histórico, tende a reproduzir um modelo predominante de feminilidade, instaurado pelo padrão patriarcal burguês que parte da definição de fragilidade e objeto, no mercado matrimonial, como características centrais de parcela significativa das mulheres.

Nas mitologias, nos contos de fadas lidos às crianças, atribuem-se sempre os mesmos papéis à mulher. Elas são Ariane abandonada, Penélope e o seu tear, Andrômeda. Elas são Cinderela ou a Bela Adormecida. Ela é a que espera, que não pode encontrar o seu lugar no mundo a não ser pelo amor de um homem [...] O menino aprende cedo que, para obter essa estima adulta, não precisa de, diretamente, tentar agradar-lhes. Ele deve ser forte, independente, aventureiro. Mas a menina é encorajada pelos pais, professores e amigos, por toda a gente, a desenvolver os seus poderes de sedução, a ser gentil, bem vestida, amável. Estas exigências impedem-na de usufruir espontaneamente, como o rapaz, o gosto pelos prazeres do jogo, do desporto, da camaradagem (BEAUVOIR, 2018, p. 56).

As determinações são constituídas pela fala e pela ação das pessoas, não existem como dadas nem são uma representação. Os questionamentos acerca desta lógica social dominante, construída em torno da feminilidade e da masculinidade, deram origem à perspectiva de gênero, para problematizar esta construção social e a forma com que a sociedade moderna elabora espaços, atividades e valorizações diferentes, hierárquicas e desiguais, para homens e mulheres.

Com diferenças que impactam, sexo e gênero passaram a ser tratados como termos distintos, mas sobrepostos. Na mobilização para a participação brasileira, na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, ocorrida em Beijing, em 1995, os Movimentos Sociais de Mulheres optaram por adotar o conceito de gênero, dada a construção social do masculino e do feminino, uma vez que a utilização do termo sexo poderia restringir-se ao

aspecto biológico. Torna-se importante ressaltar que, embora a maior parte da sociedade ocidental só reconheça estas duas classificações, existem outras, nas quais os corpos não são definidamente um ou outro.

Saffioti (2004) defende que o conceito de gênero, compreendido a partir das várias relações sociais de desigualdade, dá conta de abranger a dinâmica das relações sociais, considerando as diversas perspectivas feministas de gênero, provocadas pelas diferentes desigualdades. Gênero passa a ser entendido como uma categoria envolvida nas relações de poder que perpassam os âmbitos políticos, sociais e históricos (SCOTT, 1995).

Neste sentido, gênero remete à intenção de incorporar às análises aspectos que são socialmente construídos, mostrando que cada cultura define o que é masculino e feminino, desta forma, estes conceitos são mutáveis e podem ou devem, a depender do contexto, ser alterados. Gênero seria, então, uma categoria relacional, construída, reconstruída e transmitida pela relação e interação entre pessoas, nos diversos contextos da sociedade, da cultura e da história (PARRY, 2015, p. 209).

Nestes termos relacionais, as diferenças não se restringem a homens e mulheres, mas estão presentes nas próprias categorias, a depender de marcadores identitários, a exemplo da idade, da identidade sexual, da condição econômica, da escolaridade, das habilidades, do estágio da vida, da raça/etnia e de outras circunstâncias. Assim, as diferenças seriam intragênero, ou seja, embora o conceito de gênero implique algumas semelhanças de experiências entre homens e mulheres, há outras semelhanças, de poder e de construção ideológica, que afetam diretamente determinadas pessoas, a exemplo do racismo, do heterossexismo, da velhice, da infância, das deficiências, dos discursos em torno da obesidade.

Apesar das diferenças existentes entre as próprias mulheres, Parry (2015) chama a atenção para o fato de que a sociedade seja generificada e que isto influencia nossa estrutura social, incluindo a família, o trabalho, as instituições e as políticas públicas. Da mesma forma, em uma escala individual ou micro, a influência do gênero é evidente nas diversas rotinas e práticas diárias, incluindo as escolhas de lazer. Assim, é inconcebível um universo consensual entre as mulheres que desconsidere suas particularidades.

Embora, ou talvez pelo fato de o conceito de gênero existir, enquanto uma verdade produzida essencialmente no campo da interpretação e do ensaio crítico, sua utilização gera polêmicas diversas reforçando a fragilidade do estabelecimento de categorias, a qual foi apontada pelos Estudos Culturais. Os defensores das visões biologicista, fundamentalista e religiosa veem o gênero como uma afronta à natureza humana, uma vez que a sexualidade seria resultado de uma evolução natural ou de uma determinação divina intocável. Para eles, o

conceito ameaça a ordem social e a família, por isso, precisaria ser combatido e abolido da sociedade, daí, as investidas contra os livros didáticos e currículos que abordam a temática, por exemplo.

Há algumas décadas, falava-se em igualdade de direitos entre homens e mulheres, sem a expressão gênero. Cisne (2015) entende que, inicialmente, a intensificação do uso do conceito deu um caráter mais neutro e polido, menos afrontoso, o que agradava as instituições multilaterais e governamentais, por aparentar algo mais acadêmico ou científico, tanto que os chamados Estudos de Gênero tiveram maior aceitação nas universidades, nas administrações públicas e nas instituições internacionais. A categoria mulher passou a ser associada a ideia de um enfoque ultrapassado, no entanto, a autora chama a atenção para o risco de o uso do termo gênero dificultar a compreensão da problemática presente nas relações sociais de sexo e ocultar o sujeito político mulher: “Isso provoca um sério problema político em termos de desdobramentos para o feminismo, afinal, não podemos, em nenhuma situação, ocultar o seu sujeito político central: a mulher” (CISNE, 2015, 1.1098⁵¹).

Na mesma direção, para Saffioti (2004), “gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão” (p. 138).

Assim como as normas de gênero, os discursos hegemônicos dominantes e certas teorias baseiam-se na polarização entre feminino e masculino. “Como um modo de relação, nem o gênero nem a sexualidade são exatamente uma possessão, mas sim um modo de ser desapossado, um modo de ser para outro ou em virtude de outro” (BUTLER, 2018, p. 26). Esta dicotomia trata da cristalização de concepções do que devem ser os papéis e as atribuições femininas e masculinas e dificulta a percepção de outras formas de relações sociais.

Irigaray (2018) amplia a reflexão, ao chamar a atenção para o fato de que muitos estudos e Movimentos Feministas caem na armadilha de definir as mulheres a partir da relação com o outro sexo ou gênero, e não em relação a si mesmas. Para a autora, “isso significa pensar-se sem o outro e não se pensar a si mesma, pensar em si mesma, em mim-ela, a nós e conosco-elas” (p. 146). Mais que desconstruir o homem, trata-se de celebrar a mulher para que esta relação deixe de ser entre dominante e dominado e passe para um estágio de solidariedade.

51 CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classes no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2015. ISBN: 978-85-249-2369-2. CDD: 305420981. *E-book Kindle*. Disponível em: <<https://issuu.com/livrariafeminista/docs/feminismo-e-consciencia-de-classes-no-brasil-mirla-cisne>>. Acesso em: 08 out. 2020.

Fiz esta introdução com algumas reflexões acerca dos termos que conduzem estudos sobre as mulheres, para fins de descartar a possibilidade e a intencionalidade de escolha doutrinária, homogênea ou fixa de um deles. Considerando tratar-se de uma relação de desigualdade que vai além da semântica, ao invés de pautá-la enquanto masculino ou feminino, sexo ou gênero, mulheres ou gênero, os Estudos Culturais me sugerem a opção de abordá-la utilizando o “e” enquanto conjunção aditiva: mulheres e homens, sexo e gênero, masculino e feminino, e assim por diante.

Louro (1997) reforça a importância de se pensar as relações de gênero e as desigualdades entre homens e mulheres, de modo plural, pois, uma vez que as pessoas são identificadas por gênero, classe, raça, etnia, idade, nacionalidade e etc., assumem e produzem diferentes “posições de sujeito”. Assim, fico com o desafio de articular a igualdade e a diferença, considerando as expressões da pluralidade social e cultural.

2.1.1 “Porque as mulheres são múltiplas” (LORETA)

Somos múltiplas. Cada mulher está situada na sociedade, de modos diferentes e a partir de como se define e, muitas vezes, de como é definida pelos(as) outros(as), seja no que tange aos marcadores identitários, seja em relação aos múltiplos papéis que desenvolve na sociedade: mãe; estudante; trabalhadora; conciliadora; amorosa; rompedora; intuitiva; ativista; jovem; idosa. E, ainda, de acordo com o território onde vive: meio urbano; meio rural; periferia; zona nobre; quilombo; país; terra indígena. (VICENTE, 2018).

Entre estes contextos, Sarti (2004, p. 35) sistematiza algumas questões que tangem diretamente às discussões acerca das mulheres pelo feminismo: a relação da mulher com o homem; a sexualidade; o casamento como meio de vida; e o significado e a vivência da maternidade. Para a autora, estas seriam as experiências com marcas culturais gerais, as quais perpassam os diversos atravessamentos históricos e identitários.

Sem que isto tivesse sido critério para participação, nossa mesa de negociação acabou por ilustrar a heterogeneidade como fruto de construções de identificação diversas. Somos militantes conectadas por alguma linha de luta, por direitos das mulheres, no entanto, cada uma é única e diversa. Há brancas, pardas, negras, magras, gordas, jovens, adultas, estudantes, trabalhadoras urbanas e uma rural, sindicalistas, feministas, heterossexuais, lésbicas, mães, não mães, uma mineira, uma gaúcha, uma paulista, uma carioca, três nordestinas, comunistas, socialistas, com outras aproximações e distanciamentos que identificaríamos, se nos conhecessemos mais, ou mesmo se tivéssemos nos encontrado em outros momentos. Além da

nossa multiplicidade, estamos trabalhando com materiais elaborados por milhares de outras mulheres, em encontros, congressos, conferências e marchas, mulheres estas com alguns aspectos em comum e outras tantas diferenças.

Na entrevista com cada uma das seis participantes deste encontro, perguntei “Quem é a (nome da entrevistada)”? É interessante perceber como nos autodefinimos selecionando categorias que provavelmente consideramos mais significativas para nós, para as outras e, talvez, para o contexto da entrevista. Para ilustrar, trarei a primeira fala de cada uma, substituindo o nome pelo pseudônimo.

Em uma frase, Flora trouxe diversas categorias que a tornam singular, indo do âmbito pessoal ao político e, também, ao profissional:

Eu sou Flora, tenho 39 anos, sou cearense, moro em Recife há 16 anos, sou lésbica, sou militante feminista da AMB, desde 2003, [ou seja] também tem 16 anos. Atualmente eu integro o coletivo político profissional do SOS Corpo, o Instituto Feminista pela Democracia, que é um coletivo aqui do Recife, já tem 40 anos. Aqui eu atuo como pesquisadora, educadora e também a gente faz ação política em nosso próprio nome (FLORA, 02/10/2019).

Margarida apoiou-se nas lembranças remotas que, para si, pareciam fazer sentido para que ela se tornasse quem é:

Eu nasci em Sergipe, tenho 61 anos de idade, minha família migrou de Sergipe para São Paulo, em novembro de [19]64, no ano do golpe de Estado militar que instaurou a ditadura militar. Meu pai não era militante de esquerda, nada, mas algumas coisas aconteceram naquele ano que eu não sei exatamente o que [eram e] a minha família acabou migrando daquela pequena cidade do interior de Sergipe e nós viemos para São Paulo (MARGARIDA, 26/08/2019).

A Dora iniciou sua apresentação pela vida de militante:

Eu sou militante do Movimento de Mulheres, desde a construção da Marcha [Mundial das Mulheres], no ano 2000, antes, eu já militava no Movimento de Mulheres, no Movimento de Mulheres da CUT e no Movimento de Mulheres do PT, e a gente tinha algumas articulações de vários movimentos aqui em Minas [Gerais] (DORA, 19/07/2019).

Margarida do Campo (13/09/2019), adotou uma direção semelhante àquela da outra Margarida para iniciar sua apresentação, vinculando a origem com a militância: “Então, sou Margarida do Campo, nordestina, piauiense, sou do estado do Piauí, de um município chamado Batalha, mais conhecido como “terra do bode”, vem daí a minha trajetória no Movimento Sindical, vem de muito cedo, de muito jovem”.

Loreta (15/09/2019) começou como Flora, em uma frase, registrou as especificidades que a tornavam única: “Bom, a Loreta é suburbana, do Rio de Janeiro, ‘botafoquense doente’, comunista, feminista, militante, historiadora e, agora, fazendo Mestrado na área de Educação”. Só para registrar, ela não falou muito mais que isto, diferente, é claro, daquelas que optaram por se definir a partir de sua história de vida. Esta foi também a opção da Helenira (02/08/2019): “Eu sou Helenira, estudante de Arquitetura, agora, da Universidade de Belas Artes de São Paulo, e atualmente sou diretora de Comunicação da UNE e é o único Movimento Social que eu participei na minha vida”.

A forma de nos definirmos, de nos apresentarmos, é influenciada pelos papéis sociais que desempenhamos, pelas marcas identitárias e pelo território. São estas especificidades que determinaram o que cada uma escolheu falar no início, escolheu deixar para depois, ou mesmo omitir. As questões sugeridas por Sarti (2004) – relação mulher/homem; sexualidade; casamento; e maternidade – não ocuparam o lugar central neste recorte da apresentação pessoal das mulheres, sujeitos desta pesquisa, provavelmente pelas especificidades que definiam cada uma delas no contexto da entrevista.

A complexidade e a provisoriedade do conhecimento são características dos tempos do pós-estruturalismo, nos quais a pluralidade se apresenta ao conceito de identidade transformando o “eu” em “eus”, identidade em identidades, mulher em mulheres. Para Hall (2006), “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (p. 12-13).

Diante deste cenário, Machado (2018) sugere a aproximação com concepções desconstrutivistas, de diferenças e de interseccionalidades. Como base para um pensamento interseccional e da diferença, a autora traz a ideia de dissolução do sujeito universal e autoconsciente. A linguagem e o discurso representam práticas que constroem as instituições e os próprios sujeitos históricos e culturais, e a produção do saber é um ato de poder.

A interseccionalidade tem origem nos Movimentos de Mulheres Negras que, além da relação existente entre corpo e gênero, trazem a questão racial como fundamental. Cardoso (2012) afirma que o estabelecimento de relações entre corponegromulher “se configura como resultado de práticas discursivas disciplinares e normatizadoras de gênero e de raça e como agente produtor de sujeições e exclusões.” (p.6061).

A interseccionalidade entre os eixos de poder (gênero, raça, etnia, classe, idade) vai além das somas deles, para alcançar à configuração das relações, das intersecções que se dão entre eles, pelas experiências vividas das(os) sujeitas(os). A identidade mulher é construída pelos

sujeitos, a partir do processo de interseccionalidade e, como resultado, as identidades são fluidas, complexas, instáveis e em permanente construção e desconstrução (MACHADO, 2018). Este olhar sugere “a substituição de propostas de mulheres como tais, ou de mulheres nas sociedades patriarcais, por propostas sobre mulheres em contextos específicos, ou seja, uma construção do sentido de mulher através de uma rede de diferenças e semelhanças” (MACHADO, 2018, p. 52).

Neste sentido, Ribeiro (2016) enfatiza a importância de o debate sobre as mulheres utilizar outros parâmetros para a feminilidade, além de fazer uma análise anticapitalista, antirracista e antissexista. Ou seja, pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência – uma análise interseccional. Flora contribuiu com um exemplo ao falar de uma preocupação sua:

Eu acho que essa meia-idade, assim, é um processo muito duro pra maioria das mulheres, principalmente para mulheres como a minha mãe que não têm grandes perspectivas de trabalho ou no estudo, qualquer coisa, então, é um momento bastante duro para as mulheres, aí, eu fiquei pensando no que eu podia falar pra minha mãe fazer (FLORA, 02/10/2019).

A opressão trazida por Flora dizia respeito a um momento da vida de uma mulher que era mãe, trabalhadora, aposentada e cujos filhos foram viver suas próprias histórias. Sem ter tido tempo e oportunidade para fazer coisas para si mesma até então, ela agora deparava-se com a aparente “falta do que fazer”. São interseccionalidades diversas que culminaram com tal identificação, naquele momento, na vida daquela mulher.

Este tipo de análise desafia uma das principais lutas do feminismo, a igualdade, a ter sempre presentes as diferenças intrínsecas à diversidade das relações humanas. “As demandas pela igualdade necessariamente evocam e repudiam as diferenças que num primeiro momento não permitiriam a igualdade” (SCOTT, 2005, p.20). A autora lembra que a luta pela garantia por direitos iguais é legítima, no entanto, esta igualdade é uma abstração, uma vez que, na sociedade, as pessoas não são iguais e a singularidade que as constitui é composta por diferenças presumidas que não são singularmente individualizadas.

Como fruto das diversas construções culturais, há uma multiplicidade de mulheres que, no entanto, não faz parte da minha proposta aqui para agrupar “identidades”, e sim para pensar nas mulheres em geral, o que não me isenta de reconhecer que haja muitas particularidades e singularidades. O desafio é superar determinados paradigmas para que se possa “ir mais além de nossos vários fragmentos: mulheres-homens, privado-político, casa-trabalho,

geral-específico e atualizar a utopia de homens e mulheres livres numa sociedade livre” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 215).

Para que a utopia da sociedade livre possa se aproximar da realidade, é preciso falar de questões estruturais, do contexto atual e dos aspectos que entendemos que precisariam ser mudados.

2.1.2 “A gente enfrenta o patriarcado como sistema, não como uma prática do cotidiano” (FLORA)

O sistema macro do qual Flora falou e no qual vivemos produz e é produto das forças de poder dominantes em cada período histórico.

Sabemos todas que a formação social brasileira está radicada no processo de colonização e nas trajetórias subsequentes de modernização e desenvolvimento nacional. Dominar e subordinar para explorar: assim operaram os poderes classista, racista e patriarcal desde a colonização (ARTICULAÇÃO DE MULHEREES BRASILEIRAS, 2011a, p. 13).

Apesar desta especificidade brasileira, Dora lembrou que os efeitos do sistema sobre o qual estamos falando são mundiais:

É interessante, porque você tem um diálogo, você vai conversando sobre a realidade das mulheres no mundo todo e fazendo ações e propostas a partir disso; e você consegue um processo de tratamento melhor, inclusive, de entender como o capital e a direita em si, como que eles agem em relação às mulheres, porque a ação deles é muito parecida no mundo, às vezes tem algumas coisas que são diferentes, mas no fundo é mesma coisa, então, a gente está vendo que as mulheres estão sofrendo aqui, é a mesma coisa, por exemplo, que as mulheres da Ásia e da África também estão sofrendo e de alguns países da Europa também estão sofrendo com níveis parecidos, então, é uma coisa articulada internacionalmente (DORA, 19/07/2019).

Carrasco (2012) utiliza o termo androcentrismo para abordar as noções que tratam como universais as referências relativas às experiências dos homens, desconsiderando as das mulheres, a exemplo do uso do termo homem como forma de referir-se ao ser humano. Trata-se de uma naturalização das experiências dos “homens”, como se universais elas fossem, tornando invisíveis as experiências das mulheres e de outros grupos que não se “enquadram” no perfil masculino, a exemplo do público LGBT, na elaboração de noções, conceitos, teorias e em situações cotidianas. Isto produz e dissemina conhecimentos enviesados, ao não levar em conta que a humanidade é formada por pessoas com diferenças, semelhanças e desigualdades.

Reconhecendo este domínio do masculino no sistema capitalista, a Comissão de Estatística das Nações Unidas/*United Nations Statistical Commission (UNSC)* organizou, em 2013, o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG)/*Minimum Set of Gender Indicators (MSGI)*, constituído por 63 (sessenta e três) deles – sendo cinquenta e dois quantitativos e onze qualitativos –, os quais sistematizavam informações relacionadas à produção nacional e à harmonização internacional de estatísticas de países e regiões em relação à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino.

Em 2018, o IBGE divulgou os primeiros resultados de parte dos indicadores para o Brasil⁵². As informações foram organizadas a partir dos cinco domínios estabelecidos no CMIG: 1. estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; 2. educação; 3. saúde e serviços relacionados; 4. vida pública e tomada de decisão; 5. direitos humanos das mulheres e meninas⁵³. Cada domínio se relacionava a uma ou mais áreas de concentração da Plataforma de Ação de Pequim, de 1995⁵⁴.

Os dados permitiam o estabelecimento de um panorama para a reflexão acerca dos efeitos do sistema patriarcal, capitalista e racista, em termos de desigualdades de gênero. Para ilustrar, enquanto o rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos dos homens brasileiros era de R\$ 2.306,00 (dois mil, trezentos e seis reais), o rendimento médio mensal das mulheres era de R\$ 1.764,00 (um mil, setecentos e sessenta e quatro reais), ou seja, aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento) a menos. No entanto, os mesmos dados mostravam que 28,2% (vinte e oito vírgula dois por cento) das mulheres trabalhavam no mercado em tempo parcial (menos de trinta horas semanais) contra 14,1% (quatorze vírgula um por cento) dos homens. Mesmo controlando o diferencial por horas trabalhadas, a razão de renda, em 2016, mulheres recebiam proventos que equivaliam a 86,7% (oitenta e seis vírgula sete por cento) do que auferiam os homens, ou seja, 13,3% (treze vírgula três por cento) a menos.

A permanência de desigualdades até os dias atuais, ainda que em um patamar menor, pode estar relacionada com a segregação ocupacional e a discriminação salarial das mulheres no mercado de trabalho. Nesta comparação, os resultados desagregados por nível de instrução apontavam que o diferencial de rendimentos era mais elevado na categoria ensino superior

52 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em 05 nov. 2018.

53 Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 05 nov. 2018.

54 A referida plataforma resultou dos encaminhamentos da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, com o tema central Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz, realizada em Beijing (1995).

completo ou mais, em que as mulheres recebiam 63,4%, (sessenta e três vírgula quatro por cento) ou 36,6% (trinta e seis vírgula seis por cento) a menos que os homens, no ano de 2016.

Acerca da origem do domínio masculino, Cisne (2015) afirma que as bases do patriarcado são identificadas na dominação do pai sobre a mulher e sobre os(as) filhos(as). Trata-se de uma categoria que compõe a base estruturante da exploração e da apropriação das mulheres. Com força e vigor, o patriarcado é uma categoria indispensável para compreender criticamente a subordinação da mulher e os seus fundamentos. Dora lembrou que era preciso considerar o patriarcado em relação com o capitalismo: “No processo de surgimento do capitalismo, controlar as mulheres para controlar a reprodução da força de trabalho foi estratégia política, assim, eles fizeram políticas públicas para eles, não é?” (DORA, 19/07/2019).

Tal desequilíbrio nas forças de poder é antigo. No passado, enquanto os homens eram responsáveis pelo impulso do presente para o futuro, a maior parte das mulheres era composta por donas de casa e mães. Se com eles estava o princípio do progresso futuro, às guardiãs do lar ficava reservada a responsabilidade pela tradição e pela reprodução. “É uma das tarefas mais exaustivas, porque não é diretamente produtiva” (BEAUVOIR, 2018, p. 54). A autora acredita que a Revolução Industrial levou as mulheres ao trabalho remunerado, fosse por necessidade financeira, fosse por uma questão de realização pessoal, fosse pelo anseio por independência.

Com o avanço da tecnologia cujo marco foi a Revolução Industrial, uma parcela da força física passou a ser substituída por outras habilidades, as quais estão relacionadas ao pensamento. Com isto, as mulheres que resistiram aos processos de formação social encontraram uma possibilidade de se libertarem do complexo de inferioridade, buscando sucesso nos negócios, na vida pessoal, no convívio social, no lazer, no esporte, na política e na profissão (BEAUVOIR, 2018).

O processo de urbanização ampliou as resistências e questionamentos à imposição masculina sobre a organização das relações sociais, porém, as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam resistências para serem desconstruídos e reconstruídos o lugar e o papel que ocupam no espaço urbano. Prentou (2016) afirma que, após a II Guerra Mundial, especialmente no Norte da Europa, as cidades foram crescendo tendo como suposição os homens indo e vindo por elas e para o trabalho. As mulheres, por sua vez, foram consideradas como responsáveis pelas questões da casa, da família e vínculos de vizinhança. Este conceito as deixou de fora das regiões centrais, dos espaços de poder, de convívio e lazer e as vinculou ao espaço doméstico, realidade também presente no Brasil.

A ocupação de outros espaços na sociedade demandou e ainda demanda luta e resistência por parte das mulheres, o que as fazem enfrentar julgamentos alheios que, não raras vezes, as definem como sendo “menos femininas”, pouco charmosas, meigas, amáveis e/ou agradáveis aos olhos de uma sociedade ainda machista e sexista, dominada por princípios patriarcais. A desproporção econômica e psicológica de poder está presente nas relações entre marido e mulher, entre empregador masculino e a mulher trabalhadora, entre pai e filha, entre professor e aluna (RICH, 2012) e, justamente por isto, as pautas aqui tratadas são ainda tão urgentes.

Hooks (2018) afirma que tal desproporção levou ao domínio masculino e se baseou na diferenciação entre forte e fraco, poderoso e impotente que, segundo ela, é utilizada para justificar que homens tenham mais autoridade que as mulheres, o que lhes daria, supostamente, o direito de governar sobre elas. No entanto, a autora lembra que, se as mulheres geralmente participam na política de dominação como vítimas, há aquelas que o fazem no papel de perpetradoras, ou seja, são dominadas, mas também dominam. Este domínio tem foco na identificação com a dominação patriarcal e leva as próprias mulheres a cooperar com o dominante, perpetuando o sistema de dominação e inibindo a capacidade delas de assumir a responsabilidade de transformar a si mesmas e a sociedade, a exemplo da maneira como educam diferenciadamente filhos e filhas.

Sobre isso, Cisne (2015) alerta para a importância de não adotarmos a explicação subjetivista de que as mulheres são submissas, porque simplesmente incorporam a submissão e sugere que sempre se problematize: “Por que elas incorporam a submissão? Quais as determinações para isto ocorrer? Quais os interesses (e de quem são eles) de reprodução da ideologia patriarcal de submissão das mulheres e de dominação dos homens?” (l. 2170)⁵⁵. A autora lembra que tanto homens quanto mulheres vivenciam relações de alienação e de dominação ideológica, a partir de marcadores identitários diversos.

Feita esta ressalva, é importante ratificar que fica mantido o pressuposto de que a divisão de poderes entre os sexos não é uma questão natural, não está vinculada às capacidades físicas dos homens e das mulheres, e sim a processos sociais que se iniciam na infância, pelo fato de meninos e meninas receberem uma educação sexista, a qual trata homens e mulheres de forma desigual. É a cultura reproduzindo os valores, costumes, comportamentos, modos de pensar e

55 CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classes no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2015. ISBN: 978-85-249-2369-2. CDD: 305420981. *E-book Kindle*. Disponível em: <<https://issuu.com/livrariafeminista/docs/feminismo-e-consciencia-de-classes-no-brasil-mirla-cisne>>. Acesso em: 08 out. 2020

de se expressar. Cumpre, então, perceber e analisar de onde vem essa cultura, como ela é determinada e reproduzida e quem a produz, e não tratá-la como uma esfera abstrata, dada por si mesma, isolada das relações estruturais da sociedade e imutável.

Para percorrer o caminho de construção desta divisão, podemos utilizar Hobsbawm (1997, p. 17), com o seu conceito de invenção de tradições. Dentre as categorias aliadas à “invenção”, estão “aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento”.

No entanto, nem mesmo as invenções estão imunes à resistência e Bruhns (2009) relaciona com a modernidade, época que se segue ao período medieval, o destaque às resistências, à invenção dos padrões androcêntricos. Por consequência, a pós-modernidade surgiu com pensamentos que questionam as noções clássicas de verdade, razão, identidade, objetividade, à ideia de progresso ou emancipação universal, aos sistemas únicos e às grandes narrativas, ainda que isto não tenha ocorrido tão imediatamente. O mundo passou a ser visto como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de interpretações não integradas que geram “um certo ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades” (BRUHNS, 2009, p.2).

É neste cenário que temos visto cada vez mais mulheres ocupando espaços e questionando as “invenções” do sistema capitalista, machista, sexista e patriarcal. “Então, assim, as mulheres, elas têm tido um protagonismo, com todas as dificuldades que a gente tem tido, eu acho que a gente avançou muito, muito, né?” (MARGARIDA, 26/08/2019).

Margarida, em sua fala, se referia às linhas de fuga enquanto resistências construídas pelas mulheres. Deleuze e Guattari (1997a) afirmam tratar-se de linhas que rompem, representam a desterritorialização e a criação pela qual o pensamento foge. Além destas linhas, os autores indicam a existência de linhas de segmentaridade flexível, as quais podem ser modificadas, por se tratar de desestratificações relativas, desestabilizadoras, nômades, migratórias e instáveis. Para os autores, esses dois tipos de linha, aliados àquelas de flexibilidade “dura”, que são as finitas, visíveis, conscientes, relacionadas à organização das estruturas, à territorialidade, a exemplo das divisões de classe, raça, escolaridade, gênero, sexualidade, dados, explicações e esclarecimentos, formam dispositivos.

Para Deleuze e Guattari (1997a), dispositivos são elementos capazes de direcionar curvas de visibilidade e de enunciação, produzindo “verdades” ou “invenções”. Este conjunto cria dispositivos que representam um emaranhado de linhas, as quais, em um processo de análise, compõem um mapa, um diagrama que permite o estabelecimento de conexões em um mesmo dispositivo ou entre dispositivos diferentes. Ou seja, são linhas diversas que compõem

os indivíduos e os grupos, as quais estão sempre passando umas às outras, entrelaçando-se, misturando-se.

As linhas de segmentariedade dura do ser mulher são profundamente influenciadas pelas de segmentariedade flexível, com ênfase àquelas que nos colocam em posição de inferioridade em relação ao referente masculino. Assim, enquanto a fala de Margarida indicava linhas de fuga que ela vinha percebendo, Dora trazia para o dispositivo as linhas flexíveis que tratavam do lugar das mulheres na sociedade.

2.1.3 “Os únicos espaços públicos ‘permitidos’ são a igreja e o Posto de Saúde” (DORA)

“Agora estou pensando aqui: como trabalho em Posto de Saúde⁵⁶, percebo que, para muitas mulheres, os únicos espaços públicos ‘permitidos’ são a igreja e o Posto de Saúde. Muitas vão lá para conversar, encontrar outras pessoas, estar fora do ambiente doméstico” (DORA, 19/07/2019).

A fala de Dora mostrou um dos efeitos dos atravessamentos de linhas de segmentariedade flexível, os quais provocam a divisão de gênero que conecta os homens à produção e à esfera pública, e as mulheres à reprodução e ao espaço privado. Essas conexões persistem para muitas de nós e fortalecem um princípio hierárquico, o qual coloca o primeiro grupo como pertencendo à cultura e o segundo como sendo da ordem da natureza. Ávila e Ferreira (2014) afirmam que

[...] mesmo partindo-se do pressuposto de que houve, anteriores ao capitalismo, outras formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres, essa divisão estava marcada por outra relação entre produção e reprodução, pois essa que se expressa nesse sistema está diretamente relacionada à formação social capitalista, na qual a força de trabalho é vendida como uma mercadoria e o espaço doméstico passa a ser uma unidade familiar e não mais uma unidade familiar e produtiva (p.14).

O modelo capitalista, da forma como é estruturado, não existiria sem a divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres assumiram os afazeres relacionados à casa e aos cuidados. Trata-se da construção de uma verdade que coloca esse trabalho como feminino e não o valoriza formando uma linha de segmentariedade flexível na qual as mulheres, em geral, desempenham “trabalho de mulher”, o qual vem associado à condições específicas: informalidade; precarização; abuso de todos os tipos; incluindo o assédio sexual; funções subalternas; e “salários de mulher”, ou seja, menores que os destinados aos homens.

⁵⁶ Trata-se das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O discurso que ratifica tais premissas se faz presente na sociedade, na mídia, na cultura, por isso, é hegemônico e institucionalizado: “tenta fazer com que os limites da formação discursiva coincidam com os limites da comunidade” (LACLAU, 2013, p. 134). A imagem da mulher multitarefas coincide com a demanda do capitalismo, no entanto, ser hegemônico não coloca o discurso como perfeito ou imutável, por isto, o autor fala em significante vazio, enquanto furos, falhas no discurso hegemônico, que o impedem de se tornar totalizante e permitem o surgimento ou a existência de um discurso de resistência ou, como nominam Deleuze e Guattari (1997a), de linhas de fuga.

Outro estereótipo (linha de segmentariedade flexível), exaustivamente repetido a respeito do feminino, está ligado a uma relação entre a mulher e as imagens romantizadas da natureza. Este clichê que, ao longo da História da Arte, tem reclinado corpos femininos nus, em paisagens bucólicas, estabelece uma associação entre as mulheres e as flores, os campos e os animais, aproximando o feminino da corporeidade e o afastando da racionalidade, como se estes fossem dois extremos antagônicos.

A religiosidade também contribui para reforçar este suposto papel da mulher na sociedade. Madeiro (2020) apresenta uma matéria com uma pesquisadora e pastora feminista para abordar o uso da “Palavra de Deus”, a Bíblia, pelo discurso dogmático e religioso, com o intuito de manter a mulher submissa. A matéria destaca que a origem e a interpretação patriarcal dos textos bíblicos colocam as mulheres em posição de submissão ao homem. Eva foi feita de uma parte do corpo de Adão, para ser uma companhia para ele, foi ela quem cometeu o primeiro pecado que condenou a humanidade e a Virgem Maria ocupou um lugar de destaque como mulher assexuada, servil e mãe de Jesus Cristo. Embora as passagens que falam de Jesus Cristo o coloquem como um defensor das mulheres, são raras as vezes em que as interpretações dadas a estas passagens destacam este aspecto.

Tais associações, em que pesem as particularidades dos contextos locais e sociais, seriam socialmente traçadas a partir de uma perspectiva heteronormativa: o modelo heterossexual orientaria os arranjos familiares, o acesso ao mercado de trabalho, à cultura, ao lazer etc (RAMOS, 2018, p. 66).

Beauvoir (2018) afirma que, como consequência, as mulheres têm dificuldade de lidar com um mundo de homens, feito por eles e para eles, na base da força física, no qual elas são uma espécie de convidadas. Assim, compreender o campo de estudo sobre mulheres implica ter presente esta construção cultural, social e histórica do feminino e do masculino e as relações

sociais entre os sexos, marcadas por uma assimetria e por diferentes interpretações em meio às correntes de pensamento.

[...] não há mito mais irritante nem mais falso do que aquele (o) do eterno feminino que foi inventado, com a ajuda das mulheres, pelos homens, e que as descreve como intuitivas, encantadoras, sensíveis. Os homens têm a capacidade de dar a estas palavras uma ressonância lisonjeira, de tal modo que muitas mulheres se deixam enganar por esta imagem.[...] Mas o que o homem realmente quer dizer quando fala da sensibilidade da mulher é a sua falta de inteligência, a sua irresponsabilidade quando diz encanto, a sua traição quando diz capricho. Não nos deixemos enganar. É evidente que é apenas em documentos legais e em registos civis que os dois sexos aparecem como iguais. Até a palavra homem, em muitos países, significa ao mesmo tempo o homem e a raça humana (BEAUVOIR, 2018, p. 54).

Para a escritora, há todo um processo educativo de criação, manutenção e reforço desta suposta verdade cujo resultado esperado seria a formação de mulheres “sérias” que aceitem o mundo e busquem tão somente encontrar um lugar para si nele. Beauvoir (2018) afirma que é para as mulheres que este tipo de educação funciona, uma vez que, envolver-se em atividades políticas ou intelectuais, ou considerar-se igual aos homens em direitos, significaria perder o sentimento de inferioridade que as valorizaria aos olhos da sociedade, ou seja, a feminilidade. A justificativa racional (linha de segmentariedade dura) para isto é apoiada em questões que alegam que a mulher seja fisicamente mais fraca que o homem e que ela tenha a maternidade como tarefa suprema (linha de segmentariedade flexível). As linhas de fuga que surgem daí procuram mostrar que os homens não nascem com a competência universal, nem as mulheres reduzidas ao particular, por isto, não se trata de magia ou algo natural, mas de uma construção – feita ao nível dos conceitos, da filosofia, da religião, da política – transmitida socialmente. Enquanto construção produzida, há espaço para a resistência e para o rompimento e isto vem sendo feito por mulheres, como aquelas que foram entrevistadas nesta pesquisa.

Se a vida privada passou a ser um assunto político, a ampliação da ocupação dos espaços na vida pública juntou-se a ela e passou a gerar novas linhas tanto de segmentariedade flexível quanto de fuga. Questionar, problematizar, desestabilizar, desterritorializar são verbos que vivenciados permitem conhecer a própria realidade, para a busca de caminhos que a modifiquem. É por este rumo que Flora nos levou em seus apontamentos na entrevista.

2.1.4 “Nós trabalhamos demais e temos direitos de menos” (FLORA)

Flora fez a afirmação que introduz este subtítulo refletindo sobre a sua própria relação com o lazer: "Falo mais de trabalho do que de lazer, porque nós trabalhamos demais e temos

direitos de menos, inclusive o direito ao lazer" (FLORA, 02/10/2019). A associação conecta trabalho, direitos e lazer, eixos transversais do dispositivo em análise por esta pesquisa. A relação desigual entre estes três eixos transversaliza a vida da maior parte das mulheres e reforça a dicotomia entre os mundos público e privado, na qual o público representaria um espaço mais masculino, considerado produtivo, criativo e objetivo, colocado em oposição ao mundo privado, associado ao feminino, ao reprodutivo, subjetivo e enfadonho.

A divisão entre os mundos não corresponde a uma complementariedade e a uma reciprocidade entre homens e mulheres (TABET, 2004). Além dos aspectos já mencionados, a autora reforça que a construção social entre o público e o privado levou os homens a ocuparem mais funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares), enquanto que as mulheres ocuparam as funções consideradas importantes, porém, sem valor agregado (maternidade, casa, cuidado, beleza). Esta divisão entre as esferas produtiva e reprodutiva alimentou e fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres.

Vicente (2018) demonstra como a sociedade, historicamente, manipulou as possibilidades e os espaços de trabalho no mercado das mulheres. De acordo com seus estudos, durante a Segunda Guerra Mundial, a mão de obra feminina foi necessária para ocupar postos de trabalho criados ou em substituição aos homens que teriam ido para os campos de batalha. Passada a guerra, as mulheres deviam ser reconduzidas às funções tradicionais do lar. Para tal, criou-se um conjunto de ações denominadas “mística da feminidade” unindo esforços de famílias, governos e dos meios de comunicação. Houve, ainda, um incremento da produção fabril, voltada à criação de tecnologias que facilitariam as atividades domésticas para as mulheres “persuadindo-as de ser este seu lugar, um lugar confortável e atraente, oferecendo modelos femininos por meio da publicidade e implantando uma cultura de consumo” (VICENTE, 2018, p. 23).

Apesar disto, muitas mulheres seguiram buscando, ocupando e conquistando espaço no mercado de trabalho, ainda que as relações de exploração fossem maiores para elas, pelas funções que lhes eram destinadas, pela remuneração inferior e por, na maior parte das vezes, levarem consigo para o mercado de trabalho a responsabilidade e as demandas do trabalho reprodutivo doméstico. Isto as colocou, cada vez mais, em conflito com a forma de organização do tempo social neste sistema (ÁVILA; FERREIRA, 2014).

Para ilustrar, venho destacar um dado encontrado pela pesquisa Lazer no Brasil

(STOPPA; ISAYAMA, 2017)⁵⁷: quando as pessoas foram questionadas sobre o que elas faziam por obrigação, nas respostas espontâneas, 61% (sessenta e um por cento) dos homens e 46% (quarenta e seis por cento) das mulheres mencionaram o trabalho remunerado; já os afazeres domésticos representaram obrigação para 33% (trinta e três por cento) dos homens e para 73% (setenta e três por cento) das mulheres. Quando a pergunta foi estimulada, o trabalho manteve os percentuais, no entanto, os afazeres domésticos foram indicados como obrigação para 43% (quarenta e três por cento) dos homens e para 85% (oitenta e cinco por cento) das mulheres. Os resultados chamam a atenção tanto em relação à diferença de quais sejam as obrigações dos homens e das mulheres entrevistados(as) quanto como esta diferença muda entre as respostas espontâneas e aquelas estimuladas. O trabalho é um compromisso obrigatório tanto que a mudança entre a resposta espontânea e a estimulada foi mínima, já os afazeres domésticos e os cuidados diferiram nos dois cenários. A diferença se manteve, mesmo se cruzados os dados apenas dos(as) depoentes que afirmaram desempenhar trabalho remunerado e, neste caso, enquanto 41% (quarenta e um por cento) das mulheres que estavam no mercado de trabalho faziam trabalhos domésticos como obrigação, 24% (vinte e quatro por cento) dos homens assim o declararam.

Carrasco (2012) acrescenta o fato de que à divisão trabalho público/privado deveria ser acrescentada uma terceira categoria, o trabalho doméstico, que não seria o mesmo que o privado, pois os elementos que o compõem não são “próprios”, da/para a pessoa, o que retira dela parte da possibilidade de tomar decisões. Se o privado tem um viés positivo, enquanto forma de se distanciar do mundo exterior e de encontrar bem-estar em um espaço reservado, o doméstico seria um “próprio”, mas, no caso das mulheres, voltado “para os outros”, a serviço dos outros.

Desenvolve-se na casa, com a família e as necessidades que esta gera. É exatamente o contrário do “estar por si mesmo, consigo mesmo”; é “estar para os outros”, é uma situação de serviço, de entrega. Nesse outro tipo de “privacidade”, qualquer ação pelo que é “próprio” provoca sensação de culpa e é qualificada como egoísta. Essa privacidade – feminina – não tem valor. Essa domesticidade significa renúncia:

57 A pesquisa Lazer no Brasil (STOPPA; ISAYAMA, 2017), realizada a partir de uma parceria firmada entre o então Ministério do Esporte e a UFMG, teve como objetivo coletar dados e informações acerca dos hábitos, interesses, vivências e barreiras relacionados ao lazer da população brasileira, com vistas a subsidiar políticas públicas e novos estudos. A coleta e a sistematização dos dados do estudo foram realizadas por entrevistas individuais face a face, com 2.400 (duas mil e quatrocentas) pessoas, a partir dos sete anos de idade, residentes nos 26 (vinte e seis) estados da Federação e no Distrito Federal, e contemplaram cidades de pequeno, médio e grande porte, além de moradores(as) das zonas rurais e urbanas. A amostra foi construída por cotas representativas da população, considerando as variáveis de região e a unidade da federação. Ainda foram previstos, em cada estado, cotas de sexo, idade, escolaridade e renda familiar, conforme dados da população apurados no Censo Demográfico 2010, do IBGE.

renúncia a um tempo e um espaço próprios em benefício dos outros, tempo utilizado para satisfazer as necessidades materiais e afetivas dos membros da família (CARRASCO, 2012, p. 42 - 43).

Tendo presentes os aspectos que compõem o agenciamento complexo que envolve a relação mulheres e trabalho, é importante que eu busque por elementos que permitam identificar algumas das especificidades que envolvem a compreensão da linha trabalho. Vicente (2018) afirma que o definir, enquanto ações realizadas no espaço público e no privado, vem sendo um desafio para a literatura, considerando os diversos atravessamentos do trabalho na relação com as mulheres. A cartografia que estou empreendendo indica três conectores: o trabalho no mercado, realizado de forma remunerada e na estrutura de produção social vigente, mesmo que de maneira informal; o trabalho doméstico, referindo-se às atividades desenvolvidas em torno da casa, direcionado ao seu bom funcionamento e ao bem-estar das pessoas que nela residem; e o trabalho de cuidados, referente às atividades relacionadas ao ato de cuidar das pessoas dependentes, o que envolve, também, afetividade.

As mulheres que participam aqui, desta mesa de negociação, falam, ainda, da militância como atividade que demanda tempo das mulheres:

Então, porque nós, mulheres, pra gente, é mais difícil a gente estar nesses espaços políticos tanto do Movimento Sindical como também [do Movimento] Partidário, porque a gente tem triplas jornadas de trabalho, porque quem cuida da criança é a gente, o cuidado da família, em geral, não só dos filhos, às vezes, tem o cuidado da mãe, do pai, enfim, quem cuida das questões domésticas somos nós, então, assim, pra esse tempo livre, [pausa] e ainda tem, se você for diretora de um sindicato, muitas vezes, você deixa de participar de uma coisa e outra, porque você não tem com quem deixar o seu filho [...] Quando você chega em casa, você, o companheiro chega, você passa o dia trabalhando, além de estar no roçado, de estar fazendo a comida, você tem que deixar a comida na roça, no roçado, ajudar carregar, isso eu sempre fiz junto com meu pai, junto com meu marido e, aí, eles, quando chegam do roçado, eles simplesmente concluem, já quer a comidinha no prato, ali, na mão. Nós, não, temos que fazer a comida, cuidar do menino, limpar não sei o quê, lavar uma roupa, tem que passar (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

Margarida do Campo lembrou que, assim como no espaço urbano, no espaço rural, a divisão sexual do trabalho remete à mulher o trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados, vinculado ao espaço privado. Por não serem consideradas produtivas, nem expressas em valores monetários, estas atividades são consideradas improdutivas, invisibilizadas e desvalorizadas pela sociedade e, no caso das mulheres rurais, há, ainda, o fato de elas participarem ativamente do trabalho na agricultura propriamente dito. Daí o desafio de questionar esta estrutura e construir linhas de fuga que lhes permitam ocupar, inclusive, espaço público nos sindicatos e nos Movimentos Sociais. De Jesus (2018) salienta que, no caso das mulheres rurais, até os anos

de 1980, sindicatos e Movimentos Sociais eram lugares ocupados exclusivamente por homens e as mulheres sequer tinham autorização para serem sócias, e, conseqüentemente, suas pautas seguiam sem voz. Esta linha de fuga, no entanto, parece ainda não ter conseguido criar um novo agenciamento, no qual os trabalhos domésticos e de cuidados fossem compartilhados, assim como o são os outros.

Como consequência, todos os trabalhos ocupam o tempo de vida das mulheres, com maior ou menor ênfase, a depender das especificidades de cada uma, no entanto, há poucas informações acerca do trabalho (esforço e tempo) necessário para manter em condições de funcionamento normal a vida dentro dos lares. As problematizações em relação a estas questões vêm estimulando pesquisadoras(es) e institutos de pesquisa a buscar mais informações acerca da relação existente entre mulheres, trabalho e tempo livre. A Divisão de Estatística das Nações Unidas, por exemplo, criou, em 2000, o Sistema de Classificação Internacional de Atividades para as Estatísticas de Uso do Tempo (ICATUS)⁵⁸, a qual passou a ser utilizada em pesquisas de diversos países. Nela as atividades que uma pessoa poderia realizar ao longo do dia são classificadas, oferecendo um arcabouço padronizado para o aprimoramento dos instrumentos de pesquisa de uso do tempo, os quais são desenvolvidos e aplicados pelos países, independentemente de sua natureza (UNITED NATIONS, 2017).

Para que as diferentes formas de trabalho, a exemplo das elencadas anteriormente, sejam consideradas, a classificação define o que seriam atividades econômicas, não econômicas, produtivas e não produtivas, trabalho remunerado e não remunerado (UNITED NATIONS, 2017) deixando margem para adaptações. São níveis, cada um com grupos de atividades a eles vinculados: 1) emprego e atividades relacionadas; 2) produção de bens para uso final; 3) serviços domésticos não remunerados para familiares ou agregados; 4) serviços de cuidados não remunerados para familiares ou agregados; 5) trabalho voluntário não remunerado; estágios e outros trabalhos não remunerados; 6) aprendizagem; 7) socialização e comunicação; participação comunitária e prática religiosa; 8) cultura, lazer, mídia de massa e práticas esportivas; e 9) autocuidado (UNITED NATIONS, 2017).

Esta iniciativa mostra que, se durante muito tempo a relação entre a esfera da produção econômica e da reprodução foi ignorada, a partir dos estudos da divisão sexual do trabalho, passou a ser possível observar que, como consequência das obrigações domésticas, as mulheres, não raras vezes, limitam seu desenvolvimento profissional, enfrentam dificuldades em dar

⁵⁸ UNITED NATIONS. *International Classification of Activities for Time Use Statistics 2016* (ICATUS 2016), v. 3, March, 2017. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/time-use/icatus-2016/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

continuidade à carreira, recebem salários mais baixos e se submetem a empregos de menor qualidade.

A partir da organização das mulheres em Movimentos Sociais, o conceito de trabalho passou a ser pautado, no sentido que fosse considerado tal como é desempenhado tanto na esfera pública quanto na esfera privada (SOUZA-LOBO, 2011). Para a autora, esta pauta deu visibilidade à divisão sexual do trabalho, enquanto reflexo da divisão das relações sociais entre os sexos, historicamente construída, que separa o que é considerado “esperado” para homens e mulheres.

Como a tendência da nossa sociedade é esperar que o cuidado seja feito pelas mulheres, este tipo de trabalho é provido pelas dimensões de gênero, classe e raça, destacando, também, a dimensão histórica de articulação das relações sociais.

No Brasil e nos países de língua espanhola, a palavra "cuidado" é usada para designar a atitude; mas é o verbo "cuidar", designando a ação, que parece traduzir melhor a palavra *care*. Assim, se é certo que "cuidado", ou "atividade do cuidado", ou mesmo "ocupações relacionadas ao cuidado", como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de "cuidar" ou de "tomar conta" têm vários significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O "cuidar da casa" (ou "tomar conta da casa"), assim como o "cuidar das crianças" (ou "tomar conta das crianças") ou até mesmo o "cuidar do marido", ou "dos pais", têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente) (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011, p. 154).

Assim, o cuidar remete à questão de gênero, uma vez que foi sendo naturalizado como se fosse inerente à posição e à disposição femininas, entretanto, Guimarães, Hirata e Sugita (2011) chamam a atenção para o fato de que cuidar passa a se manifestar em troca de uma remuneração para que outras pessoas apoiem este trabalho. Esta emergência do cuidar como profissão implica o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do familiar como “trabalho”; em outras palavras, a associação do trabalho do cuidado com uma profissão feminina deixa de ser natural. Passa-se, então, a questionar a gratuidade do trabalho doméstico, a sua circunscrição ao grupo social das mulheres e a ideia de “servidão voluntária”, inerente ao serviço realizado no espaço doméstico.

Em 2001, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) iniciou a coleta de informação acerca do número de horas semanais habitualmente dedicadas aos afazeres domésticos, na semana de referência no Brasil. O quesito passou a ser questionado pela PNAD/IBGE às(aos) entrevistadas(os) de cinco anos ou mais de idade. As perguntas eram:

“cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência?” e “número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos?” (IBGE, *on line*). O IBGE não adotou a ICATUS em levantamentos nacionais de dados, apesar de trabalhar, desde 2001, com um quesito sobre tempo de trabalho doméstico. Somos o único país da América Latina com esta restrição (CEPAL, 2016).

Tendo em vista que a PNAD (IBGE, *on line*) se restringia a essas perguntas, De Jesus (2018) aponta para a possível dificuldade de entendimento das questões e, conseqüentemente, a baixa credibilidade do dado coletado. A suposição da autora se deve ao fato de que a questão, da forma como foi aplicada, poderia gerar uma subestimação na resposta, em especial, no que dizia respeito aos cuidados com crianças, idosos e pessoas doentes ou com deficiência, uma vez que este tipo de trabalho doméstico poderia não ser considerado pelos respondentes como um afazer doméstico. A autora sugere isto tendo como base os resultados de pesquisas realizadas em países com características similares àsquelas do Brasil, a exemplo da Colômbia.

A equipe coordenadora da pesquisa Lazer no Brasil (STOPPA; ISAYAMA, 2017) teve esta preocupação, então, buscou pela opção por aplicar a questão “o que faz por obrigação?”, por duas vezes. Na primeira vez, a(o) entrevistada(o) respondia espontaneamente e, na segunda vez, a partir de uma relação do que seria classificado como tal. Os dados encontrados confirmam a preocupação de De Jesus (2018), uma vez que foi possível perceber o aumento das menções aos afazeres domésticos e aos cuidados entre as tarefas feitas por obrigação, na pesquisa estimulada, quando era apresentada uma relação na qual algumas delas constavam entre as possibilidades a serem indicadas.

Com a reformulação da PNAD anual pelo IBGE (*on line*), em 2012, a pesquisa passou a contar com a PNAD contínua (PNADC)⁵⁹, a qual abrange conteúdo da antiga PNAD e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Em 2016, a PNADC passou a investigar outras formas de trabalho, as quais incluíam as atividades domésticas e de cuidados, para além do trabalho remunerado. De Jesus (2018) entende que a mudança na metodologia adotada para a PNADC, em relação ao tempo de trabalho doméstico, deixa mais explícito que atividades seriam consideradas no quesito. Enquanto a PNAD abordou o tempo geral dedicado aos afazeres domésticos, a PNADC incluiu a questão explícita acerca do tempo dedicado ao cuidado com moradores(as) do domicílio, mencionando crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais e o detalhamento do tipo de atividade realizada para, depois, questionar

59 Verificar em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 08 out. 2020.

se a(o) entrevistada(o) realizava outras atividades domésticas e, assim, estimar o tempo dedicado ao cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos na semana.

Entre os resultados divulgados pelo IBGE (*on line*), no tocante aos cuidados e ao trabalho doméstico, coletados na PNADC, foram mencionadas as taxas de realização por tipo de atividade doméstica. No tocante aos cuidados de crianças, pessoas idosas e com deficiência, 37% (trinta e sete por cento) das mulheres e 25,6% (vinte e cinco vírgula seis por cento) dos homens declararam realizá-los, em 2017. Em relação às outras atividades domésticas, a participação foi de 91,7% (noventa e um vírgula sete por cento) para mulheres e de 76,4% (setenta e seis vírgula quatro por cento) para homens (IBGE, 2018). Os dados relacionados aos afazeres domésticos dos homens estavam significativamente acima, se colocados em relação aos que foram mencionados na pesquisa Lazer no Brasil (STOPPA; ISAYAMA, 2017), e o fato pode ter relação com os itens sugeridos como obrigação por uma e por outra, dado que a PNADC incluiu, por exemplo, reparos em casa e cuidados com o veículo, afazeres não detalhados pela pesquisa sobre o Lazer no Brasil.

Além da desigualdade entre homens e mulheres, as diferenças de classe, raça e nível de escolaridade entre as mulheres também interferem na carga de trabalho doméstico. Melo e Castilho (2009) apontam que mulheres com menores níveis de escolaridade dedicam, em média, 54% (cinquenta e quatro por cento) mais tempo aos afazeres domésticos que os homens com a mesma escolaridade. As autoras concluem, ainda, que as mulheres que trabalham na agricultura, na produção, na reparação e na manutenção de bens e serviços, vendedoras e prestadoras de serviços, são as que mais dedicam tempo às tarefas domésticas.

Se observado o quesito renda, na pesquisa Lazer no Brasil (STOPPA; ISAYAMA, 2017), é possível verificar que 66% (sessenta e seis por cento) das mulheres que têm obrigações com o trabalho doméstico declararam renda de até três salários mínimos e, entre os homens que assumiam este trabalho como obrigação, 54% (cinquenta e quatro por cento) eram desta classe econômica. De Jesus (2018) encontrou dados similares na PNADC (2016) e identificou que, aos 20 (vinte) anos de idade, uma mulher de baixa renda realiza, em média, quatro horas de trabalho doméstico por dia, enquanto outra mulher da mesma idade, com renda mais elevada, dedica uma hora a este tipo de trabalho. O número de horas aumenta com a chegada dos filhos e a diferença entre os níveis de renda, embora em proporções menores. Aos 30 (trinta) anos de idade, a jornada diária média de trabalho doméstico das mulheres mais pobres é de 5,8h (cinco vírgula oito horas) e aquela das mulheres mais ricas, de duas horas. A autora entende que a renda maior favorece a contratação de outra pessoa para realização das atividades, assim, há a redução do número de horas trabalhadas por quem dispõe de mais recursos financeiros. No caso

dos homens, a jornada diária é menor em todos os níveis de renda, com baixa elevação na idade na qual geralmente eles têm filhos pequenos.

Outro fator que afeta os dados referentes à realização de trabalhos domésticos é a escolaridade. Este quesito é acompanhado pela renda, uma vez que os grupos de maior formação tendem a apresentar rendimentos médios maiores e mais possibilidades de contratação de prestadoras de serviços domésticos. Entre as mulheres, o auge da dedicação de tempo ao trabalho doméstico acompanha a idade média da maternidade e a quantidade de horas reduz, conforme o nível de escolaridade aumenta. Assim, as mulheres com menos anos na escola têm mais atividades domésticas, por volta dos 25 (vinte e cinco) anos, com quase seis horas de dedicação por dia. Entre as mulheres mais escolarizadas, o auge da produção se dá, aproximadamente, aos 35 (trinta e cinco) anos com, em média, menos de três horas diárias, ou seja, metade em relação àquelas de menor escolaridade. “Entre os homens, poucas diferenças podem ser observadas quando se considera a escolaridade” (DE JESUS, 2018, p. 99).

A partir da análise dos dados da PNAD (2011) e da PNADC (2016), De Jesus (2018) concluiu que as mulheres, após a infância, passam praticamente toda a vida realizando mais trabalho doméstico não remunerado que consomem para si próprias, ou seja, trata-se da prevalência do trabalho feito para os outros, sem remuneração. Quanto menores forem a renda e a escolaridade, mais as mulheres produzem este tipo de trabalho. Os homens, ao contrário, independentemente do nível de renda e da idade, consomem mais trabalho doméstico do que produzem ao longo da vida sem, contudo, precisarem pagar por isto. Flora comentou a respeito destas desigualdades:

Uma das consequências desse sistema sobre nossas vidas é a falta absoluta de tempo, porque nós estamos tomadas pela produção e pela reprodução da vida, porque nós somos constituídas subjetivamente como seres para os outros, [...] O tempo que é só para nós, nossa vida, é tomado pelos outros. E tempo, é valor né? Tempo é o que move esse mundo, e o tempo é existência, a existência é tempo, não é só corpo, é tempo! Então, apropriação do tempo é a apropriação do tempo da vida (FLORA, 02/10/2019).

Esta visão múltipla do tempo vem reterritorializando a estática da contemporaneidade. Se antes já se entendia que não havia uma separação absoluta e linear, na qual a centralidade estava no mundo do trabalho, no mercado, as inovações tecnológicas, as novas formas de produção e as questões de gênero colocam o tempo como algo com liquidez, que flutua (BAUMAN, 1998). Tais configurações, somadas ao fato de que, para as mulheres, a centralidade raramente esteve neste lugar, nos desafiam a repensar sobre o tempo neste contexto e diante das mulheres.

No momento em que militantes como Flora passam a problematizar a necessidade dos trabalhos doméstico e de cuidados para a reprodução da vida e também a questionar o desequilíbrio entre produção, consumo e remuneração por estes tipos de trabalho, ampliam-se as reflexões acerca da possibilidade de incorporação destas produções feitas no âmbito doméstico nos modelos macroeconômicos. Há cálculos, feitos a partir de pesquisas de uso do tempo, pelos quais o valor da produção doméstica, considerando o acumulado das atividades realizadas no âmbito domiciliar, chegaria a representar entre um quarto e metade do Produto Interno Bruto (PIB) dos países (VARGHA; GÁL; CROSBY-NAGY, 2017).

De Jesus (2018) atuou no desenvolvimento de métodos para quantificar a contribuição da produção doméstica para a economia no Brasil e percebeu que a participação indireta das mulheres para ela, através do trabalho doméstico, “é pelo menos três vezes maior que a contribuição masculina” (p. 96). Utilizando a metodologia de custo de oportunidade, que atribui valor econômico ao trabalho doméstico, a autora concluiu que a produção anual acumulada por ele seria equivalente a 15,77% (quinze vírgula setenta e sete por cento) do PIB e, destes, 11,95% (onze vírgula noventa e cinco por cento) seriam produzidos pelas mulheres e 3,81% (três vírgula oitenta e um por cento) pelos homens.

Se for considerada apenas a produção no mercado de trabalho, De Jesus (2018) aponta que a diferença entre homens e mulheres é grande, chegando a uma produção masculina de cerca de 50% (cinquenta por cento) a mais que a feminina, ao redor dos 30 (trinta) anos de idade. O fato é atribuído pela autora às “menores taxas de participação, menores jornadas e menores salários entre as mulheres” (p. 99). Todavia, quando a produção doméstica é incluída no cálculo da autora, as mulheres passam a produzir para o PIB mais do que homens em todas as idades do ciclo de vida, ou seja, a produção doméstica, além de representar uma parcela significativa do montante produzido, se fosse incluída nos cálculos do PIB, corresponderia a boa parte da produção das mulheres, em especial, nas classes mais baixas e de menor nível de escolaridade. “Esses resultados apenas ilustram a já conhecida divisão sexual do trabalho, confirmando que os homens seguem responsáveis pelo trabalho remunerado e as mulheres pela produção doméstica não remunerada” (DE JESUS, 2018, p. 101). Este cenário amplia a desigualdade econômica reforçando o quadro de subordinação das mulheres, com destaque a subordinação daquelas com menor renda e escolaridade.

O predomínio deste tipo de relação e, conseqüentemente, da análise das conexões entre os territórios mulher e trabalho criou focos de atenção para questões, tais como a dupla jornada, os baixos salários, a informalidade e a disparidade salarial, as quais afetam diretamente a autonomia das mulheres. Rich (2012) fala das diferenças qualitativas de experiência entre as

mulheres e afirma que a falta de escolha é uma realidade que não é reconhecida e torna a dependência algo difícil de ser superado.

No entanto, como os territórios estão sempre em vias de desterritorialização, produzida pelas linhas de fuga que levam a reterritorializações, sem que os primeiros deixem de existir, é possível perceber mudanças em alguns aspectos culturais, as quais são geradas por redefinições nos conceitos de trabalho, tendo presentes as esferas produtiva e reprodutiva, conquistadas por algumas mulheres. Uma delas vem com o sucesso profissional. Gonçalves (2010) e Vicente (2018) chamam a atenção para a importância de passarmos a abordar a possibilidade de atuação social, de realização, de criação, de satisfação e de busca do bem-estar, resultantes do exercício de uma profissão, presentes na vida de uma parcela das mulheres que opta e tem a chance de investir em carreiras profissionais, em alguns casos, como viés principal de construção identitária, a qual, anteriormente, voltava-se para o casamento e a família.

Gonçalves (2010) salienta que estudos dedicados aos modos de vida contemporâneos, em sociedades complexas, indicam haver novas e diferentes perspectivas relacionais, nas quais a construção de identidades sociais das pessoas tenderia a estar mais relacionada aos domínios do trabalho que às relações de família e de parentesco. Trata-se de uma mudança nas relações sociais, a qual afeta o padrão “homem provedor/mulher cuidadora” que estrutura a “família nuclear”. Essa mudança “explicaria como o trabalho se tornou fundamental na vida de uma parte considerável das mulheres nas ‘sociedades ocidentais’ na contemporaneidade” (GONÇALVES, 2010, p. 240). Apesar de se tratar de uma mudança que tira a mulher do mundo privado e a permite conquistar o espaço público, é importante termos em conta que o foco pode estar direcionado ao mercado de trabalho e pouco a ela mesma. Além disso, muitas

calaram sobre a vida privada, como se fora um ilícito. Comprimindo duas vidas nas imutáveis vinte e quatro horas do dia, disseram no trabalho, aceite-me que eu serei como um homem qualquer. Em casa disseram, eu saio, mas aqui nada mudará, ninguém sequer perceberá que eu saí (OLIVEIRA, 2012, pp. 30-31).

O preço pago por essas mulheres, não raras vezes, tem sido uma relativa satisfação pessoal, acompanhada de constantes queixas de estresse, cansaço, culpa, angústia, sobrecarga física e emocional e ansiedade.

No outro extremo da desterritorialização, estão mulheres que, ao rejeitarem conscientemente assumir, ao mesmo tempo, vários papéis e jornadas, renunciam ao trabalho remunerado, para se dedicar aos filhos e aos afazeres domésticos. Lôbo (2015) identificou este novo discurso, percebido em alguns poucos ambientes, em geral, relacionado às classes mais

altas e nominou-o “volta ao lar”. A autora entende que este tipo de reação representa uma resistência ao sistema, acusando a impossibilidade ou a injustiça percebida na necessidade de conciliar cuidado e trabalho remunerado, apenas em função do capital. No entanto, o retorno ao lar, provocado pela forma como o mercado de trabalho está estruturado, embora provoque um deslocamento do significante para outro ponto, não força o mercado de trabalho a se ajustar às demandas das mulheres nem a uma divisão mais equilibrada do trabalho não remunerado.

Como esse retorno ao lar não é opção nem possibilidade para a maioria das mulheres, Costa (2014), com base nos resultados da pesquisa “Trabalho remunerado e trabalho doméstico: uma tensão permanente”, indica que a solidariedade entre as mulheres seria o principal recurso com o qual a maioria das entrevistadas contaria para enfrentar as tensões geradas pela divisão sexual do trabalho. Isto ocorre, principalmente, quando não existem condições financeiras de pagar por este trabalho e pelo fato de a omissão do Estado não permitir que a mulher conte com suporte para o trabalho que envolve a reprodução. A CUT tem uma proposta diante deste contexto:

A redução de jornada de trabalho sem redução de salário é necessária para a geração de mais empregos e para a melhoria da qualidade de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Para as mulheres, reduzir a jornada significa permitir um aumento de seu ingresso no mercado de trabalho, assim como maior tempo livre para a construção de sua autonomia e uma vida melhor com menos problemas de saúde e acidentes de trabalho, exercendo seu direito ao lazer, ao aprimoramento profissional e a convivência com amigos/as e familiares. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2014a, p. 33).

Além da proposta da CUT, a AMB defende a superação da divisão sexual presente nas relações do trabalho e a proteção social universal a todas as mulheres. Em parceria com outros Movimentos Sociais e de Mulheres, a organização luta pelo trabalho livre, orientado para a satisfação das necessidades de todas as pessoas e não para o lucro e a vantagem particular. Quando trata da construção de uma outra economia, defende uma divisão do trabalho justa e democrática, políticas redistributivas das riquezas e autonomia econômica para todas as mulheres.

Embora o Brasil tenha subscrito a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women – CEDAW*), aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1979, o baixo atendimento a estas reivindicações colocaram o país como garantidor de direitos tardios a elas ou mesmo não garantidor, uma vez que esses direitos estão em permanente disputa.

Entre os direitos mais violados, Margarida do Campo trouxe para o agenciamento a linha da violência, muito presente na vida das mulheres e que também interfere no lazer.

2.1.5 “Quero ser livre, livre dessa violência que eu tô sentido” (MARGARIDA DO CAMPO)

Margarida do Campo cita esta fala como uma das ouvidas em encontros com as mulheres trabalhadoras rurais. As violências doméstica e de gênero, por muito tempo, foram tratadas como temas privados, de menor importância, e que pouco entravam nos debates no âmbito da sociedade civil. Quem nunca ouviu o ditado popular “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”?

“Crimes praticados contra as mulheres”, “violência doméstica” ou “violência de gênero”: estes são os termos mais utilizados para caracterizar delitos que envolvem a subjugação da mulher, pelo fato único de ser mulher, por conseguinte, é possível dizer que sentimentos como o sexismo, ou a misoginia, ou o machismo, em alguma medida, são fatores motivadores de tais ações. Além da violência física, estes crimes envolvem violência moral, psicológica e verbal. Estou falando das violências doméstica, familiar, sexual, de gênero, contra mulheres lésbicas, bi e trans, da violência motivada por racismo, do feminicídio e de tantas outras existentes. Em muitos casos, há uma confluência de mais de uma destas formas e este tipo de criminalidade envolve as diferentes mulheres sobre as quais dialogo aqui e, em muitos casos, o delito é cometido por pessoas próximas à vítima (dentre elas, familiares, parentes, vizinhos e amigos).

Trata-se de um fenômeno complexo, constituído por elementos culturais, silêncios e estereótipos que provocam uma certa aceitação social, o que dificulta a identificação e o enfrentamento de tais práticas. Na atualidade, no contexto do isolamento social (uma das ações de combate à pandemia da COVID-19, o SARS-CoV-2), o número de casos de violência contra a mulher aumentou, como aponta, por exemplo, Toledo (2020)⁶⁰. A resistência e a organização das mulheres chamaram a atenção para o problema e o colocaram como uma pauta importante na agenda pública.

Após a promulgação da Constituição federal (BRASIL, 1988), conhecida como Constituição Cidadã, um conjunto de ações e de leis infraconstitucionais passou a tratar da proteção e do combate à opressão, à discriminação e à violência contra a mulher. Entre elas: a

60 Ver, por exemplo, em: <<http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1781-o-aumento-da-violencia-contra-a-mulher-na-pandemia-de-covid-19-um-problema-historico.html#.X4HQHNBKjIU>>. Acesso em 08 out. 2020.

criação e ampliação de Delegacias Especializadas ao Atendimento à Mulher; a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006a), que pune a violência doméstica e sexual; a Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que prevê tipificação criminal de delitos informáticos (BRASIL, 2012a); a Lei Joana Maranhão, Lei 12.650, de 17 de maio de 2012 (Brasil, 2012b), que prevê que crimes sexuais contra crianças e adolescentes passem a ter seus prazos de prescrição contados apenas a partir do momento em que a vítima complete 18 (dezoito) anos; e a Lei Federal nº 13.104, de 9 de março de 2015 (BRASIL, 2015a), que tipifica o crime de feminicídio, definido como o assassinato de mulher por razões de gênero, ou seja, quando envolve violência doméstica e familiar ou com menosprezo e discriminação contra a condição de mulher da vítima. Esta última prevê penalidades mais graves para homicídios que se encaixam na definição de feminicídio.

Além desses marcos legais, foi lançada pelo governo federal, em 2011, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011a)⁶¹, seguida do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011b)⁶², assinado por todos os estados da federação. A Política e o Pacto tinham por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações intersetoriais de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como assistir e garantir direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional. Em agosto de 2020, não foi possível identificar informações acerca de ações em andamento para a implementação da Política e do Pacto, no *site* do governo federal⁶³.

Outras iniciativas foram realizadas para enfrentar este fenômeno social da violência contra a mulher, tais como: o “botão do assédio” no transporte público ⁶⁴; o aplicativo “SOS

61 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

62 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 08 out. 2020.

63 Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/politica-para-mulheres>>. Acesso em 02 set. 2020.

64 Trata-se de um dispositivo instalado em *tablets* que ficam nos painéis dos ônibus. O botão é acionado pelo motorista, ao perceber ou ser informado de que uma mulher está sendo assediada, emitindo, assim, um alerta para que a polícia intercepte o ônibus.

mulher”⁶⁵; a “Operação Marias”⁶⁶; e a oferta de ônibus ou vagões no metrô exclusivos para mulheres (vagões rosa, em alguns casos), embora esta última tenha recebido críticas da MMM, como será dito adiante. Tanto os marcos legais quanto as demandas e iniciativas, como as citadas, são indicativos de que a temática da violência contra a mulher tem ocupado espaço nas pautas sociais coletivas.

Segundo o Dossiê Violência contra as Mulheres, publicado pelo Instituto Patrícia Galvão *et al.* (n.d., *on-line*)⁶⁷, uma em cada cinco mulheres brasileiras considera já ter sofrido, em alguma ocasião, algum tipo de violência protagonizada por algum homem, conhecido ou desconhecido. Segundo os dados divulgados, no Brasil, uma mulher é vítima de estupro a cada nove minutos, três são vítimas de feminicídio a cada dia e uma mulher registra agressão nas delegacias especializadas, com base na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006a), a cada dois minutos.

Desde a aprovação da lei que tipifica o feminicídio (BRASIL, 2015a), os dados referentes a este tipo de crime têm crescido anualmente e, em 2019, por exemplo, houve 7% (sete por cento) mais registros que em 2018. A análise deste dado permite interpretações diversas, uma vez que este tipo de crime pode estar, de fato, crescendo no Brasil, ou o número de registros pode ter aumentado, ao longo dos anos, pois as polícias passaram a se adequar e a se familiarizar com a lei, registrando corretamente o crime, ou os dois fatores podem estar ocorrendo concomitantemente: mais denúncias e notificações.

A dificuldade de reverter o quadro de violência contra as mulheres remete aos elementos culturais que a geram e alimentam. Um desses elementos diz respeito ao lugar destinado à mulher em uma sociedade patriarcal que faz uso de abusos como forma de controle sobre elas. Trata-se de uma violência “preventiva”, na qual a mulher sofre mais por ser mulher do que por ter feito algo considerado socialmente ilegal. Em um sistema opressor, este tipo de violência tem como objetivo manter o controle de determinados sujeitos para que nem pensem em se

65 “Para usar o aplicativo, basta que o interessado baixe a ferramenta por meio das lojas virtuais Google Play e App Store. Depois, é necessário a realização de um cadastro com os dados pessoais para que as informações possam ser checadas junto ao TJSP, que fornece as informações do banco de dados das medidas protetivas. Após a confirmação positiva da ferramenta, o serviço poderá ser utilizado” (PORTAL DO GOVERNO DE SÃO PAULO, 2019, *on-line*).

66 Consiste em uma força tarefa, criada em uma parceria entre o Fórum Permanente de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, cujo objetivo é identificar e prender pessoas condenadas por feminicídio. Os estados e municípios que aderem à parceria realizam a operação anualmente, segundo o Jornal O Globo, na operação de 2020, foram efetuadas 338 (trezentas e trinta e oito) prisões de pessoas que estavam sendo procuradas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/05/policia-faz-operacao-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher-em-18-estados-e-no-df.ghtml>>. Acesso em: 02 set. 2020.

67 INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO *et al.* *Dossiê Violência contra as Mulheres*. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

libertar. Se nele a mulher é considerada um ser menor, cujo trabalho vale menos, há uma objetificação que justifica a violência.

Mudar um cenário com estas características demanda ações estruturais na sociedade, mas elas só se darão a partir de mudanças na cultura, em forma de resistência, que confrontem a realidade. Se antes a violência contra mulheres era tratada, no máximo, como um assunto de polícia, aos poucos, a questão tem sido colocada como um problema social. Entre os resultados desta conquista, aparecem as articulações entre diversos órgãos públicos, com o objetivo de criar e manter redes de proteção e prevenção (RICH, 2012), como aquelas que mencionamos.

No entanto, tais iniciativas precisam incluir ações de enfrentamento à cultura machista presente na sociedade. Rich (2012) ressalta que seja importante que as mulheres rejeitem todas as saídas convenientes de negação e ignorância, quando o assunto é violência e dominação. Nenhuma relação dá o direito a outra pessoa ao acesso físico, econômico e emocional, sem que haja o devido consentimento. A autora defende que o conhecimento a este respeito permite aprender a mapear o próprio caminho e evitar situações de violência. Entre as resoluções da III CNPM, encontrei um reforço para esta questão:

38.Promover medidas educacionais, preventivas e campanhas permanentes para o enfrentamento da violência contra as mulheres, incluindo outras formas de violência como a mercantilização do corpo das mulheres, assédio sexual, racismo, lesbofobia e a reprodução da violência nos meios de comunicação e publicitários e nas diversas ações de comunicação e cultura (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013b, p.10).

Esta pauta aparece nas mais diversas agendas dos seis movimentos participantes da pesquisa e se conecta com a negociação aqui proposta, quando o medo representa uma das barreiras para vivenciar o lazer. Este medo inibe o uso de determinados espaços públicos por muitas de nós, mulheres, em razão de haver receios quanto: sair sozinha; vestir-se de determinada forma; praticar este ou aquele esporte; vivenciar uma ou outra atividade de lazer, sem ser ou se sentir ameaçada, intimidada.

Entre as ações que propõem mudanças significativas neste sentido, identificamos uma implementada pela MMM, durante os Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil (Rio 2016): a campanha “Nosso corpo não tá pra jogo”, a qual abordou os impactos da Olimpíada na vida das mulheres, denunciando o turismo sexual e a violência contra elas. “Não podemos achar que seja normal e natural o uso dos corpos das mulheres para atrair turistas” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2016b, *on-line*).

É interessante observar que, em alguns casos, as próprias medidas de enfrentamento à violência podem conter um viés segregacionista. Para exemplificar, a MMM tem feito uma crítica ao transporte de mulheres em espaços exclusivos, como ocorre com a oferta dos vagões exclusivos (ou rosa) do metrô. Faz-se a leitura de que a questão representa um retrocesso na luta das mulheres para a ocupação do espaço público, pois, ao segregá-las nesses vagões, realimenta-se, ainda que não seja esta a intenção, a ideia de que elas são as culpadas pelos abusos sofridos, eximindo da responsabilidade o agressor e o Estado cuja função é a de se garantir o espaço público acessível e seguro a todas e todos.

Nesta linha de atentar para que não se responsabilize a vítima, em novembro de 2019, o grupo performático interdisciplinar de feministas chilenas, *Colectivo Lastesis*, criou e levou para as ruas a performance *Un violador en tu camino*⁶⁸. Em um mês, a performance chegou em todos os continentes e mulheres de diferentes idades, ligadas ou não a Movimentos Feministas, replicaram a campanha chamando a atenção para o fato de que a culpa pela violência nunca é de quem a sofre, seja pela roupa que veste, seja pelo lugar em que transita. A performance conquistou visibilidade mundial explicitando o caráter estrutural da violência contra as mulheres.

As mulheres da CONTAG, pela Plataforma Política Marcha das Margaridas 2019, expõem uma possível linha de fuga que indica o empoderamento das próprias mulheres.

Nós, mulheres do campo, da floresta e das águas, sabemos e sentimos que nosso corpo é nosso primeiro território, onde nossa vida habita, e por isso lutamos por liberdade e autonomia sobre nosso corpo, tanto quanto lutamos pelo direito aos nossos outros territórios. Compreendemos em anos de luta e debate crítico que nosso corpo é nosso EU, e nosso EU é livre. Nunca aceitaremos passivamente a dominação da nossa alma, do nosso corpo, da nossa sexualidade, dos nossos desejos (CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2019, p. 32).

Além da violência, ou como uma de suas formas, Loreta chamou a atenção para outros aspectos culturais enraizados em suas subjetividades que precisam ser superados para que as mulheres alcancem a liberdade e a autonomia propostas pela CONTAG.

2.1.6 “A gente não foi criada pra ser feliz, a gente foi criada para servir” (LORETA)

“Uma coisa que eu sempre reparo, assim, às vezes. Eu fui criada com meu pai, aí, tem dia de Páscoa, você vai no bar, está todo mundo lá, os amigos do meu pai, tá todo mundo lá,

⁶⁸ A campanha é baseada em uma música coreografada. A letra e a performance estão disponíveis em: <<https://letraschile.com/colectivo-lastesis/um-estuprador-no-teu-caminho>>. Acesso em 09 mar. /2020.

tomando cerveja, jogando o futebol deles. Quando dá meio-dia e meia ou uma hora, eles têm que ir embora, porque a mulher já terminou de fazer o bacalhau, então, eles vão correndo pra casa, porque a mulher vai brigar, porque ela estava fazendo o bacalhau. Ou seja, essa mulher provavelmente acredite que aquilo ali, e quem sou eu pra julgar, mas o momento que essa mulher teve livre, ela estava, de alguma maneira, ela seguiu servindo, não é? Então a gente está falando sobre isso, sobre, em qual momento da vida da mulher, a existência dela não é para servir? Qual o momento que essa mulher não é, não está servindo alguém? A gente acha que isso é fundamental para as pessoas viverem uma vida menos dolorosa” (LORETA, 15/09/2019).

A provocação de Loreta trouxe para o agenciamento uma linha que envolveu a subjetividade, aqui representada pela busca pela felicidade, em alguns casos, vinculada ao lazer, confrontando-se com a cultura do servir, alimentada, principalmente, pelo dever do cuidado, associado às mulheres. Vicente (2018) lembra que os questionamentos, as críticas e as mudanças, em relação a este tipo de cultura, não são tarefas simples, uma vez que a pressão social para preservar a normatividade existente faz com que as pessoas incorporem e assumam o mandato sobre determinados papéis, no entanto, existem, sim, resistências e questionamentos.

Uma dessas resistências se dá em relação à criação para servir, empreendida por uma parte das próprias mulheres. As práticas de si não são inventadas pela própria pessoa, representam esquemas presentes em sua cultura e propostos, sugeridos, ou mesmo impostos a ela, à sociedade e ao grupo social do qual faz parte.

Nas sociedades gregas e romanas, para que uma pessoa agisse bem e praticasse adequadamente a liberdade, era necessário que se ocupasse de si mesma, cuidasse de si, se conhecesse para que dominasse, em si mesma, os apetites que poderiam prejudicar a si e aos outros (FOUCAULT, 2004). O autor afirma que o cuidado de si era vinculado ao conhecer-se e envolvia um conjunto de regras de conduta que eram verdades e prescrições que garantiam liberdade à própria pessoa, no sentido de ser livre da escravidão referente a si mesma e aos seus apetites. Ao mesmo tempo, o cuidado de si envolvia a relação com o outro, a qual contribuía para o crescimento pessoal e coletivo: “aquele que cuida adequadamente de si mesmo era, por isso mesmo, capaz de se conduzir adequadamente em relação aos outros e para os outros” (FOUCAULT, 2004, p. 271).

Esse ocupar-se de si teve conotações diversas entre as sociedades e ao longo da história. Foucault (2004) afirma que, durante o cristianismo, mas não como fruto exclusivo dele, o cuidar de si, o amar-se, passou a ser considerado egoísmo ou interesse individual, como contraponto ao interesse pelo que fosse coletivo, comum, que exigiria o sacrifício de si mesmo. A salvação, para o cristianismo, seria realizada pela renúncia a si mesmo.

Esta parece ser a cultura que predomina, principalmente em relação às mulheres, desde então. Foucault (2004) defende que “não se deve passar o cuidado dos outros na frente do cuidado de si, o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar na medida em que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária” (p.272). O filósofo cita como exemplo a relação de poder. Quem se conhece e domina seus desejos, apetites e fantasias não os impõem aos outros e, desta forma, não abusa do poder, portanto, “é o poder sobre si que vai regular o poder sobre os outros” (p. 272). Da mesma forma, este conhecer-se e dominar-se pode representar a força que a pessoa precisa para enfrentar o domínio da(o) outra(o).

A pressão social sobre as mulheres, para que elas deixem de lado o cuidar de si, se faz presente em coisas sutis. A pesquisa de Lôbo (2015) ilustra esta situação, ao realizar uma cartografia de revistas femininas brasileiras e perceber que elas, mesmo contemplando conteúdos direcionados a mulheres de classe média e alta, revelam um paradoxo entre o cansaço e a falta de tempo, provocados pela dupla jornada. Apesar disto, há, nos periódicos analisados, um certo enaltecimento às mulheres que “dão conta de tudo”: “Reportagens modalizam receitas de sucesso para a leitora alcançar o equilíbrio prometido, com dicas de como lidar com o cansaço e o *stress*, como se fosse normal viver em estado permanente de trabalho e alerta” (LÔBO, 2015, p. 105).

No carnaval de 2020, a MMM fez uma ação de questionamento e resistência à cultura do servir, com um bloquinho denominado *Adeus, Amélia*⁶⁹ cujo refrão dizia:

Amélia não existe mais
O mundo mudou, meu amor
Não queira que eu me sinta ela
Adeus, adeus, Amélia! (FERNANDES; SANTOS, 2005)⁷⁰

Se Amélia era mulher de verdade, porque não tinha a menor vaidade como idealizaram Lago e Alves (1942), nós, mulheres, aqui, nesta mesa de negociação, damos adeus a ela e optamos por seguir na luta pela felicidade. E ratificamos que esta luta perpassa pela inclusão das mulheres nos espaços de poder.

⁶⁹ Em uma referência à música “Ai! Que saudades da Amélia” (LAGO; ALVES, 1942).

⁷⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil/>>. Acesso em 27 fev. 2020.

2.1.7 “O nosso lugar de fala é de compartilhar com os homens os espaços de poder”
(MARGARIDA)

“O nosso lugar de fala é de compartilhar com os homens os espaços de poder, a gente não tem que ficar acima. Mas eles (os colegas sindicalistas) acabam reproduzindo a mesma coisa que o patriarcado burguês faz com as mulheres, tanto as mulheres da burguesia quanto as mulheres da classe trabalhadora” (MARGARIDA, 26/08/2019).

Margarida estava se referindo ao poder como resultado das relações que se estabelecem, neste caso, entre homens e mulheres, e vem reproduzindo a sobreposição deles sobre elas em diversos espaços sociais. A posição de poder, nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas. Assim, pensar como as opressões se combinam e se entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para que outras possibilidades de existência, de ser mulher e de se ocupar espaços, sejam concretizadas.

Entre os objetivos estratégicos aprovados na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing (1995), o objetivo F.6 tratava da promoção da harmonização do trabalho e das responsabilidades familiares. Entre as medidas sugeridas, uma abordava a capacidade de ocupação de espaços de liderança, de cargos de direção e políticos e incluía: “Do mesmo modo, a subrepresentação das mulheres em cargos de direção no terreno das artes, cultura, esportes, meios de comunicação, educação, religião e direito tem impedido que elas exerçam impacto significativo em muitas instituições-chave” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, n.d., p.215).

Uma mudança neste cenário levaria ao empoderamento, termo advindo da expressão *empowerment*, tendo surgido na Língua Portuguesa como um neologismo cujo sentido aponta na direção da capacidade de as mulheres controlarem suas próprias vidas. Trata-se de um processo que deriva de atitudes individuais e de ações políticas coletivas, as quais devem ser realizadas com a intenção de redefinir o lugar da mulher nas relações pessoais, sociais e nas estruturas de poder e de produção de riqueza na sociedade.

Empoderar-se é um processo dotado de intencionalidade para subverter o sistema de relações sociais de gênero que tanto envolve as relações entre homens e mulheres quanto aquelas entre as próprias mulheres e as que se estabelecem entre os homens. No caso das mulheres, o empoderamento tem estreita relação com a autonomia e as ações coletivas as empoderam, ao assegurar-lhes autonomia e independência em relação às instituições representativas do sistema androcêntrico (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS

MULHERES, 2013a). Utilizada pelo Movimento de Mulheres, desde os anos de 1970, a expressão empoderamento implica na mudança dos processos, das estruturas e da cultura, que colocam a mulher em lugar de subordinação, para que haja a garantia do direito à participação ativa e do direito à tomada de decisões coletivas e individuais.

Costa (2014) aponta perceber mudanças que vêm ocorrendo no Brasil do Século XXI, as quais estão relacionadas às mulheres e indica que tem havido: maior nível de escolaridade entre elas; aumento da participação feminina na força de trabalho; queda da natalidade; e acesso à independência econômica e jurídica. Ou seja, tendo adquirido acesso a mais instrução, as mulheres não só aumentaram a participação no mercado de trabalho como revelaram um novo perfil de trabalhadora; a maioria é casada, tem filhos e considera o trabalho remunerado fundamental em sua vida. Apesar disto, 71% (setenta e um por cento) das mulheres entrevistadas não contavam com qualquer ajuda masculina nas atividades domésticas (COSTA, 2014, p.9).

Apesar de o trabalho remunerado das mulheres poder representar parte do orçamento doméstico, ou ser o único existente no lar, no caso das muitas que assumem a totalidade das despesas da casa, vivam elas sozinhas ou com mais pessoas, isto não tem se refletido na ocupação dos espaços de poder. A entrada das mulheres no trabalho formal deu-se em funções culturalmente classificadas como “femininas”, as quais, embora com jornadas extenuantes, tinham baixo prestígio. Nas classes mais baixas, embora o passar do tempo, esta situação persistiu no Brasil.

Realidades diversas assombram a vida de muitas mulheres quanto à trajetória no mundo do trabalho: a informalidade no emprego ou a situação de desemprego; os proventos reduzidos; a não contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em razão da ausência de trabalho formal, e, conseqüentemente, a não inclusão nos direitos previdenciários; a falta de escolarização e de capacitação profissional; as condições sub-humanas de trabalho, dentre outras.

A pesquisa Estatísticas de Gênero – indicadores sociais das mulheres no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018) mostrou que, entre a população com 25 (vinte e cinco) anos ou mais de idade, em 2016, 23,5% (vinte e três vírgula cinco por cento) das mulheres brancas tinham ensino superior completo; entre as pretas ou pardas, o percentual caía para 10,4% (dez vírgula quatro por cento). Em meio aos homens brancos, 20,7% (vinte vírgula sete por cento) estavam neste grupo, contra apenas 7% (sete por cento) dos pretos e pardos. Registrada a presença da questão racial no cenário, haveria, no total, 33,9% (trinta e três vírgula nove por cento) das mulheres com ensino superior completo e 27,7%

(vinte e sete vírgula sete por cento) dos homens. No entanto, a pesquisa mostrava que as mulheres com nível superior recebiam, em 2016, apenas 63,4% (sessenta e três vírgula quatro por cento) daquilo que os homens recebiam como salário, ainda que elas tivessem o mesmo nível de formação que eles. Os dados indicavam que apenas 39,1% (trinta e nove vírgula um por cento) dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres em 2016.

Bilac (2002), ao comparar indicadores da década de 1990 com os indicadores anteriores, já constatava que:

Num flagrante contraste com as situações anteriores, a melhor situação laboral feminina é encontrada entre as mulheres jovens e adultas que moram sozinhas: elas apresentam altas taxas de participação com menores taxas de desemprego e níveis mais elevados de rendimentos. Mas é muito provável que apenas o fato de morarem sozinhas já identifique uma inserção diferenciada no mercado de trabalho – de maior qualificação, maior formalização e estabilidade –, que interfere na trajetória de vida, uma vez que, em função de uma carreira profissional, projetos podem ser postergados ou abandonados (p.5).

A presença das mulheres em carreiras/cargos consideradas(os) “femininas(os)”, como são tratadas(os) aqueles nas áreas do Serviço Social, da Saúde, do(a) Ensino/Educação, da Nutrição, do Secretariado, ainda é dominante (ROSEMBERG, 2001; GONÇALVES, 2010; BRUSCHINI, 1992). No entanto, Gonçalves (2010) e Bruschini (1992) mostram que a ampliação da escolaridade e uma dedicação prioritária ao trabalho, em especial, entre as solteiras e sem filhos, vêm mudando este cenário e diversificando a participação das mulheres em ocupações técnicas e científicas, mais reconhecidas e valorizadas no mercado. “Dessa forma, estudo e profissionalização funcionam como verdadeiros arsenais contra a dependência feminina” (GONÇALVES, 2010, p. 245).

Gonçalves (2010) afirma que cada vez mais mulheres vêm ampliando a escolarização e a formação profissional, o que favorece a conquista da autonomia. Isto frequentemente entra em conflito “com os interesses da vida matrimonial e grande ênfase é concedida ao desencontro entre ‘velhos homens’ e ‘novas mulheres’” (GONÇALVES, 2010, p. 237). A autora afirma que se trata de um aparente paradoxo (quase um clichê), comum nos discursos da mídia e nas falas de mulheres, em especial, das mulheres de camadas médias, escolarizadas e com carreiras estabelecidas.

Rosana Pinheiro-Machado, professora Doutora em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em entrevista para Borges (2019, *online*), ilustra isso, ao apontar uma pesquisa realizada, nas eleições brasileiras de 2016, na qual ficou evidenciado que jovens adolescentes de periferia se diziam eleitores do então candidato à

Presidência da República, o Sr. Jair Messias Bolsonaro, como forma de reagir diante da nova geração de jovens meninas que eram feministas: “Temos muitas histórias de campo - e não apenas de jovens - de maridos que apoiaram Bolsonaro como uma forma de agredir as mulheres, que agora estão mais empoderadas do que antes” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, *apud* BORGES, 2019, *on-line*). Por outro lado, o perfil das mulheres eleitoras do mesmo candidato é o de pessoas de elite que temiam perder privilégios, consideravam as feministas "feias" e "sujas" e priorizavam o casamento "perfeito". Se há movimentos de perpetuação deste tipo de territorialização, há, também, outros que criam linhas de fuga.

Fortaleza decidiu que a Prefeita deveria ser aquela lá, aquela menina, como eles diziam, a mais jovem de todos e ainda por cima mulher, e ainda tida como louca, pois a maioria de nós é tida como louca, basta a gente desafiar o *status quo*. Mas que sejamos loucas, a loucura talvez seja a nossa sina, que sejamos loucas para revolucionar esse país, esse mundo que está precisando da nossa garra e da nossa determinação (LINS, 2007, p. 68).

Lins (2007) é ex-prefeita da cidade de Fortaleza (capital do estado do Ceará), a Sra. Luizianne de Oliveira Lins, e fala de outro espaço de poder, no qual as mulheres são pouco representadas, que é na política. Trata-se de um espaço no qual percebe-se avanços tímidos, assim como retrocessos, em especial, nos períodos de exceção, como no que já esteve a política brasileira e, neste momento, ainda permanece submetida. Erundina (2007) aponta três momentos da luta das mulheres pela participação política, nos espaços do Poder Legislativo. A primeira fase, de 1932 a 1994, foi marcada pela conquista do direito ao voto, em 1932. Passados 62 (sessenta e dois) anos, em 1995, começou a fase em que as mulheres conquistaram a política de cotas no Brasil, a qual previu que os partidos políticos deveriam destinar 20% (vinte por cento) das vagas em suas chapas para cargos proporcionais às mulheres. A terceira conquista foi a Lei Federal nº 12.034, de 29 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009), que obrigou os partidos políticos a apresentarem o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo⁷¹.

Apesar da previsão legal, no Brasil as mulheres representam 13% (treze por cento) de vereadoras, 12% (doze por cento) de prefeitas, 15% (quinze por cento) de deputadas federais (77 – setenta e sete – de 513 – quinhentas e treze – vagas, sendo 66 – sessenta e seis – brancas,

71 Diante da obrigatoriedade, muitos partidos políticos passaram a lançar o nome de candidatas mulheres, no entanto, elas não recebiam apoio financeiro, logístico ou mesmo formação para levarem a candidatura adiante. A dificuldade de aceitação das mulheres na política, pelo sistema machista, sexista, misógino, capitalista e patriarcal, faz com que, a cada obrigação criada para incluir mulheres, sejam encontrados subterfúgios para o descumprimento do que foi legislado.

10 –dez– negras e uma indígena), percentual aproximado ao do Senado Federal. Na participação política mundial, as mulheres ocupam 23,6% (vinte e três vírgula seis por cento) dos assentos dos legislativos. Apenas 18% (dezoito por cento) das ministras de governo no mundo são mulheres (LAWSON *et al*, 2020). Segundo a UBM, o país ocupa a 155ª (centésima quinquagésima quinta) posição na representatividade feminina parlamentar em uma lista de 193 (cento e noventa e três) países. Este dado revela a exclusão das mulheres dos processos decisórios.

Nosso grande desafio é transformarmos nossa indignação em ação nas urnas, em outubro de 2020. Precisamos impulsionar as candidaturas e eleger mulheres, trabalhadoras, jovens, negras, LBTs que defendem a democracia, a soberania nacional, nossos direitos e um Brasil livre do fascismo. Vamos esperar e ocupar as ruas, as redes, os espaços de poder, para transformar a política e a vida das mulheres e do povo brasileiro! (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES; DOMINGOS, 2020, *on-line*).

Não é somente dos espaços de poder político e das empresas que as mulheres têm sido excluídas. A situação se repete, por exemplo, na ocupação dos cargos de gestão no esporte, pois, mesmo com o aumento da participação do número de atletas mulheres nas competições, nas mais diversas modalidades, são raras as mulheres exercendo a função de dirigentes de clubes, de federações ou de confederações. Mendonça (2020) afirma que, na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), entidade máxima da modalidade no país, não há nenhuma mulher dirigente nas doze diretorias e nas oito vice-diretorias, sendo todas ocupadas por homens. No caso do futebol feminino, a autora identificou dezesseis equipes na série A1, do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, destas, apenas duas eram comandadas por mulheres. “É curioso perceber que, até mesmo num esporte onde as protagonistas são as mulheres, a gestão ainda é feita por homens” (MENDONÇA, 2020, *on-line*).

Embora seja possível a nós, mulheres, percebermos os resultados das resistências ao poder patriarcal constituído, ainda estamos aquém da igualdade de direitos almejada. Em relação a este cenário, a ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (2011a) defende a luta pelo desenvolvimento de novas concepções e formas de se fazer política, pela democratização do sistema político e das formas de exercício do poder, nos governos e na sociedade e em defesa da laicidade do Estado, luta esta comprometida em alterar a cultura política patriarcal. O Dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher), no ano de 2020, foi um momento de reforço desta luta, junto com a UBM, levantando a bandeira “Em defesa da democracia, eleger mais mulheres já!” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS,

on line) e, ainda, a AMB com: “Mulher, poder, democracia, livre da violência!” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, *on line*).

Estas lutas passam pela ocupação de espaços na sociedade. Na sequência deste texto, tento reunir elementos que facilitem o entendimento acerca de como surgem, atuam e se modificam os Movimentos Sociais, em geral, e os Movimentos de Mulheres que lutam pela conquista de espaços representativos das mulheres e por elas.

2.2 Movimentos Sociais e de Mulheres

Foi proposto aqui o desenho da paisagem cartográfica acerca dos Movimentos Sociais e dos Movimentos de Mulheres partindo de algumas questões norteadoras: como tem sido ser Movimento Social? E como tem sido ser movimento de defesa dos direitos das mulheres? Quais os principais aspectos históricos que nos trouxeram (a nós, mulheres) até o lugar em que nos encontramos hoje? E quais são os desafios a enfrentarmos?

Acho que os Movimentos Sociais são centrais em qualquer conjuntura; sem Movimentos Sociais organizados e fortalecidos, a gente não consegue transformar o mundo. Sempre quem transforma o mundo e constrói uma outra realidade é a luta organizada, é essa disputa (FLORA, 02/10/2019).

A afirmação que foi feita por Flora confronta-se com o momento atual no qual a sensação que, nós, mulheres, temos é de que haja uma certa apatia, por parte dos Movimentos Sociais, diante do constante ataque aos direitos das mulheres e às políticas públicas voltadas para este público, nas mais diversas instâncias. Nos entanto, Debord (2003) chama a atenção para a impossibilidade de apreciação de uma sociedade tendo como verdade a concepção que ela tem de si própria, assim como haveria a impossibilidade de se olhar para épocas em transformação tendo como referência a consciência de quem vive nessas épocas sobre a própria transformação.

Vivenciamos um momento de transição em várias instâncias, o qual afeta inclusive o que era entendido por Movimento Social até o início dos anos 2000. São diversas as mudanças que demandam análises em relação aos dias atuais. Muitos de nós, em todo o mundo, estamos nos perguntando o que estaria acontecendo com parte das nações neste momento histórico cujos exemplos ilustrativos enumero: 1- os Estados Unidos vivenciando a realidade de uma extrema-

direita racista fazendo crescerem os crimes de ódio no país⁷²; 2- o governo da Itália foi tomado por um neofacista que tem extinguido direitos; 3-o Brasil tem sido governado por um grupo eleito que: trata a ditadura militar, vivenciada no final dos anos de 1960 ao início dos anos de 1980, como uma gestão de sucesso para o país; naturaliza e até estimula questões, tais como o racismo, o machismo, a homofobia e a misoginia; privatiza o patrimônio público; defende o armamento da população; retira direitos; ataca frontalmente a liberdade de expressão, a educação e a cultura e, em momento de pandemia, preocupa-se com a economia e naturaliza as mortes. Outros exemplos poderiam ser citados, mas estes bastam para que se tenha uma ideia da singularidade deste tempo.

Se esses governos estão sendo eleitos e ocupando cada vez mais espaços, é possível deduzir que suas ideias se proliferaram na sociedade, que ganharam espaço para que fossem manifestadas, ou que representavam o pensamento de muitos que, há um tempo, não encontravam ocasião para manifestar-se. A misoginia, o machismo, a homofobia, a apologia à violência, a defesa do autoritarismo e da meritocracia, presentes nas manifestações de determinados grupos e em notícias falaciosas, têm feito aumentar o ódio, o extremismo e a intolerância e, conseqüentemente, o medo entre os brasileiros e brasileiras. “Hoje nós estamos vivendo em um estado que não é de direito” (MARGARIDA, 26/08/2019). A constatação de Margarida remete ao crescimento do campo liberal conservador, ou de uma extrema-direita, que compromete a democracia e os ideais progressistas. Flora complementou:

A gente vive um momento de uma conjuntura pesada contra nós, uma conjuntura marcada pelo projeto ultraneoliberal implementado desde o golpe, extremamente patriarcal, que utiliza a violência sexista contra as mulheres, que aprofunda o racismo, aprofunda a desinformação, aprofunda a misoginia, a lesbobitansfobia, a homofobia. Quer dizer, um momento da conjuntura do mundo que é o momento que eu leio como de revanche e de reação conservadora profunda, reação especialmente aos movimentos feministas, aos movimentos LGBT e a conquististas, no caso da América Latina, parciais, que nós tivemos no momento dos governos progressistas (FLORA, 02/10/2019).

Se estas são as relações de poder estabelecidas no momento, como e onde estão as resistências, os desafios, os dissensos e os contrapoderes? A chegada a este cenário e o resistir a ele demandam organização em torno de objetivos políticos, em especial, da sociedade civil.

Apesar de, na linguagem corrente, aparentemente haver um consenso de que todos os projetos políticos defendem e buscam uma sociedade civil participativa e propositiva, isto

72 Cabe ressaltar que, ao concluir esta pesquisa, os Estados Unidos finalizavam um processo eleitoral que dava pistas de alguma reação a este cenário, embora os resultados acirrados da disputa deixassem claro o acirramento entre as concepções de sociedade em disputa.

escamoteia propostas antagônicas. O conceito de sociedade civil é variado e divergente, a depender, principalmente, do período e do projeto político aos quais tal conceito está vinculado. No momento brasileiro atual, a sociedade civil organizada tem tido dificuldades para fazer parte da disputa de poder, considerando a ausência de democracia direta e a extinção ou esvaziamento de canais de representação, como os conselhos e as conferências.

A forma de organização e de participação, como também os motivos que mobilizam as pessoas têm variado ultimamente e percebo, por exemplo, o crescimento de Movimentos Sociais com bandeiras contrárias aos interesses da coletividade. Hall (2003) faz esta reflexão, ao citar o caráter não racional, o qual é abordado por Gramsci (1972) no elemento fé. Fé presente no grupo social no qual a pessoa esteja engajada e que permite a ela duvidar de um adversário argumentador, uma vez que não se encontra sozinha, pois faz parte de um grupo que pensa da mesma forma que ela. Se esse elemento vale quando estamos falando de Movimentos Sociais pró-democracia e pró-direitos humanos, valeria também aos demais cujas ideologias são divergentes? Seria esta uma explicação plausível para o cenário atual?

Resistir ao poder do outro pode mobilizar pessoas e grupos em busca de novas possibilidades de subjetivação diante das normalizações. Falo aqui de poder como resultado das relações que se estabelecem entre grupos ou indivíduos e que produzem a capacidade de um se sobrepôr, mediante arranjos hegemônicos, aos interesses imediatos de outros grupos ou outros indivíduos. Recorro a Foucault (1979), para abordar a relação entre poder e resistência: “Se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder” (p.234). Para o autor, o poder nunca está em determinado(s) lugar(es) ou pessoa(s), por isso, não é apropriado em forma de riqueza ou bem, mas funciona e se exerce em rede(s). Nesta(s) rede(s), a(s) pessoa(s) não só circula(m) como está(estão) sempre em posição de exercer e/ou de sofrer ações de poder.

As mulheres compõem um dos segmentos mais afetados por manipulações simbólicas de poder e, muitas vezes, não se dão conta de que as relações de poder exercidas sobre elas não são algo dado ou natural, e sim fazem parte das construções sociais e culturais. Mas há resistências. Inicialmente individuais, estas resistências vão se reunindo e criando grupos ou redes, em torno de uma questão ou de questões que cada coletivo vê como injusta(s) e/ou se dispõe a enfrentar, com seu próprio poder.

Em relação a este processo, no que concerne às mulheres, Hall (2006) afirma que o feminismo tem uma relação direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, por trazer para o debate o fato de ser passível de contestação política toda a arena

da vida social. Para tal, os Movimentos de Mulheres acenam com a possibilidade de enfrentamentos nos pequenos atos cotidianos. Com o *slogan* “O pessoal é político”, eles questionam a distinção entre o privado e o público (VICENTE, 2018). A contestação da posição social das mulheres evoluiu e passou a incluir a formação das identidades sociais e de gênero, politizando a subjetividade.

Iasi (2007) parte da seguinte indagação: “Como os indivíduos moldados para a conformidade e o consentimento podem se rebelar contra a ordem que os moldou?” (p. 13). O autor trata da emoção como revolta que abre a possibilidade de o indivíduo, neste caso, a mulher, ir além do que ele chama de primeira forma de consciência e, mediante “certas condições”, essa “revolta pode se tornar uma passagem para uma nova etapa de consciência” (IASI, 2007, p. 13) que ele nomeia de “consciência em si” ou “consciência da reivindicação” (IASI, 2007, p. 28). Flora ilustrou a fala do autor com a própria vida:

Eu sempre soube que iria ser uma militante, porque sempre fui uma criança que prestava muita atenção nas injustiças ao meu redor. Muito ligada à minha mãe, eu sempre tive muita, muito incômodo com a questão de coisas que, depois, eu nomeei como machismo [...] Nasci praticamente dentro de uma fábrica de redes; meus pais eram operários, então, a questão do trabalho e a questão da injustiça no trabalho também sempre me marcaram muito. Então, quando eu fui para Fortaleza, para fazer meus estudos de ensino médio e depois na universidade, especialmente na universidade, eu encontrei o Movimento Estudantil e comecei uma aproximação com a vida política (FLORA, 02/10/2019).

O encontro com o Movimento Estudantil representou para Flora o que Castells (2017) e Iasi (2007) indicam como o grupo que tem o papel de facilitador e catalisador, para que o medo e/ou a revolta, gerado(s) pela crise ideológica saia(m) do plano individual e alcance(m) uma dimensão coletiva. Isto se deve ao fato de o grupo possibilitar o reconhecimento no outro das mesmas injustiças sofridas e percebidas no âmbito pessoal. A segunda etapa de consciência de Iasi (2007) é onde se formam as lutas e Movimentos Populares e Sindicais, pela “percepção dos vínculos e da identidade do grupo e seus interesses próprios, que conflitam com os grupos que lhe são opostos” (IASI, 2007, p. 30). Esta foi a história de todas as mulheres deste encontro, a exemplo da fala da Margarida do Campo:

Sou nordestina, piauiense. Vem daí a minha trajetória no Movimento Sindical, vem de muito cedo, de muito jovem. Eu sou filha de uma família de 9 filhos [...] Meu pai, minha mãe sempre estiveram e ainda hoje estão trabalhando na roça. Eu comecei muito cedo na associação, ainda adolescente, mesmo, participando da associação da minha comunidade junto com companheiros. Eu lembro que tinha um senhor que era presidente da associação, lá, que sempre me incentivava. Ele nunca me chamava pelo meu nome, ele me chamava Dona Moça. “Dona Moça, a senhora precisa ser presidenta da associação”; e eu ainda muito pequena, pequena eu sempre fui, mas bem

jovem, mesmo, sem idade nem para associar no sindicato. Mas eu fui pensando e me aproximando [...] (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

A dimensão coletiva, para a maior parte das mulheres, ainda é vinculada à esfera privada, representada pela família e pelos amigos, como resultado das imposições estabelecidas pelas relações de poder exercidas sobre elas. No entanto, com as que participam deste debate, avançamos na constituição de uma imagem das mulheres como personagens nos espaços públicos

a particularidade dos movimentos como momentos de estruturação de novas relações entre vida pública e vida privada, e de novas configurações das relações de gênero nas relações sociais e políticas. Por suas conquistas, às vezes por sua simples presença, as mulheres nos movimentos subvertem a ordem dos gêneros vigente nos espaços da sociedade (SOUZA-LOBO, 2011, p. 183).

Se a socialização de uma mulher se dá pelo papel a ela designado pela sociedade androcêntrica, são as "falhas de socialização" que levam algumas mulheres a tomarem consciência do seu local na sociedade e ressignificarem as suas experiências. A partir disto, elas tendem a questionar a posição imposta às mulheres na e pela sociedade. É no feminismo que este mal-estar encontra espaço para se tornar visível e provocar fissuras no patriarcado.

Trata-se de evidenciar que Estado, mercado e sociedade civil, assim como a vida pública e a privada, são faces de uma mesma realidade, se interconectam e são perpassados por disputas e definições de poder. "O 'civil' não pode ser entendido como o apolítico, mas como espaço de descobertas e concepções de formas mais amplas e profundas de realização dos conflitos sociais, que enfatiza a ressocialização dos indivíduos e subjetividades" (ROCHA, 2007, p. 581).

Como faces da mesma realidade, o Estado, o mercado e a sociedade civil, historicamente, transformam-se e são transformados, em uma interação constante. Os Movimentos Sociais fazem parte deste processo que não pode ser considerado contínuo, pela existência de intermitências impostas socialmente. Embora não houvesse organização coletiva para ser chamado de movimento, percebe-se que, desde o século XIV, as mulheres vêm refletindo e reivindicando seu espaço na sociedade. No entanto, estamos lutando coletivamente, desde o movimento contracultural da Revolução Francesa. Ora, em nome da igualdade, ora em nome das diferenças, permanentemente pela nossa identidade como seres humanos, pela liberdade, contra as injustiças de que somos vítimas, reivindicando o direito ao trabalho, à educação, ao voto à maternidade livre e a muitas outras causas que nos unem (CISNE, 2015).

2.2.1 “Já existiam algumas iniciativas de mulheres que tinham a ver com a vontade de organizar” (LORETA)

Compreender o momento atual implica ter presente a história de organização das mulheres, as conquistas e as resistências enfrentadas no processo. A afirmação de Loreta nos levou à lembrança da Revolução Francesa, registrada como marco das bases para o feminismo que representava a radicalização de duas premissas: todos os homens nascem livres e iguais, portanto, com os mesmos direitos (GARCIA, 2015). Apesar do reconhecimento deste marco, Cisne (2015) entende que a primeira experiência histórica de luta pela liberdade substantiva das mulheres se deu, em 1871, quando um grupo delas teve participação decisiva na Comuna de Paris. Entre os destaques trazidos pela autora, está a feminista anarquista Emma Goldman que, em 1906, já ressaltava a importância da auto-organização das mulheres para a sua libertação, lembrando que não seriam a liberdade no trabalho, nem o direito ao voto, suficientes para alterar a situação das mulheres na sociedade. Isto demandaria a ruptura, pelas próprias mulheres, com as relações de submissão e opressão, bem como com as práticas sociais estabelecidas.

No Brasil há registros, como o de Delphy (2018), os quais mencionam que, no contexto de lutas pela independência, houve envolvimento de mulheres, tais como Anita Garibaldi⁷³, Maria Quitéria de Jesus⁷⁴ e tantas outras como as citadas por Shuma; Brazil (2000). A primeira mulher brasileira a defender publicamente a emancipação feminina foi Nísia Floresta Augusta (1810 -1875). Além de fundar uma escola inovadora em educação feminina no Rio de Janeiro, Nísia publicava artigos em jornais de grande circulação questionando a ideia de superioridade masculina, com argumentos que remetiam ao fato de as diferenças entre os sexos serem construções sociais. Foi pioneira em tratar a noção de gênero como construção sociocultural e a educação como primeiro passo para emancipação da mulher (DELPHY, 2018).

Na sequência, Garcia (2015) afirma que, por volta de 1860, algumas mulheres brasileiras se organizaram em torno do tema da abolição e destaca que, a partir da agudização da questão social, na segunda metade do século XIX, a opressão das mulheres aumentou e, com

73 Ana Maria de Jesus Ribeiro, conhecida como Anita Garibaldi (1821-1849), nasceu em Morrinhos, então município de Laguna, Santa Catarina, participou de diversas batalhas no Brasil e na Itália, ao lado de seu segundo marido, o italiano Giuseppe Garibaldi, idealista das causas da liberdade. Entre essas batalhas destacam-se a Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos), a Batalha dos Curitibanos e a Batalha de Gianicolo, na Itália, onde morreu após adoecer grávida, em uma das fugas do casal (SCHUMA; BRAZIL, 2000).

74 Maria Quitéria de Jesus (1792 – 1853) nasceu em São José das Itaporocas (Cachoeira), Bahia. Aos trinta anos alistou-se como homem, escondida do pai, para lutar no movimento pró-independência, recebendo homenagens por sua coragem e pelos feitos nas batalhas das quais participou. Recebeu do Imperador Dom Pedro I a insígnia dos Cavaleiros da Imperial Ordem do Cruzeiro (SCHUMA; BRAZIL, 2000).

ela, a revolta contra tal situação. A aproximação das organizações de mulheres com a luta socialista no Brasil, naquele momento histórico, trouxe para o movimento organicidade, com destaque para a campanha em prol da abolição e de reivindicação pelos direitos políticos para as mulheres. Um exemplo da opressão, era o direito ao voto, previsto na Constituição de 1891, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 1891), e vetado explicitamente para analfabetos, mendigos, soldados e religiosos. As mulheres não estavam entre eles, mas, “naturalmente”, elas não votavam. Para enfrentar a questão, algumas tentaram votar e se candidatar, justificando não constarem entre as pessoas que tiveram seu direito vedado, no entanto, elas também tiveram seus pleitos negados.

Este aspecto estimulou as mulheres, reunidas em grupos, a aderirem à organização que ganhava força, nos Estados Unidos e na Inglaterra, nominada Movimento Sufragista⁷⁵, também reconhecido como primeira onda do feminismo. No período ocorreram congressos internacionais, para definição das linhas de atuação política, as quais eram voltadas à organização das mulheres nos partidos comunistas. As sufragistas abolicionistas compuseram o primeiro Movimento Feminista politicamente organizado, no Brasil e em outros países, e a primeira luta que visava às próprias mulheres foi pelo direito ao voto feminino (GARCIA, 2015).

Para entendermos o quão tais iniciativas eram necessárias, vale lembrar que o Código Civil Brasileiro de 1916, Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (BRASIL, 2016), definia a mulher casada como incapaz de realizar certos atos e previa que ela necessitasse da autorização do marido para exercer diversas atividades, inclusive, de ter uma profissão ou receber uma herança.

A luta sufragista ganhou fôlego no Brasil e tomou uma dimensão nacional na década de 1920. Cisne (2015) localiza três vertentes no período: uma mais forte e organizada, de caráter liberal, composta por mulheres “cultas” e da elite brasileira. Muitas delas haviam estudado no exterior e sido influenciadas pelo Movimento Sufragista europeu. Lideradas por Bertha Lutz⁷⁶, tinham como foco a incorporação da mulher como sujeito de direitos políticos. Por não

75 Movimento social, político e econômico, de reforma, que se organizou pelo mundo para a luta pelo direito ao sufrágio (direito de votar) às mulheres. Com o tempo, outras pautas foram sendo agregadas às lutas, como o direito à educação, ao divórcio e ao trabalho no mercado.

76 Bertha Maria Júlia Lutz, conhecida como Bertha Lutz nasceu em São Paulo no ano de 1894. Zoóloga de profissão, foi educada na Europa, onde entrou em contato com a campanha sufragista inglesa que a levou a se tornar uma reconhecida liderança na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Além de representar o país em eventos internacionais envolvendo essa pauta, ocupou cargos públicos de destaque como a chefia do setor de Botânica do Museu Nacional, cargo no qual se aposentou em 1964. Bertha faleceu no Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1976, aos 84 anos (SCHUMA; BRAZIL, 2000).

confrontar o patriarcado e o capitalismo, como sistemas de exploração e opressão das mulheres, o movimento ganhou respaldo e legitimidade, inclusive, entre homens da elite. A autora afirma que se tratava de um feminismo bem-comportado. As ideias defendidas focavam na educação da mulher para contribuir, sem ameaçar a hegemonia masculina, e com ela a ordem social, por isso, não encontraram muita resistência na sociedade da época.

A segunda vertente, a qual foi identificada por Cisne (2015), foi denominada de feminismo difuso, expresso em manifestações da imprensa feminista alternativa, também composta por mulheres “cultas”, com vidas públicas destacadas, muitas delas, jornalistas e escritoras. Estas mulheres reivindicavam não apenas direitos políticos, mas defendiam o direito à educação e questionavam a dominação masculina e o interesse dos homens em deixar as mulheres ausentes do mundo público. Além disto, tocavam em assuntos polêmicos para a época, como a sexualidade e o divórcio e isto configurou “uma face menos comportada do feminismo brasileiro do início do século XX” (PINTO, 2003, p. 15).

A terceira vertente se manifestou, inicialmente, no Movimento Anarquista e, em seguida, no Partido Comunista. Composta por mulheres intelectuais e trabalhadoras militantes de esquerda, defendia a libertação da mulher de forma radical, com foco central na exploração da mão de obra pelos detentores do capital. Por confrontar poderes, era do grupo de feministas malcomportadas “expressava-se nas passeatas, nos enfrentamentos na Justiça e nas atividades de mulheres livres-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro” (PINTO, 2003, p. 38). Entre as estratégias de mobilização política do partido, destaca-se a marcha pelas ruas do Rio de Janeiro, em 1917, que contou com a participação de cerca de 90 (noventa) mulheres.

Com mais espaço entre as relações de poder, em 1919, Bertha Lutz foi indicada pelo governo brasileiro para participar da reunião do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho, onde foi aprovado o princípio da igualdade salarial para trabalho igual, não alcançado até hoje. Em abril de 1922, ela organizou o 1º Congresso Feminista e fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), primeira entidade feminista de expressão nacional e internacional (GARCIA, 2015). A FBPF foi institucionalizada, na figura de uma pessoa jurídica, com filiais em vários estados e um modelo organizacional próximo ao dos partidos políticos. “A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino representa a criação de um ambiente institucional exclusivamente feminino, articulado em torno de um projeto político comum” (GARCIA, 2015, p.17). Metas definidas e seguidas passo a passo evitavam reações contrárias que maculassem a conduta de Bertha Lutz e suas colaboradoras, muitas vezes

conservadoras. Por não ter bases sociais populares, a FBPF não se configurou em uma corrente de esquerda, como ocorreu em países europeus.

Nos anos de 1930 e 1940, o processo de urbanização, conduzido de forma autoritária e antissocial, pelo Governo do então presidente, o Sr. Getúlio Dornelles Vargas, marcou o surgimento de organizações representativas na sociedade civil. Avritzer (2012b) afirma que o processo de modernização empurrou parcela significativa dos pobres do campo para a busca de alternativas na cidade, a qual não fora preparada para receber este contingente de pessoas e demandas. Isto interferiu nos processos societários básicos, ao deixar a população de baixa renda desprovida de direitos, em locais nos quais os serviços públicos eram escassos. A luta por estes serviços e direitos foi o que mais motivou a organização da sociedade civil.

Foi esse processo histórico que levou à criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), a partir do Conselho da Casa do Estudante do Brasil, criado em 1937. Em 1938, a entidade foi estruturada pelos(as) estudantes e, em onze de fevereiro de 1942, o Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942 (BRASIL, 1942), reconheceu a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora dos(as) discentes dos estabelecimentos do ensino superior. Muller e Rezende (2012) afirmam que a primeira ação política de grande porte da UNE foi a favor dos países aliados (Estados Unidos da América, França e Inglaterra) na Segunda Guerra Mundial. Outras mobilizações do período inicial de existência do movimento tiveram como foco a defesa da democracia, o fim do totalitarismo do governo da época e a defesa do monopólio estatal do petróleo.

Foi neste mesmo período que, em 1932, o código eleitoral acolheu a primeira proposta de voto feminino, com limitações: o voto era facultativo e só poderiam votar as solteiras e viúvas acima de 21 (vinte e um) anos, que tivessem renda própria; as mulheres casadas precisavam de autorização dos maridos para fazê-lo, por serem tratadas como que fossem propriedade deles. A Constituição de 1946, Constituição dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 1946), retirou as limitações e inseriu a obrigatoriedade do voto, também para as mulheres.

Em 1934, foi fundada a União Feminista, integrante da Aliança Nacional Libertadora, que tinha participação de socialistas, comunistas e antiimperialistas e combatia o fascismo. Suas principais dirigentes foram presas, em 1935, e a entidade foi cassada. Nas lutas de classe, as operárias eram atuantes, porém, suas pautas não ecoavam em termos de direitos políticos. Maria Lacerda de Moura se destacou neste Movimento de Mulheres libertárias que lutavam contra a exploração da força de trabalho, os baixos salários e a opressão sexista. Seu grupo contestava o discurso da FBPF em relação à maternidade consciente, o amor livre, o direito da mulher ao

amor e ao voto. Este último era visto como conquista que não agregava muito à multidão feminina, beneficiando apenas algumas mulheres. O golpe militar de 1937, promovido pelo grupo liderado pelo Sr. Getúlio Dornelles Vargas, instituiu o Estado Novo e freou o processo de organização política do feminismo. A ditadura se prolongou até 1945, nos oito anos nos quais vigorou, não houve eleições e a recente conquista das mulheres foi reprimida, o Congresso Nacional foi fechado (assim como o Senado, as câmaras – municipais, estaduais e federais – e a Justiça Eleitoral) e houve centralismo político.

Cisne (2015) ressalta que, no final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, no Brasil, sob influência, apoio e promoção das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, mulheres de diferentes classes, passaram a criar os clubes de mães e a atuar em movimentos de enfrentamento à carestia, lutando por melhorias na saúde, educação e serviços públicos em geral. Com o fim da Era Vargas e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), nos anos de 1950, surgiu, no Rio de Janeiro, o Comitê de Mulheres pela Democracia, o qual procurava envolver lutas por igualdade profissional, administrativa, cultural e política. Em 1952, foi realizada a primeira Assembleia Nacional de Mulheres, em busca de igualdade de direitos, pela anistia, democracia e paz mundial e, em 1954, ocorreu uma conferência sobre os direitos da mulher na América Latina.

Na sequência, em 27 de agosto de 1962, a Lei 4.121 (BRASIL, 1962) alterou a condição legal das mulheres que ainda era regida pelo Código Civil de 1916, a Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, Código Civil dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 1916). Conhecida como “Estatuto da Mulher Casada”, a lei contribuiu para a emancipação feminina, em diversas áreas, com a revogação de dispositivos do Código Civil (BRASIL, 1916), entre os quais o que colocava as mulheres casadas como civilmente incapazes para determinadas ações. O marido deixou de ser o chefe absoluto da sociedade conjugal que, até então, era baseada no conceito do pátrio poder, isto é, do poder dos homens, pais e maridos. A partir desta mudança, além de poder acessar o mercado de trabalho, sem necessitar da autorização do marido, a mulher passou a ter direito sobre os seus filhos, compartilhando do pátrio poder e com direito de requisitar a guarda, em caso de separação.

Esta conquista das mulheres era parte de um momento de construção, organização e mobilização de sindicatos e Movimentos Sociais que se dava em um momento de prevalência da democracia entre dois momentos, nos quais predominaram regimes autoritários. A UNE criou, em 1961, seu Centro Popular de Cultura, com a perspectiva de articular arte e política, para despertar a consciência política do povo (MULLER; REZENDE, 2012). Em 1963, foi aprovado, pelo governo federal, o Estatuto do Trabalhador Rural, que deu origem à CONTAG,

como primeira Organização Sindical Nacional do Campo, aglutinando várias forças políticas, com membros oriundos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja Católica (CONTAG, n.d., *on-line*).

No entanto, em 1964, o regime militar implementado no país passou a perseguir os sindicatos e suas lideranças. Este processo interrompeu a atuação da UNE e da CONTAG. No caso da agricultura, o momento representou a instauração do que foi chamado de modernização conservadora da agricultura cujo foco estava no aumento incondicional da produtividade agrícola, dando origem ao que hoje conhecemos como agronegócio. Em 1968, a CONTAG reorganizou suas bases e voltou a atuar, apesar das restrições impostas pelo regime. Já os efeitos das ações políticas e culturais que vinham ocorrendo pela mobilização da UNE se perpetuaram e a resistência ao regime ditatorial seguiu, mesmo que na clandestinidade ou focada nas demandas estudantis (MULLER; REZENDE, 2012). Oficialmente a entidade só voltou a existir em 1979.

Além dos sindicatos e da organização estudantil, os Movimentos Sociais, entre eles os Movimentos Feministas, tiveram um refluxo na atuação, da forma como estavam organizados. O momento político levou ao surgimento de alguns grupos, liderados por mulheres, que prestigiavam os militares. Estes grupos organizaram a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”⁷⁷, sem foco em questões que envolvessem os direitos das mulheres.

Por outro lado, tivemos mulheres participando da luta armada contra a ditadura, a exemplo das escolhidas como pseudônimo pelas nossas entrevistadas Loreta, Helenira e Dora,

o que implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, ‘comportando-se como homens’, pegando em armas e tendo êxito nesse comportamento (SARTI, 2004, p. 37).

Este processo revelou o quanto a igualdade que parecia já existir não passava de retórica e, portanto, a luta não era lugar de mulher para a maior parte da sociedade brasileira. A perseguição do Estado levou muitas das que sobreviveram ao exílio, principalmente na Europa, onde acabaram entrando em contato com o ideário feminista que se desenvolvia por lá. Um

77 Movimento ocorrido em março de 1964 e que consistiu numa série "marchas", lideradas principalmente por setores da Igreja Católica e por entidades de mulheres favoráveis à deposição do presidente da República João Goulart, como reação ao “perigo comunista”, reforçado pelo comício realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente anunciou seu programa de reformas de base (GARCIA, 2015).

dos movimentos criados a partir deste lugar foi o Círculo das Mulheres Brasileiras, em Paris, que funcionou entre 1975 e 1979, como um espaço público de reflexão (VICENTE, 2018).

Souza-Lobo (2011) chama a atenção para o fato de que os Movimentos de Mulheres aparecem mais ativos, na ocasião em que as sociedades se colocam em questão e discutem democracia e direitos, enfraquecendo, por conseguinte, quando a ordem e a disciplina voltam a reinar na sociedade. Segundo a autora, a partir de 1968, a dissolução das fronteiras entre o pessoal, o político e o teórico, foi assumida como desafio do Movimento de Mulheres, exigindo a recriação continuada de suas práticas. Sob influência das experiências europeia e norte-americana, o feminismo brasileiro dos anos de 1970 foi marcado “pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964” (SARTI, 2004, p. 36).

O crescimento da desconfiança em relação ao Estado repressor dominante impulsionou mais mulheres a que elas buscassem o enfrentamento do cenário de ditadura militar, reorganizando suas lutas (BIROLI, 2018). Este processo gerou e foi gerado por aspectos que afetaram decisivamente o mundo privado, como: o apoio da expansão do mercado de trabalho; a consolidação de um sistema de educação que, embora ainda excludente, expandia as oportunidades para as mulheres; uma revolução cultural iniciada no final da década de 1960, com novos comportamentos afetivos e sexuais; os avanços científico e médico, os quais ampliaram o acesso a métodos anticoncepcionais, às terapias psicológicas e à psicanálise. As novas experiências cotidianas “entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal” (SARTI, 2004, p. 39), colocando em xeque os rígidos costumes que segregavam a mulher, reduzindo sua atuação ao lar e ao papel de esposa e mãe.

Neste contexto, o Movimento de Mulheres voltou às ruas, nos anos 1970, defendendo os direitos e necessidades do segmento e denunciando as desigualdades. Tal ressurgimento foi, sobretudo, consequência “da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota” (SARTI, 2004, p. 37). Foram, inicialmente, mobilizações contra a carestia (inflação alta, por melhores condições de vida e pela segurança alimentar) e por uma nova política nacional (anistia e redemocratização). Álvarez (1990) afirma que, “ironicamente, as regras autoritárias dos militares, que tinham por intenção despolitizar e restringir os direitos dos(as) cidadãos e cidadãs, tiveram como consequência a mobilização das mulheres, geralmente marginais na política” (p. 26).

Na sequência, em 1975, foi declarado pela ONU, como o Ano Internacional da Mulher. A movimentação em torno disto deu sustentação à existência de Movimentos Sociais de

Mulheres que ainda atuavam “nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente” (SARTI, 2004, p. 39) como sujeitos coletivos. Como exemplo, Prado (2016) destaca os seguintes movimentos: o Brasil Mulher; o Nós Mulheres e do Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais. A I Conferência Internacional da Mulher, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) naquele ano, declarou o período seguinte como a Década da Mulher (1976-1985) e o feminismo brasileiro se integrou à agenda.

A organização da AMB resultou deste processo, por ter iniciado sua atuação em 1994, para organizar a participação do Movimento de Mulheres brasileiras no processo preparatório do evento, previsto para o ano seguinte. Após a aprovação das propostas em um encontro realizado no Rio de Janeiro, com quatro mil mulheres, representando 25 (vinte e cinco) fóruns estaduais, várias participantes se engajaram na caravana a Pequim (1995), algumas para participar do Fórum Paralelo de Huairou (que reuniu a sociedade civil) e outras participantes, da conferência oficial, como delegadas e assessoras.

Fizemos um processo nacional muito forte, convocando todo mundo: quebradeiras de coco, trabalhadoras rurais, mulheres ribeirinhas, do Movimento Negro, indígenas, artistas, lésbicas, jovens, velhas... Foram 300 mulheres brasileiras para Pequim. Era a maior delegação de sociedade civil do mundo, expressão dessa diversidade (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, n.d., *on-line*)⁷⁸.

Passado o evento, a entidade se manteve ativa para realizar as atividades de monitoramento e pressão política pela implementação das resoluções aprovadas e foi um dos exemplos do aumento da organicidade que abriu espaço de discussões acerca de temáticas até então proibidas, como a violência sexual e doméstica, o aborto e a contracepção. As temáticas da violência e da contracepção avançaram mais rapidamente, por encontrarem menos resistência, em especial, da Igreja Católica. Com o advento da pílula anticoncepcional, as mulheres tiveram mais condições de se igualarem aos homens, em relação à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor e sexo e compromisso (PRADO, 2016).

O avanço de Movimentos Feministas colocou as socialistas diante de dilemas partidários. Para Vicente (2018) mostrar aos próprios companheiros de luta que “o que é pessoal é também político”, que a opressão de gênero vai além da questão econômica e, por isso, não seria naturalmente resolvida com a luta de classes tornou-se desafio na militância. Houve divisão entre aquelas mulheres que identificavam as problemáticas próprias das mulheres e

78 Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/historia/>>. Acesso em: 24 abr. 2018

aquelas que viam a questão das mulheres sobredeterminadas pela questão de classe (VICENTE, 2018).

Ser identificada como feminista, nesta conjuntura, já tinha uma conotação pejorativa e alguns/algumas, mais à direita, entendiam tratar-se de um movimento imoral e perigoso. Pela esquerda, o feminismo era visto com desconfiança, pela proximidade com o reformismo burguês e, para as pessoas em geral, o feminismo era vinculado a mulheres antifemininas.

A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2004, p. 40).

Sarti (2004) destaca que, inicialmente organizados em torno de reivindicações de infraestrutura urbana básica (água, luz, esgoto, asfalto e bens de consumo coletivos), alguns dos Movimentos de Mulheres, dos anos de 1970, “têm como parâmetro o mundo cotidiano da reprodução – a família, a localidade e suas condições de vida – que caracteriza a forma tradicional de identificação social da mulher” (p. 40). Estes movimentos foram o referencial da existência das organizações de mulheres, no entanto, tal referencial se moveu politicamente propiciando “a emergência de um novo sujeito político, ao questionar, de diferentes maneiras, a condição da mulher e pôr em discussão a identidade de gênero” (idem). O novo sujeito não substituiu o outro, e sim passou a coexistir com ele.

A partir do final dos anos de 1970, surgiram jornais feministas como “Brasil-Mulher”, “Nós Mulheres” e “Mulherio”, os quais contribuíram para o debate acerca da necessidade de transformação econômica e social, com vistas à melhoria das condições de vida e de trabalho de homens e mulheres, fortalecendo as reivindicações feministas e favorecendo a conscientização delas acerca de sua condição (VICENTE, 2018).

A participação das mulheres, no Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras, passou a ter destaque nos anos de 1970 e 1980. Apesar de ativas em momentos de mobilização, como ocorria nas greves, as mulheres eram pouco participativas no Movimento Sindical, devido às obrigações que lhes eram imputadas em relação aos afazeres domésticos e ao cuidado para com as pessoas da família, ao ponto de os espaços sindicais serem considerados masculinos e haver a preocupação com a visão de que organizar as mulheres representaria dividir a classe trabalhadora.

Em 1985, a CUT da Paraíba criou a primeira Secretaria da Mulher Trabalhadora e, a partir daí, o cenário de participação das mulheres começou a ser modificado, com a associação

das mulheres aos sindicatos e a reivindicação por espaço nas lideranças dos movimentos. Foram diálogos e debates mostrando que, em uma sociedade capitalista, além da classe, há outras relações que a organizam, como gênero (na época tratado como questão da mulher) e que a luta dos trabalhadores se fortaleceria com a inclusão da questão no movimento (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2016b).

A Comissão Nacional de Mulheres da CUT reuniu trabalhadoras urbanas e rurais e culminou com a criação da Secretaria da Mulher Trabalhadora. A comissão teve o papel de pautar os direitos das mulheres trabalhadoras e a equidade entre homens e mulheres nos diferentes mundos do trabalho (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2016b).

Nós, mulheres trabalhadoras, moradoras da periferia e de bairros pobres vivemos a violência cotidiana da ausência de iluminação pública e segurança, o que nos coloca em constante estado de alerta diante de um possível agressor. Também sofremos com o transporte público precário e com o assédio dentro dos ônibus, trens e metrô (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2014b, p. 1).

Aguiar (2015) afirma que foi neste contexto que as demandas das mulheres rurais começaram a ganhar visibilidade e expressão entre as lutas no campo. Período dos novos Movimentos Sociais, com pautas diversas das questões de classe, os quais foram estimulados pela Igreja Católica, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Bases e pastorais; pelo movimento por um novo sindicalismo e pela atuação do Movimento Feminista. Foi neste momento que as mulheres rurais passaram a se organizar enquanto coletivos, como lembrou Margarida do Campo:

A nossa luta, lá na década de [19]80, era a luta por direito à sindicalização, porque a gente nem tinha direito a se sindicalizar. A luta pra sindicalizar, porque a mulher que era sindicalizada, no sindicato, naquela época, era uma ficha como dependente do marido. Ela não tinha o direito de ter uma fichinha, lá, no nome dela. [...] as nossas lutas principais, na década de [19]80, eram, sobretudo, por essas três coisas: sindicalização, previdenciária e para ser reconhecida enquanto agricultoras, como trabalhadoras rurais (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

Reconhecidas como profissionais, as mulheres rurais passariam a ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, ou seja, aos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade remunerada e aposentadoria.

As primeiras mobilizações dessas mulheres resultaram na criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural, no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, em 1986. No caso da CONTAG, que faz parte deste estudo, segundo Aguiar (2015), em 1989, foi criada a Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, vinculada

à presidência da entidade. Avançando nas discussões internas, o 6º Congresso, realizado em 1995, criou, na estrutura da CONTAG, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais cuja coordenadora passou a ser membro da diretoria da Confederação, com direito a voz e voto. Em 2009, no 10º Congresso, foi criada a Secretaria de Mulheres.

No grupo dos Movimentos Sindicais participantes desta pesquisa, a UNE foi a primeira oficialmente criada, em 1942, e o único dos três movimentos analisados a ser presidido por uma mulher, nos anos de 1980. Enquanto nem a CUT nem a CONTAG tiveram, até hoje, mulheres na presidência, a UNE já foi dirigida por mulheres, por sete mandatos⁷⁹. Em 2003, a entidade criou a Diretoria de Mulheres da UNE que passou a ser a referência nas questões que envolvem as mulheres estudantes.

Assim, no Brasil do anos de 1980: as estudantes organizadas na UNE buscavam a ampliação do direito ao ensino superior; os Movimentos de Mulheres do campo lutavam para que elas fossem reconhecidas como trabalhadoras; os da cidade estavam focados na luta pela autonomia da mulher, em um contexto no qual as questões políticas, as quais envolviam o regime ditatorial, ditavam os rumos. No mesmo período, nos Estados Unidos e na Europa, o movimento era marcado pela efervescência política e cultural. Ou seja, aqui a ocupação do espaço público tinha, ainda, foco na vida privada, pois se dava, em boa parte dos casos, em defesa de familiares, na luta pelos direitos trabalhistas, por creches, por serviços públicos, pela anistia e pela democracia (VICENTE, 2018).

No mesmo período (anos de 1980), as mulheres que começavam a ocupar mais espaços acadêmicos passaram a realizar reuniões, nos encontros anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), inaugurando a pesquisa científica sobre a condição da mulher no país.

Outro marco dos anos de 1980, para o feminismo, foi a elaboração da nova Constituição federal (BRASIL, 1988). A Assembleia Constituinte, eleita em 1986, com a incumbência de discutir e propor o marco legal de 1988, contou com 26 (vinte e seis) mulheres eleitas (5% – cinco por cento – do total de parlamentares). A “Carta das mulheres aos constituintes” (CAMARA DOS DEPUTADOS, n.d., *on-line*), elaborada a partir de um encontro realizado em 26 de agosto de 1986, coordenado pelo CNDM, com organizações de trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, Centrais Sindicais, entre elas, a CUT, associações profissionais,

79 A primeira eleita foi Clara Araújo, em 1982, seguida de Gisela Mendonça, em 1985, de Patrícia Trindade de Angelis, em 1991, Lucia Stumpf, em 2007, Virgínea Barros, em 2013, Carina Vitral, em 2015 e Marianna Dias, em 2017.

grupos feministas e Movimentos Sociais de todo o país, priorizava temáticas gerais e específicas, simultaneamente, no movimento apelidado de “*Lobby do Batom*” (BIROLI, 2018).

O processo de mobilização, em torno da Constituição federal (BRASIL, 1988), culminou com conquistas que, além da igualdade de direitos entre homens e mulheres, prevista no artigo 5º traz, no parágrafo 5º, do artigo 226: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 1988), pelo marco legal supremo do país, a condição de equidade de gênero, bem como a proteção dos direitos humanos das mulheres, estariam garantidos, pela primeira vez, na República brasileira.

Alguns dos principais avanços alcançados pelas mulheres na Constituição federal (BRASIL, 1988) são: a igualdade jurídica entre homens e mulheres; a igualdade de direitos e responsabilidades na família; a não-discriminação por motivo de sexo, raça e etnia; a proibição à discriminação da mulher no mercado do trabalho; os direitos reprodutivos; a licença maternidade ampliada para 120 (cento e vinte) dias; e a coibição da violência doméstica.

Outros processos favoreceram a ampliação e a modificação do Movimento de Mulheres brasileiro. Prado (2016) e Biroli (2018) destacam alguns indicativos de avanços dos anos de 1980, tais como: a criação do Programa de Assistência à Saúde Integral das Mulheres, que trouxe inovações na concepção de atendimento da saúde; no campo acadêmico, a criação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, em 1983, vinculado ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, que marcou oficialmente a entrada das questões de gênero nas instituições públicas de ensino superior com os “Estudos de Gênero” e nos anos de 1990, influenciados pela perspectiva pós-moderna, estes estudos ganham espaço em detrimento da perspectiva de classe (CISNE, 2015). Outro marco importante foi o enfrentamento à violência, com a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, a partir de 1985. Neste mesmo ano, houve a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), impulsionada pela institucionalização, desde 1982, de conselhos similares em estados e municípios.

Vicente (2018) entende que este período foi marcante na história do feminismo no Brasil. Desterritorializou e iniciou uma reterritorialização do “lugar das mulheres” pelo desenvolvimento da consciência de que não bastava o exercício pleno da cidadania, era preciso provocar mudanças na vida cotidiana. Assim, a segunda metade do século XX marcou a consolidação do feminismo como sujeito coletivo de luta das mulheres pelo reconhecimento da opressão sofrida por elas. As relações entre homens e mulheres passaram a ser questionadas como algo não determinado naturalmente e, por isso, passível de mudança. Se o sistema

econômico capitalista era/é explorador, o patriarcado era/é opressor, daí a ideia de que o pessoal também é/seja político (VICENTE, 2018).

Souza-Lobo (2011, p. 249) afirma que a marca da trajetória das mulheres, nos anos 1970 e 1980, “está não só no fato de saírem às ruas descobrindo seus direitos sociais, mas no fato de que tenham redescoberto seus corpos, suas experiências, seus direitos”. Isto contribuiu para a mobilização das mulheres para a vida pública buscando exercer a vontade política, intervir nos próprios destinos, controlar o próprio corpo, resistir ao que as oprimia.

Fiz esta memória da organização das mulheres, até os anos de 1980, mas outras organizações existiram no período em questão. Não irei trazê-las aqui por uma contingência de tempo e espaço. No entanto, assim como o Movimento de Mulheres, outras formas de organização ganharam força ou surgiram no período histórico que marcou o fim da ditadura no Brasil. A partir deste momento histórico, considero importante falar dos movimentos em geral, devido a uma aproximação entre os Movimentos Feministas, os Movimentos de Mulheres e os Movimentos Sociais tradicionais, com vistas a buscar pistas que auxiliem na compreensão do momento atual.

2.2.2 “Uma série de movimentos nascem nesse processo (redemocratização)” (LORETA)

Não foi só a UBM, uma série de movimentos nascem nesse processo aí, o MST, a CUT etc, uma série de movimentos se organizam nessa perspectiva de aproveitar o processo de abertura para poder avançar em algumas pautas que, durante a ditadura militar, acabaram reprimidas no sentido que existia uma luta maior em curso, que era a luta pela democracia. Então, claro, é muito importante falar sobre mulheres, mas como é que a gente vai falar qualquer coisa dentro de um regime autoritário, conservador, então, por óbvio, as pessoas se organizavam de maneira muito central em torno da defesa da abertura do regime (LORETA, 15/09/2019).

Como disse Loreta, o período correspondente aos anos de 1980 e 1990 representou uma ruptura entre um regime repressor e a abertura de possibilidades de mobilização em prol de direitos que há muito vinham sendo negados. No caso dos que estão nesta mesa de negociações, a CUT, a UBM, a AMB e a MMM tiveram sua origem no período marcado pelo fim da ditadura militar. A UNE e a CONTAG surgiram em momento anterior, porém, sua atuação foi ampliada na época.

Foucault (2008) identifica na sociedade civil três tipos de lutas sociais, por vezes, todas presentes em um mesmo movimento, que ganharam forma a partir dos anos de 1960:

aquelas que resistem às formas de dominação (gênero, étnicas, religiosas) e afirmam o direito à diferença; aquelas que contestam as formas de exploração do trabalho, formas estas que separam os indivíduos daquilo que produzem, e atuam contra os privilégios do saber; e aquelas que atuam contra a sujeição, as formas de subjetivação e submissão, que confrontam aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros. São lutas transversais, objetivam efeitos do poder, por isso, são imediatas e anárquicas, não esperam soluções para problemas futuros, objetivam opor-se a uma forma de poder que submete um grupo de indivíduos a alguém e a sua própria identidade, pelo conhecimento.

As diferentes lutas sociais procuram enfrentar poderes que as oprimem resistindo a eles, não mais em termos de revolução, mas da emergência ou erupção de ânimos, oriundos de novas subjetividades coletivas, levantes, erupção de forças e sublevação de saberes dominados. Estas seriam algumas das formas contemporâneas de luta, não mais a revolução e a figura solitária do revolucionário, mas a subjetividade coletiva das insurreições, organizadas de forma dispersa e transversal, sem centro (FOUCAULT, 2008).

Abordando essa organização, Hall (2015) enfatiza que:

As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas (pp. 20-21).

Na mesma direção, Mouffe (2015) afirma que temos visto o crescimento quantitativo dos novos movimentos e lutas políticas, protagonizados por grupos sociais, os quais são organizados a partir de identidades, dentre eles: estudantes, mulheres, pessoas LGBTQs, grupos étnicos, religiosos(as), pacifistas, ecológicos(as) e outros. Diante da nova realidade, não era mais possível acreditar, como fazia até então, parcela dos os Movimentos Sociais tradicionais, em uma vontade coletiva hegemônica e absolutamente unitária, uma vez que isto tornaria inútil o momento da disputa política que é discursivo e, por sê-lo, é uma construção social não dada *a priori*, a qual envolve heterogeneidades, articulação entre os integrantes e construção das vontades coletivas que podem ser válidas apenas para determinado grupo e momento histórico. Margarida lembra que:

O MST é criado em [19]84/[19]85 mas caminhava, o povo se movendo pelo direito à terra. A demarcação das terras indígenas, por exemplo, é um movimento mais recente, mas sempre esteve na briga. O Movimento LGBTQ começa, as pessoas começam a dar visibilidade às suas causas, né? (MARGARIDA, 26/08/2019)

Se antes as disputas políticas tinham um caráter dual, focando na luta operária e nos interesses de classe, novos Movimentos Sociais, como os elencados pela Margarida, passaram a enfrentar os dilemas partidários, para afirmar que o que é pessoal é também político (VICENTE, 2018). Eram movimentos cujas reivindicações incluíam, além da extensão de direitos supostamente universais, em prol de uma igualdade abstrata e da renovação das formas de vida política, questões não materiais, direitos específicos de determinadas identidades, destarte, não universalizáveis, o chamado direito à diferença.

Além da inclusão da questão da identidade, esses Movimentos Sociais brasileiros, que ganharam força a partir dos anos de 1980, vêm passando por uma série de mudanças que afetam e são afetadas por cada contexto histórico. Tais mudanças dizem da forma de organização e de manifestação aos objetivos que levam à luta. Identifiquei algumas destas mudanças, as quais considero centrais e, embora tratem de especificidades, se interconectam em torno do eixo desta reflexão.

A aproximação com o Estado, na elaboração de marcos legais, definição e implementação de políticas públicas é um marco na história dos Movimentos Sociais. Esta aproximação com os governos foi considerada luta por direitos, por algumas pessoas, forma de dar agilidade e eficiência às ações, por outras e subordinação, tutela, perda da autonomia dos movimentos por um terceiro grupo de pessoas. Esta é uma questão que divide opiniões entre estudiosos e militantes. Flora falou sobre a posição da AMB, em relação a isto.

A gente tem uma força do feminismo muito grande que eu acho que vem da nossa permanente mobilização, da autonomia em relação aos governos, porque isso nos permitiu construir força. Enquanto muitos movimentos estiveram construindo o governo, a gente sempre acreditou (na AMB, a gente concebe Estado como disputa) [acreditou] que era preciso ter Movimento Feminista forte fazendo a crítica, porque a gente acha que só avançamos nas políticas e na democratização do Estado pela crítica permanente, pela luta e disputa permanentes (FLORA, 02/10/2019).

Esta decisão parece ter origem nas bases da AMB. A experiência de organização das mulheres brasileiras para a Conferência de Beijing (1995), que a originou enquanto movimento, fez com que elas saíssem do evento com a responsabilidade de monitorar as ações pactuadas pelo governo, no entanto, em um dos documentos da AMB, aparece uma reflexão acerca disso:

A experiência demonstrou como é insatisfatório avaliar o que os governos realizaram daquilo que eram seus compromissos, ainda mais no contexto de hegemonia global da doutrina neoliberal. Isso porque os compromissos e metas governamentais são sempre reduzidos aos próprios limites dos governos, em geral, muito aquém das demandas do movimento de mulheres e feminista (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS 2011, p. 6).

Não busquei aprofundar a questão em relação aos outros movimentos, tendo em vista não ser este o foco da discussão. Trouxe a AMB, para exemplificar o dilema vivenciado por parte dos movimentos, considerando ter encontrado esta posição de forma explícita no material.

Seguindo esta pista, Avritzer (2012b) aponta para uma outra conexão envolvendo duas diferenças em relação ao modelo dualista do século XIX, de diferenciação do Estado e da sociedade. A primeira diz respeito a um significado tripartite, representado pela diferenciação não só da sociedade civil com o Estado mas também com o mercado, como esfera das atividades econômicas privadas, distinta da sociedade civil. A segunda está relacionada ao fato de o conceito de sociedade civil ser ressignificado para explicar processos sociais vivenciados pela Europa do Leste e pela América Latina que mostravam que a solidariedade social não encontrava uma solução satisfatória na esfera privada.

A sociedade civil no Brasil, no processo de democratização, seguiu por este conceito tripartite, uma vez que, para Avritzer (2012b), vinculou o surgimento do conceito ao processo de reconstituição dos laços sociais, pela população empobrecida da América Latina, e ao envolvimento de setores da classe média, pressionada pelo regime autoritário. A sociedade civil, neste contexto, permitia “diferenciar os novos atores sociais emergentes tanto do mercado, aqui entendido como os interesses econômicos privados associados ao regime autoritário, como do Estado autoritário” (AVRITZER, 2012b, p. 385).

Tal cenário levou quadros que atuavam assessorando os movimentos a participar da criação ou a incorporar organizações autônomas (organizações não governamentais – ONGs) que se propunham a superar as deficiências organizacionais dos movimentos. Entre o público e o privado, cresceu o público não estatal, no qual as políticas de parceria foram ponte de articulação. As ONGs passaram a ser vistas como alternativa contra o afastamento e a burocratização do Estado, na relação com o(a) cidadão/cidadã, por representarem uma oportunidade de controle público sobre este Estado.

Se, por um lado, esse caminho permitiu organicidade e gestão das pautas, por outro, Saffioti (2004) indica que a elaboração de projetos, seguida da captação de recursos, da execução e prestação de contas, foi substituindo pautas caras ao Movimento de Mulheres, como a luta contra patriarcado e a livre determinação sobre o corpo. Questões mais amenas e pragmáticas, passíveis de serem financiadas pelas agências ou pelo Estado, passaram, então, a definir os temas dos projetos, a dinâmica interna das ONGs e, em muitos casos, a controlá-las politicamente. Os focos centrais se voltaram para a violência e a saúde.

Gohn (2013) conecta outro aspecto da forma de atuação dos movimentos sociais afetado por este processo. Para ela, mobilizar deixou de ser focado no desenvolvimento de uma consciência crítica, pelo trabalho nas bases, e passou a significar arregimentar e organizar a população para a participação em projetos sociais: “O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais” (GOHN, 2013, p. 143). Os movimentos e ações coletivas do período foram marcados por um misto de estratégias de ação de determinados grupos sociais versus as lutas e ações em prol de novas identidades sociais, culturais e políticas (GOHN, 2013). Parece ter faltado fôlego aos Movimentos Sociais para dar conta de tudo, com isto a frente mobilizatória teria perdido espaço em prol da institucional, o que justificaria, em parte, as dificuldades de organizar a resistência, enfrentadas atualmente.

Outra mudança foi o avanço dos meios de comunicação, inicialmente da TV e dos jornais, nos anos de 1990, o qual foi impulsionado pela era digital, nos anos 2000, e alçado a um patamar muito diferente na era dos algoritmos⁸⁰. Tal avanço gerou uma pressão social que, como Gohn (1997) já alertava, colocou os meios de comunicação como um quarto poder, uma espécie de termômetro do poder de pressão dos grupos que a eles tinham acesso. A oralidade e a participação presencial foram significativamente substituídas pela escrita, pelos sinais dos computadores, pelos contatos virtuais e, na atualidade, pela multiplicação de notícias falsas, as conhecidas *Fake News*, difundidas nas redes sociais. Os efeitos disto ainda são pouco conhecidos.

Prado (2016) chama atenção para um outro olhar possível a esse novo ciclo no Movimento de Mulheres, impulsionado pelas possibilidades de aglutinação de ideias unindo grupos e coletivos nas redes sociais. O novo feminismo multifacetado é, constantemente, alimentado por jovens blogueiras que percebem que, na legislação e na teoria, os direitos de homens e mulheres já estão consolidados, mas na vida cotidiana e real, não.

Estes novos feminismos, no plural, representam a agregação de diferentes correntes que, com predomínio das plataformas digitais, constroem palcos de repercussão de suas bandeiras. Temas como assédio nas ruas e no transporte público, discriminação, liberdade sexual e imagem

80 Estou falando dos algoritmos, tratados por Menezes Neto e Morais (2018), como o manejo de informações (*big data*), lançadas pelas pessoas nas plataformas (principalmente *Facebook*). Empresas de análise e mineração de dados passaram a adquirir essas informações para avaliar a personalidade dos eleitores, aliá-las à publicidade e à comunicação eleitoral e desenvolver estratégias que guiam os votos por meio de algoritmos. Os autores explicam que “[as] formas de conhecimento que resultam das análises desses algoritmos preditivos são extremamente opacas embora deixem o indivíduo transparente à análise pelos detentores do poder” (p.1.144). Criam-se realidades fictícias, especulativas, com o objetivo de manipular as pessoas, direcionando-as aos interesses de quem contrata o serviço de manejo da tecnologia. Os autores alertam que: “tomar decisões com base nesses sistemas, sob o falso argumento de que suas conclusões são verdades científicas, possui consequências nefastas para os direitos humanos” (MENEZES; MORAIS, 2018).

das mulheres na mídia passam a integrar as novas discussões em torno das questões feministas. Prado (2016) cita grupos que, partindo de manifestações individuais, acabam liderando discussões que se pautam no dia a dia das mulheres, sob olhares diversos. O propósito em geral é empoderar as mulheres a partir do acesso à informação. Esses grupos vêm conquistando espaço na mídia e muitas(os) seguidoras(es) nas redes sociais.

As ações em torno da cultura e da educação, no debate político dos anos de 1990, ainda incorporaram a dimensão subjetiva, com temas como a felicidade, indicando uma mudança nos valores e nas orientações que informavam e fundamentavam a ação social. Goldman (2007) destaca este aspecto, por tal fato colocar a noção de cultura no centro dos discursos e das práticas de diversos grupos, sem com isto indicar um caráter evolucionista.

Na verdade, os debates aqui evocados de forma apenas alusiva continuam muito vivos, e é claro que o movimento operário, os movimentos sociais e culturais, as ONGs seguem coexistindo em diferentes graus de tensão, opondo-se e compondo-se não apenas entre si, mas com o Estado que, bem ou mal, também continua por aí (GOLDMAN, 2007, p.13).

Diante destas mudanças e da nova cultura política que foi se desenhando, o perfil dos Movimentos Sociais se desterritorializava e, ao mesmo tempo, se reterritorializava, alterava-se e redefinía-se colocando-os como coautores, e, também, vítimas das novas conjunturas. Coautores, tendo em vista que suas ações provocavam mudanças na garantia de direitos e vítimas, quando as forças no poder os enfraqueciam, pela escolha deliberada de políticas, a exemplo das neoliberais. Novas correlações de força e de poder demandavam aprendizagens, estratégias, práticas, laços, relações e explicações.

Canclini (2015) traz um complemento acerca da experiência dos Movimentos Sociais, inclusive na América Latina, a qual estaria gerando uma redefinição do entendimento de cidadão/cidadã em relação tanto aos direitos à igualdade como à diferença. O autor acredita que a insatisfação com o sentido jurídico-político de cidadania tem provocado a busca por outras formas de cidadania, como a cultural, a racial, a de gênero, a ecológica e assim por diante. Ele vê dificuldade nisto, uma vez que cada uma foca-se em si, gerando uma multiplicidade de reivindicações isoladas.

Com um olhar mais otimista, Hall (2003) afirma que as diferenças apontadas são uma marca das sociedades modernas, nas quais existe uma pluralidade de centros de poder e não um único centro, como se acreditava. Como consequência, ampliam-se os jogos de poder, as divisões e as contradições internas e não há determinismo nem homogeneidade na forma como as questões são recebidas. Neste sentido, na luta cotidiana pela hegemonia, grupos sociais

distintos fazem alianças e negociam, a depender do momento ou do contexto, o que nos leva a perceber que não existem oposições absolutas, tais como urbano e rural, popular e elitizado, moderno e tradicional.

Tal aspecto é abordado também por Goldman (2007), ao afirmar que, apesar de reunirem grupos aos quais se convencionou chamar de minorias, não significa que devam ser analisados em oposição a outros, sejam eles outras minorias ou a maioria. Nestas abordagens, a maioria supõe um estado de dominação. O autor sugere a necessidade de atentarmos para o aspecto de movimento dos movimentos, “desde que recuperemos o duplo sentido que esse termo pode ter, o de grupo, certamente, mas também o de algo que se move” (GOLDMAN, 2007. p. 15). Além da busca pela afirmação de determinada identidade e/ou cultura, o movimento que é produzido traça linhas de fuga e constrói territórios existenciais. “‘Ser’ uma minoria pode consistir apenas em um modo de ‘não ser’ maioria, ou seja, uma forma para exprimir situações de resistência ou de deriva frente a uma situação majoritária qualquer” (idem).

As mudanças, sejam por questões econômicas, tecnológicas, sociais ou mesmo devido a políticas que se fundem, geram estruturas, práticas, pautas, significados e demandam novas formas de organização dos movimentos. Canclini (2011) trata isto como positivo para a formação de uma sociedade. Diante de processos que ele denomina hibridização, constantes em época de globalização, a noção de identidade não pode ser tratada com anseios de pureza, autenticidade, pois são justamente as misturas que formam as identidades culturais e as mudanças de significado, resultantes das interações, que precisam ser analisadas.

Seguindo as pistas destas mudanças, chegamos na segunda década do século XXI, momento no qual a ênfase na participação institucionalizada, normatizada, vivenciada no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, foi apresentando sinais de esgotamento. No Brasil esses sinais foram demarcados pelas manifestações civis nas ruas, em junho de 2013⁸¹ e indicam fazer parte do que Castells (2017) nomina de novíssimos Movimentos Sociais em rede, ocorridos mundialmente.

Castells (2017) e Gohn (2013) apontam que o momento político mundial que alimentou este processo teria como marco a crise financeira de 2008, a qual provocou uma

81 Conhecido como Jornadas de Junho, trata-se de um ciclo de protestos que, no início, tinha como principal objeto de reivindicação o transporte público, centralidade que, no decorrer do tempo, sofreu alterações com a entrada de novas pautas, a exemplo dos protestos contra os gastos com as obras para realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, da vinculação ao PT com à corrupção e culminando com o “Fora, Dilma”, que alimentou o processo de *impeachment*, sofrido em 2016, pela então presidenta do país, a Sra. Dilma Vanna Rousseff.

ruptura entre as etapas das lutas sociais, em várias partes do mundo. A partir dela ganharam visibilidade aqueles que são considerados novíssimos Movimentos Sociais que lutam por: defesa das culturas locais, contra os efeitos da globalização, defesa esta que busca um padrão civilizatório orientado para o ser humano e para o resgate do caráter e sentido das coisas públicas (espaços, instituições, políticas); ética na política e olhar atento à atuação estatal/governamental, chamando a atenção da população para o que é público e vem sendo mal direcionado ou utilizado indevidamente; e mais tolerância às áreas do cotidiano, aspectos da subjetividade da vida das pessoas, como sexualidade, religiosidade, valores.

Os Movimentos de Mulheres passam por um processo de reterritorialização, em especial, no tocante às formas de organização e mobilização. Prado (2016) afirma que, atualmente, o tipo de padrão cultural, baseado na autonomia, prevalece entre os novíssimos movimentos. Para eles, uma mensagem “que se quer livre e autônoma não passa por um partido ou por um jornal. Se há uma mensagem que se conecta com outras mentes conectadas na rede, então essa aceitação dá início a um movimento. Os atores são coletivos, sem burocracia, sem hierarquia, sem líderes” (PRADO, 2016, p.8).

O novo perfil dos movimentos começa, em geral, com algumas ações na *internet*, resultantes de fatos impactantes, ocorridos em um momento em que tem sido significativa a insatisfação com aspectos, como o cinismo e a arrogância das pessoas que estão no poder financeiro, político ou cultural, a corrupção e o sistema político. Castells (2017) afirma que as revoluções atuais têm cada qual sua data de nascimento e um herói rebelde e poderíamos ilustrar sua fala lembrando o fato ocorrido no Brasil, a partir da página no *Facebook* “Mulheres unidas contra o Bolsonaro” que, durante a campanha eleitoral de 2018, resultou no movimento *#elenão*, iniciado nas redes sociais e estendido pelas ruas do país, se mantendo vivo até hoje.

Trata-se de uma ou algumas manifestações que foram agregando outras pessoas e ideias, inicialmente nas redes sociais da *internet*, que representam espaços de autonomia por fugirem do controle de governos e empresas, as quais, historicamente, monopolizam os canais de comunicação, como alicerces de seu poder. Compartilhando dores, expectativas e esperanças, livremente no espaço público da *internet*, pessoas com opiniões pessoais e filiações partidárias nem sempre próximas começam a desenvolver projetos, formar redes e unirem-se em torno de uma ou mais causas.

Gohn (2013), Castells (2017) e também Ribeiro, Borba e Hansen (2016) indicam que nem sempre os movimentos de protesto têm um programa definido com demandas específicas, ao mesmo tempo em que aparentam ter todas as demandas cabíveis. As ideias e propostas tendem a ser reveladas pelos conteúdos de seus atores, geralmente formados por *slogans*

criativos, frases de efeito, palavras significativas e/ou de ordem e expressões poéticas. Assim, os resultados podem ser variados, indo de mudanças concretas ou novas ideias a uma mudança cultural que passa a crescer na consciência das pessoas, não necessariamente boa ou má.

Evitar a política tradicional representa, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza desse tipo de movimento. Força, pela possibilidade de um autogoverno que supere os perigos representados pela burocratização, pela delegação de poder, pela corrupção e pela profissionalização política. Fraqueza, pelo risco de não conseguir construir estes novos caminhos, perder-se entre as tentativas, ou mesmo tomar rumos que agravem a situação a ser combatida, também pelo risco de que alimente os mencionados contramovimentos. Nas manifestações a atração pela multidão é “um impulso para se perder num momento de fusão com as massas” (MOUFFE, 2015, p. 22).

Tais questões, alimentadas pelo avanço da tecnologia, podem ser uma pista que leve à diminuição das formas convencionais de participação e uma ampliação das não convencionais, porém, as últimas não estão substituindo as primeiras. Em um ciclo histórico, Movimentos Sociais surgem, lutam, debatem, propõem e, em determinado momento, se dissolvem ou se transformam em relação a sua forma de organização e existência. Mudar é parte da sociedade e, também, dos instrumentos de intervenção, o que não significa enfraquecer. Durante esse processo, suas produções histórica e social são avaliadas e lembradas pelos feitos sobre seus participantes, enquanto pessoas, ou seja, pela mudança cultural produzida.

No caso das mulheres, é comum encontrarmos na literatura a classificação do Movimento Feminista em ondas (PEDRO, 2018; GONÇALVES, 2010; VICENTE, 2018; GARCIA, 2015). Não há uma unanimidade acerca de quais seriam estas ondas e as pautas principais de cada uma. Vicente (2018) indica o movimento iniciado na Revolução Francesa como a primeira onda, que reivindicaria igualdade de direitos, com ênfase ao acesso à Educação. A segunda onda seria a representada pelo Movimento Sufragista, que teve início nos Estados Unidos e se expandiu rapidamente para a Grã Bretanha e França, cujas pautas centrais eram os direitos ao voto e à educação. A terceira onda seria representada pela obra de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo” (1967), cuja primeira edição é de 1949, tendo em vista que, a partir dela, o feminismo deixou de se dedicar apenas à reivindicação e passou a questionar as ciências e disciplinas da cultura e do conhecimento.

Gonçalves (2010) e Pedro (2018), por sua vez, entendem que a chamada primeira onda feminista ocorreu, no século XIX e início do XX, e centrou-se principalmente na reivindicação de direitos políticos das mulheres, como votar e ser eleita, identificada no Movimento Sufragista. A onda seguinte, percebida depois da Segunda Guerra Mundial, já teria priorizado

lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Enquanto a análise de Gonçalves (2010) se restringe a estas duas ondas, Pedro (2018) segue, indicando como a terceira, nos anos 1990, a interseccionalidade, que focalizou a diversidade das mulheres, diferentes em cores, etnias, nacionalidades, religiões e origens culturais. A autora deixa para reflexão a dúvida acerca de estarmos vivendo uma quarta onda do feminismo, que ela qualifica como uma “primavera das mulheres” e estaria se dando nas ruas, nas grandes manifestações, mas principalmente através do espaço das redes sociais. Diferente das ondas anteriores, que foram marcadas por lutas e conquistas, muito do que vem aparecendo tem o objetivo de luta contra a ameaça da perda direitos duramente conquistados, de combate à cultura do estupro e da violência contra as mulheres. Margarida fez uma reflexão em relação a isto:

O Movimento Feminista, de uma maneira geral, ele está é florescendo né? Está preocupando. Está preocupando pessoas que não têm noção de que (pausa). Assim, se uma mulher está empoderada, ela vai empoderar um homem. Essa é minha opinião, não é o que eles pensam (MARGARIDA, 26/08/2019).

Se Margarida identificava a cultura do machismo como uma barreira para o avanço em direção à igualdade de direitos, outras podem estar territorializadas nos próprios Movimentos Sociais.

2.2.3 “Têm fraquezas no nosso campo dos Movimentos Sociais” (FLORA)

Então eu acho que esse é o momento que a gente tem fraquezas no nosso campo dos Movimentos Sociais, acho que a incapacidade de ler essa conjuntura pensando, a partir de que o patriarcado existe, que o racismo existe, fazer uma leitura muito centrada na questão de classe e de uma questão de classe também mal lida, porque não vê a totalidade da classe trabalhadora isso impede que a gente possa construir uma estratégia de esquerda para reagir a tudo isso (FLORA, 02/10/2019).

A afirmação de Flora nos provocou a buscar mais conexões acerca das dificuldades encontradas pelos Movimentos Sociais, em especial diante da atual conjuntura.

Como a sociedade é diversa, ao mesmo tempo em que Movimentos Sociais, sejam eles tradicionais, novos, novíssimos, de esquerda, socialistas, ou sejam com outras adjetivações, trouxeram pautas vinculadas à justiça social para a disputa pelo poder, outros grupos, que defendem projetos diversos de mercado, cultura e sociedade vieram compor o cenário. Um deles é chamado movimento de direita, ou ultradireita, com bandeiras que divergem das mencionadas anteriormente, a exemplo da defesa do capitalismo e de uma pauta liberal

conservadora. Parte dos grupos que compõem a ultradireita segue a lógica do agonismo, enquanto uma disputa de legitimidade que trata o outro como adversário. Há ainda os que vão pelo lado antagônico, pregando a intolerância, a não democracia e tratando o que consideram “outro” como inimigo, alimentando ódios e guerras. Tais identificações, embora baseadas na diferença, não são fixas ou homogêneas, assim, classificá-las como boas ou más, certas ou erradas seria arbitrário. No entanto, no momento em que determinados grupos vão contra os princípios básicos de um Movimento Social, não há como considerá-los na mesma direção, daí a caracterização em contramovimentos, alimentados por um modelo excludente de desenvolvimento.

Apesar da defesa da pluralidade como constitutiva da democracia moderna, Mouffe (2015) afirma a necessidade de reconhecermos que nem todas as lutas e reivindicações presentes na sociedade podem ser caracterizadas como legítimas. Desta forma, o debate agonístico não deveria admitir demandas que colocam em questão a democracia e suas instituições básicas, nem considerar que hegemonias, como a ocidental, sejam impostas ao restante do mundo, enquanto modelo de direitos humanos, por exemplo. O que marca a fronteira entre o legítimo e o ilegítimo é a decisão política, sempre sujeita à contestação.

As mulheres têm sido alvo de resistências às conquistas de direitos. Baptista (2019) indica o avanço de ações de enfrentamento à ‘ideologia de gênero’, iniciadas em meados dos anos de 1990, por movimentos ultraconservadores e nacionalistas espanhóis, com apoio da Igreja Católica Romana e atualmente difundidos pelo mundo. Os elementos comuns destas ações, indicados pela autora, vêm sendo cada vez mais percebidos no Brasil: estão em homilias de religiosos(as) fundamentalistas; em governos conservadores que extinguem as políticas públicas para mulheres, pessoas LGBT e a educação sexual, ou as substituem por ações em prol da família; nos legislativos que perseguem as expressões gênero, sexualidade, direitos reprodutivos e educação sexual nos marcos legais; na segurança pública que culpabiliza a mulher vítima de violência e resiste em reconhecer o feminicídio; no questionamento ao aborto legal, previsto no Código Penal de 1940 (BRASIL, 1940), para os casos de gravidez resultante de estupro e de risco de morte para a mulher. Além disso, em nome das políticas para mulheres, setores conservadores promoveram um renascimento ou fortaleceram a atuação assistencialista das esposas de governantes, reforçando a implementação de políticas voltadas para as “mulheres carentes” e famílias, reforçando a carência no lugar dos direitos, a necessidade de “sacrifícios” dos direitos das mulheres, em prol da família.

Baptista (2019) afirma que a “ideologia de gênero”, com sua materialidade histórica, política e econômica salienta e desnaturaliza o binário masculino e feminino, construído a partir

do sexo enquanto determinante dos papéis sociais, e afronta o sistema econômico capitalista e o pensamento conservador e religioso. Para os representantes deste sistema, manter a família tradicional como base da organização política, social e econômica implica fazer com que algumas vidas, entre elas, as vidas das mulheres, sejam mais sacrificadas e menos vividas que outras.

O alerta de Beauvoir (2018), para que as mulheres jamais esqueçam de que basta uma crise política, econômica ou religiosa para provocar questionamentos relacionados ao lugar e aos direitos das mulheres, parece feito para o momento atual. A autora afirma que isto ocorre porque os direitos não são estáveis, demandam vigilância permanente.

Ainda na tentativa de cartografar os elementos que compõem o cenário atual, faço a conexão do aspecto da participação na disputa pela construção hegemônica na sociedade, presente, por exemplo, em gestões petistas municipais, nas formações de base dos Movimentos Sociais e que parece ter ficado em segundo plano tanto por parte dos governos federais petistas quanto dos partidos de esquerda ou dos próprios Movimentos Sociais. Ocupados com as tarefas do Estado e da gestão, que não eram escassas, priorizaram a participação representativa e institucionalizada ao trabalho de mobilização e à democracia participativa. As frentes que deveriam ser simultâneas e complementares tornaram-se concorrentes. Não estou querendo dizer que isto tenha sido uma opção deliberada, mas a tomada de decisões implica lacunas, seja na pesquisa, seja na vida diária, seja no Movimento Social, ou seja no governo.

Outra linha que pode estar contribuindo com o cenário atual é a da ampliação dos movimentos organizados a partir de grupos com demandas específicas, a exemplo das mulheres. Atravessamentos identitários, como o sexo, a raça, a idade, a classe e a ideologia, são fatores que, juntos, determinam a construção social da feminilidade. Hooks (2018) afirma: “O feminismo, como luta de libertação, deve existir à parte e como parte de uma luta maior para erradicar a dominação em todas as suas formas” (p. 171). A autora entende que a formação de grupos de interesse seletos, apenas com indivíduos que partilham perspectivas semelhantes, limita a capacidade de participar em discussões críticas mais amplas.

Percebo que o associativismo, dos anos de 1990, derivava de demandas específicas, pontuais, de núcleos militantes, que seguiam as diretrizes de uma organização em movimentos de associação político-ideológica. Já o século XXI vem indicando uma tendência ao crescimento de movimentos de massa que atendem a apelos variados em um tipo de associação que não demanda vínculo anterior nem envolve a pessoa direta e permanentemente com a organização. Duas exceções, que entendo serem resultado de um trabalho diferenciado na

última década, são os Movimentos Feministas e Raciais que vêm em uma escalada de afirmação, provocando reações sistemáticas dos conservadores.

Estes dois movimentos indicam ter resistido à parte das mudanças que Castells (2017) sintetiza como características desse novo período, vivenciado na relação Estado e sociedade civil: o início da articulação dos movimentos, via plataformas digitais, em torno de uma ou mais motivações, por pessoas não reconhecidas pela militância orgânica; a posterior ocupação de espaços públicos; a redução do distanciamento entre os participantes, pela ausência de lideranças ou de um núcleo, um centro orgânico; a definição mais espontânea das prioridades, geralmente plurais; a articulação e a atuação a partir do debate público.

No entanto, precisamos ter presente que não são as tecnologias as responsáveis pelas manifestações e/ou pelo surgimento de novo(s) tipo(s) de movimento(s) ou contramovimento(s). Como afirmam Mouffe (2015) e Castells (2017), tais circunstâncias são frutos das contradições e dos conflitos específicos de cada sociedade e período histórico. Todavia, a comunicação sempre foi fundamental para a formação e existência dos Movimentos Sociais, uma vez que é ela quem garante a conexão entre as pessoas e as condições para que estas desafiem os poderes instituídos. As plataformas digitais contribuem, para além da instrumentalidade, ao favorecerem a comunicação ágil, horizontal, em larga escala e, em determinados momentos, oferecerem proteção. Diante destas características, passam a representar o principal local de atuação de parte dos Movimentos Sociais, sem substituir, na totalidade, a comunicação face a face e a ocupação do espaço público, na ação coletiva.

O que temos vivenciado no último período, em especial, em relação aos Movimentos Sociais tradicionais e, mais recentemente, dos de protesto, é uma dificuldade de organização, mobilização, proposição e afirmação. Questões como as reformas trabalhista e previdenciária, o aumento no preço dos combustíveis, a redução e os ataques às políticas sociais e o desrespeito à segmentos como as mulheres, as pessoas negras, LGBTs e indígenas têm encontrado resistências tímidas e pontuais, na maior parte dos casos, restritas às redes sociais. Flora falou deste desafio

Como reconstruir e fazer Movimento Social em um contexto tão conservador? Não é algo fácil para a grande maioria [de] nós que nos formamos nesse processo de democratização. Então a conjuntura hoje é de mudança de época; eu acho que todo mundo, a gente vive um momento de mudança de época; a gente vai viver por muito tempo uma reação feroz do sistema patriarcal, capitalista e racista. A ultradireita está crescendo (FLORA, 02/10/2019).

Canclini (2015) busca entender este processo analisando a dissolução dos espaços políticos de negociação, a qual alimentou o caráter abstrato às lutas políticas dos Movimentos Sociais tradicionais. As cúpulas burocráticas dos movimentos não conseguiram assumir a densidade sociocultural do cotidiano, no momento em que as indústrias comunicacionais substituíram as interações diretas pela mediatização eletrônica, sem permitir sequer sua combinação com a organização sindical e política. Nestes casos, ficam faltando ações que dessem às negociações espaços e formas de interação concreta e “agora os conflitos sociais e a gestão de suas interações se deslocaram para lugares herméticos, onde atuam forças às quais os cidadãos não podem confrontar” (CANCLINI, 2015, p. 209). O autor complementa afirmando que, atualmente, é raro nos depararmos com discursos intelectuais, confrontos diretos, imprevisíveis e tensões sociais. Age-se como se não houvesse luta, disputa, como se a negociação não fosse necessária, bastando a fotografia, a filmagem, a transmissão e o consumo das imagens. É o que o autor chama de pós-política, onde aprofundar as questões, considerar todos os pontos de vista conhecidos, ouvir a população e esclarecer os fatos sejam ações que aparentam não mais importar.

Dá a dificuldade de articular luta política contra a opressão social e histórica das mulheres e a dimensão da subjetividade, intrínseca ao teor libertário feminista com o fato de que a categoria mulheres não existe abstratamente, uma vez que diz respeito a pessoas em contextos políticos, sociais e culturais específicos, com recortes e clivagens “que dividem estruturalmente o mundo que se identifica como feminino” (SARTI, 2004, p. 43).

a formação do movimento não é o resultado de uma relação causal, miséria-demanda ou opressão-reivindicação ou ainda inversamente: expansão de serviços públicos-necessidades; mas a formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas passam pela construção de uma ideia de direitos, pelo reconhecimento de uma coletividade. É desse processo que a análise da participação das mulheres nos movimentos pode ser reveladora (SOUZA-LOBO, 2011, p. 178).

Uma coisa é o que se acredita enquanto discurso político, outra é o que é possível fazer em uma sociedade com características como o patriarcalismo, o machismo e o capitalismo, “a prática social é mais resistente à mudança que o discurso” (VICENTE, 2018, p.130). Para que novas identidades se transformem em realidade, é preciso que haja resistência e que estejamos alertas às ameaças presentes nos diversos âmbitos.

2.2.4 “Só existe Movimento Feminista porque a gente resistiu” (FLORA)

É preciso garantir que esse tempo exista como forma de resistência para transformar o mundo, porque a luta política e a possibilidade de participar politicamente, ela só é real para as mulheres na medida em que elas lutam por um tempo para fazer política e essa é uma luta que muitas de nós ainda fazemos, né? O tempo da política o tempo todo existe como um tempo que é ilegítimo [...] então, só existe movimento feminista, porque a gente resistiu para ter um tempo para isso e o tempo está em tudo (FLORA, 02/10/2019).

A resistência mencionada por Flora permitiu uma série de avanços, enquanto a história dos Movimentos Sociais segue influenciando e sendo influenciada pelo contexto. Vicente (2018) faz uma síntese das conquistas fundamentais do movimento feminista percebidas por ela: a criação de redes de serviços específicos para as mulheres, a exemplo da rede de saúde, de proteção às vítimas de violência e de espaços de discussão sobre suas questões e demandas; marcos legislativos de garantia e defesa de direitos das mulheres; mudança gradual nas atitudes sociais das próprias mulheres e do conjunto da sociedade que passa a incorporar uma nova postura diante delas.

Cada um dos avanços demandou mobilização, resistência e afirmação. Alguns dos que viraram direitos, como estudar, votar, trabalhar, tomar anticoncepcional, divorciar-se, disputar a guarda dos filhos e filhas e receber herança, por exemplo, hoje parecem algo natural, como se tivessem sido dados ao acaso e não o que de fato foram: o resultado de muita luta. Há outro grupo de direitos adquiridos, como aqueles relacionados às questões que envolvem a violência contra as mulheres, ou em disputa, no caso do aborto e da paridade no exercício de cargos de poder, por exemplo, que são recentes e, de certa forma, frágeis, em especial, diante de crises como a atual.

Seguindo a linha transversal da resistência, introduzida por Flora, algumas das participantes do encontro aqui proposto elencaram iniciativas e avanços recentes, dos próprios movimentos, os quais demonstram os efeitos da mobilização de mulheres. Começamos por Helenira:

A UNE, lá na década de [19]80, teve a primeira presidenta. Mas, de fato, quando você tem mulheres na liderança dos Movimentos Sociais, claro que isso interfere de uma maneira muito incisiva na própria dinâmica do movimento e na luta política do Brasil. Eu acho que dentro, não só na direção da UNE, mas hoje existe, sim, uma crescente das mulheres na direção do Movimento Estudantil como um todo. Se a gente percorrer as universidades do Brasil, a gente vê muitas mulheres presidentas dos diretórios acadêmicos, dos centros acadêmicos, então, assim, são a maioria inclusive (HELENIRA, 02/08/2019).

Parece que conquistamos maioria, primeiro no Movimento Estudantil, talvez por envolver pessoas jovens, ou mesmo por ter sido a Educação uma das primeiras demandas entre as reivindicações das mulheres.

Além das trabalhadoras representadas pela CUT, as mulheres rurais também se organizam em Movimentos Sociais de luta. Margarida do Campo participou deste encontro, quando celebrava o sucesso da última Marcha das Margaridas que reuniu cerca de cem mil mulheres, segundo a CONTAG, em Brasília, em agosto de 2019, para reivindicar, mostrando que os Movimentos de Mulheres seguem resistindo. Margarida do Campo também nos falou das conquistas internas:

Hoje, na direção da CONTAG, aos seus 54 anos, a gente tem seis homens e seis mulheres, eu sou uma delas e estou na Secretaria de Mulheres [...] Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede e é isso que a gente diz. Quanto a gente avança, quando a gente luta, com certeza, essas conquistas não beneficiam só às mulheres, mas também o conjunto de pessoas, a sociedade, o movimento [...] Só agora, em 2013, a gente aprovou a paridade na CONTAG e, só em 2017, a gente implementou a paridade na CONTAG. Essa é a primeira direção da CONTAG paritária (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

Quando o movimento é específico de mulheres a pauta da paridade interna não se faz presente, mas Loreta lembrou que outros espaços podem ser conquistados:

Eu comecei a militar na União da Juventude Socialista (UJS), a partir da nossa atuação, criamos a UJS Feminista [...] Com o passar do tempo, a pauta das mulheres foi tomando cada vez mais corpo, não só dentro do nosso espaço de atuação, mas dentro de todo o Movimento Social da esquerda, de maneira geral, e eu comecei a militar mais no Movimento de Mulheres. Comecei a participar mais da UBM, lá, no Rio de Janeiro (LORETA, 15/09/2019).

Dar destaque a conquistas como esta alimenta nossa esperança. Espinosa (2008) fala de dois sentimentos do ser humano, os quais precisam ser equilibrados, o medo e a esperança. Atualmente, em muitos países, a maioria da população vive com medo, sem esperança, e um pequeno grupo, econômica e politicamente forte, só vive com esperança, sem medo de que os seus privilégios sejam atacados e destruídos, sem receio de ser confrontado. Esperança sem medo leva à arrogância; medo sem esperança leva à resignação e à servidão. Para o autor, uma missão que se considere democrática deve objetivar construir algum medo para aqueles que não têm nenhum e construir esperanças para aqueles que não têm esperança alguma. Tamanho desafio exige da sociedade como um todo e dos Movimentos Sociais nela inseridos uma capacidade de discernimento e atuação.

Eu acho que o feminismo tem muita força hoje e isso é resultado de uma construção histórica e é por isso que a reação dos homens é uma reação, na minha visão. Não é uma ofensiva conservadora, é uma reação conservadora, pela força que a gente tem, querem nos colocar de novo no mesmo lugar [...]. É um momento de crise sistêmica e a resposta às crises muito globais, não é? No entanto eu acho que os Movimentos Sociais, ao longo de sua história, e acho que aqui no Brasil, ao longo do processo de democratização e nas últimas décadas, construíram um patamar de possibilidades de reagir a isso (FLORA, 02/10/2019).

Se identificamos linhas de fuga pelas quais as mulheres avançam em direção à igualdade de direitos, é possível perceber nas falas territorializações de injustiças sociais que coexistem na atualidade. As mulheres continuam em situação de desigualdades: são mais pobres que os homens; recebem menos; são mais vítimas da economia informal, da violência; continuam com a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados; têm menos tempo livre; e são colocadas diante de barreiras, inclusive onde não esperavam ser posicionadas, como ilustrou Helenira:

A UNE criou, inclusive, um espaço para as mulheres na gestão, que é o EME, o Encontro de Mulheres Estudantes, que é um dos maiores encontros que a UNE realiza, porque, justamente, aglutina essas novas lideranças que estão à frente do Movimento Estudantil e querem discutir, inclusive, os limites da presença das mulheres no Movimento Social, o que ainda é uma luta, né? Porque a gente percebe, quando a gente sobe num carro de som de uma passeata, que a maioria das nossas lideranças são homens e é lógico que o machismo, como é uma questão presente na nossa sociedade como um todo, também está presente no Movimento Social. Então, quando você é uma liderança mulher, você também esbarra com essas questões o tempo todo, nos lugares, inclusive nos Movimentos Sociais [elas] estão presentes (HELENIRA, 02/08/2019).

Então, os novos feminismos do modelo cultural identitário (radical; da igualdade⁸²; da diferença⁸³; *queer*⁸⁴; ecofeminismo⁸⁵; socialista, anarcofeminismo, ciberfeminismo, filosófico) têm o desafio de seguir buscando a compatibilização entre a vida profissional e pessoal, em especial, em relação à criação que continua quase que exclusivamente sob responsabilidade das mulheres e têm o desafio de reivindicar a expressão das mulheres, de si mesmas, o direito de elas buscarem e encontrarem os lugares almejados, de serem respeitadas e terem todos os direitos garantidos por aquilo que são (VICENTE, 2018). Margarida ilustrou desafios dessa busca.

82 Aposta na luta política iniciada por Simone de Beauvoir, para igualdade entre os sexos.

83 Parte da valorização da diferença entre homens e mulheres. Destaca a cultura feminina cujo foco é a maternidade, a relação materno infantil, a delicadeza, a natureza.

84 Parte da ideia de gênero como uma construção social, ressaltando a noção de identidade sexual fora do marco social estabelecido.

85 Ecofeminismo é um termo originalmente criado pela feminista francesa Françoise d'Eaubonne que busca a eliminação de todas as formas de opressão. Relaciona as conexões entre as dominações por raça, gênero, classe social e a dominação da natureza.

As mulheres, elas têm tido um protagonismo, com todas as dificuldades que a gente tem tido. Eu acho que a gente avançou muito, muito, né? Na CUT, por exemplo, a gente aprovou o cumprimento da paridade entre homens e mulheres, em 2012, e aplicamos, em 2015, na direção [...]. Hoje, 2019, quatro anos depois, vamos ter congresso daqui a dois meses. Eu acho, na minha opinião, que ainda a paridade, ela precisa ser empoderada. As mulheres precisam ocupar os cargos que hoje são dos homens, porque os homens, só os homens, são os presidentes e só eles que assinam a caneta do outro lado do cheque (MARGARIDA, 26/08/2019).

Além dos desafios específicos dos Movimentos de Mulheres, Flora trouxe a conexão acerca dos desafios enfrentados coletivamente na atual conjuntura.

Como reconstruir e fazer Movimento Social em um contexto tão conservador? Eu não acredito que é terra arrasada. Eu acho que tem disputa, eu acho que tem contradição, e eu acho que a gente tem uma força no feminismo acumulada que pode e com a qual a gente vai seguir resistindo [...] eu acho que o desafio é grande, tem dificuldade de responder a ele, mas temos que batalhar para conseguir e ir resistindo, enquanto isso, no cotidiano, no dia a dia (FLORA, 02/10/2019).

Procurando pistas acerca da dificuldade indicada por Flora de retração das capacidades de mobilizar, propor e afirmar, tão caras ao processo democrático participativo, percebo que, mesmo diante de um cenário de retirada de direitos, de empobrecimento, de desrespeito a determinados segmentos da população, a exemplo das mulheres, de redução das políticas sociais e outros retrocessos, a reação tem sido acanhada.

As pistas que levam a isto sugerem que a retração sobre a qual estou propondo reflexão, em especial de parte dos Movimentos Sociais tradicionais ou de esquerda, é consequência de fatores diversos. Diante desta retratação, o protestar, pelas redes sociais, em manifestações no espaço público, ou mesmo em atividades culturais e de lazer, a exemplo do carnaval, passou a ser a principal maneira de mobilizar, mas deixou uma lacuna nas necessidades de propor e de (re)afirmar. Tal retração e esta lacuna parecem ter contribuído para o avanço do campo liberal conservador que vem aprofundando a injustiça social.

A gente está vivendo um momento de (pausa) a gente está num contexto de retrocessos profundos da classe trabalhadora e, sobretudo, das mulheres, porque tudo o que a gente conquistou, ao longo desses últimos anos, de políticas, de programas, de processos de formação a gente está perdendo, tudo. A gente está vendo que o índice de feminicídio, de violência contra as mulheres cada vez mais aumentando, então, eu entendo que o papel dos Movimentos Sociais, o papel do Movimento Sindical, nesse momento, é de estarem unidos, de estar traçando estratégia, apontando os caminhos, coletivamente, é fundamental, é extremamente importante (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

Margarida do Campo sugeriu que, diante do arranjo atual das relações de poder, os Movimentos Populares, em especial, os tradicionais ou de esquerda, aliados aos de protesto que dialogam com as mesmas causas, têm diante de si o desafio de construir a resistência, uma vez que as mudanças sociais prescindem da ação política da sociedade civil.

Assim, é importante que as novas organizações e aquelas que já existiam busquem, além das suas lutas específicas, atuações coletivas em prol de pontos convergentes. Vicente (2018) lembra que o próprio Movimento Feminista tem o desafio de envolver cada vez mais mulheres e não ficar centrado somente nas mulheres que já estão na militância ativa, caso queira alcançar a universalização das ações e lutar contra o patriarcado e contra o capitalismo. O enfrentamento ao modelo capitalista impulsiona à reinvenção de uma nova economia. Loreta complementou a análise:

Hoje a luta feminista e antirracista é essencialmente uma luta contra o Bolsonaro, né? Claro que a gente tem uma série de agendas anteriores ao Bolsonaro, tem a ver com as próprias limitações estruturais da nossa sociedade, que é uma sociedade muito fundada principalmente no racismo, mas com marcas muito profundas do machismo; e a gente hoje tem um presidente da República que basicamente é um incentivador dessas práticas, é um incentivador de práticas de violência, sejam elas físicas, sejam elas simbólicas, qualquer que seja o tipo de violência [...] Então hoje eu acho que a condição das mulheres, de poderem se organizar, de apresentarem uma alternativa, de serem porta-vozes de uma alternativa de país, de sociedade diferenciada, eu acho que tem se demonstrado fundamental (LORETA, 15/09/2019).

Ousando pensar em outras possibilidades, indico que esta construção poderia iniciar por uma reflexão coletiva acerca da realidade que estamos vivenciando e de que o discurso mobilizador conseguiria ser mais forte que aquele que ocupa a posição de poder atualmente. Discurso este ancorado em bases fundadoras da sociedade que se revelaram ainda ativas, a exemplo do conservadorismo liberal, da meritocracia, do agronegócio, do desrespeito às minorias, do ódio ao diferente, do descrédito às instituições públicas e à mídia, do fascismo, entre outras questões que abalam a justiça social. Identificar as contradições no discurso de tais bases fundadoras e construir um novo pode significar propor e afirmar a elaboração de referências comuns, com as quais as pessoas possam se identificar, sem necessariamente abandonar as suas, mas sim ressignificá-las diante do novo que viria para somar.

Elaborado este discurso, seria preciso recuperar a capacidade de dialogar e compartilhar com as bases para desconstruir o discurso dominante, mobilizar, propor e afirmar, rumo à construção de uma outra realidade. Comunicando-se, seja presencialmente, seja nas redes sociais, as pessoas tendem a superar o medo, diante de uma motivação poderosa, de uma

força mobilizadora e, mais ainda, diante da fé no grupo e da esperança a qual ele lhe permite ter. Margarida ressaltou a importância desta união:

Eu acredito que o movimento, os Movimentos Sociais, cada um com suas causas, em um momento, cheguem a se juntar, como já tem, assim, a Frente Povo sem Medo a Frente Brasil Popular; vai ter um momento que isso aí vai se juntar; e eu acho que, aí, a gente vai pensar numa nova revolução, não sei qual é a forma como a gente vai dar para esse movimento (MARGARIDA, 26/08/2019).

Em suma, para criar redes de contrapoder que consigam dialogar e, quiçá, se sobreporem àquelas que estão no poder, será necessário reprogramar as bases sociais, a organização e a atuação políticas para disputar novas ideias e formas de atuação. Trata-se de construirmos soluções democráticas, assentadas na democracia participativa no âmbito dos bairros e das comunidades e na educação que, ao invés do empreendedorismo e da competitividade, priorize a solidariedade e a cooperação. Trata-se de um desafio complexo, mas imprescindível, como salientou Dora:

O papel dos Movimentos Sociais, ele é muito importante, né? No sentido de fazer as pessoas conseguirem compreender o que realmente está em jogo, esse processo de o que significa essa perda de direito, o que significa esse processo, na verdade, de disputa da saída da crise, em que o capital vê como saída da crise a retirada total dos direitos, para aumentar sua margem de lucro, principalmente por causa o capital especulativo. [...] Eu acho que a gente, dos movimentos, agora tem um papel muito importante, também, para despertar nas pessoas o sonho de uma sociedade diferente, uma sociedade em que as pessoas tenham práticas comuns, uma construção comum, em que a gente deixe de ser escravo do trabalho (DORA, 19/07/2019).

Vou aproveitar este “deixar de ser escravo do trabalho”, trazido por Dora, enquanto uma possibilidade de conexão com o lazer, para passar à ordem do dia do encontro aqui proposto, na qual cartografarei as relações entre mulheres e lazer, na pauta dos Movimentos de Mulheres participantes desta pesquisa.

PARTE III: ORDEM DO DIA

Para compor a paisagem cartográfica, precisei construir algumas aproximações com o lazer, para que os conhecimentos até então produzidos acerca dele auxiliassem a criar condições de reflexividade à relação das mulheres com este direito.

O lazer, apesar de passar a ser reconhecido como tal somente após a Revolução Industrial e como direito de poucas pessoas, em geral das classes mais altas da sociedade, fez e faz parte da história da humanidade e vem sofrendo transformações ao longo do processo, especialmente a partir da evolução do capitalismo e, como consequência dele, o que Sennet (1988) denomina como “declínio do homem público”, para se referir ao aumento da individualização alimentada pelo sistema. O autor traz o lazer como uma das poucas ações que desafiam o ser humano a manter um grau de sociabilidade e cooperação para ser vivenciado embora o avanço de formas comerciais e individuais para sua vivência seja cada vez maior.

Se a vida humana já foi um misto de trabalho, convivência social, práticas de lazer, espiritualidade e ócio⁸⁶, convivendo simultaneamente, a Revolução Industrial trouxe consigo, a divisão dos tempos, a partir das horas dedicadas ao trabalho no mercado. O que restou foi destinado às demandas por satisfação das necessidades vitais, como o descanso e a alimentação, às atividades sociais, a exemplo da convivência familiar e das práticas religiosas, e ainda destinado a outras vivências de lazer que, neste contexto, foi, inicialmente, reconhecido como direito da burguesia e gradualmente se estende a todas as classes sociais, em especial, nas sociedades urbanas.

Apesar disto, muitas pessoas seguem à margem de direitos, como o lazer, como foi possível identificar na fala de Cristina Buarque, Secretária de Mulheres de Pernambuco, durante a III CNPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013b):

Para que a gente tenha uma ideia que nessa briga por direitos nós identificamos as políticas públicas como o espaço para dar a garantia a esses direitos, reconhecendo que 52% da população brasileira está marginalizada dos processos de decisão. E marginalizada de vários acessos, como o acesso ao conhecimento, **acesso ao lazer**, acesso ao prazer, acesso à beleza, porque fizeram um verdadeiro escárnio com relação a essa beleza (p.78, grifo meu).

86 Lazer e ócio, por vezes, são utilizados como sinônimos. Um dos motivos disto é o fato de a palavra lazer não ter uma expressão correlata em espanhol, diferente do que ocorre com o *leisure*, na Língua Inglesa, e *loisir*, na Língua Francesa. *Ocio* é o termo espanhol utilizado para se referir ao lazer, enquanto, para a Língua Portuguesa, ele remete, em linhas gerais, ao descanso, à ideia de “não fazer nada”. Assim, quando me refiro ao ócio, no contexto desta pesquisa, falo do seu significado em Língua Portuguesa, no entanto, alguns/algumas autores(as) podem se referir a ele como lazer.

Para orientar as reflexões aqui propostas, parto da ideia de lazer enquanto construção, direito social, histórica, econômica, política e culturalmente situado, com potencial de estímulo à sociabilidade, ao prazer, à felicidade, à cooperação e ao desenvolvimento humano. Se assim fosse reconhecido, vivenciado e tratado, representaria uma possibilidade de contribuir com a construção de sujeitos ativos na sociedade, os quais teriam ferramentas para produzir e se apropriar coletivamente da cultura. O lazer é afetado por outros fatores diversos, segundo segue.

Lazer é um tema muito amplo que é influenciado por vários fatores como sexo, gênero, sexualidade, raça, etnia, cultura, localização geográfica, *status* social, habilidades físicas, entre muitos outros aspectos e circunstâncias que definem e determinam a realidade de cada um de nós. Não é possível tentar definir lazer sem considerar “lazer para quem” (BARBOSA, LIECHTY; PEDERCINI, 2013, p. 16).

Tendo as mulheres como sujeitos na construção deste possível devir do lazer, passo a tecer as linhas e conexões que compõem essa relação na pauta dos Movimentos Sociais desta pesquisa.

Diante da heterogeneidade e multiplicidade de informações reunidas na investigação, percorrer as etapas da cartografia, iniciando por olhar o material com uma atenção cuidadosa, realizada “por/com mulheres”, buscar conexões acessando as “sensibilidades de mulheres”, tratar os dados com dedicação protagonizada “por mulheres” e reconstruir as relações com resistências instituídas e mantidas “por mulheres”. Esta exclusividade esteve diretamente relacionada à minha constituição histórica e cultural enquanto mulher, que me tornou e torna única e em permanente construção, interferindo diretamente na maneira como desenvolvo esta análise.

Enfrentar o cenário aqui exposto, acreditando que todas as vidas merecem ser vividas em plenitude – e que isto inclui o direito ao lazer – foi a maneira que encontrei neste momento de não me silenciar diante do contexto, como sugere Baptista (2019). E, para pintar o quadro do território mulheres, lazer e Movimentos Sociais, sigo a ideia adotada até aqui, de dar voz às mulheres entrevistadas, para orientar a direção de cada eixo e as conexões que cada um irá estabelecer. Falas subjetivas que, no entanto, constituem as relações, transportam e transformam as ideologias e, desta forma, não definem princípios gerais, mas auxiliam na compreensão dos fenômenos que compõem o agenciamento.

3.1 O lazer no dia a dia das mulheres

Cartografar implica subverter e inverter caminhos metodológicos, indo do conhecer para o transformar da realidade, na direção de transformá-la para conhecê-la. Assim, os dados são produzidos a partir da criação de um território de observação existente e não simplesmente coletados. O ato cartográfico é o “acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 10). O intuito, mais do que apreender estruturas e estados de coisas, é conhecer o processo, acompanhar o movimento que constitui o agenciamento mulheres, lazer e Movimentos Sociais.

Durante o processo da pesquisa, principalmente nas entrevistas com mulheres que dedicam parte das suas vidas à militância feminista, os eixos que constituem o agenciamento mulheres, lazer e Movimentos Sociais foram se revelando. Entendo que o destaque a este momento da pesquisa tem, ainda, relação com o fato de as questões propostas provocarem e permitirem que as entrevistadas refletissem comigo acerca da conexão mulheres e lazer, diferente da análise documental, na qual os dados, embora permitam a produção de explicações específicas, são estáticos. Ao final de cada conversa, perguntei se a entrevistada já havia pensado a respeito da relação mulheres e lazer e todas indicaram não o ter feito, ou ter sido uma pauta tratada de forma superficial até então.

Cisne (2015) trata esta ausência como consequência das restrições particulares enfrentadas pelas mulheres, no plano das vivências do lazer, restrições estas ainda mais intensas que aquelas de outros segmentos. Embora esta tenha se revelado uma tendência no plano da pesquisa, a relação das mulheres com o lazer, nas pautas de Movimentos Sociais, já aparecia em um dos marcos da construção da agenda feminista que foi a Conferência de Beijing, em 1995. O objetivo estratégico F.6, definido no evento, prevê:

f) examinar uma série de políticas e programas, inclusive as leis sobre seguridade social e os regimes fiscais, de acordo com as prioridades e as políticas nacionais, com o fim de determinar a maneira de promover a igualdade de gênero e a flexibilidade no modo em que as pessoas dividem o seu tempo entre a educação e o treinamento, o emprego remunerado, as responsabilidades familiares, as atividades voluntárias e outras formas de trabalho socialmente útil, o descanso e o lazer, e no modo pelo qual obtêm benefícios dessas atividades (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 1995, p. 214, grifo meu).

Achados como este reforçam a importância da análise da condição do lazer na pauta dos Movimentos de Mulheres, a qual não deve ser tratada como questão de ordem linguística, ou meramente gramatical, ou seja, não se trata, apenas, de perceber sua presença e/ ou ausência, ou de ressaltar que todos e todas têm direito ao lazer, é preciso analisar como, por que e por quem este direito é acessado.

A interconexão dos eixos que foram se formando exige um ziguezaguear entre eles que se conecta, ainda, com as partes anteriores. Para entrar no dispositivo escolho uma linha que, apesar de subjetiva, se revela como sendo de segmentaridade dura, pela estratificação e territorialização que a constitui, expressa na fala da Flora.

3.1.1 “Ele (o lazer) é uma realidade muito, muito, muito, muito distante para a maioria de nós, mulheres” (FLORA).

Mais do que um eixo específico, a fala de Flora configurou-se como uma linha que transversaliza toda a cartografia que ora empreendo e está no início e não na conclusão do diálogo proposto, justamente para que eu não incorra no risco de seguir por rotas que se percam em torno da questão e para que foque na busca dos porquês, das motivações, das possibilidades e dos fatores que compõem o mapa que aqui se desenha.

Ciente da impossibilidade de generalizações, Flora complementou a afirmação acerca do lazer ser algo distante das mulheres, lembrando que isto é fato “especialmente para as mais pobres e para as mulheres negras, porque vivem mais dramaticamente as consequências da tomada do tempo, mas, para o conjunto das mulheres, é uma realidade cada vez mais difícil” (FLORA, 02/10/2019).

Margarida lembrou de uma vivência pessoal que ilustrava a fala de Flora:

a maioria de nós, as mulheres, que estamos no Movimento Sindical, a gente não tem esse tempo livre e, aí, quando eu vou me referir a uma trabalhadora doméstica, à classe trabalhadora! Foi muito interessante, porque, na sexta-feira, quando eu cheguei [a um encontro], a gente fez a reunião, jantamos e lá no MST [...] e, aí, depois que a gente terminou o dia, éramos seis no quarto: era eu, da CUT, e minha assessora; tinha uma funcionária do jurídico; uma advogada e mais duas domésticas. Teve uma coisa “muito louca”, quando acabou a atividade: que a gente entrou no quarto, as duas domésticas, que tinham passado o dia, elas tinham vindo de outros estados, de avião. Elas deitaram, [às] nove e meia da noite, elas já estavam deitadinhas. Aí a gente chama para conversar; [mas elas justificaram] “não, nós estamos cansadas” [e], meia hora depois, elas já estavam dormindo. E, no outro dia, no sábado, foi a mesma coisa: elas não quiseram ir para a festinha que nós fizemos. Então, eu percebi, porque é uma coisa a se pensar. Elas vão dormir, elas aproveitam o tempo livre delas para dormir, por causa do cansaço (MARGARIDA, 26/08/2019).

Margarida chamou a atenção para o fato de que, apesar de próximas, as representações de tempo livre e de lazer não são sinônimas. O fato de reivindicarmos ou mesmo dispormos de tempo livre não significa, automaticamente, vivenciarmos lazer. Livres das obrigações que ficaram em casa e daquelas do evento do qual participaram, as duas mulheres por ela citadas não optaram pelo lazer. Torna-se importante recordar que o foco no descanso faz parte da

origem dos Estudos do Lazer, os quais são pautados pela relação com o trabalho. Foi entre os direitos trabalhistas que o lazer passou a figurar, inicialmente nos estudos acerca dos direitos humanos, com foco no descanso. Se estou remetendo a um pacto de 1948, instituído pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), posso deduzir que as demandas das mulheres pouco foram consideradas, tendo presente que a participação delas no mercado de trabalho e na elaboração dos marcos legais era ainda mais restrita que nos dias atuais. Por serem pouco presentes no espaço de trabalho remunerado, acabavam sendo responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo trabalho de cuidados, que ficaram de fora do alcance da Declaração.

No campo acadêmico, Parry (2015) faz uma análise dos Estudos Feministas do Canadá e afirma que, ao longo das últimas três décadas, tais estudos desenvolveram, entre as diversas pautas, Estudos do Lazer. A autora identifica fases que demonstram a interação entre gênero e lazer, partindo do pressuposto de que o lazer é um contexto no qual as pessoas podem incorporar e/ou resistir a discursos de gênero, “o gênero influencia o lazer, mas também o lazer influencia o gênero”⁸⁷ (PARRY, 2015, p. 211, tradução minha).

Parry (2015) destaca que há pesquisas da área as quais: ignoram as mulheres, concentrando-se apenas nos homens e trabalhando com uma categoria de lazer universal, trata-se da “invisibilidade de gênero”; fazem uma espécie de compensação, uma fase que visa “adicionar mulheres”, na qual as experiências de lazer delas são vistas como importantes; procuram entender as diferenças entre grupos de homens e de mulheres, realizando comparações, são as “análises bifocais”; olham para as formas de opressão de gênero que as mulheres enfrentam no cotidiano, em relação ao lazer, para as influências ideológicas de gênero, como a feminilidade e a maternidade, é a categoria “centrada na mulher”; seguem a premissa de que todos vivemos em uma sociedade marcada por gênero, a “erudição de gênero”, a qual “estendeu o trabalho feminista propondo que o lazer das mulheres não poderia ser universalizado e afirmando que não existia nenhuma voz feminina ou masculina” (PARRY, 2015, p. 211). Segundo a autora, esses foram os estudos que mais contribuíram para estruturar o campo de conhecimento. Há, ainda, as pesquisas que não se atêm apenas a olhar a realidade, mas buscam contribuir com a mudança social e a justiça, realizando pesquisas “com fins críticos, estratégicos e políticos”.

Considerando que Parry (2015) traz a análise da realidade canadense, busquei elementos que me permitissem visualizar a situação dos Estudos do Lazer com relação a uma

parte das pesquisas brasileiras, para tal, analisei o Banco de Dissertações e Teses do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG⁸⁸, na linha *Formação, Atuação e Políticas do Lazer* no qual constavam 36 (trinta e seis) trabalhos, os quais foram defendidos até setembro de 2019. Destes, seis pesquisas ainda não estavam com os textos disponíveis, por terem sido defendidas em 2019 e/ou estarem em fase de ajustes finais. Em relação aos outros 34 (trinta e quatro), nenhum deles trazia os termos mulheres e/ou gênero no título. Avançando com a busca para os objetivos gerais das pesquisas, também não foi possível identificar a intenção de incluir a relação das mulheres e/ou do gênero com o lazer nas análises. Buscando no conteúdo dos trabalhos, identifiquei dez teses e/ou dissertações que abordaram as questões mulheres e/ou gênero, com diferentes enfoques e níveis de aprofundamento, nem sempre vinculados ao lazer. Outras quinze citavam os termos, ao apresentarem um rol de segmentos, a exemplo de mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas idosas, mas sem desenvolvimento a respeito. Em cinco trabalhos, as expressões mulheres e/ou gênero não eram citadas nenhuma vez.

Com estes resultados, identifiquei, de início, seguindo a classificação de Parry (2015), cinco trabalhos onde a “invisibilidade de gênero” foi percebida e quinze que “adicionam mulheres” de alguma forma, porém, não as consideram em sua multiplicidade e especificidades.

Com o intuito de averiguar se a escassez de estudos relacionados às mulheres e ao lazer se restringe à linha de pesquisa analisada, realizei uma busca pelos termos, nos títulos de dissertações e teses do referido Programa, como um todo. Dos 169 (cento e sessenta e nove) trabalhos encontrados, três dissertações de Mestrado contemplavam as categorias consultadas, mencionando os termos “mulheres” e “elas”. Este dado já acendia o sinal de alerta e indicava a necessidade de um olhar atento do e para o campo de estudos em relação a uma possível lacuna da área que, pelo que trouxeram Flora e Margarida, espelhava a situação da relação entre mulheres e lazer.

Outra análise realizada dizia respeito à relação das mulheres com o lazer, a partir dos dados coletados pela pesquisa “Lazer no Brasil” (STOPPA; ISAYAMA, 2017), a qual permitiu perceber que o tempo livre das mulheres, durante a semana, era dedicado aos afazeres domésticos, aos cuidados, ao assistir à televisão, a aulas, a comer e às atividades religiosas, classificadas pela pesquisa como “outros”. No fim de semana, eram as atividades sociais que predominavam – refeições de caráter especial, festas diversas, visitas e conversas – e, durante as férias, a maior parte das entrevistadas afirmou não fazer nada (ócio) ou “não saber” o que

88 Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/biblioteca/defesas>>. Acesso em 07 set. 2019.

fazer. Quando a questão era “o que gostaria de fazer no tempo livre?”, o turismo apareceu como desejo, chegando a quase 80% (oitenta por cento) das indicações nas férias e o motivo para não vivenciar este conteúdo foi a ausência de tempo para 37% (trinta e sete por cento) das mulheres. Se o recorte fosse das mulheres que afirmaram estar no mercado formal de trabalho, este percentual subia para 52% (cinquenta e dois por cento), ou seja, mesmo no tempo livre, faltava àquelas mulheres tempo para vivenciar o lazer (BONALUME; ISAYAMA, 2018).

Vicente (2018) buscou conhecer como as mulheres com filhos, que trabalham remuneradamente, organizavam seus tempos para cuidar de sua saúde. Para tal, optou por uma comparação dos contextos de São Paulo e Barcelona e fez uma análise de dados baseada nos referenciais do imaginário social e das representações sociais relacionadas à maternidade, ao feminismo, ao tempo livre e ao cuidado de si. As participantes da pesquisa tinham seu tempo de lazer visivelmente diminuído com a maternidade.

Parcela destas mulheres contava com suporte de familiares no cuidado com as crianças, no entanto, este suporte ocorria no sentido de que elas pudessem atuar no mercado, não se repetindo com a mesma tranquilidade para que vivessem momentos de lazer para si. A entrevistada de Vicente (2018), Berta, afirmou que “É muito mais fácil que minha mãe fique quando eu vou trabalhar do que para eu me divertir” (p.111).

Quando perguntadas por Vicente (2018) o que seria idealmente cuidar de si, as mulheres destacaram o fazer exercício físico como a maior dificuldade, pela ausência de tempo. Chamou a atenção da pesquisadora o fato de muitas mulheres não saberem o que responder, considerando tratar-se de algo impensado por elas naquele momento da vida. A ausência de tempo foi mencionada pelas mulheres entrevistadas como a principal causa da não vivência de lazer, seguida da falta de recursos financeiros, de apoio social e de disposição pessoal.

Com a pandemia da COVID-19, algumas destas questões ficaram ainda mais explícitas. Enquanto o confinamento doméstico, para os homens, virou motivo de angústia e inúmeras piadas nas redes sociais, nas quais eles reclamavam de terem que dividir tarefas domésticas e outras de cuidados, da ausência do futebol com os amigos, ou da ida ao bar e afins, para a maior parte das mulheres, o período representou mais trabalho. A presença contínua de filhos, sem creche e sem escola, e do companheiro, afastado do trabalho ou atuando em casa, ao invés de representar partilha de tarefas e responsabilidades, muitas vezes significou acúmulo. As mulheres que passaram a desenvolver trabalho remoto, na maior parte das vezes, tiveram que abrir mão da ajuda de outras mulheres, fossem elas contratadas, fossem familiares, e assumiram, também, os cuidados e os afazeres domésticos.

Candido e Campos (2020) trazem dados que indicam a redução, inclusive, da publicação de artigos acadêmicos produzidos por mulheres no período da pandemia. Por outro lado, as trabalhadoras informais ficaram sem fonte de renda – ou a viram reduzir – e a violência doméstica aumentou com a proximidade continuada do agressor. Aliado a tudo isto, por serem socialmente responsáveis pelo cuidado, foram as mulheres aquelas que mais temeram os efeitos da doença e ficaram como responsáveis pelo cuidado das pessoas afetadas por ela, diante do desamparo do Estado.

Meu desafio, agora, é desconstruir cada um destes aspectos e reconstruí-los com novas perspectivas, a partir de todas as vivências que fiz na trajetória da pesquisa. Para iniciar, Dora mencionou a dificuldade das mulheres de se virem enquanto sujeitas de direitos para si mesmas.

3.1.2 “Até o lazer elas enxergam associado à família” (DORA)

Na maternidade onde eu trabalho, o pessoal fez uma pesquisa com o conjunto dos trabalhadores e uma das perguntas era o que que as pessoas faziam de lazer. Eu estava ajudando a tabular uma parte do questionário e eu fiquei muito impressionada com as respostas. 99% [noventa e nove por cento] das mulheres colocam o espaço de lazer com alguma coisa associada ao cuidado da família, entendeu? Passear com os meninos no parque, levar os meninos no parque, ir almoçar na casa da família, tudo associado com alguma coisa do cuidado. Elas não têm nenhum espaço, nada. As mulheres não enxergam lazer como os homens enxergam, como esse espaço de (pausa) isso de você praticar um esporte, você ir no cinema, sentar no boteco e beber, você ir passear em algum lugar que você gosta. As mulheres não enxergam o lazer como isso, entendeu? Elas, até no lazer, até o lazer, elas enxergam associado à família (DORA, 19/07/2019).

Corroborando com a fala de Dora, Vicente (2018) ressalta que o lazer da mulher tende a ser absorvido pelo lazer familiar, podendo este ser ou não prazeroso para ela. O lazer para si é tratado como algo para depois que as(os) filhas(os) crescerem, ou seja, quando constituída a família reprodutiva, as mulheres tendem a experimentar uma queda significativa no acesso ao tempo livre e limitações para disporem de um espaço para o lazer, independentemente da situação laboral, uma vez que este fato pode ser constatado tanto para mulheres que estão no mercado de trabalho quanto para aquelas que estão no trabalho doméstico e/ou no trabalho de cuidados. Naturaliza-se o sacrifício de um tempo para si mesmas e/ou faz-se com que as mulheres vivam seu lazer por meio de atividades compatíveis com os gostos e necessidades de seus(suas) filhos(as) e companheiros(as).

Analisando a relação lazer e gênero, a partir das experiências de cinco gerações de mulheres, Bertollo e Bertollo (2014) corroboram com a percepção de que a constituição de um núcleo familiar gera transformações nas experiências até então vividas. A pesquisa aponta que a própria família e a maternidade continuam sendo valores fundamentais na forma como as mulheres se veem e conduzem a fruição do pouco tempo de lazer.

A introdução do eixo “Cultura, esporte, comunicação e mídia”, do III PNPM (BRASIL, 2013a) aponta um entendimento que vai na mesma direção:

com relação ao direito ao lazer, associado ao tempo livre das obrigações sociais, as mulheres também vivenciam limitações significativas, em grande parte resultantes da influência da divisão sexual do trabalho. Para as mulheres, principais responsáveis pelo trabalho usualmente referido como reprodutivo, o lazer é visto como relacionado a atividades em família, ao lado das crianças e quase sempre restrito ao espaço doméstico, pouco ou nada se diferenciando da rotina. Aos homens, por outro lado, o lazer é relacionado a atividades destinadas à diversão e em locais públicos (BRASIL, 2013a, p.75).

A pesquisa “Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres” (ÁVILA; FERREIRA, 2014), da SOS Corpo e do Data Popular, também identifica que a maior parte das menções ao lazer, por parte das mulheres, foi estimulada pelo(a) entrevistador(a) e se caracteriza por atividades com o envolvimento dos(as) filhos(as), diferentemente dos parceiros masculinos que mantêm as atividades de lazer fora de casa e com amigos.

Dora continuou sua reflexão trazendo a linha da classe para a conexão: “as mulheres de classe média, da classe alta, têm mais tempo, assim, mas também acho que tem muito essa coisa, assim, de não ver o direito, vincula muito o lazer à família, mas tem mais acesso, sim, tem mais (pausa), enxerga mais, né?”

Outra linha que faz conexão com este eixo da relação entre o lazer das mulheres e a família, vem de Garcia (2015) que identifica a mãe como figura-chave no desenvolvimento dos(as) filhos(as), em termos de lazer e cultura, inclusive por ser a principal responsável pela motivação e organização do que a figura paterna faz com as crianças no tempo livre. Perista (2002) segue nesta direção:

Igualmente sobrefeminizadas, mas com diferenças entre homens e mulheres menos pronunciadas, estão tarefas de acompanhamento das crianças em atividades desportivas, de lazer e entretenimento: levá-las à ginástica ou à natação, brincar com elas, levá-las ao teatro, cinema, concertos (p. 461).

Costa (2014) chama a atenção para o fato de que “o dilema de lidar com as exigências conflitantes do trabalho e da família, de conciliar o inconciliável e o milagre da multiplicação

das horas, deveria deixar de ser um assunto exclusivamente feminino e privado” (p. 11). Se os homens, a sociedade e o Estado compartilhassem estas responsabilidades, as mulheres poderiam ver reduzida sua carga de preocupação, a qual, para Flora, interferia na vivência do lazer.

3.1.3 “É possível um lazer pleno com preocupação?” (FLORA)

Compondo o eixo do lazer (ou da ausência dele) no dia a dia das mulheres, a pergunta de Flora conectou ao tema o assunto “preocupação” que raramente apareceu, ao menos de forma direta, nas minhas buscas pelas referências bibliográficas, no entanto, foi reforçado por ela mesma, pela Dora e pela Margarida:

Dora relacionou-o à preocupação permanente com a dupla jornada e à falta de tempo.

As mulheres estão indo pro trabalho, mas elas estão pensando na lista do supermercado, elas estão pensando no cuidado, em tudo, todo intervalo, ela está pensando nesse processo do trabalho, do trabalho do cuidado [...] então, eu acho que essas coisas ilustram muito o que que é essa falta de tempo, o que é esse processo da dupla jornada, o que ele faz com a vida das mulheres (DORA, 19/07/2019).

Margarida comparou suas preocupações com aquelas dos colegas sindicalistas homens e chamou a atenção para o aspecto cultural, enquanto construção de sentidos, presente na relação:

a nós é destinado cuidado dos dependentes e dos independentes, porque um homem, quando vai para Brasília, [...] de manhã, a mala dele está pronta, o motorista vai buscar e vai pro aeroporto. Se é comigo, não, eu tenho que deixar as coisas organizadas, aí eu vou para, depois, durante o dia, eu fico perguntando se deu tudo certo, [se] ficou faltando alguma coisa. Os homens não, porque eles foram criados para não ter esse tipo de preocupação. Claro que tem homem que se preocupa com filho, mas não é a maioria, é um número muito pequenininho. Nós, mulheres, além de a gente viver no mundo produtivo, a gente faz o trabalho reprodutivo. Porque a gente não [se] acostumou, a gente faz o discurso, mas a prática mesmo, como a gente cria, né? Como você educa a sociedade. Eu acho que tá mudando, mas ainda, não (MARGARIDA, 26/08/2019).

Flora contextualizou e respondeu à própria questão relacionando a preocupação à ocupação, ao cuidado e à subjetividade.

As mulheres, quando vão para o lazer, elas já vão levando as crianças, né? Vai para praia, mas vai ali preocupada com as crianças que estão perto dela, então, o tempo de lazer, que parece lazer, porque tudo bem, você tá ali, pode tomar sua cervejinha, pode estar no sol, mas você está ocupada com as crianças, então, a preocupação é permanente na vida das mulheres. Então, é possível um lazer pleno com preocupação?

Você pode até não estar ocupada e está, mas, além de tudo, você tá preocupada, então, a vida cotidiana das mulheres é ocupação e preocupação [...]. O que é preciso pra gente ser menos preocupada no dia a dia? É preciso muita coisa. Então, eu acho que esse é um debate que talvez não esteja presente [...] a gente tem a visão de que a gente existe para cuidar de outras pessoas, portanto, não cuidar e não estar cuidando e não estar ocupada também é uma dificuldade da nossa subjetividade (FLORA, 02/10/2019).

Flora, Margarida e Dora falaram dos efeitos da pressão a que as mulheres são submetidas, seja em relação ao cuidado e à criação, seja em relação ao trabalho no mercado e, principalmente, na necessidade de conciliação dos dois. Perista (2002) afirma que, se temos assistido, nas últimas décadas, a uma progressiva e rápida aproximação dos padrões de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho, o mesmo não se pode dizer, em termos equivalentes, da participação dos homens no trabalho doméstico e na prestação de cuidados à família. Com isto, o tempo para si das mulheres se esvai em atividades para outros. A autora aborda este dilema afirmando que as mulheres são confrontadas com tempos e temporalidades mais complexos, mais estruturados, mais fragmentados, múltiplos e sobreponíveis.

Mais complexos, na medida em que as mulheres vivem uma forte combinação de trabalho pago e não pago, bem como uma divisão pouco clara entre trabalho doméstico e de prestação de cuidados, tempo de lazer e tempo pessoal. Mais estruturados e mais fragmentados, devido à natureza cumulativa do tempo das mulheres, quer dentro das famílias, quer no mercado de trabalho (PERISTA, 2002, p.452).

A autora completa afirmando que as mulheres convivem com a permanente tensão entre o desejo de desempenhar um bom trabalho, de desenvolver uma carreira de sucesso e a necessidade de elas manterem uma distância destes, para garantir a sobrevivência de outros espaços sociais, nos quais elas gostariam de encontrar a realização pessoal. Fica evidente a interpenetração entre trabalho pago e vida familiar.

Ora, raramente sendo fácil para as mulheres corresponder plenamente a tais desempenhos (idealizados), respostas como esta parecem denunciar a existência de sentimentos de culpabilização por parte de (pelo menos) algumas mulheres, «divididas» entre as exigências do trabalho remunerado e as responsabilidades familiares, incapazes de, nem sequer ao nível da expressão do desejado, se «atreverem» a reivindicar um tempo para si próprias (PERISTA, 2002, p.471).

Compreendo que as transformações deste contexto esbarram na persistência das próprias dicotomias naturalizadas de “diferenças” de gênero, afincadas como estão na arraigada cultura da matriz heteronormativa, cultura a qual é discutida por Butler (2013). Sua

“desconstrução”, no senso comum e nas práticas cotidianas, dependerá da extensão e da profundidade de mudanças culturais vivenciadas de diversas maneiras, nos mais variados lugares. Trata-se de processos lentos e confrontados por ideologias conservadoras de longa história.

Como ressalta Saffioti (2004), a socialização dos meios de produção e uma legislação não discriminatória são fundamentais para a elevação social da mulher, mas são insuficientes para levá-la à emancipação. A eliminação da mentalidade habituada a promover a inferiorização da mulher é o principal desafio. Ou seja, além da mudança das questões materiais que provocam dominações e desigualdades, é necessária a transformação cultural e aquela dos valores associadas a tais questões

Esses sentimentos dialogam com a necessidade de “cuidar de si” de Foucault (2004). Considerando as falas, contrariando as recomendações do filósofo, as mulheres as quais nos referimos estariam sendo levadas a colocar o cuidado para com os outros não apenas antes do cuidado para consigo mesmas, mas no lugar dele. Segundo o autor, isso dificulta a própria maneira de agir dessas mulheres com os outros, uma vez que não conseguem exercer poder sequer sobre si mesmas, seus desejos e necessidades.

Trata-se de elementos da cultura que transversalizam as relações mulheres e lazer e, neste sentido, Loreta chamou a atenção para a rede de elementos heterogêneos que compõem essas relações.

3.1.4 “Você vai conseguir relacionar isso com uma série de outras coisas que tem a ver com a gente” (LORETA)

A amplitude, a diversidade e a heterogeneidade das categorias mulheres e lazer sugerem integração com outras questões que envolvem a vida humana, neste caso, com foco na vida das mulheres. Para auxiliar neste desafio, a Resolução 22, da IV CNPM (SOARES; MELO, 2016; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2016) demanda:

Assegurar os direitos das mulheres em todos os seus ciclos de vida, da infância à velhice, nos mais diversos setores: saúde, com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos, garantindo interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, educação, transporte, habitação e moradia, emprego, **lazer**, renda, segurança, saneamento básico e enfrentamento à violência (SOARES; MELO, 2016, p.20, grifo meu).

Embora o documento não deixe explicitada a intencionalidade de integração entre os setores, entendo que é neste sentido que ele contribuiria para a superação das estruturas

dicotômicas, construídas a partir da sexualidade, avançando na construção de paradigmas mais apropriados para a vivência do lazer e a integração das diversas atividades que fazem parte da reprodução social e da sustentabilidade da vida humana.

Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 1995) decidiu-se pela defesa do *gender mainstreaming*⁸⁹ enquanto uma estratégia pela qual a perspectiva de gênero deveria ser uma “corrente principal”, a perpassar, impregnar e atravessar as demais políticas e ações, a fim de garantir, efetivamente, igualdade entre homens e mulheres em todos os campos da vida social. Assim, os sistemas e estruturas, políticas, programas, processos e projetos, formas de ver e de fazer, relacionados ao lazer, incorporariam as mulheres em uma integração sistemática da igualdade de gênero, dispensando a necessidade de um recorte específico voltado a elas.

Assim como ocorreu com esta proposta relacionada às questões que envolvem as mulheres, estudos interdisciplinares, tais como os étnicos, culturais, de gênero/mulheres, ambientais e sobre escravidão moderna vêm desafiando o “padrão” de discussão do lazer, colocando-o de forma transversal a diversas áreas do conhecimento e das políticas públicas, vinculado à forma de viver.

Neste sentido, o “Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil Movimento é Vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas”⁹⁰ (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2017) trata das práticas realizadas no tempo livre, em contextos de lazer, para traçar as relações com o desenvolvimento humano. O documento aponta que o caráter de liberdade, também central ao conceito de desenvolvimento humano, se exprime de forma “mais efetiva” nas práticas realizadas no tempo livre que nas demais, além de tais práticas serem entendidas como parte dos direitos sociais de todo(a) e qualquer cidadão/cidadã.

A apresentação do capítulo 8 do III PNPM (BRASIL, 2013a) traça o olhar que orienta as ações e envolve valores afetos ao lazer, colocando-os como dimensão da vida sociocultural, representando fatores essenciais à promoção da qualidade de vida, da inclusão social, da cidadania e do desenvolvimento humano.

As práticas culturais expressam-se na capacidade que os seres humanos têm de criar símbolos: idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, tecnologias, arquitetura e linguagens artísticas (teatro, música, dança, artes visuais, literatura). Atividades relacionadas às necessidades e bem-estar das pessoas, tanto enquanto indivíduos como sujeitos coletivos (BRASIL, 2013a, p.74).

89 Na tradução literal da língua inglesa para a língua portuguesa diríamos integração de gênero.
90 Disponível em: <<http://movimentoevida.org/sumario/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Tendo presente que o bem-estar demanda envolvimento de todas as esferas da vida, Bruhns (2009) destaca que os Estudos do Lazer não podem isolar os comportamentos e práticas de ocupação do tempo livre dos contextos socioculturais nos quais estes acontecem. É preciso atentar para a já mencionada armadilha da dicotomia trabalho e lazer, na qual o trabalho, em uma sociedade capitalista, representaria a exploração e a alienação, ficando o lazer como outra esfera da vida social, enquanto um tempo e espaço da autodeterminação individual. Ou seja, nele as pessoas poderiam, de forma voluntária, desinteressada e espontânea, exercê-la. Concordo com a autora no sentido de que este tipo de visão não leva em conta que a disponibilidade de tempo é sempre arbitrária e depende dos valores a ela atribuídos e dos elementos materiais envolvidos.

A partir das reflexões aqui apresentadas, ratifico que falta às mulheres “um tempo para existir. Sem tempo livre, não tem sujeito, né? [...] é preciso ter um tempo todo seu” (FLORA). Com esta frase, Flora conectou o lazer ao tempo livre, como um espaço para si mesma, não necessariamente enquanto vivência individual, mas em contraponto ao dedicado às obrigações relacionadas ao trabalho, seja ele remunerado ou não, e a outros compromissos assumidos pelas mulheres.

Falta de tempo, estresse, doenças e ritmos de vida frenéticos são cada vez mais impostos aos seres humanos. A *internet*, o teletrabalho, a flexibilização das relações de tempo e espaço de trabalho e o acúmulo de tarefas fizeram surgir uma civilização que parece estar sempre ocupada. Não há mais espaço contido para trabalhar, quase todos os ambientes transformaram o trabalho no fim praticamente único da contemporaneidade. Temos o nosso tempo tomado, seja o tempo do almoço, do café da manhã, o tempo do lazer e até mesmo o tempo do sono, para realizar serviços que são de responsabilidade dos bancos, das companhias aéreas e de outros setores. Isto gera redução de postos de trabalho e lucro a essas instituições, às custas da exploração das pessoas. Em uma entrevista à revista Carta Capital, o sociólogo Antônio Candido (GLASS, 2006) lembrou que “temos que entender que tempo não é dinheiro. Essa é uma brutalidade que o capitalismo faz, como se o capitalismo fosse o senhor do tempo. Tempo não é dinheiro. Tempo é o tecido da nossa vida, é esse minuto que está passando” (GLASS, 2006, *on-line*).

Margarida exemplificou esta preocupação ao falar sobre sua dificuldade pessoal de se apropriar do próprio tempo.

Eu, no meu tempo livre, eu gosto de ir ao cinema e pegar o último filme [...] é isso que eu gosto de fazer, beber um vinho, mesmo sozinha, em casa. Gosto de receber pessoas, mas, um dia por semana, eu tenho que tirar o dia em que eu não vou fazer nada, eu tenho tentado não trabalhar, nem dar resposta do trabalho no sábado e domingo, mas é difícil, porque, assim, o meu tempo, aqui minha cabeça tá, ela tá o tempo todo aí: não posso esquecer daquilo, não posso esquecer daquilo, o tempo todo, eu tô pensando (MARGARIDA, 26/08/2019).

Nesta fala, Margarida retomou as múltiplas jornadas que envolvem a vida das mulheres e tomam seu tempo, mesmo quando estas resistem a entregá-lo. Buscando as origens desta brutalidade, me apoio em Rojek (1995) que apresenta o lazer como fruto da modernidade. Para o autor, a primeira fase deste período pode ser encarada como uma grade imposta à vida, que disciplinou e ordenou rigidamente o tempo e o espaço, fragmentando-os e atribuindo-lhes juízo de valor. Supervalorizou o tempo das atividades “sérias” e desvalorizou aquelas menos “sérias”, geralmente relacionadas à vida privada e ao lazer. A organização do tempo social, neste período, impulsionada pela revolução industrial e pelo avanço do modelo capitalista de produção, poderia ter permitido a conquista do tempo liberado das obrigações do trabalho, de forma mais definida, propício a vivências de atividades gratuitas, lúdicas, espontâneas, públicas, sociais.

Embora a produção teórica do lazer busque caracterizá-lo como prática de fruição da cultura, vivência de novos valores, espaço de sociabilidade e de transformação social, Candido (2008) afirma que o lazer tem suas principais origens, na carga da prática social de recomposição e potencialização da força de trabalho. Por tratar-se de um fenômeno moderno que ganha novo formato junto com o capitalismo, mesmo com todas as crises do capital e suas reestruturações, tem sua essência mantida desde o século XIX,

Rojek (1995) acredita ter havido um tempo e um espaço fora do alcance da colonização, os quais mantiveram a individualidade intersubjetiva do prazer e do lúdico, que resistiram ao enclausuramento e difundiram o jogo entre os seres humanos. É neste espaço de resistência que o lazer se desenvolve(u) e, como resultado, há um lazer que pode ser compreendido como um tempo que inclui vivências coletivas, lúdicas, prazerosas, consumo, diversão, alienação, “contestação ou contemplação, mas, enfim, como atitude diante do mundo e do tempo livre” (BARRAL, 2012, p. 200). No entanto, vivenciá-lo demanda tempo que para nós, mulheres, é escasso.

Assim como a divisão do tempo, o lazer se apresenta como um dos elementos constituintes do modelo capitalista de produção e de consumo. Complementando, Thompson (1998) afirma que o lazer só existe, se pensado nas relações que estabelece com outras dimensões, as quais podem ser concretas, como o trabalho e a educação, ou simbólicas, como as representações que se processam no tempo, acopladas a determinadas formas de se viver em

um dado contexto, historicamente convencionadas pelos costumes e ideais disputados e negociados na arena conflitiva de interesses denominados culturalmente.

Tais interesses variam, de acordo com a identificação de cada uma de nós, mulheres, em determinado momento das nossas vidas, como destacou Loreta.

3.1.5 “Lazer, pra mim, pode ser o samba e a cerveja; e para você, uma voltinha no Ibirapuera” (LORETA)

É, eu não posso dizer o que é lazer, pode ser que lazer, pra mim, pode ser o samba e a cerveja; e para você, pode ser uma voltinha no Ibirapuera. Então, é difícil de a gente conseguir encaixotar isso em coisas assim, coisas mais objetivas, mais concretas [...] (LORETA, 15/09/2019).

Como afirmou Loreta, o lazer é algo particular em muitos aspectos e, para algumas mulheres, pode ser algo vivenciado consigo mesmas, relaxando, descansando ou mesmo se exercitando. Para outras, pode implicar em que elas estejam ativas, tenham companhias. Este tal lazer sobre o qual estamos falando é um componente amplo e complexo, nele estão presentes valores, práticas e comportamentos que se relacionam diretamente com os outros momentos da vida.

Considerando tratar-se de uma esfera sociocultural, ser solteira, casada, mãe ou não, jovem, idosa, urbana, rural, branca, negra, ter mais ou menos escolaridade, estar no mercado de trabalho ou não, desenvolver trabalhos criativos ou alienantes, além de outros aspectos, vão produzir diferentes maneiras de compreender, apropriar-se e vivenciar o lazer. Percebemos que, para a sociedade, dependendo da condição, as mulheres estão, ou não, autorizadas a usufruir certas formas de lazer (BERTOLLO; BERTOLLO, 2014).

Da mesma forma que produz marcas identitárias e subjetivas, o lazer é por elas produzido. Ademais, uma pessoa experiencia e significa o lazer de diversos modos, ao longo de sua trajetória de vida. Loreta refletiu sobre estas territorializações e chamou a atenção para linhas de fuga que podem partir delas.

Eu acho que a luta de classes é, de alguma forma, o motor das coisas, eu diria que, claro, as mulheres pobres têm mais dificuldades de viver o lazer, mas eu não sei se isso, na prática, na vida real se dá, porque, eu vejo as mulheres buscando ir tomar o “litrão” delas lá na praça, escutar o samba e tudo mais. Então eu não consigo dizer que as mulheres da periferia, necessariamente, lutem menos pela sua possibilidade de ser feliz, sabe? Eu só acho que a luta delas é mais dura e as possibilidades são mais restritas. A felicidade delas é a praça, tomando o litrão, enquanto a felicidade da mulher branca, de classe média alta, é assistir, sei lá, o Bacurau no cinema, depois, tomar um bom vinho chileno. Mas eu não consigo dizer, eu não acho certo dizer o que é que provém mais felicidade para alguém (LORETA, 15/09/2019).

Em entrevista, Antônio Cândido (GLASS, 2006, *on-line*) aborda a reflexão trazida por Loreta e traz pistas que indicam como a linha de fuga identificada por ela poderia ser ressignificada. Cândido entende que o capitalismo se apropriou do tempo da humanidade, ao criar a ideia de que ao trabalhador está reservado apenas o trabalho e o não trabalhar representa uma condição condenável. Isto criou uma barreira de embrutecimento que divide a sociedade e exclui a maior parte das pessoas do acesso a determinadas opções de cultura consideradas “refinadas”. Como refletiu Antônio Cândido: “Folia de reis, sim; mas nada de Machado de Assis, nada de Dostoiévski, de Vila-Lobos. Mas a força da instrução ligada à imaginação rompe esta dicotomia, quando diz que a literatura, a arte, são direito de todos” (GLASS, 2006, *on-line*). Ou seja, torna-se importante refletir a questão.

Trazendo a discussão para os Estudos Culturais, situar culturalmente o lazer implica tratar do entendimento de cultura. Giroux (2003) trata-a como dimensão do ser humano, cercada de produção de sentidos e significados, um palco de disputa, no qual diferentes grupos sociais procuram se situar na dinâmica social com vivências, valores e formas próprias de pensar, estar e agir no mundo. Complementarmente, Hall (2015) aborda a significação enquanto lugar, onde diferentes grupos produzem, são produzidos e atribuem sentido aos objetos, aos costumes, às crenças, aos valores e às práticas. Para o autor, cada ação social tem uma dimensão cultural, uma vez que todas as práticas sociais são expressão de um significado e, como tal, práticas culturais.

Então eu acho que, se você coloca essa coisa do lazer com a perspectiva do prazer, da felicidade, você vai conseguir relacionar isso com uma série de outras coisas que têm a ver com a gente também, com a própria liberdade sexual e tudo o mais, eu acho que a gente consegue encontrar esse lugar do que é o tal do lazer que fica muito no campo das ideias (LORETA, 15/09/2019).

Como nos sugeriu Loreta, o lazer vem sendo considerado em relação a algum outro aspecto da vida, por estar presente de diferentes formas ao longo da história. A partir da Revolução Industrial, ele passou a ser considerado em relação ao trabalho, seja como contraponto ou complementariedade dos tempos e experiências das pessoas. Nas últimas décadas, as vivências no âmbito do lazer passaram a ser consideradas e analisadas incluindo outros aspectos do mundo contemporâneo, que vão do poder e da desigualdade políticos e econômicos à ludicidade, à construção de identidades, à cooperação, às subjetividades, nas quais poderiam estar o prazer e a felicidade, sugeridos por Loreta, e as corporeidades. Esta

abertura para novas temáticas e olhares, incluiu, também, a incorporação da perspectiva de gênero ao pensamento e à pesquisa social.

A depender desta contextualização, o lazer pode representar um espaço de tensionamento e resistência a regras de condutas e comportamentos sociais que tentam determinar o que e como as pessoas devem vivenciá-lo, encobrendo desigualdades resultantes da segregação social e cultural. Nestes casos, Gomes e Falcão (2019) entendem o lazer enquanto fruição, que proporciona à pessoa agir como sujeito de sua expressão particular e atuação no mundo. No entanto, as autoras chamam a atenção para outras vivências de lazer que contribuiriam para o “processo de alienação que abarca o sujeito pela sua atratividade mercadológica e pelo entreter-se acrítico” (p. 12).

A complexidade vinculada aos usos e significados diferentes, a depender da época, da cultura, das pessoas e dos lugares, não demanda nem permite a demarcação de limites definidos (RUSSELL, 2009). A autora indica os três temas que considera mais afetos ao lazer: sinônimo de tempo livre, como atividade que se diferencia do trabalho e como um estado de espírito. Há aproximações e distanciamentos em relação a cada um deles, mas certo consenso acerca da impossibilidade de tratar o lazer como um aspecto isolado na vida das pessoas, uma vez que permeia e é permeado pelo contexto histórico em que se está inserido(a) e pelas variáveis que compõem cada situação.

Um aspecto que não se vincula diretamente a nenhum dos temas sugeridos por Russel (2009) é trazido por Sennett (2012), ao tratar da cooperação entre pessoas diferentes sempre como algo difícil e complicado em todos os tempos, mas especialmente debilitado pela sociedade moderna, principalmente com o aumento vertiginoso da desigualdade nos últimos anos, em todo o mundo, que faz crescer cada vez mais a distância entre os poucos muito ricos e as maiorias empobrecidas. As mudanças no mundo do trabalho e do lazer aumentaram o isolamento das pessoas e, para o sociólogo, estimularam uma competição entre elas. O curto prazo, o temporário, a brevidade são a medida de tempo de empregos, de relações sociais, de vínculos institucionais e do lazer, dificultando a superação de problemas sociais e nos afastando do envolvimento com questões que não nos afetam diretamente.

Considerando a cooperação, abordada por Sennett (2012), junto de outras questões comumente associadas ao lazer, como sociabilidade, integração, convivência e ação conjunta, é possível refletir acerca da afirmação do autor de que características da sociedade moderna e pós-moderna vêm estimulando as pessoas a abandonarem a prática da cooperação e, com ela, muitas outras que caracterizariam o ser humano como um ser social, público. Este processo teria iniciado: com a substituição de homens por máquinas, no século XIX, passando pela perda

da capacidade das pessoas de lidarem com diferenças insuperáveis entre elas; pelo isolamento, causado pela lógica material geradora de desigualdade; pelos empregos temporários; pelos contatos sociais superficiais, que geram medo e ansiedade em relação aos outros; pela violência demasiada que vem contribuindo com a destruição e perda das habilidades de cooperação, as quais são necessárias para vivermos numa sociedade complexa como a atual; pelas novas formas de convivência e de lazer, trazidas pelo avanço tecnológico. A tese de Sennett (2012) não se baseia num nostálgico passado longínquo, para ele, a capacidade de cooperar está enraizada nas etapas iniciais da vida do indivíduo e não desapareceria espontaneamente quando adulto ele fosse. O que está acontecendo, segundo o autor, é que os recursos de desenvolvimento da cooperação dialógica estão sendo desperdiçados pela sociedade contemporânea.

Por outro lado, a forma lúdica e as características do lazer, quando não tratadas como mero produto a ser consumido de forma individualizada, têm potencial para favorecer a cooperação, a participação dos indivíduos, a criação, a crítica, a conscientização acerca da realidade, a busca de alternativas de transformação e a apropriação dos bens culturais. Estas características demandam a compreensão do fenômeno como possibilidade de promoção do ser humano e, neste sentido, a Sociologia do Lazer considera-o como uma prática que, se interativa, pode desenvolver a sociabilidade, uma vez que, a partir dos espaços e práticas de lazer, as pessoas têm possibilidade de trocar vivências e experiências de estar juntas, coletivamente. Nestes momentos, “cada indivíduo deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo” (SIMMEL, 2006, p. 69).

Quando há autonomia sobre as vivências de lazer, a pessoa tende a buscar atividades motivadoras, pensadas e vivenciadas com prazer e satisfação “um tempo em que se conjugam, de maneira natural, nossas potencialidades físicas, mentais, afetivas e todas aquelas que configuram a totalidade do ser humano⁹¹” (CABEZA, 2019, p. 30, tradução minha). Motivação, desejo, alegria, prazer, felicidade e descanso são linhas estruturantes do agenciamento lazer.

Para que tais aspectos sejam destacados, estudiosos como Marcellino (1995) apontam a demanda por educação tanto para suas diversas vivências quanto por elas, tendo sempre em mente que a educação pelo e para o lazer pode tanto potencializar estes aspectos quanto restringir as suas efetivas possibilidades de ocorrência, de acordo com os interesses envolvidos e a visão que se tem do lazer.

91 “*um tempo em el que se conjugan, de una forma natural, nuestras potencialidades físicas, mentais, afectivas y todas aquellas que configuran la totalidad del ser humano*”.

Eu acho que a gente não pode, mesmo nesse cenário de total obscurantismo que a gente está vivendo, eu acho que a gente não pode perder de vista a luta pela felicidade, e eu acho que o lazer tem a ver com isso, com o prazer, com a felicidade, não que seja a felicidade plena, mas momentos de felicidade são o que nos garante, de alguma maneira, ser feliz, e eu acho que é nesse sentido que a gente fala, as mulheres também merecem ser felizes (LORETA, 15/09/2019).

A fala de Loreta dialogou com Léfèbvre (1972): “gentes nascem, vivem e morrem. Vivem bem ou mal. No cotidiano ganham a vida ou não ganham sua vida, em um duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, tão-somente, ou viver plenamente. Onde se sofre e se goza é no cotidiano. Aqui. E agora” (p. 32). Trata-se de aspectos subjetivos e que, ao longo da história, foram perdendo espaço nas reflexões das pessoas e da sociedade, pressionados por uma agenda orientada pelo e para o mercado e a racionalidade.

Huizinga (2007) discute a importância dos jogos e do lúdico na cultura e na sociedade. Segundo o autor, o comportamento do jogo lúdico, vivido em várias práticas culturais, no viés da liberação do econômico, transcende o mundo da necessidade diária, de tarefas e deveres de sobrevivência, por gerar prazer, que representa a síntese do lúdico. A liberação dos deveres de sobrevivência deveria representar mais oportunidades para as interações sociais — para visitas a cafés, passeios nos parques e assim por diante, como forma de encontro, vital para a sobrevivência daquele que Sennet (1988) chama de “homem público”.

Dois questões merecem atenção em relação aos aspectos relacionados por Huizinga (2007) e Sennett (2012): uma delas diz respeito à espacialidade e à temporalidade. Huizinga (2007) escreveu “*O Homo Ludens*”, nos anos de 1930, nos Países Baixos, e Sennett (2012) redigiu “*O Declínio do Homem Público*” na década de 1970, nos Estados Unidos, ou seja, suas conclusões são datadas e localizadas, no entanto, dialogam com os elementos que têm se revelado na nossa cartografia.

Ambos os autores deixam subentendido um padrão dualista, no qual seria possível observar, de um lado, o utilitarismo, o individualismo e o pragmatismo da atividade econômica, frutos de uma sociedade que se ergueu pela moral do trabalho, da satisfação pessoal, da liberdade individual e da valorização do espaço produtivo. Mas, em outro extremo, ficariam as aspirações dos indivíduos e grupos por uma vida com mais qualidade, mais convivência social, integração, lazer e mais prazer, na qual a dimensão lúdica impõe-se como exigência por mais espaços e oportunidades. Em relação a isso, Barral (2012, p.194) salienta que a perspectiva que enfatiza a liberdade de escolha, a satisfação pessoal e a sociabilidade pelo lazer, em determinados momentos deixam de considerar que o trabalho, enquanto fonte de riqueza, pode

ser condição para o lazer. É preciso considerar que, como não há conceito homogêneo, questões culturais, econômicas, políticas, biológicas e sociais colocam o lazer entre as categorias tensas, ambíguas, complexas e polissêmicas. “O lazer é uma experiência cultural que não é apenas determinada mecanicamente pela base econômica, nem tampouco é livre e idealizada. É fruto da expressão ativa de relações sociais e das lutas que se estabelecem no cotidiano das camadas populares (MELO, 2003, p.55).

Melo (2003) alerta para que sejam evitadas interpretações extremas e dualistas que aloquem o trabalho como alienante e o lazer como espaço de emancipação e redenção de situações sociais injustas. Deve-se considerar que ambos, por estarem envolvidos em formas de produção e reprodução das relações sociais, historicamente situadas, podem tanto estar a serviço da alienação quanto da emancipação humana, a depender do projeto hegemônico ao qual estão vinculados.

Avançar na conquista do direito ao lazer implica que seja repensado o mundo do trabalho reaproximando-o dos outros mundos para, aí, se repensar também o tempo livre, sem o intuito de normatizá-lo, mas com o objetivo de liberá-lo, desmercantilizá-lo, “ampliando o seu potencial comunitário, criativo e lúdico, diversificando-o a partir da enorme pluriversidade cultural do mundo” (ACOSTA, 2019, p. 77). O autor defende que é no bem viver que as pessoas têm oportunidade de organizarem-se para assumirem o controle de suas próprias vidas, de seu trabalho e de seu lazer. Estas ideias fazem parte de uma cosmovisão que questiona as políticas desenvolvimentistas que colocam o capital acima da vida, seja ela humana ou não e propõe que estes aspectos sejam repensados, que a natureza seja desmercantilizada, em uma outra economia, na qual a vida valha mais que o capital e as pessoas tenham voz para refletir sobre ela e não sejam dominadas pelo mercado.

Dunning (2003) defende a ideia de que o lazer é um aspecto crucial da vida humana e deveria ser analisado em sua complexidade “real”, em relação aos ritmos de vida experienciáveis e empiricamente observáveis, nos diversos contextos de lazer. O autor credita a negligência a tais aspectos, ao fato de haver uma ênfase a um conjunto de dicotomias convencionalmente percebidas e sobrepostas, como entre trabalho e lazer, corpo e mente, individualismo e sociabilidade, seriedade e prazer, fenômeno econômico e não econômico, o racional e o irracional, vida real e fantasia, o útil e o inútil. Esta tendência ocidental de pensamento reducionista e dualística acaba por tratar o lazer vivenciado, por exemplo, em atividades físicas, como as esportivas:

como uma esfera trivial, irracional, da vida, voltada para o prazer que envolve “o corpo” em vez de “a mente” e de pouca ou nenhuma utilidade e valor econômico “prático”, enquanto que as atividades de lazer tais como visitar museus e galerias de arte tendem a ser vistas como algo que envolve a outra metade do dualismo, isto é, “a mente”. (DUNNING, 2003, p.19).

Procurando analisar o lazer em si, Dunning (2003) apresenta o “espectro de tempo livre” indicando a existência de três elementos básicos de lazer, que dialogam com Huizinga (2007) e Sennett (1988), presentes nas diversas atividades: sociabilidade, motilidade e imaginação. Para o autor, a sociabilidade, aspecto que mais contribuiu com a cooperação, está presente na maioria das atividades de lazer, a exceção das altamente individualizadas e privatizadas.

Isto é, um fator chave no prazer é o agradável prazer emocional que se sente por estar na companhia de outros sem quaisquer obrigações que não sejam aquelas que se aceita, em grande parte, voluntariamente. Entretanto, em algumas atividades de lazer tais como festas, ir a bares e visitar amigos, a sociabilidade é o elemento fundamental (...) porque elas oferecem oportunidades para uma integração mais íntima entre as pessoas em um nível de emocionalidade manifesto e, em intenção cordial, que diferem acentuadamente de formas de integração que são consideradas como normais na vida profissional e outras partes da vida não relacionadas a lazer nas sociedades industriais (DUNNING, 2003, p.22).

Com o uso do termo “mimético”, Dunning (2003) destaca a ideia de que atividades de lazer que parecem diversas compartilham características estruturais específicas. Em contextos miméticos, todos os sentimentos e atos carregados de emoção são transpostos, por isso, o nível de emoção despertada é mais elevado que em atividades rotinizadas, diárias, mas, diferente do que acontece em situações críticas, as emoções exercem um impacto diferenciado que permite um equilíbrio ao estímulo emocional, pela capacidade de gerar excitação e reanimar as emoções. Daí a vinculação ao prazer e a felicidade, sugerida por Loreta.

O prazer proporcionado pela ludicidade é característica intrínseca ao ser humano, mas, não se justifica por si. É importante que a pessoa produza e se aproprie criticamente da cultura elaborada historicamente para que o lazer seja visto para além de ações lúdicas individuais, como uma produção humana estruturada intencionalmente com atividades sociais, educativas e produtivas que possibilitam (ou não) à mulher e ao homem a satisfação de suas necessidades e o seu desenvolvimento.

Para Loreta, o lazer, visto desta forma, tem uma contribuição importante

pra viver, não é? Eu acho que pra viver (risos), porque senão a gente só sobrevive. Eu acho que a gente, por ter esse caráter classista que a gente tem, (pausa) que a gente se esforça sempre para colocar como central na nossa discussão, a gente fala sobre uma divisão social de gênero, também do trabalho, claro que todas as medidas apertam as trabalhadoras, sejam homens ou mulheres, para viver uma vida medíocre do trabalho,

da sobrevivência, do trabalho, do transporte público, da casa e tudo o mais e que não consegue garantir uma vida de felicidade (LORETA, 15/09/2019).

Esse viver de Loreta está vinculado à festa, à dança, à cervejinha com as(os) amigas(os), ao jogo, à brincadeira, ao esporte; ao assistir a um filme, a um programa televisivo, a um jogo ou a um espetáculo; a ir ao teatro; ouvir música; fazer pintura, desenho, escultura, artesanato, ler, passear, navegar na *internet*, viajar, vivenciar práticas corporais e diversas outras possibilidades que representam manifestações culturais e constituem o lazer. Gomes (2010) afirma tratar-se de práticas sociais vivenciadas de maneiras diversas e com significados singulares para as pessoas que as usufruem ludicamente, em tempos e espaços sociais determinados. Estas manifestações, histórica, social e culturalmente situadas, representam práticas que integram a cultura de cada pessoa, de cada grupo, de cada povo, assumindo múltiplos significados, a depender do tempo/espaço social/contexto em que se inserem e do papel que representam para os sujeitos, para os grupos sociais, para as instituições e para as sociedades que as vivenciam. Flora vinculou estas práticas sociais ao prazer.

O lazer tem uma dimensão de prazer, né? (pausa) E acho que, também, esse é um debate que, nessas lutas todas por políticas públicas, a gente foi perdendo no Movimento Feminista, e eu acho que isso explica um pouco sobre a dificuldade que a gente tem de debater lazer numa perspectiva mais ampla (FLORA, 02/10/2019).

A perspectiva, sugerida por Flora compreende um campo de vivências culturais, marcado pela presença de tensões e ambiguidades. Nela o lazer pode envolver diversão, prazer, trabalho, protesto, cuidados, comemoração, transgressão, convivência, reinvenção, rebeldia, criação, liberdade, autonomia, desigualdade, comodismo e outras variáveis. Dunning (2003, p. 19) associa a ausência deste olhar ampliado a uma dificuldade que tem aparecido frequentemente nas nossas análises, relacionadas às demandas por lazer nas pautas dos Movimentos de Mulheres.

Alternativamente, esporte e lazer são reduzidos a termos econômicos e assim desvalorizados como atividades com sua própria significância e significado. Como resultado, não são considerados problemas sociológicos tão importantes quanto aqueles associados aos negócios “necessários” e “sérios” da vida econômica e política (DUNNING, 2003, p. 19).

Seguindo o desafio de entender o lazer de maneira ampliada, encontramos Busia (2019) que apresenta uma conexão entre o sentido do lazer privado e do público. Para a autora, há algumas práticas de lazer que se dão no campo solitário e doméstico, ilustradas em atividades, como tocar flauta, ouvir música, escutar audiolivros, fazer crochê ou mesmo acompanhar

programas de televisão favoritos. São as coisas que a pessoa escolhe fazer sozinha, em casa, “como atividades para minha saúde mental, são atividades de lazer, mas penso nelas como autocuidado privado” (p.186). O lazer compartilhado é representado por atividades que têm lugar em espaços públicos, como ir a museus, a galerias de arte, assistir a concertos, peças de teatro, dançar, jantar com amigos(as), praticar esportes e atividades físicas.

Estas pistas nos levam a perceber o lazer envolvido em um conjunto de relações e práticas sociais, as quais são marcadas pela manifestação do componente lúdico da cultura, espontâneas ou não, coletivas e/ou individuais, intimamente relacionadas aos contextos concretos e aos modos de vida (não hegemônicos, heterogêneos e anacrônicos) existentes em dada sociedade (SILVA, 2015).

Este lazer, relacionado com aquilo que vivenciamos por opção pessoal, sem visar outra coisa a não ser nossa satisfação pessoal, parece não acontecer espontaneamente. Demanda, então, condições que precisam existir em um tempo concreto, como liberdade para vivenciá-lo, gratuidade, no sentido de almejar apenas a satisfação, e motivação de fazer algo que agrada, motivação esta vinculada à cultura de cada uma/um: “O que gostamos e que atrai nosso interesse pessoal está relacionado ao que valorizamos”⁹². (CABEZA, 2019, p. 18, tradução minha).

Cabeza (2019) afirma que o lazer é um contexto importante para as pessoas resistirem a visões sobre papéis e comportamentos socialmente sancionados, apropriados e esperados, baseados em ideologias de gênero tradicionais. Considerando esta função do lazer, cabe que eu aponte aqui como poderiam ser os contextos para que eles contribuíssem melhor com a promoção da resistência.

Não é novidade dizer que, muitas vezes mergulhamos nas nossas próprias experiências de lazer como uma espécie de tábua de salvação que nos liberta, ainda que por pouco tempo, de uma vida rotineira que nos domina e nos esgota até dizemos basta⁹³ (CABEZA, 2019, p.29, tradução minha).

Cabeza (2019) discute as vivências de lazer, como a possibilidade de ter prazer e motivação em busca de satisfação pessoal e, até mesmo, de dar um sentido à vida. Pelo que temos conversado aqui, vivenciar este tipo de lazer exige, inicialmente, construir uma identificação e um desejo relacionados a ele e, posteriormente, podem ser necessárias atitudes

⁹² “Lo que nos gusta y atrae nuestro interés personal está asociado a lo que valoramos.”

⁹³ “No es nada novedoso afirmar que, muchas veces, nos sumergimos en nuestras experiencias de ocio como em una especie de tabla de salvación que nos liberta, aunque solo sea por un tiempo corto, de una vida rutinaria que nos atenaza e nos agota hasta decir basta.”

de enfrentamento ao poder dominante, a padrões sociais e culturais e o que pode ser mais difícil, a superação de barreiras pessoais que dificultam as mudanças de atitude, necessárias na própria vida.

Conectando a necessidade de atitude militante para a vivência do lazer, Loreta trouxe a reflexão de como esta atitude está presente na vida das mulheres.

3.1.6 “Não tem a ver só com o lazer delas, tem a ver com um posicionamento político 'eu vou jogar meu futebol'” (LORETA).

Você percebe que essas mulheres que estão jogando futebolzinho. É lazer? É. Mas, de alguma forma, ainda é uma ação política, de alguma maneira, sabe? Não tem a ver só com o lazer delas, tem a ver com um posicionamento político: “eu vou jogar meu futebol”. É difícil você ver uma menina que vai sair para jogar uma bola, um dia da semana, e que ela não vai ter que fazer um debate sobre isso [...] O que não é o caso dos caras, os caras só estão indo jogar bola pra deixar a cabeça deles livre; eles vão com a cabeça livre, eles estão, a gente não! Até isso, quando a gente se esforça para fazer, é, de alguma maneira, uma posição política. É massa e tal, mas, às vezes, é chato; tudo o que a gente faz tem que ter uma conduta extremamente politizada (LORETA, 15/09/2019).

Cada uma das conquistas e avanços em direção aos direitos das mulheres demandou mobilização, resistência e afirmação. Adentrar para o mundo dos esportes, culturalmente destinado ao público masculino, não seria diferente. No caso específico do futebol, mencionado pela Loreta, podemos relacionar a necessidade da conduta politizada ao Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, o qual determinou que “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (BRASIL, 1941). Ele foi criado durante o governo de Getúlio Vargas e permaneceu vigente até 1983 e, durante todo este período, dentre os esportes considerados masculinos, estava a prática do futebol no Brasil. Helenira acenou com uma pista sobre os efeitos que este tipo de medida provocaram sobre a prática e a assistência do futebol, referindo-se à Copa do Mundo de Futebol Feminino, ocorrida em 2019:

As universidades, pela primeira vez, começaram a organizar exibição da Copa do Mundo das Mulheres. Na UFJF, interior de Minas, por exemplo, tinha mais de 300 [trezentas] mulheres; são pessoas da universidade se reunindo para organizar as questões, as exibições do jogo das mulheres, e isso virou uma discussão, inclusive, da presença das mulheres nos esportes dentro das universidades. (HELENIRA, 02/08/2019).

Como vemos, a afirmação de Loreta procede no exemplo trazido por Helenira, ou seja, até o reunir-se para assistir a um jogo de futebol representa um ato de resistência política, quando na sociedade não se é reconhecida como sujeito de determinado direito.

Silva (2017) afirma que, apesar da proibição, algumas mulheres sempre desafiavam a imposição da ideia de uma “essência feminina”, idealizada pela sociedade, em diferentes níveis, a depender do período histórico, e seguiram praticando o futebol em competições de várzea ou em eventos de caridade. No entanto, a autora chama a atenção para o fato de a coerção provocada pelo marco legal ter sido, muitas vezes, o menor obstáculo que as mulheres encontravam para poder jogar futebol. “Os olhares e comentários repressores recebidos das famílias, amigos e companheiros(as) podiam pesar-lhes muito mais do que qualquer resolução de órgãos estatais” (SILVA, 2017, p. 21). São estes mesmos “olhares repressores” que julgam outras práticas e vivências de lazer das mulheres. Loreta trouxe um exemplo para ilustrar a reflexão:

Ontem eu fui almoçar e vi duas senhoras, assim, de meia idade, comendo feijoada, sozinhas e tomando cerveja. Eu fiquei pensando, nossa, que vitória dessas mulheres, no sábado, à tarde, vieram aqui, estão comendo uma feijoadinha individual e cada uma está tomando sua cervejinha. O que essas mulheres não passaram para se sentir tranquilas o suficiente para fazer isso? Então, eu acho que a gente tem dificuldade, mesmo, de entender (LORETA, 15/09/2019).

Com esta fala, Loreta problematizou a mediação das vivências de lazer das mulheres. Milton Santos (2018), na abertura do 5º Congresso Mundial de Lazer, chamou a atenção para o equívoco que representam estas mediações, afirmando que, ao fazê-lo, as pessoas tendem a criar trabalho. Para o palestrante, é preciso que se garanta uma certa dose de infração, para não aceitar o que está estabelecido nas realizações humanas, neste sentido, a prática política do lazer tem potencial para contribuir com a construção de um mundo novo, no qual predominem os elementos qualitativos e a busca pela plenitude da existência, em contraposição ao sistema social atual que trata as pessoas como matéria-prima.

Helenira demonstrou acreditar que a universidade seja um campo fértil para esta prática política do lazer, pela possibilidade de vincular as mulheres às diversas áreas da vida e do conhecimento, destacando que “essa questão da presença das mulheres na arte, na comunicação e, no esporte e lazer, também, é um terreno que é super fértil no interior das instituições de ensino” (HELENIRA). A fala chama a atenção tendo em vista que, historicamente, as mulheres tiveram mais mediações no acesso às vivências, às linguagens e a aprendizagens diversas, entre elas, aquelas da tecnologia, das engenharias, das atividades esportivas, das ações/atividades

culturais e das relacionadas ao lazer. As mulheres que adentraram o mundo da produção de cultura e do esporte, por exemplo, enfrentaram uma invisibilidade contrastante. Quando se analisa a representatividade feminina nas obras de arte e nas animações de torcida, “as mulheres seriam, assim, mais ‘objeto’ do que ‘sujeito’ cultural” (RAMOS, 2018, p. 66).

Vicente (2018) lembra que a cultura ratifica o caráter das relações que nela têm origem e que práticas específicas de determinadas aculturações do ser humano podem ser mais ou menos presentes, a depender do território que é capaz de representar um dificultador das mudanças nas maneiras de pensar e agir. No caso das relações de gênero, na América Latina, a cultura foi forjada na relação dominação-submissão. Ao ampliar a escolaridade e, com isso, passar a acessar profissões com mais prestígio e priorizar a carreira, as mulheres passaram a questionar a submissão. Um destes questionamentos diz respeito à maternidade e suas exigências o que faz com que “quanto maior é a ascensão profissional da mulher, menor é sua taxa de fecundidade” (VICENTE, 2018, pp. 2-3).

Conquistas em direção à escolaridade, à carreira e à maternidade remetem à autonomia e à liberdade para as mulheres, o que representa um desafio ao poder masculino em todas as frentes e incomoda a parcela mais conservadora da sociedade. Na atualidade, os detentores do poder político no Brasil vêm dirigindo mensagens às mulheres colocando-as como “parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado” (RICH, 2012, p. 1). Para a autora, as mulheres são tradicionalmente controladas por instituições que vêm sendo fortalecidas, por legislações, vieses religiosos, imagens midiáticas e pela censura, a exemplo da maternidade, no contexto patriarcal, da exploração econômica, da família nuclear e da heterossexualidade compulsória. Trata-se de um mundo hostil, que não admite que as mulheres possam existir, viver e sobreviver sem necessariamente o fazer com ou mesmo a serviço dos homens.

Curiel (2018) afirma que estamos vivendo um tempo sabotado, híbrido, no qual a modernidade se mistura com visões da pós-modernidade e, em determinados grupos sociais, de pré-modernidade. Ao mesmo tempo em que é global é localmente contextualizado, com marcas de ampliação de visões à direita na política e no pensamento social, de endurecimento, de aumento das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas. Neste cenário aparecem novas formas, somadas às tradicionais lógicas de racismos, xenofobias, feminicídios e fundamentalismos.

Uma vez que essas formas surgem ou ressurgem, atuais e antigas resistências aparecem para se contrapor. Nos últimos tempos, o mote “Lugar de mulher é onde ela quiser!” vem ganhando espaço em atividades e campanhas diversas que ressaltam a importância da equidade.

O *site* da UBM tem uma frase destaque que chama a atenção para esta questão: “As meninas boazinhas vão direto para o céu... As *meninas* revolucionárias vão para todo o lugar e o céu é o limite!!!” (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES, 2020, *on-line*)

O *site* da UNE traz um *link* intitulado “lugar de mulher”⁹⁴, o qual agrega canais, *sites* e entrevistas de e com mulheres estudantes sobre o assunto. No espaço, constam entrevistas e referências a mulheres de diferentes áreas de atuação completando a frase “lugar de mulher é” com: no palco; no tatame; na computação; no *rap*; na direção de cinema; na música; no teatro; na militância política; no DCE; na política; na obra ou na *internet*, onde ela quiser. As entrevistas abordam o protagonismo feminino nestas áreas, o preconceito enfrentado e, em geral, estimulam outras mulheres a ousarem nas áreas em questão. Dentre as entrevistas realizadas, menciono algumas no próximo parágrafo.

Sahah Menezes, campeã olímpica de Judô, por exemplo, menciona não ter sofrido preconceito no esporte, o que, se não se tratar de um caso pontual, pode ser um sinal de avanço na área. Ao citar as atividades do dia a dia de estudante de Educação Física e atleta, foi questionada se sobraria tempo livre, ao que a atleta respondeu que “sim”, afirmando gostar de fazer de tudo nele (UNE, *on-line*). A Cineasta Anna Muylaert, do filme “Que horas ela volta?”, mencionou a importância de valorizar o silêncio e os momentos de não ação e vinculou isto ao sucesso profissional (UNE, *on-line*). A Cientista Social Ana Prestes ressaltou que a sociedade ainda precisa avançar em termos de reconhecimento da vulnerabilidade da mulher nas relações sociais, familiares, religiosas, nos ambientes de trabalho, estudo e lazer (UNE, *on-line*). Para outra entrevistada da UNE, foi feita a pergunta “o que você gosta de fazer no tempo livre?” e a resposta foi “eu gosto de assistir filme, série, ir no cinema, no *shopping*, eu não sou muito de sair” (UNE, *on-line*).

Para conquistar os mencionados lugares, os Movimentos de Mulheres empreendem lutas diversas. Uma análise da celebração da principal data destas lutas, o 8 de março de 2020, nos dá uma ideia de quais sejam as principais demandas das mulheres que participam de Movimentos Sociais, no contexto atual. A Marcha das Margaridas, organizada pela CONTAG, chamou à mobilização das mulheres com o lema “Mulheres na luta por territórios livres e corpos vivos” (CONTAG, *on-line*), a UBM levantou a bandeira “Em defesa da democracia, eleger mulher já!” (UBM, *on-line*). A CUT e a UNE unificaram a ação em torno do lema “Mulheres Contra Bolsonaro, por nossas vidas, democracia, direitos e justiça para Marielle, Claudias e

94 Disponível em: <https://une.org.br/lugar-de-mulher/>. Acesso em: 21/06/2019.

Dandaras!” (UNE, *on-line*) e a AMB não divulgou um mote nacional, pois cada organização estadual ou regional definiu o seu. Para citar alguns: na Bahia, “Política: palavra feminina e contra o racismo”; em Pernambuco, “Mulher, política e democracia: livre da violência”; no Distrito Federal, “Pela vida de todas as mulheres: contra o racismo, o machismo e o fascismo”; no Rio Grande do Norte, “Vozes, lutas, resistências”; no Amapá, “Manas na luta contra Bolsonaro, machismo, feminicídio e violência obstétrica” (AMB, *on-line*). Para a MMM, o 8 de março marcou, também, a largada da V Marcha Mundial das Mulheres que se estendeu até outubro de 2020, com o mote "Resistimos para viver, marchamos para transformar" (MMM, *on-line*).

Os temas revelaram que o discutir da presença das mulheres em áreas mais vinculadas ao lazer, como a arte, a cultura, o turismo, o esporte e o lazer, parece estar ofuscado diante de problemas sociais que ameaçam a vida e a liberdade delas. Talvez venha daí o sentimento de Loreta acerca da permanente sensação de estar militando pelo que deveria ser direito garantido. O tempo vem demonstrando que a ideologia feminista, enquanto proposta de construção de uma nova subjetividade feminina e masculina, se depara com variados conflitos e tensões nas relações que não se resolvem no tempo e da forma desejados, uma vez que incidem sobre questões de ordem inconsciente (SARTI, 2004).

Loreta se refere ao que Crawford, Jackson e Godbey (1991) denominam por barreiras enfrentadas para a vivência de lazer. É possível perceber que haja barreiras, também, em relação aos lugares do lazer entre os direitos demandados pelos movimentos envolvidos neste estudo?

3.2 O lazer entre as reivindicações dos Movimentos de Mulheres

Para os Estudos Culturais, o gênero institui a identidade da pessoa, assim como a classe, a cultura, a raça, a etnia ou a nacionalidade. A ideia de uma identidade fixa e estável de sujeito é revista, bem como os pontos de vista feministas são tratados como parciais, uma vez que, embora as mulheres compartilhem questões, demandas e interesses comuns, estes não são universais.

O modo multifacetado de olhar para a realidade leva ao redimensionamento das supostas diferenças/identidades entre mulheres e homens e acresce à defesa da igualdade o reconhecimento das diferenças entre as mulheres. Escosteguy (2016) coloca que, neste cenário, a categoria gênero, “como construção social se associa à ideia de que as identidades se definem

de modo relacional e, a partir de determinado momento, não mais exclusivamente via o par feminino-masculino” (p.70).

Neste viés de não dicotomia, o III PNPM (BRASIL, 2013a) traz a igualdade e a diversidade como diretrizes do objetivo que trata do acesso ao lazer: “Promover maior participação e assegurar a inserção igualitária das mulheres no esporte e **lazer**, considerando as dimensões étnicas, raciais, de classe social, orientação sexual, identidade de gênero, geracionais e mulheres com deficiência” (BRASIL, 2013a, p. 75, grifo meu). Entre os objetivos específicos, o lazer aparece em três ocasiões:

III. Valorizar e promover a participação das mulheres no esporte e no **lazer**, favorecendo maior divulgação.

IV. Estimular, ampliar e qualificar o acesso de meninas, adolescentes, mulheres adultas, idosas e mulheres com deficiência ao esporte e ao **lazer**, promovendo a qualidade de vida, a inclusão social, a cidadania e o desenvolvimento humano (BRASIL, 2013a, p. 75, grifos meus).

Na sequência, há duas metas que preveem lazer e esporte:

E. Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de **lazer** para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 553 municípios.

G. Estimular a ampliação da transmissão de jogos e da participação das mulheres nas diversas modalidades de esportes nas programações de rádio e TV (BRASIL, 2013a, p. 76, grifo meu).

Os objetivos e metas indicados ocorrem no sentido de superar o olhar androcêntrico que alimenta o perfil patriarcal, no tocante ao lazer e ao esporte. No entanto, o III PNPM (BRASIL, 2013a) reflete mais o resultado da pactuação entre órgãos executivos do governo federal que as demandas trazidas e aprovadas pelos Movimentos de Mulheres no evento. Considerando que o eixo que transversaliza a discussão aponta o lazer como uma realidade distante das mulheres, seria o III PNPM (BRASIL, 2013a) uma exceção, uma linha de fuga que indica uma reterritorialização na relação ou as duas opções? Por quê? Flora se posicionou pela exceção.

3.2.1 “É mais político e mais legítimo reivindicar trabalho do que lazer” (FLORA)

“[...] eu acho que nós, mulheres, talvez tenhamos uma dificuldade de pensar o lazer como algo legítimo de ser reivindicado” (FLORA, 02/10/2019).

A afirmação de Flora remete à vinculação do lazer ao trabalho e ao ócio. Nas sociedades capitalistas, têm valor o que envolve a produção, o consumo e o acúmulo. Já ao ócio, associam-se ideias de improdutividade, preguiça e vadiagem, logo, a ociosidade é culturalmente construída como algo pernicioso. Expressões populares como “cabeça vazia é oficina do diabo”; “Deus ajuda quem cedo madruga”; “o trabalho enobrece o homem”; “tempo é dinheiro”; “perda de tempo” vão moldando nosso imaginário em torno daquilo que envolve o ócio, inclusive o lazer.

Flora fez esta afirmação, quando foi questionada acerca do que identifiquei na análise dos documentos que fazem parte da mesa de negociação, os quais indicaram pistas acerca do lugar do lazer nos materiais produzidos pelos Movimentos Sociais em pauta aqui. Entre as pautas principais da AMB, estão a luta pela democratização radical do Estado no Brasil e por estados democráticos na América Latina, a qual tem como objetivos: o desenvolvimento de políticas públicas, com controle social da população, em todos os níveis de governo; a garantia de igualdade de direitos; melhores condições de vida para as mulheres; solidariedade e promoção de justiça social, econômica e ambiental. Há ênfase na democratização do poder, da vida social e dos sistemas políticos no Brasil e na América Latina, com práticas e relações sociais, nos espaços públicos e privados, que promovam um ambiente de liberdade para as mulheres (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, n.d., *on-line*).

As pautas envolvem, ainda: a luta a favor da liberdade afetiva e sexual de todas as pessoas; a autodeterminação reprodutiva para as mulheres e o direito ao aborto; a superação da divisão sexual do trabalho; a proteção social universal a todas as mulheres; a construção de uma outra economia; a democratização do sistema político e das formas de exercício do poder no Estado e na sociedade; o combate a todas as formas de violência; e a luta pelo fim da violência contra as mulheres.

A AMB também se posiciona politicamente diante das pautas da atualidade, a exemplo de ter sido contra a reforma da previdência e de criticar o atual modelo de mineração, o modelo adotado no enfrentamento da COVID-19, o monopólio dos grandes conglomerados da indústria têxtil e a produção de agrotóxicos, sementes e alimentos com produtos transgênicos.

No tocante ao lazer, mantendo a linha de ação, busquei menções diretas e indiretas nos 32 (trinta e dois) documentos analisados, tendo encontrado relação em passagens de quatro deles. O primeiro que atende aos critérios corresponde à ação que marca o início da AMB, ou seja, a organização da participação brasileira na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 1995). Ao tratar do evento, foi dado destaque aos momentos lúdicos e ao significado que tiveram.

O segundo material é o que relata o II Encontro Nacional da Articulação de Mulheres do Brasil (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011a), no qual os momentos lúdicos vivenciados apareceram também com destaque. Outra publicação que mereceu atenção em relação à pauta aqui discutida foi a de 2016, referindo-se ao Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2016). Nela há uma fala da pesquisadora Betânia Ávila que, ao tratar da divisão sexual do trabalho, sugere um vínculo entre tempo livre e a mulher enquanto sujeito “A divisão sexual do trabalho produz para as mulheres a dupla jornada. Isso implica compreender a relação entre a divisão sexual do trabalho, a organização da vida social e as mulheres como sujeito. Cadê o tempo das mulheres para ser sujeito?” (p. 8-9). O documento apresenta uma agenda política feminista e antirracista, com propostas e, entre elas, o item 43, da pauta saúde, é o que, embora não de maneira direta, mais se aproxima das discussões que envolvem o lazer: “Promover o bem-estar e a qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais e recursos naturais” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2016, p. 22).

A publicação que celebra o Dia 08 de março de 2017⁹⁵ chamou a atenção para a divisão sexual do trabalho que responsabiliza as mulheres pelas tarefas domésticas e gera mais horas de trabalho diário e, indo além dos outros documentos, relaciona isto à redução do tempo de descanso. O mesmo material trazia a expressão lazer, na temática da violência, afirmando a luta pelo seu fim nos espaços domésticos, nas ruas, nas escolas, no lazer e no trabalho.

A página do *Facebook* da AMB, esporadicamente, faz um chamamento para atividades culturais lúdicas, a exemplo do 2º Festival pela Vida das Mulheres, de 28 de maio de 2019, que previa a realização de caminhadas, intervenções culturais e debates. Para entender e tentar explicar a quase total ausência do lazer nas pautas da AMB, Flora pensou na possibilidade da vinculação com a pouca legitimidade do lazer como direito das (para as) mulheres. Estaria este cenário reproduzido nos demais movimentos?

No caso da MMM, além dos temas que fazem parte dos princípios propostos, há publicações abordando: a soberania sobre os corpos e territórios; a descriminalização do aborto; a ampliação da democracia e dos direitos sociais; a defesa da agroecologia; a demanda pelo fim do monopólio das comunicações; a defesa dos povos indígenas e das pessoas negras, em especial as mulheres; contra o neoliberalismo, a retirada de direitos, o fundamentalismo, a reforma da previdência, os vagões rosa no metrô, a precarização do trabalho, a ALCA (Área de

95 Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/2017/03/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Área de Livre-Comércio das Américas), o modelo desenvolvimentista que causa danos socioambientais e o efeito negativo das barragens e da mineração sobre a vida; denunciando o *impeachment* da ex-presidenta, a Sra. Dilma Vana Rousseff, como golpe de Estado; contra os projetos do atual presidente, o Sr. Jair Messias Bolsonaro e da ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Sra. Damares Regina Alves, contra a política de enfrentamento da pandemia da COVID-19, desenvolvida pelo governo federal, entre outros (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, *on-line*).

Encontrei e analisei 220 (duzentos e vinte) materiais produzidos e divulgados pela MMM e neles o lazer foi mencionado apenas no Documentário “Mulheres Invisíveis”, de 2010⁹⁶, que mostra dados sobre as mulheres que não são vistas pela sociedade, explicando a relação trabalho produtivo e reprodutivo. Uma das entrevistadas no documentário afirma: “Nós queremos sim a redução da jornada de trabalho, a oportunidade de voltar a estudar, a oportunidade de ter momentos de lazer” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, n.d., *on-line*, s/d). Os demais documentos analisados não mencionavam nada em relação aos temas relacionados ao lazer. Dora concordou que não se tratava de uma discussão que fazia parte da agenda da Marcha: “Eu acho que, assim, sinceridade, eu acho que muito pouco, muito raramente aparece como pauta” (DORA).

A UBM defende questões próximas à AMB e a MMM, embora mantenha posições próprias em relação a determinadas questões. De acordo com a UBM, a organização e as lutas das mulheres contribuíram para a garantia da adesão do Brasil aos principais tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. O passo seguinte e que precisa ter continuidade é a luta pela criação de condições objetivas, favoráveis à mudança prevista nos marcos legais e nos tratados. É lutar pela mudança sendo parte da própria mudança.

Aproximando o olhar do tratamento do lazer, o estatuto da entidade⁹⁷, aprovado em julho de 2007, prevê, entre seus nove objetivos, “2. Lutar pelas reivindicações sociais da mulher em relação ao trabalho, violência, lazer, creche, educação, cultura, saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos etc.” e “9. Desenvolver projetos sociais nas áreas de trabalho, combate à violência, lazer e recreação, educação, cultura, esporte, saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos” (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES, *on-line*).

No manifesto intitulado “Queremos Mais”, de agosto de 2012, é destacado, entre os desejos registrados pelas militantes da UBM, que “Cidades mais humanas, com medidas que

96 Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/videos/>>. Acesso em 03 fev. 2019.

97 Disponível em: <<http://ubmcarioca.blogspot.com/p/estatuto-da-ubm.html>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

melhorem a vida cotidiana das mulheres, como iluminação pública eficiente, equipamentos sociais, saneamento, esporte, cultura e lazer, transporte e habitação” (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES, 2012)⁹⁸.

Outro material analisado e que apresentava vinculação com a temática que relaciona mulheres e lazer foi o registro de que a UBM desenvolveu, em parceria com o Ministério da Cultura, a “Rede Cultural da Mulher”, com a implantação de quatro Pontos de Cultura, com cursos e atividades de teatro, dança e canto, na perspectiva de reforço de identidades e construção de cidadania (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES, n.d., *on-line*).

Na página da UBM no *Facebook*, as publicações trazem notícias jornalísticas referentes aos temas de interesse, geralmente acompanhadas de comentários sobre o assunto. São publicados outros materiais, do próprio movimento e de parceiros. Identifiquei elogios e divulgação de ações de mulheres que se destacam, de alguma forma, em diferentes áreas, entre elas, no campo esportivo: a atleta cinco vezes campeã de futsal feminino; outra atleta que apresentou boa performance em ginástica olímpica; e a conquista da primeira transmissão, pela Rede Globo, dos jogos de futebol da Copa do Mundo de Futebol Feminino, realizada em 2019. O movimento dava destaque, ainda, a uma notícia de que uma exposição em São Paulo contava a história do futebol feminino, com o comentário de que “lugar de mulher é no futebol”.

Dicas de lazer foram identificadas no *Facebook*, tais como: uma postagem de doze de janeiro de 2019, com sugestões de filmes sobre temáticas feministas e a mensagem: “Chegou o final de semana e se o orçamento estiver comprometido pelas festas e férias de fim do ano, a Netflix é uma boa saída. E ainda dá pra se emocionar e aprender com esses filmes maravilhosamente feministas”⁹⁹.

As postagens referentes ao carnaval de 2019 destacavam o evento como espaço de diversão e luta, retomando a questão do lazer enquanto um espaço político. O título “Mulherada ocupando o carnaval!” anunciava a matéria do Jornal O Globo sobre a primeira mulher mestre de bateria no carnaval: “Um carnaval de respeito e coragem” foi o título utilizado para anunciar o estandarte de ouro da Mangueira, com o tema dos heróis da resistência: “De zumbi à Marielle”. Havia chamadas, tais como “Assédio não dá *match*”, “Ô abre alas pro amor passar” e “Meu nome não é PSIU” que reforçavam a possibilidade de aliança entre o divertir-se e utilizar o espaço para reivindicar e protestar.

98 Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/admin/arquivos/biblioteca/manifesto_-_ubm30711.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

99 Disponível em: <<https://www.facebook.com/ubmnacional/>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

Pelas menções encontradas no material analisado, foi possível perceber que a temática do lazer tinha lugar na agenda de reivindicações da UBM. Loreta justificou a opção do movimento vinculando-a a uma vida melhor para as mulheres.

A reivindicação é nesse sentido, de as mulheres terem condição de viver, porque, na nossa opinião, muitas mulheres não vivem. Elas vivem jornadas extenuantes de trabalho, de dupla jornada. Você falar em fazer dupla jornada é dizer que o trabalho da mulher não se encerra quando ela chega em casa; ela segue trabalhando em casa, e que a gente precisa debater sobre isso, porque mulher, inclusive, é condicionada a achar que o momento que ela tem livre é o momento que não tem necessariamente a ver com ela, que tem a ver com a casa, que tem a ver com a família, que tem a ver com um monte de coisas, mas não tem a ver com ela, com o prazer dessa mulher enquanto indivíduo, enquanto sujeito, enquanto pessoa (LORETA, 15/09/2019).

Identificadas as posições da UBM, passo a buscar as demandas por lazer da CUT. Analisei as resoluções dos quinze congressos realizados, de 1984 e 2017. Até o congresso ocorrido em 1999, não localizei nenhuma menção ao lazer e aos temas a ele relacionados. No entanto, a partir da plenária de 2002, ele começou a ser vinculado aos direitos, das crianças, da juventude, dos trabalhadores urbanos e rurais. Na plenária de 2014, apareceu uma menção específica às mulheres:

Para as mulheres, reduzir a jornada significa permitir um aumento de seu ingresso no mercado de trabalho, assim como maior tempo livre para a construção de sua autonomia e uma vida melhor com menos problemas de saúde e acidentes de trabalho, exercendo seu direito ao lazer, ao aprimoramento profissional e à convivência com amigos/as e familiares. Neste sentido, é preciso que o Estado garanta políticas públicas que alterem a tradicional divisão sexual do trabalho, para que o maior tempo livre advindo de uma redução da jornada de trabalho não signifique mais trabalho doméstico para as mulheres (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2014a, p. 33).

Entre as resoluções vinculadas às mulheres, apareceram, ainda, demandas por atividades, como ida ao teatro e/ou ao cinema, as quais foram tratadas como ferramentas para estimular a convivência e a participação sindical, a exemplo da realização de campeonatos anuais de futsal feminino (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2014a).

Havia duas plataformas elaboradas em 2018, para as eleições presidenciais do Brasil, uma geral e uma específica das mulheres. Na plataforma geral o lazer era lembrado quatro vezes em demandas que envolviam infraestrutura e políticas públicas para a garantia de direitos, entre eles, o lazer.

Investir em infraestrutura social, como saneamento, acesso à água potável, energia elétrica, equipamentos sociais de saúde, educação, esporte cultura e lazer, habitação e

mobilidade, que promovam o desenvolvimento nacional, alavanquem a indústria nacional e elevem a qualidade de vida da população brasileira (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018a, p. 23).

O documento trazia, ainda, um destaque à integração das políticas de segurança com as políticas sociais, entre as quais mencionava o lazer e outro em que este era citado em relação à juventude. Na plataforma específica das mulheres (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018b), não havia nenhuma menção ao lazer e às áreas a ele afetas. Na entrevista com Margarida, perguntei: “Você acha que tem alguma demanda por lazer na pauta da Secretaria da Mulher Trabalhadora?”. A resposta foi direta: “Não! De lazer?” Em seguida, apressou-se para pegar um papel e registrar, dizendo que precisava pautar isto com as mulheres da CUT.

E na UNE, a situação seria diferente? Historicamente o movimento atuou com a perspectiva de articulação entre arte, cultura e política como ferramenta para mobilizar e desenvolver a consciência política das(os) estudantes. Em 1961, a UNE criou o Centro Popular de Cultura. Muller e Rezende (2012) indicam que isto foi um marco que levou ao desenvolvimento, pela UNE, de outras ações de caráter político-cultural, como o Centro de Estudos Cinematográficos, a Frente de Mobilização Popular e o Teatro da UNE. Livros, peças de teatro, *shows*, filmes, discos, espetáculos teatrais e outras atividades artísticas e culturais passaram a fazer parte do processo militante do movimento. Interrompido pelo golpe militar de 1964, o processo foi retomado, ainda nos anos de 1970.

O número 132 da Praia do Flamengo que, de 1961 a 1964, abrigou uma das experiências artísticas mais ousadas – o Centro Popular de Cultura (CPC) – voltou a servir de palco para atividades culturais. Um ateliê foi improvisado com uma programação cultural fixa com sessões de cinema, apresentações teatrais e musicais, oficinas diversas. Abertas ao público com entrada franca, as atividades comandadas pelo Centro Universitário de Cultura e Arte do Rio de Janeiro (CUCA-RJ) começaram a todo vapor: saraus de poesia, oficinas de reciclagem, técnicas de plantio e jardinagem, expressão corporal, arte, capoeira e malabares; apresentação de peças teatrais, *shows* de samba e forró e o CUCA Cine – exibição de filmes seguidos por debates, sendo que antes das sessões havia a apresentação de um cinejornal (MULLER; REZENDE, 2012, p. 79).

O próprio estatuto da UNE incluiu, entre as finalidades: “1. Lutar e promover ações que visem o desenvolvimento do esporte, cultura, saúde e meio ambiente” (UNE, 2009, *on-line*). Embora o lazer não aparecesse de forma direta, as ações tinham caráter de militância através dele e podiam contribuir com a educação para a vivência deste direito. A entidade realizou, em 2018, o Circuito Universitário de Cultura e Arte e a Bienal da UNE. A pauta dos eventos foi centrada na cultura como direito irrefutável e elemento fundamental para a formação de um

povo, materializada na vida das pessoas pela da arte, pelas linguagens artísticas, pelos espaços de sociabilidades, pela festa, pelos rituais e outras expressões da vida cotidiana.

Mais especificamente em relação às mulheres, segundo a UNE (2013), uma parcela significativa das estudantes ingressava em cursos considerados “femininos”, ligados às ciências humanas ou aos cursos associados ao cuidado. O conteúdo estudado nas diversas áreas do saber, como na Saúde, na História, no Direito e na Economia não refletia a vida das mulheres, a contribuição delas para as ciências foi pouco valorizada e as grades curriculares continuavam a ignorar as desigualdades de gênero.

A mercantilização dos corpos e a violência sexista ainda fazem parte do dia a dia das universidades. Os exemplos disto vão dos trotes machistas que, ao contrário de serem uma brincadeira, marcam, logo no início da vida universitária das mulheres, uma posição de subordinação e desigualdade, ao assédio em sala de aula e em grupos de pesquisa. O movimento tem se colocado em ofensiva contra as determinações patriarcais sobre o corpo e a vida das mulheres e as diversas formas de opressão que elas vivenciam (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2013).

Em 2003, foi criada a Diretoria de Mulheres da UNE, que realiza, desde 2005, os Encontros de Mulheres Estudantes – EME (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2018a). Em 2019, ocorreu a oitava edição deste espaço de organização e fortalecimento do debate feminista. O combate ao machismo e a todas as formas de opressão sofridas nas universidades e no Movimento Estudantil são a tônica da diretoria e dos EMEs que, com o viés feminista, plural, antirracista, anticapitalista e antissistêmico, aponta o feminismo como ferramenta de transformação da sociedade. Para tal, a UNE tem investido na criação de coletivos feministas e de espaços de auto-organização. A pauta das mulheres é construída nas diversas instâncias do movimento (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2018).

Para que as mulheres possam estar na universidade, é fundamental a garantia de: bolsas de permanência; projetos de iniciação à docência; iniciação científica; creches; restaurantes universitários; toda uma política de assistência estudantil. Cortes de recursos da Educação ameaçam, por exemplo, os projetos de pesquisa e extensão que contribuem para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento e no combate às desigualdades sociais (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2018, *on-line*).

Apesar da presença da arte, da cultura e da festa na atuação da UNE, as resoluções dos congressos realizados, dos EMEs e de outros eventos disponíveis no *site* não incluem o direito a estas manifestações e/ou ao lazer entre as demandas. Helenira entendeu que, no momento que

as estudantes vivenciam o lazer e fazem discussões com temas, como as triplas jornadas de trabalho das mulheres estudantes (trabalho, casa e universidade), estão tentando

encontrar, achar caminhos para solução, para divisão das tarefas e tal. Então, eu acho que é uma discussão que cresce cada vez mais, inclusive, quando você é jovem ainda, tem, talvez não tenha, tanta responsabilidade doméstica e tal, mas começa a ter uma outra perspectiva de lazer, de ter uma posição, mesmo, de pressão, forte, ao participar da produção da arte, da cultura. Quando você cria esse hábito, fica muito difícil você voltar depois e ignorar, tipo isso, como um fator importante na sua vida, não é? Então, eu acho que ter essa vivência, desse outro lado, na universidade, é pra gente construir um novo modelo de sociedade, depois, um novo modelo de núcleo familiar (HELENIRA, 02/08/2019).

Tendo, então, o lazer, na UNE, mais como ferramenta de mobilização que como demanda, passo a analisar o material construído e divulgado pela CONTAG, inicialmente, como um todo e, na sequência, olhando especificamente para a Secretaria das Mulheres.

Provocada pelos prejuízos percebidos com o avanço do projeto neoliberal nos anos de 1990, a CONTAG liderou o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras rurais na construção de um canal de unificação das demandas do campo, consolidado no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS¹⁰⁰, o qual segue sendo o documento norteador da entidade, em atualização permanente. O diagnóstico que compõe o documento indica que “apesar dos avanços, as populações do campo ainda são privadas do efetivo direito de acesso a outras importantes políticas públicas, como a inclusão digital (*internet*, computador), transporte, segurança e meios de comunicação, cultura e lazer” (CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2013, p. 62). A garantia destes direitos é considerada determinante para a qualidade de vida no meio rural e uma dimensão estratégica do PADRSS. O desenvolvimento sustentável e solidário, almejado e registrado no Projeto

tem como elementos estruturadores a garantia da igualdade entre as pessoas, a implementação de políticas públicas que assegurem qualidade de vida com políticas de proteção social tais como, educação do campo e no campo de forma permanente com qualidade, apoio financeiro e organizativo, saúde integral, assistência técnica, moradia, esporte, cultura, **lazer**, previdência social e a garantia do trabalho como valor positivo e de relações de trabalho justas para assalariados(as) rurais (CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2013, p. 32, grifo meu).

100 Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1723565410_19012017151014.pdf>. Acesso em 15 mar. 2019.

Na sequência, ao tratar da busca pelo pleno desenvolvimento humano dos povos do campo, da floresta e das águas, o documento afirma reconhecer “que o desenvolvimento rural sustentável e solidário é construído e implementado cotidianamente pelas pessoas que fazem do meio rural seu lugar de vida, trabalho, cultura, lazer e de relações sociais e políticas” (CONTAG, 2013, p. 3).

Outro ponto do PADRSS que inclui o lazer é a temática da sucessão, a qual envolve condições de permanência das(os) jovens no meio rural. Entre estas condições, o documento indica a necessidade de apoio à organização e à participação política dos(as) jovens trabalhadores(as) rurais e a garantia de políticas públicas adequadas a este público, como acesso à terra, ao crédito, à possibilidade de geração de renda, à educação do campo, ao esporte, a cultura, ao lazer, à saúde educativa e preventiva (CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2013).

Embora o PADRSS ressalte as demandas e necessidades das mulheres, o lazer não aparece entre elas. No que se refere aos documentos específicos da SMTR da CONTAG, os destaques encontrados nos materiais analisados estavam: em ações de organização produtiva para mulheres; formação sobre agroecologia; realização do mapeamento das diversas formas de produção sustentável desenvolvidas por mulheres; reivindicações por políticas públicas, com destaque para a educação, a saúde e o acesso à terra; enfrentamento da violência contra a mulher, entre outros. A linha condutora das ações da SMTR procura dar visibilidade a estas experiências e incentivar a autonomia econômica das agricultoras familiares, além de garantir, em todas as ações propostas, os recortes de gênero e geração.

O ponto de encontro e organização das demandas da SMTR é a Marcha da Margaridas, ação construída coletivamente, a partir das bases e culminando com uma marcha das mulheres rurais em Brasília, na qual são aprovados e entregues os documentos reivindicatórios. Analisando os materiais das seis marchas, realizadas até 2019, encontrei o lazer, na primeira edição, enquanto menção à ausência de atendimento e incluído entre um rol de direitos que seria para todas as pessoas que trabalham no meio rural, com destaque para as crianças. Se não é possível afirmar que, neste documento, o lazer não tenha sido contemplado, tampouco é possível relacionar a lembrança a uma demanda para as mulheres.

O tema só voltou a aparecer na quinta edição da Marcha, no caderno de textos preparatórios do evento, que mencionava o lazer em duas ocasiões: a primeira, ao falar da sobrecarga de trabalho das mulheres, na produção, na reprodução, nas atividades domésticas e de cuidado e, neste contexto, a participação política e o lazer careceriam de tempo na vida das mulheres rurais. A segunda referência afirmava o entendimento de saúde como um modo digno

de viver que garantisse bem-estar integral ao corpo e à mente. Para tal, as Margaridas indicavam a necessidade da garantia de políticas públicas relacionadas ao trabalho, à renda, à educação, à moradia, ao saneamento, alimentação, ao lazer, ao transporte e à segurança (CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2015). Apesar de estas duas citações representarem um avanço em relação às Marchas anteriores, o Caderno de Pauta, entregue às autoridades, e a Carta da Marcha que descreveu as reivindicações aprovadas pelo evento não apresentavam sequer reivindicações relacionadas ao lazer.

Apesar disto, as Margaridas cantavam e o Canto das Margaridas, além de um ato de resistência, remeteu à importância do prazer:

Música das Marcha das Margaridas/2003

Olha Brasília está florida
 Estão chegando as decididas
 Olha Brasília está florida,
 É o querer, é o querer das Margaridas.
 Somos de todos os novelos
 De todos tipos de cabelo
 Grandes, miúdas, bem erguidas, somos nós as Margaridas.
 Nós que viemos sempre lutando
 Este país alimentando
 Estamos aqui para lembrar:
 Este país tem que mudar!
 Olha Brasília está florida...
 Água limpa sem privar
 Sede de todos acalmar
 Casa justa pra crescer,
 Saúde antes de adoecer
 Terra sadia pra lucrar
 Canja na mesa no jantar
 Um mínimo para se ter,
 Um mínimo para se ter
Direito à paz e ao prazer
 E dentro e fora punição
 Pra quem abusa do bastão
 Do ser patrão, do ser machão
 Não pode não, não pode não
 Não pode não, não pode não!
 Olha Brasília está florida
 Estão chegando as decididas
 Olha Brasília está florida,
 É o querer, é o querer das Margaridas.
 (LOUCAS DE PEDRA LILÁS, Grupo Teatral de Mulheres de Recife/PE, grifo meu).

Conversando sobre a ausência do lazer nas pautas, Margarida do Campo fez a seguinte reflexão:

Eu acho que, às vezes, muito mais pessoalmente, eu mesma, são tantas as dificuldades que as mulheres estão passando no dia a dia que eu acho, às vezes, meio que (pausa),

a palavra não é banalizam, esquecem ou fazem de conta que não veem [a necessidade]. Mas a gente também é ser humano, a gente também merece um lazer, a gente também merece desabafar sobre isso que está acontecendo entre nós. Então, a Marcha, sobretudo, essa Marcha [de 2019] apontou pra gente várias questões muito bonitas. Essa questão da roda comunitária, o que é que a gente pode fazer para proporcionar esse momento bacana das mulheres. Está aparecendo muita coisa aí, depois da Marcha (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

Tendo rastreado o lazer nas pautas dos seis movimentos, percebi ausências, presenças, formas diferenciadas de pensá-lo e de utilizá-lo que me permitiriam estabelecer conexões diversas. Neste tópico vou focar na fala introdutória de Flora que é reforçada pela da Margarida do Campo, ambas sugerindo que reivindicar lazer parece carecer de legitimidade.

Refletindo acerca dos motivos que as levaram a pensar desta forma, volto às práticas de vivência lúdica no tempo livre, no período da Revolução Industrial, abordadas por Melo (2003). O autor afirma que, apesar de estimulá-las, as autoridades inglesas passaram a ver riscos nas diversões, especialmente nas da classe trabalhadora, uma vez que estas poderiam, ao proporcionar o encontro e dar espaço à fruição das emoções, pelas vivências lúdicas, criativas e, por vezes, críticas, dar vazão à manifestação de contentamentos e descontentamentos, fomentando questionamentos relacionados à ordem social. Tratava-se do crescimento de um espaço que fugia à lógica do trabalho, com potencial para a busca da superação de mazelas nela contidas. Como alternativa, a burguesia da época passou a desenvolver mecanismos para controlar o tempo de não trabalho, manipulando-o a seu favor, com o objetivo de garantir o trabalho na maneira como estava idealizado.

Melo (2003) afirma que, apesar de cercear as práticas de lazer, a classe dominante delas se apropriou, para devolvê-las de forma mais organizada, seja em grandes eventos esportivos, seja em atividades vinculadas às igrejas, empresas e, na sequência, como forma de produto a ser comercializado.

Esses processos tanto na economia quanto na sociabilidade das cidades em expansão resultaram, de acordo com Sennett (1988), na justaposição de modalidades sobreviventes de obrigação pessoal, com novas formas de interação, adequadas a uma vida levada entre estranhos. O autor analisa a *Carta a d'Alembert sobre os espetáculos*, de Rousseau (1993), um dos representantes e defensores da burguesia da época, estudioso da vida pública, apesar de, segundo Sennett (1988), odiá-la. A partir desta análise, o autor afirma que, para procurar justificar sua discordância com o avanço do teatro, em especial de comédia, que foi dos centros urbanos maiores para as cidades pequenas do interior, Rousseau (1993) sustentava que o prazer frívolo, o divertimento estranho, as conversas indolentes nos *cafés* e o jogo representavam os

inimigos do trabalho e estariam em toda a parte, corrompendo o homem, em especial, nas cidades maiores.

Para condenar as vivências lúdicas do tempo livre, em especial, dos mais pobres, Sennet (1988) afirma que Rousseau (1993) alegava preocupar-se com o que aconteceria, se as pessoas fossem liberadas da rigidez da vida de uma cidade pequena, e homens e mulheres possuíssem um lazer genuíno¹⁰¹. Tal preocupação tinha como base a crença de que, quanto mais as pessoas interagissem, mais dependentes se tornariam umas em relação às outras, para alcançarem uma percepção do eu. As formas de sociabilidade, que vimos como públicas e positivas, eram consideradas relações sociais de mútua dependência e entendidas como negativas por este formador de opinião da elite da época. Haveria uma perda mascarada de independência, uma vez que as pessoas estariam jogando e experimentando prazer em se perder. O autor afirma que o objetivo principal das vivências lúdicas é agradar e, se as pessoas se apreciarem, este objetivo estará alcançado.

Para Rousseau (1993), essas questões estão mais presentes nas cidades grandes, uma vez que corrompem o próprio cerne do ser humano ao corromperem sua vontade. Igualmente, a natureza econômica de um centro cosmopolita consiste em acumular. Sennet (1988) compara este processo ao que, posteriormente, foi denominado “capital excedente”. Este tipo de pensamento acredita que as pessoas ricas podem gozar de suas fortunas, através de atividades hoje reconhecidas como de lazer, no entanto, se incomoda em ver as mais pobres tentando imitá-las. A própria concentração dos bens econômicos e materiais significava que poucas pessoas tinham um lazer genuíno, enquanto muitas, na opinião moralista de Rousseau (1993), por inveja, se tornam “preguiçosas” — isto é, sacrificavam seus interesses materiais para manter um “estilo” de vida que comportasse vivências, como a ida ao teatro e a festas. Para ele, uma pessoa responsável deveria ocupar todo seu tempo com obrigações e não ter necessidade de distrações inúteis.

Poderíamos questionar Rousseau (1993) e outras pessoas que, ainda hoje, pensam como ele, acerca do que os levaria a concluir que as atividades, atualmente denominadas de lazer, conteriam em si uma carga negativa e o trabalho, uma positiva? Acreditava o autor que as pessoas com índole considerada “boa” no trabalho e nas obrigações familiares revelariam um lado negativo ou vulnerável no tempo livre? O que tanto o assombrava em conversas tidas em

101 Apesar de subentender-se que Sennet (1988) atribui a Rousseau (1993) o termo lazer, é importante atentar para o fato de que a *Carta a d’Alembert sobre os espetáculos* foi escrita em 1758 e não fazia menção direta a este, talvez, por não se tratar de um termo utilizado na época. O termo lazer deriva do termo Latim *licere*, que significa permitido, justamente por ter sido criado associado ao controle sobre os tempos das(os) trabalhadoras(as).

cafés, fora dos ambientes da casa e do trabalho? Seria a possibilidade de conversar acerca das mazelas sociais enfrentadas pelos(as) trabalhadores(as)? Se somos frutos de práticas culturais que se inter-relacionam no meio social, existiria mesmo um lazer genuíno, diferente de acordo com o grupo social ao qual a pessoa pertence? Por que, na opinião do filósofo, o lazer vivido pelos que detém a concentração do capital é mais genuíno que o lazer das outras classes e grupos sociais?

Ainda que sem a possibilidade das respostas de Rousseau (1993) para tais questões, eu pergunto: a linha de segmentaridade flexível gerada pela baixa legitimidade para reivindicar lazer estaria relacionada a aspectos que se originaram em pensamentos como os dele? Flora destacou a questão que coloca o lazer como contraponto ao trabalho e chamou a atenção para a pouca discussão do movimento feminista sobre o prazer que, para ela, tem relação direta com o lazer.

3.2.2 “Temos pouca reflexão sobre lazer, temos muita reflexão sobre o trabalho que retira o tempo para o lazer” (FLORA)

A gente sempre faz uma festa, né? Dentro do encontro, mas temos pouca reflexão sobre lazer, temos muita reflexão sobre o trabalho que retira o tempo para o lazer, mas refletimos pouco sobre o lazer, talvez, porque também estejamos refletindo pouco, e essa é uma questão grave para o movimento feminista, sobre o prazer (FLORA, 02/10/2019).

A análise que realizei no item anterior dá sentido à afirmação de Flora, principalmente se considerarmos as demandas, uma vez que atividades de lazer são, de certa forma, comuns nas ações da maior parte dos movimentos, de maneira distinta das demandas por lazer que ainda aparecem timidamente. Dupla jornada de trabalho, autonomia econômica, igualdade de direitos, precarização e exploração no mundo do trabalho, participação nas decisões (ocupação de cargos de poder), justiça social e violência são reflexões que, como afirmou Flora, tratam de questões que tomam o tempo e o espaço do lazer. Ao fazer isto, são reduzidas as possibilidades de prazer das mulheres, se entendermos lazer na perspectiva de Pinto (2007) que o compreende como tempo/espaço/oportunidade para vivências culturais, lúdicas, fundadas no prazer pela vivência da liberdade/autonomia.

Cixous (2018) faz reflexões acerca do prazer das mulheres e salienta que, na cultura, estão inseridas ideias que afastam mulheres e prazer. Como exemplos, a autora analisa contos infantis, como “A Bela Adormecida” (PERRAULT, 1997) que se mantém deitada em seu leito,

sem ação, à espera, e a ideia de que só o príncipe a tirará da imobilidade, não por vontade dela, mas pelo desejo dele. Já “Chapeuzinho Vermelho” (PERRAULT, 1997) pagou caro por ousar se divertir pela floresta, sair do caminho que lhe foi designado. Ainda bem que havia um caçador (homem) para salvá-la. “Do seu prazer a mulher nada pode dizer – não pode poder, querer, dizer, gozar, nada disto é para a mulher” (CIXOUS, 2018, p. 77).

Eu tenho que pensar sobre isso, porque eu acho que isso também faz parte de você ser humano, né? Porque você tem que ter um momento em que sua cabeça não está preocupada, não tá viajando com, só com problema do trabalho, de atividade, não é? Então, a gente é muito “pilhada”, eu pessoalmente (...) No Movimento Feminista, tem algum momento onde as mulheres, elas fazem uma parte de lazer que é, vamos sair, vai para o quarto e depois se dedica a fazer uma festa, entendeu, mas assim, no dia a dia da gente do Movimento Sindical, não tem, não tem, engraçado mesmo (pausa) eu não sei por quê (MARGARIDA).

Pensar sobre isto é o que se faz aqui, em um exercício que busca elaborar os diversos devires possíveis. Se, para Margarida, o não pensar sobre o lazer pode estar associado ao excesso de preocupações e à escassez de vivências de uma mulher, mãe, sindicalista e militante, para Helenira, a participante mais jovem da pesquisa, as resistências não estão presentes e ela reconheceu não refletir sobre isto também. Fazendo tal reflexão na nossa conversa, durante a entrevista, percebeu não se tratar de uma relação bem resolvida para parcela das mulheres.

Olhando pra mim, eu nunca tinha parado para pensar no lazer, na importância disso na minha vida, embora seja uma coisa intrínseca, meio que natural, porque eu tenho tempo pra mim, pra fazer as coisas que eu quero. Agora, assim, nunca tinha pensado, por exemplo, comecei a refletir agora sobre a minha mãe, sobre o tempo que ela tem, se ela pensa sobre isso, acho que muito menos (HELENIRA, 02/08/2019).

Helenira trazia o não “parar para pensar”, mesmo quando mulheres como ela têm oportunidade de vivenciar o lazer, como uma nova conexão para a discussão. Dora concordou e complementou o raciocínio abordando a ausência deste “pensar sobre”, na MMM e na vida pessoal, “essa discussão do tempo livre não chega a ser aprofundada e essa reivindicação do lazer, eu acho que, nas atividades do movimento, assim, ela aparece muito pouco [...] O lazer, eu, parar pra pensar, eu nunca tinha parado pra pensar!” Flora se juntou a elas refletindo “eu acho que a gente tem pouco debate, inclusive, no próprio Movimento Feminista sobre lazer, nesse sentido, eu acho que a sua pesquisa é muito importante” e, seguindo com a reflexão, afirmou “Nós, mulheres, porque não vivemos, os homens, porque vivem de alguma maneira, também não reivindicam” (FLORA, 02/10/2019).

Podemos associar a questão ao pouco conhecimento e à ausência de consciência acerca do lazer como direito que vem sendo conquistado ao longo da história das mulheres, ao já mencionado viés da valorização não verbalizada de Marcellino (2008) e até mesmo ao processo que culminou com a entrada do lazer na Constituição federal (BRASIL, 1988), mais como uma demanda dos parlamentares constituintes que trazido pelas cidadãs e cidadãos (SANTOS, 2014).

Eu pessoalmente tinha pensado mais no lazer como algo que é impedido às mulheres e, portanto, precisa ser garantido. Mais, então, pela negação, não é? Reivindicar o tempo para o lazer, mas nunca tinha pensado pela afirmação: que lazer e que proposta de lazer feminista nós queremos construir? Essa é uma reflexão que eu tô fazendo agora, enquanto eu falo contigo, e agradeço por isso (FLORA, 02/10/2019).

Ouvir isto de Flora me deu a sensação de estar no caminho certo. Quando optei pelo Doutorado, já em fase de aposentadoria como professora e servidora pública, o desafio que me fiz foi o de desenvolver um estudo que, de alguma maneira, contribuísse com as questões sociais que entendo demandarem atenção. Ver lideranças feministas como estas com as quais dialoguei pensando em uma pauta que a mim é muito cara e reconhecendo-a como algo que seja importante e renegado, em suas vidas e no Movimento de Mulheres, dá mais sentido ao meu desafio.

Feito este reconhecimento, sigo na construção de pistas, de devires, e percebo aqui que, sem generalizar, nós, mulheres, pouco pensamos, refletimos e demandamos lazer e já elaboramos possibilidades que justificariam isto. Margarida do Campo lembrou da tendência de hierarquizar nossas necessidades, não enquanto opção pessoal ou coletiva, e sim devido a circunstâncias que se somam ao pouco reconhecimento do direito ao lazer, sobre o qual já fiz apontamentos aqui.

Quando você vai para a base, mesmo, ouvir as mulheres, você vê que elas falam tanto da violência, da questão da falta de atenção, da falta de políticas públicas, de programas que não chegam lá, que eu acho que acaba passando despercebida a importância do lazer, a importância da valorização da cultura. Não é em todo o canto, talvez, não saia muito forte isso, mas eu acho que as outras coisas, é como se as outras pautas sombreassem essa questão do lazer, mas não sendo menos importante do que as outras (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

E continuou:

Quando você fala com as mulheres, apesar de as mulheres também quererem isso, é bem mais forte nelas, mais do que, talvez, se divertir um pouco, que também é saúde, é bem-estar, elas dizem “eu quero viver livre”, que “quero ser livre, livre dessa

violência que eu tô sentido”, “eu quero uma saúde primeiro”, como se o lazer também não fosse saúde; “eu quero educação pros meus filhos”, primeiro, então vêm outras pautas primeiro, priorizando, do que o lazer, que também é fundamental (MARGARDA DO CAMPO, 13/09/2019).

Flora complementou a reflexão: “mas, de fato, talvez, porque estejamos tão constrangidas pelas necessidades imperiosas e pelas questões da nossa própria formação, a gente secundariza o lazer como reivindicação política, não é?”. Guattari e Rolnik (1986) dão pistas que permitem uma aproximação com este fenômeno, ao afirmarem que as várias tentativas de classificar e ordenar conceitos, com o objetivo de se produzir um pensamento sistematizado, acabaram fabricando, ao longo do tempo, uma forma estratificada de efetivação dos desejos.

Diante da dificuldade de priorizar lazer entre as demandas e tendo percebido que a maior parte dos movimentos indica realizar vivências de lazer em suas atividades ou mesmo adotá-las como ferramenta de atuação, incluí na entrevista a pergunta sobre a diferença entre o que é/seja vivenciado e o que vira pauta de reivindicação.

3.2.3 “Não transforma isso (o lazer vivenciado nas atividades dos movimentos) em reivindicação” (DORA)

As participantes desta mesa de negociações refletiram acerca das possibilidades de vivências que trazem prazer e motivação nas atividades dos Movimentos Sociais e Sindicais. Nos diversos materiais que analisei, é possível perceber a presença de atividades lúdicas, culturais e de lazer, em parte das atividades desenvolvidas: *shows*, cantos, danças, cinema, intervenções artísticas diversas, esportes, batucadas e outras vivências. Flora destacou estes momentos e espaços como centrais para sua vivência de lazer e os qualificou.

As reuniões do movimento são, muitas vezes, o espaço de existência e o que a gente constrói de espaço de sociabilidade para viver, digamos, uma, um momento de respiro, um momento de animação, um momento de outras possibilidades de vida [...] Eu mesma, os meus espaços de lazer, de vida, de festas, são nas festas do movimento, nos encontros culturais, por minha opção política, porque eu me sinto vivendo a política e o lazer ao mesmo tempo, mas também porque a gente tem pouco tempo para viver o lazer de outras maneiras, não é? (FLORA, 02/10/2019).

Margarida também falou da importância destes momentos e deu destaque para aspectos, tais como interação, sociabilização e prazer.

A gente faz, a gente tira um tempo, a gente tira uma noite para jogar conversa fora, fazer fofoca. Por exemplo, eu estava numa atividade, agora, para trabalhadoras domésticas, lá, na Escola Florestan Fernandes, do MST. Cheguei na sexta, de manhã, trabalhei até dez e meia da noite. No sábado, seis horas da manhã estava de pé, num quarto para seis mulheres tomarem banho. Fomos até tarde da noite no sábado, até umas sete e meia, oito horas; não foi tão tarde. Depois, fomos dançar, lá dentro mesmo [...] a mulherada só queria forró, aí, depois, eu apresentei pra elas a Gleice Johnny, apresentei o Queen, que elas não conheciam direito. Aí, a gente ficou dançando [...] eu nem sabia que [nome da colega], por exemplo, que trabalha comigo na Secretaria, ela dança, dança! Foi gostoso, porque foi assim, como se, um momento em que a gente estava respirando, que a gente estava saindo só daquela responsabilidade: olha tem que fazer apresentação, testar o *PowerPoint*, sabe, a gente saiu, então, é um momento muito gostoso (MARGARIDA, 26/08/2019).

A existência destas vivências estaria resultando em demandas por lazer? Dora entendeu que não:

ele [o lazer] aparece como atividade cultural, né? É como se a atividade cultural não fosse associada ao lazer, entendeu? [...] Eu acho que é porque elas não associam isso a lazer. Ou, na verdade, como essa coisa da família é muito forte, as mulheres acabam, no processo de, no pensar, elas acabam pensando no lazer sempre associado à família, então, não transforma isso em reivindicação (DORA, 19/07/2019).

Além da possibilidade identificada por Dora, a MMM, que ela representa no encontro, em sua atuação militante, tem duas ações cujos nomes remetem a atividades lúdicas, embora sejam ações militantes, com poucos espaços para o lazer: a primeira é nominada “Buteco das Mina”¹⁰². Nela um grupo de jovens mulheres se reúne para conversar na casa de uma delas, geralmente, com a participação de alguma liderança do Movimento Feminista, para enriquecer o debate. O bate-papo descontraído é transmitido via *Twitter* e conta com a participação de quem acompanha ao vivo, *on-line*. Os encontros surgiram da vontade das participantes de se encontrarem, de elas beberem cerveja e conversarem sobre as coisas que estão acontecendo.

Outra ferramenta de atuação da MMM é a “Batucada Feminista”¹⁰³, que faz parte das ações contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Trata-se de um instrumento de discussão política e de visibilidade das ações da MMM. São ritmos construídos de forma ousada, com músicas e palavras de ordem, tais como: "O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!"; "A nossa luta é todo dia: somos mulheres e não mercadoria!"; "João, João, cozinha seu feijão!". Segundo a MMM (2015), os cantos ajudam a gerar concentração, unidade e força nos momentos de ação coletiva, abordando e retratando o cotidiano da vida e da luta das mulheres, para democratizar a fala nas ruas. “Tocar é uma forma direta de ação

102 Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/buteco-das-mina/>>. Acesso em 30 jan. 2019.

103 Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/batucada-feminista/>>. Acesso em: 03 fev.2019.

política, de levar o feminismo para os olhares e ouvidos da rua, expressando nossas lutas e ocupando plenamente o espaço público. Latas, mulheres, tambores e baquetas em ritmo contra o machismo” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2015, p. 5).

Este tipo de atuação e a afirmação de Dora encontram respaldo em estudos desenvolvidos por Santos (2014) e Marcellino (2008) que falam, respectivamente, da pouca mobilização social do lazer e das vivências não convertidas em priorização expressa nas falas. Ou seja, apesar de algumas mobilizações sociais representarem vivências de lazer, a exemplo das atividades que os movimentos destacam aqui, percebe-se uma lacuna em termos de transformar isto em reivindicação.

Não foi apenas na MMM que tais aspectos chamaram a atenção. A AMB, ao falar da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Beijing, deu destaque aos momentos lúdicos e ao significado que tiveram.

A Conferência Nacional, aprovando propostas e celebrando a seriedade do processo, transformou-se em um marco e as performances elaboradas pelas delegações estaduais e artistas especialmente convidadas para o evento, uma demonstração de que o feminismo, para além de movimento político, é um movimento cultural comprometido com as necessidades materiais e espirituais dos seres humanos. Foi singelo e representativo (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 1995, p. 3).

Se este relato associa os momentos culturais e lúdicos às necessidades espirituais e ao feminismo, o do II Encontro Nacional da Articulação de Mulheres do Brasil (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011a) ressalta a força vivificada por eles:

Foi bom ver a força das mulheres vindas de diferentes contextos, do campo e das cidades, das florestas e do litoral, trazendo para a roda as suas bandeiras, os seus chapéus, as suas músicas e danças. Todas mostraram como está se construindo este feminismo democrático e popular que marca a nossa experiência na AMB (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011a, p. 5).

O mesmo documento menciona que os dois dias de debates em plenário foram entremeados por expressões artísticas, tais como “poesias, performances, cartazes, músicas, danças, batucadas... ou tudo ao mesmo tempo” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011a, p. 5). O texto enfatiza ser esta uma forma de estar no mundo e lutar para mudá-lo.

‘Mulheres Livres’ – Com esta festa celebramos o nosso encontro, fortalecemos os nossos laços, aproximamos as nossas lutas. Somos negras, indígenas, lésbicas, trabalhadoras, jovens, feministas há muito tempo e recém-chegadas, somos mulheres construindo os nossos sonhos, cantando e dançando as nossas lutas, liberando nossos

corpos com movimentos firmes, contínuos e circulares” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011a, p. 6).

Assim, os documentos da AMB enaltecem as vivências de arte, música, danças, batucadas, poesias, performances e festas enquanto momentos importantes para o coletivo e formas de expressar o feminismo.

No caso da CONTAG, além das questões que já estão no mapa aqui proposto, como o Canto das Margaridas, a afirmação feita pela militante Lúcia, entrevistada por Aguiar (2015), a caminho de Brasília para uma das Marchas das Margaridas, revela o significado da ludicidade na sua vida “A viagem de dois dias acaba tornando o grupo como uma família, com lazer, dando risada, pra sair pro mundo, sair um pouco de casa da vida que fica lá todo dia” (p. 322). Lúcia nos mostra que a possibilidade de sair do mundo privado para o público faz com que até passar dois dias em um ônibus possa ter um significado especial no devir de uma mulher em busca do seu espaço no mundo.

A UNE, por sua vez, tem nas atividades culturais, artísticas e esportivas, ferramentas de mobilização, conforme identifiquei nas publicações nominadas “Movimento: revista da União Nacional dos Estudantes – UNE”, com edições de 2001 a 2010. Localizei relatos de bienais, entrevistas com artistas, *shows*, atividades teatrais, musicais, concursos de literatura, contação de histórias, cinema, livros, discos e atividades turísticas. Para Helenira, estas experiências e vivências seriam um caminho para que as mulheres possam incorporar o lazer em suas vidas, mesmo sem que isto seja uma demanda formalizada. No entanto, a cartografia aqui feita tem revelado que são muitas as linhas implicadas para que esta conexão aconteça.

Além das atividades artísticas, culturais e outras manifestações realizadas nas ações dos movimentos, identifiquei momentos de lazer como parte das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. As programações incluíram atividades como *shows*, *saraus*, apresentações artísticas e performances. Para ilustrar, a I CNPM (COMISSÃO ESPECIAL TEMÁTICA E DE RELATORIA, 2004) teve, na programação, entre as atividades, apresentações artísticas e *shows* das cantoras Margarete Menezes e Elba Ramalho (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004).

Entre a riqueza de demandas, a urgência e gravidade de muitas das questões, o lazer vivenciado nestes momentos pareceu ter encontrado pouco espaço na pauta enquanto algo a ser reivindicado. No entanto, percebo que ele teve lugar nos anseios das mulheres, mesmo que restrito a momentos compartilhados entre parceiras de luta. Sennet (1988) tanto ao afirmar que as vivências de lazer favorecem a sociabilidade e a cooperação quanto ao refletir sobre a vida pública enquanto potencial de integração, de coletividade, acena com espaços e vivências

historicamente pouco acessíveis às mulheres. Culturalmente mais vinculadas à vida privada, nós, mulheres, acabamos tendo menos oportunidades de vivenciar o lazer público, abordado por Sennet (1988).

A fragilidade e a desarticulação das políticas públicas de lazer, apontadas por autoras como Pinto (2014) e Menicucci (2010), e a complexidade do lazer trazida por Dunning (2003) também dificultam sua incorporação enquanto direito social. Diante deste cenário, o prazer proporcionado pelos momentos de ludicidade, vivenciados nas atividades dos Movimentos de Mulheres, não parece capaz de, por si só, produzir apropriação crítica da cultura elaborada historicamente, como defende Cabeza (2019). Mesmo sentindo prazer ao vivenciá-lo, o lazer parece não encontrar espaço para romper as barreiras que o colocam em um lugar subalterno no sistema capitalista, machista e patriarcal e atrair o desejo pessoal e coletivo, associado ao que é priorizado pelas mulheres.

Sem ações que favoreçam a tomada de consciência, a percepção da significância e do significado das vivências de lazer é menor e isto é mais uma barreira para que ele avance ao ponto de ocupar um papel reconhecido enquanto parte das necessidades humanas e, como consequência, conquiste o *status* de demanda individual e coletiva das mulheres. Flora indicou como uma destas ações o desafio de refletir acerca de que lazer seria esse.

O Movimento Sindical, quando faz seus acordos em relação à negociação coletiva de trabalho pensa o lazer como o tempo do lazer, garantir o tempo de lazer, sim, mas e o lazer, vai ser vivido como, o que é preciso para ter lazer, as condições sociais, políticas e estruturais para viver o lazer eu acho que a gente pouco debate (FLORA, 02/10/2019).

A resolução 2.5, da II CNPM, traz uma pista: “Valorizar as iniciativas culturais, de esporte e lazer, respeitando as especificidades e a diversidade das mulheres” (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013a, p. 91). No entanto, a existência da preocupação de Flora e da demanda da resolução vinculam uma linha que leva à reflexão acerca dos motivos pelos quais esta valorização não existiria.

3.3 Especificidades que criam barreiras ao lazer das mulheres

Uma vez que fomos conversando acerca das nossas demandas e especificidades enquanto mulheres, identifiquei uma série de elementos da cultura que conectam, desconectam e transversalizam a relação mulheres e lazer e afetam nossa vida como um todo. Identifiquei a questão cultural que nos vincula prioritariamente ao espaço privado, doméstico, e nos

responsabiliza pelo cuidado e pela reprodução da vida, tomando de assalto nosso tempo, em especial pela falta de apoio do Estado e dos homens; as situações de violência a que somos submetidas; a servidão incorporada, como se natural fosse, e a nossa ausência nos espaços de poder. Estes e outros fatores formam linhas que constituem barreiras para nossas vivências de lazer.

Autores como Crawford; Jackson e Godbey (1991) propõem uma organização das barreiras para o lazer. Segundo eles, existem três grupos de barreiras, as intrapessoais, as interpessoais e as estruturais. Enquanto as duas primeiras têm uma incidência direta das motivações, dos interesses e das atitudes em relação às vivências de lazer, as estruturais incidem diretamente na participação e podem representar aspectos de facilitação ou restrição mais difíceis de serem superados, principalmente, em curto prazo. Com um olhar próximo a este, Marcellino (2002) vincula as barreiras para a prática de lazer aos fatores intra e inter-classes sociais, ao sexo, à faixa etária, ao tempo e à apropriação dos espaços, ao nível de instrução, às questões voltadas à violência urbana e a outros fatores.

Parry (2015) trata especificamente das restrições ao lazer das mulheres e menciona fatores pessoais e situacionais, geralmente estruturais, nos casos em que há falta de recursos ou fatores externos, intrapessoais, relacionados à própria pessoa ou interpessoais, entre grupos de pessoas. A autora indica que as mulheres sofrem com todos esses tipos de restrições e esses constrangimentos intrapessoais e interpessoais são mais difíceis de serem identificados e negociados. No entanto, os estruturais demandam atitudes que fogem do alcance pessoal. Este conjunto faz com que as mulheres encontrem mais contingências para vivenciar experiências de lazer.

3.3.1 “Esse processo de reprodução da vida é o que sustenta o capitalismo” (DORA)

Dora trouxe para a conexão das barreiras a principal categoria estrutural, que se relaciona ao modelo de capitalismo dominante. Esta visão explora e impulsiona ativamente crenças sexistas tradicionais que desempoderam mulheres e meninas, ainda que contando com elas para garantir a reprodução da mão de obra, mas se recusando a valorizá-las por este e pelos demais trabalhos que desempenham. Como resultado, a desigualdade econômica tem relação direta com a desigualdade de gênero e a maioria das pessoas situadas na base da pirâmide econômica são mulheres (LAWSON *et al*, 2020, p. 9).

Fullagar (2019) chama a atenção para o fato de os debates em torno do lazer tenderem a se restringir à relação entre ele e o trabalho (remunerado e não remunerado). Para a autora,

isto resulta de uma base de discussão moldada pela produção capitalista e patriarcal que está na origem das desigualdades em níveis estruturais e individuais. O imaginário ocidental dominante aborda as práticas de lazer popular a partir de concepções liberais de autonomia individual, escolha racional e *status*, tomando o consumo como base e negando os efeitos históricos da exclusão e da violência sobre os corpos. As bases ontológicas e epistemológicas deste conhecimento são pautadas em histórias e conceitos eurocêntricos que colocam a origem e a teoria do lazer direcionadas a uma maioria branca, masculina e de classe média, negligenciando outras ontologias e epistemologias.

Diante das responsabilidades assumidas com a família, são oferecidas às mulheres saídas individuais e privadas como a procura por trabalhos precários, sem garantias, informais e em domicílio. A jornada de trabalho das mulheres é mais extensa devido à imposição social de responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e as tarefas de cuidados. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2014a, p. 33).

Corroborando com esta questão, nos painéis realizados na abertura dos trabalhos dos eixos da III CNPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013b), Tatau Godinho, então Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna da SPM, destacou:

Nós não podemos reivindicar a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e o nosso direito de trabalhar, de participação política, de autonomia cultural, de **lazer**, se não garantirmos o investimento em equipamentos sociais que tragam, para a sociedade como um todo, a responsabilidade pelas tarefas domésticas (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013b, p. 71, grifo meu).

Na sequência, mencionou: “Se não há condições de cuidado com as crianças em período integral, não se pode cobrar das mulheres que tenham tempo suficiente para a participação política, para o **lazer**, para o seu desenvolvimento cultural e para o trabalho” (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013b, p. 71, grifo meu).

Em momentos como o da pandemia pela COVID-19, que afetam a vida de todas as pessoas, as especificidades relacionadas às mulheres dizem respeito tanto aos aspectos culturais, que as colocam como "o outro" em uma sociedade capitalista androcêntrica, quanto ao avanço da cruzada fundamentalista, que ameaça direitos conquistados. As respostas para conter a propagação do vírus envolvem duas questões diretamente vinculadas ao cuidado, o isolamento e a atenção especial a quem tem saúde mais vulnerável. Nas duas situações, as mulheres, principalmente as negras e as mais pobres, são diretamente afetadas tanto na própria casa quanto em relação ao trabalho remunerado. Os Movimentos de Mulheres brasileiras têm contribuído com reflexões acerca desse momento que merecem a atenção dos estudos

São muitos os desafios enfrentados para que se alcance a possibilidade de convívio e respeito à diversidade em sociedades multiculturais com dinâmica de poderes desiguais, quando se trata de garantir o lazer como um direito de todas e de todos. O tempo de lazer é demarcado por vetores variados que se combinam de diversas maneiras, tais como: classe social; raça; escolaridade; ser solteira; ser casada; ser mãe; ser idosa; ser trabalhadora rural; urbana; doméstica, entre outros. Quando, a depender de uma ou mais destas condições, as mulheres não têm oportunidade de vivenciar o lazer, em geral, ou de determinado tipo, estão diante de barreiras relacionadas a estes vetores. Tentando imaginar quais seriam as condições ideais para a vivência do lazer pelas mulheres, Margarida (26/08/2020) concluiu que "talvez lazer tenha a Perez Hilton, esse povo aí, os artistas, porque eu acho que a classe trabalhadora mesmo é muito pouco e, aí, as mulheres negras e pobres, menos ainda".

Associando raça e classe, Viana (2013) percebeu que lidar com a questão do lazer enquanto direito universal, o que inclui as meninas/mulheres de bairros populares favelizados (sujeitos da sua pesquisa) significa ter presente tratar-se de uma relação antagônica; “ou seja, o não direito desse sujeito, por ser-mulher, negra, parda e pobre. Diante dessa contradição me pus em contato com a questão da violência, como uma linguagem do corpo feminino; talvez desconhecida por elas mesmas” (VIANA, 2013, p.33).

A desigualdade é constituída pelos fatores de interseccionalidade que alteram as oportunidades e opções de lazer. Trazendo o foco para o viés das barreiras, Flora reforçou a questão da raça.

Pras pessoas negras, o mundo do trabalho é muito mais precário, e as jornadas são muito mais precárias, e a vida é muito mais precarizada. O racismo também impede que as pessoas negras possam transitar pelos espaços, pelos poucos espaços de lazer que a gente tem (FLORA, 02/10/2020).

Como um dos efeitos desta precarização e sobrecarga, Ávila e Ferreira (2014) revelam que, nas narrativas das mulheres trabalhadoras participantes dos grupos de sua pesquisa, o melhor momento do dia é ao se deitar, referindo-se ao único momento para si, na maior parte dos seus dias.

Apesar, ou além de, criar barreiras para determinadas vivências de lazer, estes vetores podem criar formas diversificadas de vivenciá-lo, como Loreta mencionou anteriormente, ao falar das mulheres do subúrbio e seus encontros na praça. Entendo que as desigualdades geram

barreiras, quando tiram das mulheres a possibilidade de escolha das vivências que gostariam de ter em cada momento da vida, ou mesmo a possibilidade de saber de sua existência.

Estas percepções foram corroboradas pelos dados da pesquisa “Lazer no Brasil” (STOPPA; ISAYAMA, 2017). Analisando-os, Souto Mayor e Isayama (2017) indicam que as categorias sexo, estado civil e escolaridade representam diferenças nas escolhas de homens e mulheres, em especial, no que se refere ao envolvimento com os interesses físico-esportivos. “Enquanto os homens se relacionam mais com essas vivências, as mulheres têm mais contato com interesses sociais” (p. 34). Além disto, a autora e o autor destacam que um percentual significativo de mulheres de menor escolaridade e renda indicam como vivência de lazer nos fins de semana o ócio. Tendo presente que este tipo de vivência pode representar uma escolha, pautada pela vontade dos sujeitos, a pesquisa questionou as participantes acerca do que gostariam de fazer e o ócio raramente apareceu entre as opções desejadas.

Eu acho que, com certeza, a partir do momento em que você tem uma sociedade voltada, construída, pelo modelo patriarcal, os acessos aos outros sujeitos, às mulheres, aos negros, a questão de quem tem baixa renda e menos acesso, o acesso cada vez mais se afunila e diminui, não é? E tem gente, tem sujeitos, pessoas, uma grande parcela da população, é quase zero o acesso ao lazer, justamente, porque a maioria no Brasil são mulheres pobres. Essa é uma realidade desigual (HELENIRA, 02/08/2019).

Conforme ressalta Ribeiro (2016, p. 101), “pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura”. Assim, no tocante ao lazer, é necessário considerar que raça, classe, gênero, escolaridade, entre outros marcadores sociais, não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável. Margarida complementou

Eu sou uma mulher empoderada [...] tenho uma vida, posso dizer que eu tenho uma vida agitada de trabalho, mas eu tenho uma vida, digamos, sou assistente social, [...] eu, pessoalmente, tenho uma vida tranquila, assim, financeiramente falando. Eu posso não ter tempo, mas eu posso planejar coisas. É a questão de não ter autonomia econômica, entendeu, eu acho que a gente vive num país onde as pessoas não têm. A maioria não tem autonomia econômica e a maioria são mulheres, a maioria delas são negras, a maioria são trabalhadoras domésticas ou vivem na economia informal. Então, essas pessoas, são pessoas que sobrevivem, eu não digo que essas pessoas vivem, porque viver, eu acho que é outra coisa, é você sentir, você fazer (MARGARIDA, 26/08/2019).

Reforçando a importância de evitar generalizações, é importante perceber que, até mesmo em sociedades menos desiguais, como a norte-americana, a desigualdade afeta significativamente as possibilidades de lazer. Passias, Sayer e Pepin (2017) utilizaram os dados

da sondagem *American Time Use*, de 2003 a 2012, para analisar a influência do estado civil no tempo de lazer das mães americanas. As autoras destacaram questões que podem afetar a qualidade perceptível de uma atividade, tais como: a importância do contexto nos estudos do uso do tempo, bem como variantes situacionais, como localização das atividades, motivos para realizá-las, atividades anteriores e posteriores àquelas de lazer e a combinação do lazer com outras atividades. A qualidade parece ser uma dimensão-chave na diferenciação do lazer e o tempo é um dos fatores de desigualdade para as mães estudadas.

Entre as conclusões da pesquisa de Passias, Sayer e Pepin (2017), destaco algumas que contribuem com as reflexões aqui feitas: mães americanas negras e com menos escolaridade dispõem menos tempo, em atividades de lazer social ou focado na própria saúde, e mais em lazer passivo, principalmente assistindo à televisão; mulheres que nunca se casaram e as divorciadas informam mais horas de lazer, no total, mas menos diversidade neste lazer, em comparação com as mulheres casadas; as negras e com menos nível educacional são as que mais acumulam tempo de lazer, de forma socialmente isolada, principalmente assistindo à televisão sozinhas; é a presença e não a ausência do marido que reduz a quantidade de tempo de lazer, uma vez que a mulher acaba encontrando no ambiente doméstico mais afazeres, ao invés da divisão destes; raça e etnia influenciam no tempo e na qualidade do lazer, independentemente da classe. As autoras concluíram que a discriminação histórica produziu marginalização social e desvantagem econômica entre as minorias étnicas e raciais, afetando a renda, o tempo e o acesso às atividades de lazer. Entre as desvantagens, Flora fez a conexão com a barreira gerada pela falta de tempo.

3.3.2 "As mulheres não só têm pouco tempo, como não têm corpo para viver o pouco tempo que têm" (FLORA).

Muitas vezes, você tem ocupações que são tão extenuantes para o seu corpo que, além do tempo ser pouco, ele tá exausto. Nós fazemos muitas pesquisas com mulheres trabalhadoras e a gente vê isso, né? Que as mulheres não só têm pouco tempo, como não têm corpo para viver o pouco tempo que têm, porque estão exauridos pela dupla jornada de trabalho (FLORA, 02/10/2019).

Flora trouxe para a mesa um dos efeitos do acúmulo de trabalhos na vida da maior parte das mulheres, a ausência de tempo. Esta questão tem relação direta com a negociação aqui, uma vez que o tempo é imprescindível para a vivência do lazer. Este tempo é resultado de uma construção social estabelecida por e, concomitantemente, constitutiva de relações, que expressa

um modo de representar e pensar a organização social, por isso, não é neutro, carrega consigo formas de quantificar, qualificar e atribuir valores às atividades humanas. Entre estas atividades, Perista (2002) fala do trabalho ressaltando a necessidade de considerá-lo para além da esfera do mercado, pois, quando seu conceito é restrito ao remunerado no mercado, o valor do tempo fica limitado, quase exclusivamente, a tempo de trabalho associado à produção.

Este tipo de visão desconsidera que, nas sociedades modernas, a produção de bens e serviços nos domicílios continue ocupando parte considerável do trabalho social, em especial, das mulheres. Apresentando a análise dos resultados da pesquisa “Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente”¹⁰⁸, Costa (2014) afirma que “uma jornada que não termina, regulada por obrigações inescapáveis, mulheres divididas entre a aspereza do cotidiano onde os serviços da casa e o serviço de fora disputam sua dedicação e o anseio por tempo livre” (p.8). Dora corroborou com isto e destacou que

o capital trata o tempo das mulheres como se fosse um tempo elástico, como se o nosso tempo não tivesse fim. Então, assim, a carga de trabalho que é cobrada das mulheres, é um negócio que [...] eu falo que chega ao nível do insuportável. Se você vê, assim, as mulheres chegam a (pausa). Tem momentos que elas não conseguem nem parar para pensar, porque, principalmente, se ela tiver filhos, aí, a apropriação do tempo é muito maior (DORA, 19/07/2019).

Este aspecto relacionado aos filhos é abordado por Gonçalves (2010), a partir da análise de experiências de mulheres solteiras, sem filhos e bem-sucedidas profissionalmente. A autora indica que, apesar de ficar evidente a preocupação e a dedicação central destas mulheres com os aspectos relacionados ao trabalho, elas também manifestam a queixa de ausência de tempo para si, de elas terem pouco tempo livre para fazer o que lhes dá prazer fora do trabalho, da necessidade de espaço para elas ficarem sós e produzirem sentido à própria existência. Margarida lembrou da própria experiência e afirmou "eu fui ter um filho aos 40 anos, porque eu não tinha tempo" (MARGARIDA, 26/08/2019).

A conexão das mulheres que não precisam se responsabilizar pelo trabalho doméstico e de cuidados com a falta de tempo é feita pelas exigências impostas a elas para que alcancem o sucesso profissional. Estamos vendo que, sem generalizações, a ausência de tempo tende a atingir as mulheres, estejam elas desempenhando um ou mais trabalhos. Flora lembrou da promessa de que a tecnologia contribuiria para termos mais tempo livre:

¹⁰⁸ Realizada em 2012, pelo Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão cujo objetivo foi conhecer o cotidiano das mulheres brasileiras.

Com as novas tecnologias, o tempo não foi reduzido, pelo contrário, a gente gasta mais tempo. O capitalismo também faz a gente dedicar o nosso tempo para, (pausa) suprimindo o tempo, que deixa de ser um tempo de outra força de trabalho empregado. Então, hoje eu trabalho para o banco, o banco se apropria do meu tempo, o capital se apropria do meu tempo, na hora em que eu uso um aplicativo (FLORA, 02/10/2019).

A apropriação do tempo, embora comum à maioria das famílias, em especial, das mulheres, principalmente por conta dos cuidados com a casa e com os filhos, é considerada tanto por elas quanto pelo Estado problema pessoal do âmbito privado e destinado a ser resolvido nesta mesma esfera. A corresponsabilização do Estado pelo cuidado, projetaria a democratização das práticas sociais do cuidado. “O Estado deve, necessariamente, entrar na equação da igualdade, na qualidade de principal agente de distribuição e de redistribuição, de modo que não se deixem na mão das famílias as responsabilidades pelas contingências familiares” (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 93).

Interrogadas na pesquisa realizada pelo SOS Corpo e Instituto Datapopular, em 2012, sobre o que ajudaria na área das políticas públicas para enfrentar as dificuldades de conciliar trabalho remunerado, doméstico e de cuidados, as mulheres pesquisadas responderam: serviço de saúde mais eficiente (97% – noventa e sete por cento); transporte público mais eficiente (88% – oitenta e oito por cento); escola em tempo integral (83% – oitenta e três por cento); parques gratuitos (76% – setenta e seis por cento); creche (75% – setenta e cinco por cento); restaurantes populares (64% – sessenta e quatro por cento); e lavanderia pública coletiva (42% – quarenta e dois por cento). Ávila e Ferreira (2014) afirmam que estes dados apontam para a necessidade de políticas públicas não restritas àquelas diretamente relacionadas ao apoio para a realização dos afazeres do trabalho doméstico e do trabalho de cuidados, mas a outras que enfrentam problemas em esferas que aprofundam as dificuldades geradas pelo trabalho no cotidiano.

Se acúmulo de trabalhos ocupa o tempo disponível das mulheres, a percepção da ausência de um tempo para cuidar de si, apontada na pesquisa, é uma questão que chama a atenção e expressa uma contradição da maior relevância, uma vez que

a percepção sobre a falta de um tempo para si, o reconhecimento da necessidade deste tempo pelas mulheres, é, em si, um indicativo de transformação, de afirmação de uma necessidade como indivíduo para si, quando as dimensões materiais e simbólicas seguem socializando e exigindo que as mulheres constituam-se como seres para os outros. Essa contradição, certamente, é tributária da existência e da atuação do movimento feminista e de mulheres, e dos embates com as ideologias que cerceiam a construção das subjetividades autônomas e dos processos de individuação (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 44).

Flora estendeu a preocupação à ausência de tempo para que a mulher lute pelos seus direitos.

É preciso garantir que esse tempo exista como forma de resistência para transformar o mundo, porque a luta política e a possibilidade de participar politicamente, ela só é real para as mulheres, na medida em que elas lutam por um tempo para fazer política, e essa é uma luta que muitas de nós ainda fazemos, né? O tempo da política, o tempo todo existe como um tempo que é ilegítimo [...] o tempo está em tudo (FLORA, 02/10/2019).

A ausência de tempo e de autonomia sobre ele cria mais uma conexão entre as barreiras para a vivência do lazer pelas mulheres.

O lazer ficou tanto como o espaço masculino, assim, que eu acho que ele não chegou no patamar, porque, como a gente não conseguiu o tempo livre ainda, não é? A maioria das mulheres da classe trabalhadora não tem acesso, tem raramente, quer dizer, eu acho que realmente a gente tem pouquíssimo tempo livre [...] Como você não tem tempo, uma questão fundamental para você ter lazer é ter tempo livre, principalmente as mulheres que trabalham fora, o tempo delas é ou tempo de trabalho fora de casa ou o tempo do trabalho dentro de casa (DORA, 19/07/2019).

Prentou (2016) afirma que parte dos conceitos trata o lazer em relação ao trabalho, ou seja, enquanto tempo livre das obrigações do trabalho remunerado e, para as mulheres, o lazer é mais relacionado à possibilidade de ter um tempo para si mesmas. Esta análise considera o fato de que nem todas as pessoas têm períodos de tempo livre determinados, por isso, não se encaixam neste modelo, a exemplo das mulheres citadas por Dora, para quem o tempo de lazer é reduzido, pois sempre há algo para ser feito. Acessar o lazer demanda delas a decisão de parar com suas atividades, em determinado momento, e vivenciar o lazer.

Em nossa sociedade costuma-se definir cinco grandes categorias para o uso do tempo: tempo de trabalho de mercado, tempo de trabalho de cuidados, tempo de necessidades pessoais, tempo de participação cidadã e tempo livre ou tempo de ócio (descanso e lazer). Cada um desses tipos de tempo apresenta algumas características próprias que lhes conferem diferentes graus de flexibilidade, possibilidade de substituição ou necessidade (CARRASCO, 2012, p. 105).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou, em 2013, o relatório “Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta” e, ao analisar o uso e a distribuição do tempo entre as atividades relacionadas ao trabalho, evidencia o intenso grau de ocupação das mulheres. “Com o acúmulo de atribuições e responsabilidades, as mulheres relataram muito pouco tempo para descanso ou lazer, essenciais à recuperação física e mental dos esforços despendidos no

trabalho” (IPEA, 2013, p. 33). Apesar da visão funcionalista¹⁰⁹ de lazer presente na afirmação, ou quem sabe por causa dela, o referido relatório não aborda outras questões referentes à temática do lazer.

A pesquisa do IPEA se refere a mulheres rurais. Ressalto que, embora o tempo de lazer represente um elemento fundamental em relação aos diversos aspectos da vida das mulheres, não se trata de algo homogêneo. Os mesmos vetores sociais afetam e são afetados por ele, ou seja, as questões pessoais, sociais, culturais, econômicas e históricas interferem diretamente na possibilidade de tempo para as vivências de lazer.

Agora com o mundo das mídias, nas redes sociais, dos grupos de relacionamento, as pessoas estão o tempo todo trabalhando, todo o tempo. Não tem folga, né? Não tem um momento seu, assim, que você não está fazendo uma coisa; tá resolvendo um problema de filho, ou tá resolvendo um problema de um companheiro; daí, está vendo uma pessoa que está doente, está vendo uma pessoa idosa que necessita sua atenção [...] As mulheres, nós, somos muito mais preparadas hoje, fomos ao mercado, mas a gente foi estudar, foi fazer pós[-graduação], fazer (pausa). As mulheres, então, elas podem competir de igual para igual, no entanto, mesmo ela tendo, nós tendo essas condições, a gente continua sem tempo livre (MARGARIDA, 26/08/2019).

Pela fala de Margarida, percebo que a promessa de mais tempo livre, a partir do advento da *internet*, parece ter-se convertido em mais tempo ocupado e uma imediatização das coisas. Recebemos uma demanda *on-line* e frequentemente temos a sensação de que precisamos dar retorno imediato, perdendo o tempo até de pensar. Este aspecto é reforçado pela paisagem urbana, na qual os hábitos e rotinas favorecem o esquecimento da medida do tempo. No dia a dia de uma cidade, os horários diários têm pouca variação e, com exceção dos finais de semana e férias, os ritmos pouco se alteram ao longo do ano. A passagem do tempo redundando em um “acumular de horas repetidas, dias e anos, todos muito semelhantes. A repetição sem evolução cansa, desgasta, deteriora” (IRIGARAY, 2018, p. 150). A autora chama a isto de “futuro sem futuro” e acredita que a chave destes fatos não está mais nas pessoas, e sim na economia comercial onde as pessoas buscam e encontram prazer, mesmo que secundário. Dora aborda essa temática exemplificando com experiências vivenciadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nas quais atua.

Tem algumas experiências do SUS que é essa coisa do coral, da roda de dança, que não é visto como lazer, tem outro nome, uns chamam de grupos, mas é impressionante

109 Segundo Marcellino (2002), o lazer possui abordagens funcionalistas que lhe dão um caráter romântico, moralista, compensatório e utilitarista. No caso da citação em questão, percebe-se tanto o viés compensatório quanto o utilitarista que o autor relaciona à compensação da insatisfação e alienação provocadas pelo trabalho e a sua defesa, como forma de recuperação das forças para voltar a produzir.

como as mulheres começam a participar desses espaços, como elas melhoram a saúde delas, mas, se a gente puser que é lazer, ninguém vai. Os próprios profissionais de saúde não enxergam isso como uma possibilidade de espaço de lazer, esses grupos. Mas você vê que as mulheres vão, então, se as mulheres tivessem mais tempo, né? Tivessem pelo menos, uma vez por mês, tempo de lazer, para elas fazerem o que elas quisessem, sem estar vinculado à família, com certeza, a gente ia ter muito menos o processo de adoecimento, de depressão, de hipertensão e diabetes (DORA, 19/07/2019).

O sistema capitalista distanciou os tempos e a convivência das pessoas, separou-os, controlou, inclusive, o tempo livre. Como consequência, vincular as vivências de lazer das mulheres a alguma “coisa útil” passou a ser comum. Tenho chamado isso de “bengala”, pois parece que precisamos de algo para nos apoiar que justifique estarmos dedicando parte do nosso tempo para nós mesmas. Dora e, em outro momento, Margarida do Campo falam do tempo livre como tempo para cuidar da saúde. A análise do IPEA (2013) justifica a necessidade de lazer para recuperar as energias esgotadas pelos trabalhos. Quando iniciamos os grupos de convivência para mulheres idosas em Caxias do Sul, onde atuei com políticas públicas de esporte e lazer, seguidamente elas nos propunham que fizéssemos trabalhos sociais, ou confeccionássemos roupas para pessoas carentes, na intenção de justificar a existência dos grupos, a saída de casa, o não produzir naquele tempo e espaço. Outras, ainda, utilizavam os intervalos das atividades para comercializar alguma coisa, assim “aproveitavam o tempo”. “Eu acho que a gente, o nosso tempo de lazer, ou o tempo livre, a gente usa para fazer algum tipo de trabalho e normalmente é o trabalho doméstico. Eu acho (pausa), se eu tô em casa, não paro” (MARGARIDA, 26/08/2019).

3.3.3 “Essa construção subjetiva dificulta até que a gente exija um tempo só para si como algo legítimo” (FLORA)

A gente tem um tempo muito mais ocupado com o trabalho produtivo e reprodutivo e tem essa construção subjetiva o que dificulta até que a gente exija um tempo só para si, como algo legítimo, como algo necessário que a gente deve reivindicar do mundo. [...] no pensamento, no senso comum, reivindicar lazer parece que é menos político do que reivindicar trabalho, né? É mais político e mais legítimo reivindicar trabalho do que lazer. Isso é parte da nossa cultura e da subjetividade que foi construída dentro de nós, não é? E isso nos afeta também (FLORA, 02/10/2019).

A baixa legitimidade do lazer se repete em alguns documentos analisados. A ação que consta no III PNPM (BRASIL, 2013a) vincula a conquista de tempo livre à possibilidade de mais trabalho: “1.3. Ampliação da oferta de equipamentos públicos e de políticas que

favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo a sua autonomia, inclusive para a sua inserção no mercado de trabalho” (BRASIL, 2013a, p. 17). Fico me perguntando se o foco no trabalho garantiria, no entendimento de quem elaborou o III PNPM (BRASIL, 2013a), legitimidade à demanda, corroborando o entendimento de que, em uma sociedade capitalista tem utilidade aquilo que gera “valor”, ao ponto de justificar a reivindicação por mais tempo disponível para as mulheres com a possibilidade de torná-lo produtivo.

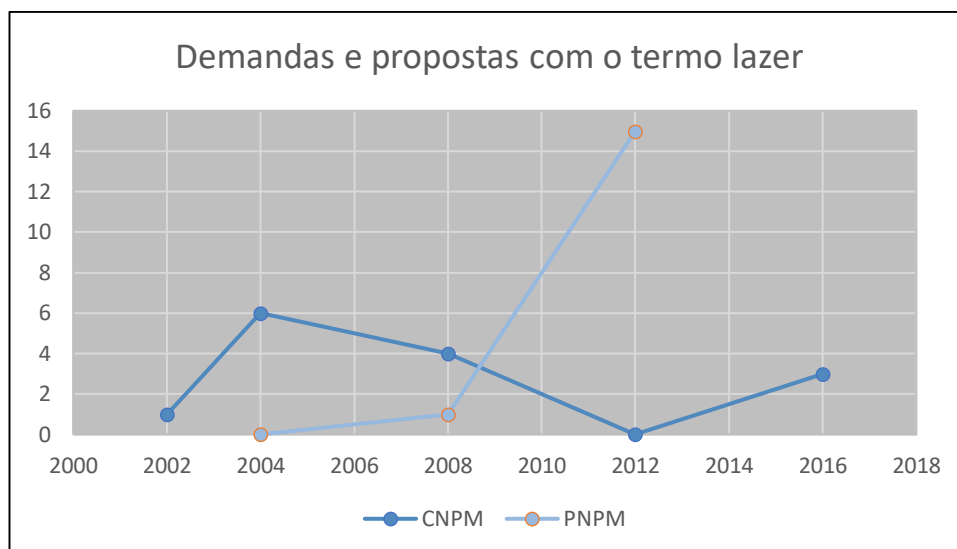
Outras demandas por lazer, identificadas nos documentos das conferências e Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, o relacionam a grupos específicos, como se não se tratasse de um direito de todas. Para exemplificar, a ação 4.1.14. do II PNPM (BRASIL, 2008a), previu: “Promover atividades culturais (teatro, música, cineclube, dança, leitura e literatura, artes visuais) **para as mulheres em situação de violência**, por meio da atuação dos agentes culturais diretamente na Rede junto às comunidades e nos Pontos de Cultura” (BRASIL, 2008a, p. 106, grifo meu). Além disso, no I PNPM (BRASIL, 2004), constava: “Apoiar projetos voltados para as práticas esportivas e culturais das diversas matrizes **no ambiente escolar**” (BRASIL, 2004, p. 58, grifo meu).

Apesar de atentarem para a possibilidade de vivências diversificadas, as resoluções focalizavam/focalizam mulheres em condições de vida específicas, o que pode ter conexão com o não reconhecimento do lazer como direito universal e legítimo de ser reivindicado. Em nossa conversa, Margarida do Campo também demonstrou dificuldade de defender a demanda por tempo livre em falas, como "então, a gente precisa também desse tempo um pouco mais livre, ou não é nem (pausa), não seria tempo livre, mas de apoio tanto na estrutura dentro do sindicato como em casa" (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

Fiz uma busca pelos documentos de cinco conferências – incluindo a de 2002, realizada pela sociedade civil – e os três PNPMs, considerando a citação explícita da categoria lazer¹¹⁰, e encontrei o seguinte cenário:

Gráfico 2- O lazer nas Conferências e Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres

110 Considerei a presença da palavra lazer em resoluções, moções e recomendações, no caso das conferências e em linhas de ação, objetivos gerais e específicos, ações e metas, nos planos. Excluí as menções que aparecem nas falas (palestras) e nos textos introdutórios dos eixos dos planos, considerando que não representavam uma pactuação das participantes.



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico demonstra que não há continuidade e linearidade nas demandas por lazer nas conferências. No tocante aos três planos elaborados (as conferências de 2002 e 2016 não geraram planos), percebi um crescimento significativo entre os dois primeiros e o terceiro cujo contexto foi diferenciado pela forma de condução da elaboração.

Na Conferência Nacional de Mulheres de 2002 (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2002) o lazer foi indicado explicitamente como uma das demandas do setor em dois dos 269 (duzentos e sessenta e nove) desafios elencados, além de uma possível sugestão relacionada a ele, ao tratar da questão do bem-estar. Na I CNPM (COMISSÃO ESPECIAL TEMÁTICA E DE RELATORIA, 2004), convocada pelo governo federal, das 239 (duzentas e trinta e nove) resoluções, o lazer foi mencionado diretamente em seis e, havia, ainda, duas resoluções que abordavam a necessidade de tempo livre, sem menção da utilização deste tempo, por isso, não as considerei no grupo (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004).

Um diferencial das resoluções da I CNPM (COMISSÃO ESPECIAL TEMÁTICA E DE RELATORIA, 2004), em relação as demais, é que três destas resoluções traziam demandas diretas por lazer, vinculando-o a áreas afins, como o esporte, às atividades físicas e culturais, e não em uma lista geral de demandas, como percebi na maior parte do material das outras Conferências. Apesar disso, o I PNPM (BRASIL, 2004) não fazia nenhuma menção ao lazer, no entanto, havia uma ação que indicava o apoio a atividades esportivas e culturais, vinculadas ao ambiente escolar.

Em 2008, na II CNPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 20013a) havia cerca de 233 (duzentas e trinta e três) resoluções e recomendações aprovadas¹¹¹ e a análise indicou demanda por lazer em três momentos. Um destes tratava especificamente de lazer, esporte e cultura, voltados às mulheres, o outro o elencava em um rol com demandas diversas e, no terceiro, o lazer foi citado em uma moção aprovada que tratava de segurança pública. O II PNPM (BRASIL, 2008a) citava uma ação que previa lazer, restrito ao sistema prisional feminino. Sem mencionar o termo lazer, apareciam ações relacionadas ao acesso a atividades culturais, em especial, via pontos de cultura.

A III CNPM, em 2012, aprovou 91 (noventa e uma) resoluções e nenhuma mencionava o lazer, apesar de ele ter sido citado nas falas de abertura (palestras) de alguns eixos. O esporte, o turismo e as atividades físicas e culturais também não foram mencionados, entretanto, no III PNPM (BRASIL, 2013a), o lazer foi citado quinze vezes, considerando linhas de ação, objetivos gerais e específicos, ações e metas. Além dele, estavam contemplados a cultura, o esporte e, pela primeira vez, o turismo. É importante lembrar que este III PNPM (BRASIL, 2013a) foi elaborado a partir da III CNPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013b), mas, principalmente, de uma ação transversal no governo federal, na qual cada órgão teve a responsabilidade de apresentar propostas, as quais foram submetidas para aprovação.

A última conferência da série histórica, até o momento, foi a IV CNPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2016). No relatório final constavam 94 (noventa e quatro) resoluções ou propostas temáticas que mencionam o lazer duas vezes, em relações que apresentam diversas demandas. A resolução 39 prevê: “Garantir a economia do cuidado com a construção e ampliação de creches, berçários, áreas de **lazer**, restaurantes populares e esporte em bairros e comunidades” (SOARES; MELO, 2016, p.31, grifo meu). Além dela, na resolução 22 consta:

Assegurar os direitos das mulheres em todos os seus ciclos de vida, da infância à velhice, nos mais diversos setores: saúde, com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos, garantindo interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, educação, transporte, habitação e moradia, emprego, **lazer**, renda, segurança, saneamento básico e enfrentamento à violência (SOARES; MELO, 2016, p.20, grifo meu).

111 Nem todas as resoluções, recomendações e propostas foram numeradas e não consta no documento justificativa para tal atitude.

Além dos dados encontrados, o lazer pode estar incluído em demandas lançadas de forma genérica, a exemplo desta que consta da I CNPM (COMISSÃO ESPECIAL TEMÁTICA E DE RELATORIA, 2004): “70. Estender à empregada doméstica **todos os direitos** assegurados às demais trabalhadoras e trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho” (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004, p. 114, grifo meu). No entanto, considerando a dificuldade de associação, uma vez que o lazer poderia, ou não, ter sido lembrado como um dos referidos direitos, optei por não considerar esse tipo de alusão para a elaboração do gráfico.

O estudo de Vicente (2018) “As mulheres e seus tempos: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde” cujo critério de participação foi estar trabalhando e ter filhos que ainda demandassem cuidados, em relação ao tema cuidar de si, revelou que um dos maiores anseios das mulheres que fizeram parte do estudo seria praticar esportes e atividades físicas. No entanto, a sobrecarga de responsabilidades faz com que esse desejo vá sendo postergado e não se torne sequer uma demanda.

Diante desses dados percebo pistas as quais indicam que as demandas por lazer apareceram de forma restrita nas conferências, nos PNPMs, nas pautas dos Movimentos Sociais participantes da pesquisa e em outros estudos, o que pode corroborar com a afirmação de pouca legitimidade deste enquanto direito social. Loreta associou isso à pouca cultura de vivência deste direito pelas mulheres.

3.3.4 “Não tem uma cultura do boteco, com os amigos, no sábado” (LORETA)

McDowell (1992) afirma que, na década de 1980, passou a ter ênfase a ideia de que para estudar a situação da mulher, tendo presente sua condição majoritária de subordinada ao homem e a construção do feminino como versão inferior da idealizada de masculino, dever-se-ia investigar tanto os homens e a masculinidade como as mulheres e a feminilidade. Entendo que seja importante fazer uma conexão com lazer dos homens, não em termos comparativos, mas para tentar perceber o que, enquanto cultura, favorece sua vivência e que esteja ausente entre nós, mulheres. Margarida do Campo falou de como percebe esta relação no meio onde vive.

Lá no roçado os homens têm o lazer do futebol, do baralho, de uma festa, tudo. A gente não consegue sair, porque, se tiver um filho, geralmente quem vai ficar cuidando do filho, raridade, raridade, talvez, de cem, se tira um homem que fique pra mulher poder ir fazer um exercício, uma caminhada. Por mais que seja simples o lazer ou o exercício que a mulher for fazer, é muito difícil o homem ficar para a mulher sair,

porque geralmente quem faz isso são os homens (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

A fala de Margarida do Campo reforçou que, sendo responsável pelo trabalho de cuidados, o tempo da mulher é dividido entre ele, o trabalho, no caso dela, no roçado, e os afazeres domésticos, enquanto o tempo de lazer do parceiro é mais preservado e diversificado.

Para melhor compreender a relação mulheres e trabalho, Ávila e Ferreira (2014) focaram o olhar na pesquisa “Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente”. A análise dos dados reforça as impressões acerca das diferenças entre as vivências de lazer de homens e mulheres:

as menções ao lazer (quando ocorrem, em geral de modo estimulado) tornam essa diferença ainda mais evidente – eles costumam realizar atividades fora de casa, sozinhos ou acompanhados por amigos, ao passo em que as mulheres falam, sobretudo, não de si, mas de atividades que envolvem os filhos (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 64).

Além deste aspecto, Ávila e Ferreira (2014) constataram que, para as mulheres, ver a novela é o que mais aparece como um tempo para si. Trata-se do breve período, após ou mesmo durante o cumprimento de todas as tarefas cotidianas necessárias ou possíveis, em que elas vivenciam entretenimento. Quando indagadas sobre quais atividades de lazer realizam no seu dia a dia, 44% (quarenta e quatro por cento) das mulheres citaram, espontaneamente, o assistir à novela. Conversar com amigas(os), (31% – trinta e um por cento); passear (27% – vinte e sete por cento); jantar com a minha família (23% – vinte e três por cento); navegar na internet (3% – três por cento); ir à igreja (2% – dois por cento); assistir a filmes (2% – dois por cento); ler (2% – dois por cento); ir ao cinema (2% – dois por cento); e ir à academia (1% – um por cento). No entanto, o que chamou atenção da equipe de pesquisa foram as 22% (vinte e dois por cento) das entrevistadas que citaram espontaneamente não realizar nenhuma atividade de lazer no seu dia a dia. “Talvez, por termos na vida cotidiana pouca experiência de viver o lazer, a gente não tenha construído uma reivindicação forte sobre ele” (FLORA, 02/10/2019).

Para evitar generalizações, Margarida lembrou que, algumas vezes, o não ter tempo livre e o não vivenciar o lazer ocorre por opção das pessoas “São as escolhas, né? Você não pode ter as duas coisas, aí, é escolha da gente!” (MARGARIDA, 26/08/2012). No entanto, estes casos são exceções, uma vez temos percebido tratar-se de um constructo social que define papéis, os quais interferem diretamente no uso dos tempos das mulheres e dos homens e, como consequência, em outros aspectos da vida. Ao ser impedida de vivenciar determinadas experiências, a mulher passa a não ter certas oportunidades e novos regimes de verdade vão

sendo constituídos e incorporados aos discursos e às práticas culminando, muitas vezes, na falta de opção, como relatou Loreta.

Eu também tenho uma mãe, de meia-idade, que mora no Espírito Santo, ela tem tido muitos problemas de saúde tanto saúde física quanto saúde mental. E eu fiquei um dia aqui, assim, maturando o que eu poderia dizer pra ela fazer, pra ela ficar melhor, sabe, pra ela conseguir criar, ampliar a rede de amizades dela e tudo mais. Eu acho que essa meia-idade, assim, é um processo muito duro pra maioria das mulheres, principalmente, para mulheres como a minha mãe, que não têm grandes perspectivas de trabalho ou de estudo, qualquer coisa, então, é um momento bastante duro pras mulheres. Aí, eu fiquei pensando no que eu podia falar pra minha mãe fazer. Eu falei pra ela pra ir pra igreja, acredita? Tipo assim, tentando ajudar ela a dar algum sentido na vida dela (LORETA, 15/09/2019).

Barral (2012) afirma que a interação face a face, proporcionada pelos encontros cotidianos em alguns espaços, no caso específico da sua pesquisa, o bar, produz ação de reciprocidade entre os indivíduos. O autor menciona a sociedade, concebida de forma ampla, se realiza nas ações cotidianas entre os indivíduos. Ao ficar retida pelas responsabilidades domésticas e familiares, a mulher tem suas oportunidades de ser parte desta sociedade restringidas. No momento em que as responsabilidades cessam ou diminuem, fica o vazio percebido por Loreta, em relação à mãe.

Em termos de demandar lazer, a não possibilidade de vivência no dia a dia parece interferir na percepção do direito e se conectar à dificuldade de uma mudança de perspectiva. As breves vivências proporcionadas nos encontros não se mostraram significativas o suficiente para interferir positivamente neste cenário. Dora, Assistente Social, atuando há mais de 30 anos na área, falou sobre isso.

A única vez que eu vi, assim, que as mulheres colocaram mesmo a questão do lazer foi um encontro de política pública. A gente estava fazendo oficina com as mulheres do quilombo, no processo de enfrentamento à violência das mulheres da cidade, da floresta e das águas. As mulheres do quilombo, em Paraopeba, colocaram que uma coisa que elas queriam é que tivesse uma praça, que elas pudessem ter espaços de lazer, porque os homens tinham muitos botecos na cidade, no quilombo, e elas queriam uma praça para que pudessem ter lazer, né? Inclusive com o negócio da Academia da Cidade. Foi a única vez que eu vi as mulheres reivindicando alguma coisa de lazer (DORA, 19/07/2019).

Fica a interrogação acerca de qual lazer elas teriam na praça? A escassez de vivências e de reflexões a respeito pode ter contribuído com a ênfase menor à prática de atividades físico-esportivas pelas mulheres, como constata-se nas diversas pesquisas mencionadas. Além delas, Goellner *et al.* (2010) pesquisaram e identificaram as motivações que envolvem a participação das pessoas nas atividades desenvolvidas em um programa social de esporte e lazer. As

respostas de homens e mulheres para as questões sobre o que gostavam de fazer no tempo livre e o que entendiam por lazer diferiam. Os homens ficaram no viés ativo e mais coletivo, voltado para o espaço público, com esporte, convivência com amigos, festas e afins, entendendo o lazer como diversão, liberdade e relaxamento. Já as mulheres tenderam, em sua maioria, ao mais passivo, individual e vivenciado no âmbito doméstico, com descanso, atividade física, atividades familiares, assistir à televisão e até atividades domésticas. Focaram no descanso, na saúde, na casa e na família (GOELLNER *et al.* 2010).

No curso da história, homens e mulheres foram educados praticando exercícios diferentes, o que era aconselhado para os homens não correspondia ao que as mulheres deveriam realizar. Essa separação, baseada na biologia dos corpos, terminou por engendrar-se na cultura brasileira determinando o que é masculino e o que é feminino [...] observamos, ainda, quando a identidade de gênero acaba por ser atravessada pela identidade sexual (p. 13-16).

Ratificando estes dados, o “Diagnóstico Nacional do Esporte” (DIESPORTE)¹¹², divulgado pelo Ministério do Esporte (2015), apontou que 45,9% (quarenta e cinco vírgula nove por cento) da população brasileira era considerada sedentária. Entre as mulheres, este percentual era de 50,4% (cinquenta vírgula quatro por cento) das entrevistadas, contra 41,2% (quarenta e um vírgula dois por cento) dos homens que afirmaram não ter praticado esportes ou atividade física. Na mesma direção, os resultados da pesquisa “Cultura nas Capitais” (LEIVA; MEIRELLES, 2018) apontaram que mulheres assistiam mais à televisão e liam livros, entre os homens, o esporte se sobressaía, seguido pela televisão. “O resultado parece ter relação com o papel atribuído às mulheres, o preconceito e a desigualdade de gênero” (p. 57).

Ou seja, o espaço de lazer é generificado e generificador, uma vez que produz e reproduz “comportamentos, ações, discursos e práticas diferenciadas para homens e mulheres, que reafirmam representações hegemônicas de masculinidade e feminilidade” (GOELLNER *et al.* 2010, p. 18). Sentimos as consequências disto nas nossas relações com o lazer.

Eu acho que eles [os homens] vivenciam com mais tranquilidade, eles têm o direito, assim, eles, (pausa) faz parte do cotidiano da vida deles o lazer, faz parte o boteco, faz parte o futebol, faz parte do jogo de truco, faz parte da vida deles. Eu já vi muito militante masculino falar: “no dia da pelada, eu não posso participar de reunião”. O outro dizer “no dia que tem jogo de futebol, não pode ter reunião!”. As mulheres não têm isso, os homens, tipo assim, têm o lazer como um tempo reservado, já, isso é dado pra eles como um direito, o que não é o caso das mulheres, pras mulheres, isso não é a mesma coisa (DORA, 19/07/2019).

112 Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/diesporte/>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

Flora complementou:

Os homens já têm possibilidade de vivenciar o lazer, porque estão liberados de muitos encargos, pelo menos, o lazer, no sentido de um tempo livre que se dedica, não a uma política de lazer que a gente defenda para todas as pessoas, mas os homens têm um tempo mais liberado [...] Eles têm uma subjetividade mais liberada para viver isso. (FLORA, 02/10/2019).

Os discursos e as tecnologias de subjetivação são heterogêneos. Os processos são submetidos a relações de poder e estas atuam nos comportamentos, corrigindo condutas culturalmente consideradas inadequadas, ou seja, certos padrões de comportamento, histórica e culturalmente instituídos, podem ser modificados. O machismo da sociedade responsabiliza a cultura que, por sua vez, acaba por naturalizá-lo. No entanto, a categoria gênero e suas diferenças são culturalmente construídas e, apesar de os discursos apontarem para uma masculinidade hegemônica, há homens que também se deparam com barreiras culturais que os impõem a impossibilidade de sentir dor, de se emocionar, a obrigação de dominar a tecnologia e de serem competitivos para estarem “enquadrados” (SALES, 2014). A restrição imposta às mulheres e a alguns homens, para viverem determinadas práticas, desenvolverem habilidades e competirem em alguns jogos, interessa à manutenção das diferenças de gênero, por isso, é descrita como natural e tende a ser mantida, se não houver resistência.

Embora com interesses diferentes, como consequência dos constructos históricos, as mulheres, mesmo reivindicando pouco, alimentam anseios pela possibilidade de vivenciar o lazer, como demonstram os dados da pesquisa Lazer no Brasil (STOPPA; ISAYAMA, 2017). Em relação a estes anseios, Cabeza (2019) respalda a preocupação de Loreta, ao alertar para o fato de que, mesmo tendo condições e possibilidades de vivenciar o lazer, não há garantia de que isto se transforme em experiências gratificantes. Para o autor, o lazer é parte das vivências pessoais como um todo e, por isso, não depende apenas das circunstâncias em que ocorre, mas dos valores, da formação e do desenvolvimento pessoal de cada uma, ao que eu acresceria, da cultura.

Eu acho que, também, a dificuldade é um pouco de entender o que é esse lazer, até da mulher entender o que é esse lazer, o que é o seu “dia de folga”. O que você faz no seu dia de folga. Não tem a cultura de ver o futebol no domingo, do boteco com os amigos, no sábado, não tem, né? Eu acho que a minha geração vai criar essa perspectiva [...] A gente não nasceu, né? A gente não foi criada pra ser feliz, a gente foi criada para servir, então, o que é o lazer? É difícil, né? (LORETA, 15/09/2019)

A ausência de entendimento acerca do lazer e suas vivências pode dificultar a percepção de que ele é o espaço também da mulher, que pode ou não incluir outras pessoas,

relacionamentos e grupos de resistência e que o que é socialmente construído e promovido como um código de comportamento adequado de gênero afeta significativamente as atividades de lazer. Sem reconhecer ou ter consciência disto, muitas vezes, as próprias mulheres se impõem restrições e obstáculos sobre estas experiências (PRENTOU, 2016). Margarida (26/08/2019) fez uma reflexão nesta direção: "O acesso à informação é mais restrito, não tem aquela coisa, sabe, de você abrir o leque [...] Se a educação foi precária, OK, mas o importante não é isso, é o que essa pessoa consegue fazer da sua vida".

Assim, uma das principais barreiras para o usufruto do lazer, agravada para as mulheres mais empobrecidas e com menor escolaridade, tem sido a absoluta ausência de contato com o direito ao lazer e o desconhecimento acerca das opções para vivenciá-lo, a exemplo das atividades artísticas e culturais. Condições de vida precárias e excludentes retiram das mulheres oportunidades para vivenciar, usufruir e, até mesmo, conhecer uma série de opções de lazer.

O não acesso às informações acerca das opções existentes tem outro efeito mencionado por Flora (02/10/2019): “na nossa existência hoje, muitas vezes, o que as pessoas enxergam como lazer é consumir, eu não enxergo [assim], mas a grande maioria enxerga. Comer alguma coisa na lanchonete etc. e tal”. Flora se referia aos dias atuais, mas esta questão é antiga, pois o mesmo sistema capitalista que está na origem do lazer, tendo sido este último vinculado ao tempo livre, encarregou-se de criar produtos a serem comercializados para a ocupação deste tempo. Desde então, a chamada indústria cultural ou do lazer lucra e cresce ofertando produtos e equipamentos para a diversão e o entretenimento. Ortega (2000) afirma que, a partir do século XX, com o advento dos parques temáticos e *shopping centers*, a tendência passou a ser a de se conceber a ideia de utilização dos espaços públicos coletivos unida àquela de consumo de mais uma mercadoria, um bem econômico a ser usufruído por poucos, conseqüentemente, o gozo do lazer e destes espaços não seria para todas as pessoas.

Além do espaço, Baptista; Pereira e Almeida (2019) lembram que, no mundo globalizado, assim como o trabalho, o tempo livre tende a ser considerado como um produto comerciável cujo valor econômico é significativo:

Apesar da diversidade dos contextos culturais e geográficos em que um certo modo de produção capitalista de consumo e produção global se instalou, por todo o lado se espera que sujeitos e comunidades se definam a partir do lugar que ocupam no mercado, quer nos seus tempos de trabalho, como produtores de bens e serviços, quer nos seus tempos livres, como consumidores desses ou de outros bens, especificamente criados para fornecer produtos de lazer e distração. Em suma, o que deveria ser um tempo dedicado ao ócio tornou-se mais uma oportunidade de negócio (p. 7).

Para que a oportunidade se transformasse em negócio, foram desenvolvidas estratégias, com foco na comunicação. Neste sentido, Debord (2003), chama a atenção para a propagação de imagens do consumo dos tempos que remetem às férias, às viagens, aos momentos de ócio, representados à distância e desejados. Tais imagens vinculam os produtos à felicidade, à alegria, ao prazer, à liberdade e a outros aspectos que envolvem a subjetividade das pessoas.

Abordando a questão, Lipovetsky e Serroy (2015) denominam de “Era do *kitsch*”¹¹³ aquele momento que teria se constituído acompanhando o capitalismo criativo e a sociedade de hiperconsumo. Iniciamos a orientação para o objeto, pelo *kitsch* da loja de departamentos e do supermercado, e estamos evoluindo para um *kitsch* de divertimento cujos focos são a imagem e o espetáculo (publicidade; clipe; moda; parque de lazer; turismo; *show business*). Se, na primeira fase, importava a relação com as coisas, agora predomina a busca por experiências imediatas e variadas que distraem e divertem. O consumo atua como vetor de animação e de renovação dos momentos vividos. “Não é tampouco uma ‘arte da felicidade’, centrada no conforto, mas antes uma estética do espetáculo e do relaxamento; menos uma forma patológica da arte do que uma arte irônica voltada para a imediatez do prazer” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 220).

Neste cenário busca-se consumir animação para que a vida pareça permanentemente enriquecida por sensações diversas, oriundas de viagens, de novidades, de espetáculos, de decibéis. Lipovetsky e Serroy (2015) chamam a isto de anseio por uma vida estética, na qual a busca do prazer, da excitação e da satisfação perfeita e imediata é “sagrada”, torna-se primordial. Tal atitude diante da vida exige menos produtos, porém, mais serviços e itens culturais baseados no imaterial e este comportamento pode gerar ansiedade, sensação de vazio, depressão, adicção, perda de confiança em si, depreciação de si. “Se a ética estetizada é construída em nome da felicidade e da livre posse de si, há que se observar que ela só se desenvolve acompanhada de novas formas de desposseção subjetiva” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p.277).

Apesar das investidas e inovações do mercado, o sistema capitalista se sustenta a partir de classes sociais, nas quais poucas são as pessoas que dispõem de recursos para adquirir o lazer tido como mercadoria. Conectando a linha da renda àquela da escassez de espaços e de políticas que favoreçam vivências de lazer e, a essas a outra linha que representa a pouca

113 Em alemão, a palavra *kitsch* associa-se ao ato de atravancar, amontoar, fazer coisas (móveis) novas a partir de outras, velhas. Há, ainda, relação com coisas vulgares, belas, mas não autênticas, ingênuas, sentimentais ou infantis.

educação para e pelo lazer, focada na ideia de um direito social que merece ser tratado como tal, e uma quarta que traz as características de uma sociedade cada vez mais ocupada e individualista, assim, aponto aqui uma parte da cartografia que revela o cenário do lazer de parcela significativa das pessoas em relação a ele.

Nesta direção, pesquisas como aquela denominada Lazer no Brasil (STOPPA; ISAYAMA, 2017) demonstram que assistir televisão ocupa parcela do tempo livre das pessoas. Canclini (2011) trata esta questão como a audiência da cultura a domicílio, a partir da qual as pessoas passam a priorizar o ambiente doméstico, inclusive, para acompanhar a programação oferecida pelo rádio, pela televisão, pela *internet*, enquanto que a participação em instalações públicas, como em cinemas e teatros, ou em espaços microssociais urbanos (café, centro comunitário, clube), tem decrescido.

Com este tipo de comportamento, a proximidade física nos centros urbanos que deveria, pela lógica, reduzir o distanciamento social, facilitar o contato humano e combater o isolamento, tem revelado uma sociedade cada vez mais individualista. Lefebvre (1999) já indicava esta tendência como uma consequência do processo de aceleração incondicional das comunicações e da tecnologia que substituíram a imagem do homem ativo por aquela do consumidor, como razão de felicidade.

A pesquisa de Sennet (1988) analisou as formas de sociabilidade, comunicação, representação e atuação das pessoas no espaço público e privado, buscando compreender a evolução das trocas das relações de socialização por bases impessoais. O autor tomou como marco a decadência do Império Romano, quando a vida pública pareceu ter começado a se tornar uma obrigação formal, enquanto a vida privada passou a ganhar ares de um fim em si mesma, em um processo que culminou nas concepções intimistas contemporâneas. A vida pública foi sendo esvaziada e a intimidade hipervalorizada, enquanto possibilidade de aconchego e confiança, em contraponto às decepções, ranços e vazios do mundo impessoal exterior. Assim, “quanto mais privatizada é a psique, menos estimulada ela será e tanto mais nos será difícil sentir ou exprimir sentimentos” (SENNET, 1988, p. 9).

O mercado parece ter feito uma leitura precisa da hipervalorização do espaço individual e criado produtos diversos para ocupá-lo. Apesar disto e como toda a realidade é múltipla e heterogênea, Cabeza (2019) afirma que, mesmo com o avanço da indústria do lazer que privatiza o entretenimento público pelo consumo e tira do tempo livre a adjetivação de um tempo para si, é possível perceber um crescimento da busca pelo lazer com foco na melhora geral das pessoas, como um tempo pessoal, limitando as restrições impostas externamente.

As linhas de fuga seriam provocadas por questões como a trazida por Lipovetsky (2007) que afirma que “a festa oferece a oportunidade de desfrutar um tipo de prazer que o consumo mercantil e individualista favorece pouco, ou seja, a experiência da felicidade comum, a alegria de reunir-se, de compartilhar emoções, de vibrar em uníssono com a coletividade” (p. 254). Chamo a atenção para a adjetivação “pouco”, utilizada pelo autor, pois Baptista (2019) lembra que é preciso sermos mais críticos antes de emitirmos um juízo de valor, como aquele que afirma que todo o lazer, fora da indústria cultural, seja bom, enquanto o dela seria plástico.

Pensar na possibilidade de um lazer humanista, enquanto possibilidade de superação dos utilitarismos e da comercialização que tomaram conta do lazer na sociedade de consumo, é a sugestão de Baptista (2019). Trata-se de entender o lazer como algo gratificante e primordial para a pessoa, incluindo-o na escala de valores individuais e na formação das pessoas, criando possibilidades de resistência ativa diante dos apelos sociais pelo consumo.

Na opinião emitida por Flora, o papel do poder público poderia fazer diferença diante deste cenário.

3.3.5 “Tem a ver com o pouco acúmulo desse debate, do ponto de vista da política pública” (FLORA)

Existem poucas, poucas políticas, né? A gente vai para a praia, tem serviços ali; quem tem praia. A gente dependente muito das nossas próprias riquezas naturais para ter uma possibilidade de lazer. A gente tem poucos parques, a gente tem praças depredadas, também tem uma visão do lazer como estar na praça, estar no parque, mas tem tantas outras possibilidades que não são garantidas, né? E eu acho que a gente tem uma precariedade da política de lazer nesse sentido, pelo menos, talvez, eu desconheça, mas eu acho que ela está muito distante dessa ideia de um de um tempo que possa ser dedicado à construção de si, né? Um tempo de fruição (FLORA, 02/10/2019).

Flora questionou a ausência de políticas públicas que favoreçam o acesso ao lazer e Helenira reforçou tratar-se o lazer de um direito pouco reconhecido pelas mulheres

A partir do momento que você tem uma outra vivência dentro da universidade, te possibilita enxergar que você, enquanto mulher, você também tem o direito ao lazer. Isso, dentro da universidade, faz com que, no futuro, você procure isso, você constrói um novo núcleo familiar, novo modelo familiar que possa dar conta dessa nova realidade da mulher que também se vê como um sujeito que tem o direito ao lazer. (HELENIRA. 02/08/2019)

Flora e Helenira falaram de um direito que passou a figurar entre os direitos humanos, no cenário mundial, quando incluído na pauta da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. O Artigo 24 do documento prevê: “Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a [sic.] limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas”.

Na mesma década foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (BRASIL, 1943), que, embora simbolizasse uma “forma de adaptação ao sistema socioeconômico e político adquirido pelo capitalismo” (PINTO, 2008, p. 81), era o marco do reconhecimento legal de um “tempo social” para os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as). A CLT (BRASIL, 1943) se constituía de uma série de regras que disciplinavam as relações de trabalho e nas quais ficavam regulados os períodos de descanso, o direito a férias e o direito à previdência social.

Outro marco legal que inclui o lazer foi a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), aprovada em 1988, que estabeleceu vários direitos e objetivos fundamentais. O lazer foi incluído na Carta Magna como um direito social fundamental de todo o cidadão e cidadã, em um contexto marcado: pela retomada da democracia; pela urbanização acelerada; pela industrialização crescente; pelo início das inovações tecnológicas; e pelos debates sobre a legislação trabalhista. Assim, o art. 6º prevê: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, *on-line*).

A partir da Constituição federal (BRASIL, 1988), pode-se dizer que a previsão legal passou a prever a garantia de direitos que envolviam três campos de exercício da cidadania, conforme destacado por Marshall (1967). Além dos sociais, o autor elenca dois outros grupos de direitos: os civis (que preveem o direito: de ir e vir; de liberdade de expressão; de se organizar; de propriedade; e de justiça) e os políticos (como o direito: ao voto; à informação; e a ser candidata(o) em eleições).

É importante destacar que, na Constituição federal (BRASIL, 1988), as políticas sociais ganharam reconhecimento, o que poderia facilitar o acesso dos(as) cidadãos/cidadãs aos serviços básicos e permitir a redução das desigualdades sociais. Foram criadas, pelo marco legal, condições necessárias ao seguro social coletivo, à ampliação dos direitos da população e ao rompimento da restrição que tornava os serviços de políticas sociais uso exclusivo do(a) cidadão/cidadã contribuinte. O lazer, a alimentação, o trabalho e os direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais e urbanos(as), a moradia, a segurança, o transporte, a proteção à maternidade e à infância e a assistência às pessoas desamparadas passaram a ser considerados

direitos sociais. De acordo com Coutinho (1999, p. 62), os direitos sociais “permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual [e cultural] criada pela coletividade”. Nesta perspectiva, torna-se dever do Estado proporcionar às(aos) cidadãs(ãos) o acesso a esses direitos considerados fundamentais, imprescindíveis, irrenunciáveis e indelegáveis.

Além do artigo sexto, entre as funções a serem atendidas pelo salário mínimo, definidas no art. 7º da Constituição federal (BRASIL, 1988), consta:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos, que lhe preserve o poder aquisitivo, sendo vendada a sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988).

Santos (2014) analisou o processo de entrada do lazer no texto da Constituição federal (BRASIL, 1988) e percebeu que houve compreensão, por parte de atores políticos e de sugestões populares, de que ele seja fundamental para a vida da população brasileira. No entanto, a autora ressalta que não foi possível identificar mobilizações e organização, de parte da sociedade civil, que justificassem sua inserção entre os direitos sociais do artigo 6º.

O lazer foi localizado por Santos (2014) nos materiais utilizados pela Assembleia Nacional Constituinte e a maior parte dos documentos tinha como autoria parlamentares constituintes conhecedores da pauta. Por outro lado, a autora identificou que a população se manifestou em relação à cultura fazendo associações com o lazer que aparece, ao lado do esporte e da recreação, como o terceiro tema da cultura mais citado nas sugestões populares. Para a autora, isso “demonstra que a população compreendia que lazer é cultura, diferentemente do próprio Estado que separa o setor da cultura do setor do lazer e que, ao implementar políticas que têm como objeto a cultura, não entende que está implementando possibilidades de lazer” (p.1317).

Santos (2014) identificou, ainda, demandas populares por lazer no processo constituinte, vinculadas a temáticas como o esporte, o turismo, a educação, a justiça social, a saúde e o salário mínimo. Isto indica que, apesar de não haver mobilização popular específica em torno da temática, o lazer apareceu integrado a outras demandas. Marcellino (2008) aborda esta questão, ao afirmar que o lazer é valorizado pela população, ainda que isto não seja verbalizado, por uma série de motivos, e aponta que, quando se convive com as pessoas, é possível perceber a necessidade dos valores do lazer em suas vidas. O autor aborda a mesma associação identificada por Santos (2014) nas políticas públicas apontando a dificuldade enfrentada pelo direito social ao lazer para alcançar um lugar próprio entre as políticas no

campo. Diante desta dificuldade, o lazer ou é omitido ou aparece vinculado a áreas como Esporte, Educação, Turismo e Cultura.

Além da Constituição federal (BRASIL, 1988), ou talvez a partir dela, o lazer aparece em marcos legais, tais como: na Lei do SUS, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (BRASIL, 1990a); no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990b); no Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001); no Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003b); na Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015b), na Lei Maria da Penha, Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006a), entre outros.

A Lei do SUS, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (BRASIL, 1990a), em seu art. 3º, trata o lazer como um dos elementos necessários à saúde integral.

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social (BRASIL, 1990a).

O ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990b), o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003b), e a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015b), preveem a obrigação da garantia do lazer às crianças, aos(as) adolescentes, às pessoas idosas e com deficiência. Os dois primeiros têm os art. 4º e 3º, respectivamente, idênticos.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990b; BRASIL, 2003b).

O normativo das pessoas com deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), amplia o leque de direitos a serem garantidos, mantendo o lazer entre eles, no art. 8º.

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à

profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros (BRASIL, 2015).

Além disto, os estatutos dedicam um capítulo específico para grupos de direitos, entre os quais o lazer está incluído. Outro normativo analisado foi o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), cuja finalidade é estabelecer diretrizes gerais da política urbana, onde o lazer é mencionado entre as funções sociais da cidade, no art. 2º.

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2001).

Tratando de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha, Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006a), também aponta o lazer entre os direitos a serem garantidos.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2006a).

A chegada do lazer a este patamar, acompanhado da prescrição de igualdade, sem distinção de qualquer natureza, no caso da Constituição federal (BRASIL, 1988), representou um progresso e afirmou o desafio de avançar do marco legal para a vida real. As reivindicações que encontramos nos documentos dos movimentos que participam desta pesquisa, bem como nas falas das entrevistadas, como a da Helenira, por exemplo, constatando que algumas mulheres se percebem como sujeitos deste direito ao lazer, a partir das vivências no espaço universitário, são um indicativo de que, isoladamente, a previsão legal não tem dado conta de garantir o direito ao lazer.

A maior parte das leis que elenquei inclui o lazer entre as responsabilidades do Estado, no entanto, uma das dificuldades de fazer com que ele passe a ser visto e tratado como direito está relacionada à escassez de políticas públicas. Menicucci (2010) destaca que, no campo do lazer, elas são iniciativas relativamente recentes e que, apesar de já terem existido ações que constituiriam uma política nacional de lazer, ainda não se poderia assumi-las como algo explícito, articulado ou concretizado, por ser o lazer realizado de modo frágil e desarticulado.

Apesar de tratar-se de uma referência datada em 2010 (de Menicucci), as entrevistadas desta pesquisa, quase uma década após, não indicaram perceber avanços na questão, em especial, no tocante às políticas públicas de lazer que contemplem as mulheres.

Pinto (2014) reforça a questão dos diferentes perfis de políticas públicas, afirmando que as ações de desenvolvimento do lazer no Brasil vêm sendo, “sustentadas por políticas diferentes, até mesmo contraditórias, onde cada uma tem o desejo de promover certo tipo de sociedade e determinadas relações entre sujeitos, instituições e setores sociais” (p.61). Ao ser incorporada pelas pautas transversais, esta diversidade pode mascarar a realidade e colocar foco no caráter funcional do lazer, como uma política destinada a compensar ou reparar problemas sociais de determinados grupos.

O lazer como direito social é um paradoxo, e, por esse motivo, entendo que sua garantia pressupõe um conjunto de superações individuais e coletivas que constroem verdadeiras arenas culturais. Esses espaços de disputa simbólica, em que os conflitos não são cirurgicamente tratados, forjando uma espécie de ‘eugenia intelectual’ são fundamentais para a conquista do lazer como direito social, mas principalmente, para a consolidação e o fortalecimento do processo democrático (SILVA, 2015, p. 161).

Com vistas a contribuir com a conscientização de gestores(as) públicos(as) sobre as questões a serem observadas no desenvolvimento de políticas públicas de lazer, Melo (2003) aponta alguns aspectos a ser considerados nos processos de planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação:

trabalhar os diversos interesses humanos (conteúdos culturais do lazer); construir o equilíbrio entre o consumo e prática das atividades culturais; ampliar o acesso às manifestações da cultura erudita; resgatar as manifestações da cultura popular; criticar as da cultura de massa; e ser uma forma de contribuir para a conscientização dos envolvidos, com a compreensão da dupla dimensão educativa do lazer, sem que isso signifique abandono das características de ludicidade dos momentos de lazer (MELO, 2003, p.126).

Tais aspectos se devem ao fato de o próprio conceito de lazer dificultar a definição do escopo de uma política voltada para a sua garantia. O lazer tem sido definido de diferentes formas e associado a conteúdos diversos, ou seja, torna-se dependente das configurações com que instituições e profissionais se apropriam de tais conceitos e os colocam em prática, inclusive entre as políticas públicas.

Entendo que as políticas públicas devem ser focadas no plano das necessidades e demandas, especialmente quando envolvem amplas questões sociais. O foco em necessidades e demandas pode sugerir o uso do termo políticas sociais, ao invés de políticas públicas.

Refletindo a respeito, opto por tratar a política pública como o foco da garantia de direitos sociais, guiados pelo princípio da igualdade, ou, como afirma Pereira (2008), tendo como referência que a política pública engloba a política social, ou, que a “política social é uma espécie de gênero da política pública” (p.92).

Diante da diversidade e complexidade de questões que demandam atitude e enfrentamento, por parte do Estado, a política pública deveria constituir-se a partir das demandas da sociedade que traduzem uma gama de necessidades das cidadãs e dos cidadãos, especialmente aquelas(es) que têm mais dificuldade de acesso aos direitos sociais, por ações de qualidade, construídas de forma participativa e integrada. A intensidade desta integração e do envolvimento da sociedade no processo varia de acordo com o perfil do Estado, no sentido amplo, das diretrizes e dos objetivos de cada gestão. Porém, ambos são indispensáveis, se o resultado almejado se traduz por ações que deem conta da garantia universal dos direitos sociais.

Se pensarmos nas políticas públicas como sequenciais, com a entrada na agenda (identificação e construção do problema), a produção de alternativas, a tomada de decisões, a implementação, a avaliação e a conclusão, podemos imaginar etapas, com certa linearidade. Este tipo de abordagem dá à ação uma visão linear, vê a sua conclusão como solução do problema, o que não existe na realidade, além de subestimar a função e as decisões políticas. Os processos de formulação e implementação de políticas públicas, por exemplo, se confundem em muitas situações. Além disto, o fato de determinada política ter sido implementada e até mesmo avaliada não significa que a necessidade da população tenha sido sanada e a demanda encerrada. Uma vez que as necessidades aumentam e as ações do poder público vão sendo restringidas por projetos como o neoliberal, por exemplo, as condições de vida se tornam cada vez mais difíceis para parcela da população, como a resolução da CUT explicita:

80. A ausência de serviços públicos de qualidade tem seus efeitos nefastos especialmente sobre as mulheres. Na falta desses serviços, são as mulheres as principais responsáveis em garantir o bem-estar de todos: a socialização das crianças, o cuidado com os/as doentes, a busca por alimentos. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2014a, p.33).

A CUT aponta para a centralidade das responsabilidades sobre a família nas mulheres, a qual tem levado alguns governos a pensarem políticas públicas com um olhar focalizado, a exemplo do Programa Bolsa Família (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL–

SEDES –, 2018, *on-line*)¹¹⁴ que, desde sua concepção, prioriza as mulheres como responsáveis pelo recebimento do benefício financeiro. Embora esta iniciativa tenha gerado resultados positivos, a AMB faz uma reflexão acerca deste tipo de política, considerada neofamilista, pois entende que tal iniciativa acaba por enfatizar a orientação que sobrecarrega mais as mulheres e reforça a divisão sexual do trabalho que as oprime. Flora explicou que

A gente criticou as políticas públicas com esse conceito de neofamilismo, porque eram políticas que tinham uma nova roupagem, na medida que eram definidas para as mulheres, mas, ao mesmo tempo, reproduziam a divisão sexual do trabalho que se apropria do tempo das mulheres pra garantir as condicionalidades. A gente fazia a crítica no sentido de avançar na política (FLORA, 02/10/2019).

Assim, até mesmo uma priorização das mulheres em determinadas ações pode interferir na disponibilidade de tempo para nós mesmas e, como consequência, afetar o nosso lazer. Estes e outros fatores, sobre os quais venho falando, além de restringirem as vivências de lazer de muitas mulheres, parecem estar constringendo as demandas por políticas públicas.

Amaral (2004) percebeu este constringimento, não só em relação às mulheres, quando estudou o Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre. Apesar de verificar avanços, em termos do poder decisório da população na reivindicação e na definição das políticas públicas, a autora percebeu que as demandas por lazer não eram contempladas entre as principais prioridades. “Não é possível afirmar que a discussão do lazer no OP seja definidora do surgimento de uma participação cidadã” (AMARAL, 2004, p. 1). Para a autora, questões como a visão histórica que liga o lazer à manifestação físico-esportiva afetam as demandas relacionadas a ele.

Assim como identificou Amaral (2004), as opções públicas e privadas de acesso ao lazer no Brasil, historicamente, foram formuladas e desenvolvidas a partir de premissas que encobriram a inclusão das mulheres, já que, na maioria das vezes, não as consideraram na elaboração, organização e instituição dos programas e projetos de lazer. Marcellino (2002) constatou nesta forma de fazer política o que denominou de “todo inibidor”, em relação ao gênero, que impõe barreiras à prática, à fruição e à participação cultural das mulheres.

Buscar compreender o lugar das mulheres nas políticas públicas de lazer é um desafio ao qual nós, estudiosas(os) da área, ainda precisamos nos dedicar. Em uma busca pelo conjunto de termos lazer, mulheres/gênero e políticas públicas, nos títulos do banco de dissertações e

¹¹⁴ Criado em 2004, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que elas consigam superar a situação de vulnerabilidade.

teses do PPGGIEL, como já mencionado aqui, não identifiquei nenhum trabalho. Já no banco da BDTD, do IBICT¹¹⁵, verifiquei que havia um estudo local (sobre Florianópolis) e um acerca de um programa específico (Programa Segundo Tempo)¹¹⁶. Ao utilizar termos referentes ao conteúdo físico-esportivo, como esporte e Educação Física, no lugar do lazer, também apareceram poucas pesquisas relacionadas às mulheres/gênero e políticas públicas.

A resolução 208 da I CNPM demanda atenção para a relação mulheres, esportes e/ou atividades físicas e lazer.

Considerar as práticas esportivas como ações educativas fundamentais, formativa e de saúde, que deverão contemplar ações conjuntas com os profissionais de educação física, com o objetivo de desenvolver metodologias de atividades físicas atentando para a dimensão de gênero, referenciando conteúdos e práticas na área da educação física e esportiva, e de **lazer** (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004, p. 135, grifo meu).

Tomando como premissa que introduzir políticas específicas ou que tenham a preocupação de incluir as mulheres, assegurar o lazer como um direito, assume relevância por se colocar como um fator essencial à promoção da cidadania, à inclusão social e ao desenvolvimento humano, entendo que as ações educativas demandadas podem contribuir para que o conteúdo físico-esportivo, mas não só ele, seja conhecido, acessado e, quem sabe, demandado pelas mulheres.

Parece ter sido esta a direção adotada no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) 2013-2015 (BRASIL, 2013a, 2014a)¹¹⁷. Consta que sua elaboração considerou o quadro de emergência de novas e renovadas ações e de políticas públicas para as mulheres, buscando contemplar e assegurar o direito ao lazer, dando ênfase ao estímulo às práticas esportivas pelas mulheres e à ampliação de sua participação nos programas e projetos públicos voltados para o esporte e o lazer (BRASIL, 2014a).

115 Disponível em: <<http://bddd.ibict.br/>>. Acesso em 08 maio 2020.

116 Programa Segundo Tempo (PST), “desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, o qual visa oferecer atividades de múltiplas vivências esportivas para estudantes de diversas faixas etárias, no contraturno escolar. O programa é dividido em três vertentes: Padrão – crianças e adolescentes de 6 a 17 anos; Paradesporto – pessoas com deficiência a partir de 6 anos de idade; e universitário – discentes de universidades” (SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, 2019a, *on-line*).

117 A partir da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em dezembro de 2011, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) deu início ao processo de pactuação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015. O PNPM é o principal marco do compromisso do Estado brasileiro com a igualdade de gênero e, em sua última edição, incluiu o esporte como temática específica. Ações de responsabilidade compartilhada com o Ministério do Esporte foram agregadas, a fim de promover a participação e a inserção igualitária de mulheres e homens nos espaços de esporte e lazer, considerando as dimensões étnico raciais, de condição social, orientação sexual, identidade de gênero, geracionais e mulheres com deficiência.

Gregory (2014) ressalta, em relação ao III PNPM (BRASIL, 2013a), que houve uma determinação com relação à promoção e ao fortalecimento da participação das mulheres no lazer, mas chama a atenção para o fato de que ampliar e qualificar a participação não seja uma questão isolada, pois isto demanda uma conjunção de esforços. Neste sentido, é necessário aprofundar, difundir e espalhar o debate aqui proposto, contribuindo para que tais questões ganhem espaço nas agendas e envolvam a sociedade civil e órgãos governamentais nas diversas esferas.

A análise dos materiais referentes aos PNPMs, nos quais constam responsáveis pelas ações elencadas, mostrou demandas por lazer vinculadas a áreas diversas, como Educação, Cultura, Segurança Pública e Esporte. Isso apareceu com mais ênfase nos dois primeiros (BRASIL, 2004; BRASIL, 2008a), quando o Ministério do Esporte não foi envolvido na elaboração. No momento em que isto ocorreu, no III PNPM (BRASIL, 2013), as demandas passaram ter um direcionamento a ele e a programas e ações de sua responsabilidade, a exemplo da Meta D, que foi “Incluir a equidade de gênero nas diretrizes de todos os projetos de esporte, **lazer** e atividade física implementados pelo Ministério do Esporte” (BRASIL, 2013a, p. 76, grifo meu). As ações propostas para alcançá-las seguiram na mesma direção.

8.7.1. Estimular a criação do Comitê de Gênero no Ministério do Esporte e a adoção de políticas para inserção igualitária das mulheres no esporte e **lazer** nos estados, Distrito Federal e municípios.

8.7.2. Estimular a participação de meninas e adolescentes nas atividades esportivas nas escolas, nos Programas Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade¹¹⁸, Recreio nas Férias¹¹⁹, bem como nas Olimpíadas Escolares e Universitárias.

8.7.3. Estimular a participação das mulheres adultas e idosas nos Programas Vida Saudável¹²⁰, Esporte e Lazer da Cidade e Pintando a Cidadania¹²¹.

118 Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): “[...] se desenvolve a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e de lazer, sejam eles localizados em regiões urbanas ou rurais, em comunidades e povos tradicionais ou povos indígenas. É no núcleo, considerado centro de convivência social, que as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas. As praças, as quadras, os salões paroquiais, os ginásios esportivos, os campos de futebol e os clubes sociais são exemplos de espaços destinados aos núcleos” (SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, 2017, *on-line*).

119 Projeto Recreio nas Férias intitulado inicialmente “‘PST 10 anos - Celebrar com Sustentabilidade’. A ação, realizada no período de férias escolares” (SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, n.d., *on-line*).

120 Programa Vida Saudável “[...] visa oportunizar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer para o cidadão idoso, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos” (SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, 2019b, *on-line*).

121 Pintando a Cidadania “foi criado a partir do Pintando a Liberdade. As unidades são instaladas em áreas de vulnerabilidade social, em conjunto com as lideranças locais e as Organizações Não Governamentais (ONGs)”. Já o Pintando a Liberdade “acontece dentro do sistema penitenciário e oferece aos presos uma oportunidade de trabalho, por meio da confecção de materiais esportivos para utilização no PELC e PST. Os participantes têm a redução de um dia em sua pena a cada três dias trabalhados. Além disso, recebem salários, que são pagos em duas etapas: uma parte durante a pena e a outra fora da penitenciária” (SILVA; BORGES, 2015, *on-line*).

8.7.4. Realizar campanhas nacionais de incentivo à prática esportiva pelas mulheres, com ênfase nos benefícios para a saúde e qualidade de vida (BRASIL, 2013a, p.80, grifo meu).

Este tipo de demanda chama a atenção para a necessidade de um olhar atento às diversidades dos públicos beneficiários das políticas públicas de lazer, no sentido de garantir que as demandas e necessidades de cada público sejam consideradas determinantes da(s) ação(ões).

Helenira destacou o fato de que, em alguns casos, geralmente concentrados em grandes centros urbanos, as demandas por lazer acabam sendo absorvidas por outras organizações que não o poder público e o mercado:

Gosto muito das públicas [opções de lazer]. Quando eu morava no interior, eu morava em Araçoba, eu tinha muito mais dificuldade para encontrar opções de lazer que fossem públicas. O que tinha era na cidade vizinha, o *shopping* né? É tipo tudo pago. Mas, hoje, em São Paulo, tem mais iniciativas, muitas. Assim, o que eu mais consumo são iniciativas que são, que têm um acesso gratuito, porém, não são públicas, são de ONGs, são de outros movimentos, do próprio Movimento Social (HELENIRA, 02/08/2019).

Para que o poder público desse conta de atender a anseios, como aquele de Helenira ou ao que previu no III PNPM (BRASIL, 2013a), Amaral (2004) sugere que “as políticas de lazer precisam ser pensadas como uma política de governo ou com ações para ensejar uma transversalidade ou intersectorialidade com outros setores da administração” (p.1).

Um dos aspectos que envolve tais políticas e que, nesta cartografia a que me proponho aqui, aparece afetando diretamente às mulheres diz respeito aos espaços públicos gratuitos para o lazer e à dificuldade de acesso a eles, sobretudo, em cidades grandes. Apesar de algumas resoluções das conferências que analisei demandarem mais espaços públicos específicos de lazer, as falas na mesa de negociações trouxeram pistas que estabeleceram outra conexão, a do espaço público no seu todo com a violência.

3.3.6 “Como usar espaço público sem ser assediada?” (Helenira)

O processo de urbanização e as questões do espaço público são vínculos centrais entre o lazer e as políticas públicas, em especial, em relação à ocupação do espaço. Historicamente os espaços públicos de lazer tendem a ser planejados e ocupados, segundo uma lógica eurocêntrica, branca e masculina. Por esta cultura, as pessoas de segmentos empobrecidos, as

negras, as mulheres, as pessoas com deficiência, entre outras, ficam excluídas do acesso a um conjunto de espaços e manifestações de lazer.

Modificar isto é uma demanda que cresce proporcionalmente aos processos de urbanização e ao lazer, tido como demanda social. Embora as práticas de diversão possam ser observadas, em todas as sociedades ao longo da história, foi a partir de meados do século XVIII que surgiram as primeiras elaborações teóricas com olhares para o lazer. Esta atenção incluía também preocupações, uma vez que “à medida que as cidades cresciam e desenvolviam-se, redes de sociabilidade independentes do controle real direto, aumentaram os locais onde estranhos podiam regularmente se encontrar” (SENNETT, 1988, p. 32). O autor afirma que nesta época foram realizadas construções de grandes parques urbanos e feita a abertura de ruas, para proporcionar o passeio de pedestres, como forma de lazer. Ganharam destaque os cafés (*coffeehouses*), os bares (*cafes*) e os centros sociais, antigas estalagens para paradas de diligências. O teatro e a ópera deixaram de ser restritos a uma pequena minoria e foram abertos para um grande público. Marcellino (1995) afirma que democratizar o lazer implica na democratização do espaço, desta forma, estes foram passos importantes à entrada do lazer na agenda pública.

A difusão das comodidades urbanas ultrapassou o pequeno círculo da elite e alcançou um espectro muito mais abrangente da sociedade, de modo que até mesmo as classes laboriosas começaram a adotar alguns hábitos de sociabilidade, como passeios em parques, antes terreno exclusivo da elite, caminhando por seus jardins privativos ou “promovendo” uma noite no teatro. No campo das necessidades, como no campo do lazer, surgiram padrões de interação social adequados ao intercâmbio entre estranhos e que não dependiam de privilégios feudais fixos nem do controle monopolista estabelecido por favores régios (SENNETT, 1988, p.32).

Apesar do aparente avanço, os padrões de interação não foram pensados para todas as pessoas. A título de ilustração, Escaldante (2016) analisou a relação das mulheres com a noite e com o planejamento urbano e evidenciou que, historicamente, o planejamento tem omitido as contribuições e demandas das mulheres, das pessoas de cor, indígenas, LGBTs e outros grupos, historicamente excluídos das estruturas de poder e tomadoras de decisão. A omissão existente acaba por levar a um planejamento focado em interesses simplistas, universalistas e padronizados que não consideram as diversidades presentes nas cidades e replicam as desigualdades, ao privilegiar o modelo “ideal” masculino. As mulheres, em particular, têm sido excluídas do tempo urbano noturno, pelo modo como seus corpos são socialmente definidos e controlados. A noite, em especial, do mundo ocidental, foi historicamente conceituada como

proibida, por tratar-se de tempo e espaço “perigoso para elas” tanto em aspectos ligados ao lazer quanto ao trabalho.

Na mesma direção, Garcia (2008) lembra que os espaços urbanos de lazer que as mulheres podem usar são limitados e, muitas vezes, controlados, seja a partir de vivências e experiências adquiridas no período da infância, seja por imposições culturais, ou por medo. Em relação a este tipo de barreira, as participantes da II CNPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013a) aprovaram uma moção de apoio ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006 (BRASIL, 2006b) que na época tramitava no Senado Federal e definia os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Entre os motivos do referido apoio, apareceu:

Segundo pesquisas, 10% da população brasileira (18 milhões de pessoas) têm orientação sexual homoafetiva e como vivemos numa sociedade que impõe a heterossexualidade como norma, milhões de pessoas com práticas sexuais homoafetivas sofrem discriminação na família, nos locais de trabalho, **nos espaços de lazer**, dentre outros, de forma impune (violência física, agressão verbal e, muitas vezes, chegando a assassinatos) (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013a, p. 124, grifo meu).

Para evitar que o processo de urbanização torne a vida humana nas cidades algo penoso e arriscado, é preciso que se pense o planejamento urbano resgatando a funcionalidade e a qualidade dos logradouros públicos contemplando toda a população. Ao abordar o lazer como uma dimensão da vida, Rechia (2017) também o vincula ao espaço público.

O lazer é um fenômeno sociocultural amplo e complexo, historicamente mutável, central para a análise da sociedade, o qual envolve questões identitárias, políticas, de sociedade e desenvolvimento de sujeitos, numa perspectiva orgânica e processual, o que implica a análise de três polos distintos, porém complementares – espaço, tempo e ludicidades –, potencializados nos ambientes públicos urbanos (RECHIA, 2017, p. 4).

Assim, pensar o lazer implica, necessariamente, pensar o espaço urbano, levando em consideração a sua dimensão coletiva. Lefebvre (1999) afirma isto, ao tratar da importância do tempo, dos ritmos da cidade e do habitante, e defende o direito do(a) morador(a) urbano(a) à cidadania, ou seja, a um espaço que lhe garanta o direito à educação, ao trabalho, à cultura, ao descanso, à saúde e à moradia. Essa dimensão coletiva do espaço urbano precisa estar presente nos processos de planejamento.

Vincular espaços públicos a planejamento e políticas públicas pode favorecer sua apropriação e Rechia (2006) afirma que este movimento está socialmente condicionado ao

poder simbólico do lugar com os laços de afetividade que as pessoas estabelecem entre si, em determinado ambiente. A autora exemplifica que a representação de uma quadra esportiva em uma planta seria apenas a representação gráfica de uma estrutura físico-espacial, já a estrutura construída pode dar elementos para interpretar determinadas relações sociais, como localização, abrangência e acessos. São as vivências e práticas ali concretizadas, da apropriação daquele bem entre grupos sociais, que vão fornecer sentidos e significados a esta parcela do espaço urbano.

Por isso, ao se discutir as práticas e experiências nos espaços urbanos, um aspecto é relevante: o uso dos espaços como lugares de lazer. Neste âmbito, há de se considerar a crescente presença deste elemento nas pautas de discussão dos(as) pesquisadores(as), dos(as) políticos(as), das organizações da sociedade civil e da sociedade em geral, uma vez que, sendo um direito social, o lazer pode ser vivenciado de diferentes formas e em lugares diversificados.

Com vistas a contribuir com a criação de oportunidades para as vivências de lazer, as cidades precisam democratizar oportunidades, resgatar a funcionalidade e a qualidade dos logradouros públicos e melhorar a circulação das pessoas. Lefebvre (1999) afirma que uma cidade ambientalmente equilibrada tem como objetivo o planejamento integrado e o uso do espaço urbano e rural com visão de futuro, contemplando as atividades humanas e os elementos naturais de reprodução da vida em sociedade e não a mera reprodução do capital. O autor trata o lazer, ao mesmo tempo, como processo e produto de construção, (re)significação e circulação de valores, conhecimentos, sentimentos, experiências e desejos.

No caso das mulheres, os sentimentos, experiências e desejos são afetados por valores socialmente construídos, como destaca Helenira:

Fora você ter tempo para o lazer, que já é um primeiro desafio, o segundo desafio é, tipo, como usar espaço público sem ser assediada. Uma mulher vai fazer uma ginástica, ela vai atravessar a rua e usar o parque ou a praça, que tem perto da sua casa, para fazer uma ginástica, se tá com um *short*, só de atravessar a rua e chegar até esse parque, quantos assovios ela ouviu? (HELENIRA, 02/08/2019).

Em relação a isto, Hooks (2009) escreve sobre a importância de se pensar o espaço da cidade pelas feministas, abordando a falta de liberdade de ir e vir e de ocupar espaços públicos, mencionada por Helenira:

Esquinas sempre foram espaços que pertenciam aos homens – um território patriarcal. O movimento feminista não alterou isto. Assim como não era poderoso o suficiente para ter de volta a noite e fazer do escuro um lugar seguro para que as mulheres se escondessem, passeassem e caminhassem à vontade, não foi capaz de mudar o éthos da esquina – gênero e igualdade no local de trabalho, sim, mas a esquina da rua

transforma cada mulher que ousa se esconder em um corpo para vender a si mesma, um corpo procurando drogas, um corpo caindo. O feminino à espreita, persistente, descansando em um canto da rua, é vista por todos, olhado, observado. Quer ela queira ou não, ela está presa para o predador, para o homem, seja ele cafetão, a polícia, ou apenas um transeunte. Nas cidades as mulheres não têm território ao ar livre para ocupar. Elas devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Elas devem ter um destino. Elas não podem demorar-se ou ficar (HOOKS, 2009, p. 143, tradução minha)¹²².

O território é tratado aqui enquanto um espaço social delimitado, o qual remete a processos históricos, culturais, identitários, simbólicos e, a depender da situação, afetivos, de construção e de vivência que definem o uso e a apreensão dos sujeitos. Compreender os territórios e sua ocupação demanda desvelar os elementos culturais, sociais e políticos que se fazem presentes no uso, na gestão e no desenvolvimento territorial (GOMES; FALCÃO, 2019).

Sem a pretensão de compreender os espaços, mas com o desafio de pensar acerca do lugar das mulheres nos territórios de lazer, deparei-me com falas, como aquela de Dora, citando as mulheres do quilombo onde atuou, demandando espaço para lazer ou falando das usuárias do Sistema Único de Saúde, para as quais a UBS e a igreja são quase os únicos espaços públicos permitidos culturalmente, inclusive para o lazer; ou aquela fala da Flora, citando a praia como uma das poucas opções de lazer que as mulheres acessam gratuitamente; ou o apontamento feito por Loreta que só lembrou da igreja para sugerir à mãe como opção de lazer; ou da Helenira apontando que, nas cidades pequenas, as opções de lazer são escassas e pagas. Tomei estas falas como pistas que indicaram o fluxo de invisibilidade na relação mulheres e espaço público formando mais uma barreira para o acesso ao lazer.

Como ressalta Hooks (2009), a rua é um exemplo de espaço público que não é pensado, sequer nas cidades planejadas, para garantir o acesso específico para as mulheres, até porque elas pouco participam deste planejamento “O medo sentido por elas ao se deslocarem pelas ruas é um dos fatores que limita a sua mobilidade no espaço urbano” (MACHADO, 2018, p. 215).

As apropriações feministas nos lugares acontecem a partir da vivência entre as mulheres, onde elas se constroem como feministas e constroem, ao mesmo tempo, os feminismos. Em meio a uma série de limitações, em uma relação com e entre os lugares da cidade, as mulheres os criam e recriam (MACHADO, 2018, p. 215).

122 “*Street corners have always been space that has belonged to men — patriarchal territory. The feminist movement did not change that. Just as it was not powerful enough to take back the night and make the dark a safe place for women to lurk, roam, and meander at will, it was not able to change the ethos of the street corner — gender equality in the workplace, yes, but the street corner turns every woman who dares lurk into a body selling herself, a body looking for drugs, a body going down. A female lurking, lingering, lounging on a street corner is seen by everyone, looked at, observed. Whether she wants to be or not she is prey for the predator, for the Man, be he pimp, police, or just passerby. In cities women have no outdoor territory to occupy. They must be endlessly moving or enclosed. They must have a destination. They cannot loiter or linger*” (HOOKS, 2009, p. 143).

Barbosa, Liechty e Pedercini (2013) procuram demonstrar os motivos pelos quais entendem que parte dos espaços públicos, em especial os de lazer, foi pensada a partir da figura masculina e prestando pouca atenção nas diferentes realidades vividas pelos habitantes de uma cidade, a exemplo das mulheres. Grandes parques distantes de onde as pessoas moram, pouca segurança, iluminação e até falta de banheiros afastam mais as mulheres que os homens destes espaços. As autoras acreditam, ainda, que, por vezes, o medo e a insegurança das mulheres nos espaços públicos são maiores, porque foram socialmente construídos, e que os riscos que elas correm acabam por restringir o acesso, uma vez que são reais, dadas as circunstâncias já pautadas aqui. Na opinião da jovem Helenira, o medo existe, é real e reforçado pelas condições dos espaços públicos.

O espaço público é feito sem estrutura nenhuma para as mulheres, quando é mais escuro, fica mais fácil das mulheres serem assediadas, serem estupradas. Muita gente, muitas mulheres têm medo de sair na rua, de usar o espaço público, porque essas questões de infraestrutura já colocam a mulher numa posição de fragilidade [...] O espaço público não é preparado para o acesso da mulher (HELENIRA, 02/08/2019).

Para a efetivação da apropriação dos espaços públicos, não basta que possamos percorrer ou estar neles, precisamos tornarmo-nos componentes dos lugares. Este movimento transformaria os espaços e as próprias mulheres.

As mulheres não só constroem o espaço urbano através de suas presenças nos lugares, mas elas se apropriam deles, para então construírem as suas identidades e assim, tornarem-se constituintes daquele lugar. Elas se apropriam do espaço a partir de suas ações de reconhecimento nele (MACHADO, 2018, p. 215).

Margarida fez uma fala que reforça que as construções variam de acordo com os marcadores identitários que interferem, inclusive, em que espaço cada uma de nós, mulheres, ocupa: “Ela [a empregada doméstica] não tem o mesmo lazer que eu tenho. Eu posso me permitir ir a uma estreia no cinema [...]. O dela, normalmente, é ir à igreja, porque ela é evangélica e ela vai à igreja; eu acho que é o lazer dela e só” (MARGARIDA, 26/08/2019).

Quando o acesso a certas áreas é garantido para algumas pessoas e negado para outras e quando o espaço é segregado por grupos diferentes que não interagem, perdem-se as referências e ideais de abertura, igualdade e liberdade, essenciais para a vida social. “Mas se é verdade que todos os seres humanos conscientes e livres possuem o mesmo valor, a mesma dignidade, também é verdade que a posição e as oportunidades determinam os problemas que se colocam a cada um” (BEAUVOIR, 2018, p. 54).

Construí, até aqui o que Deleuze e Guattari (1997b) chamam de rizomas, nos quais as questões não começam nem concluem, elas se encontram sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. Os autores descrevem o que chamam de “características aproximativas” ou “princípios” que sustentam a linha central para pensar, agir e desenhar percursos abertos e, ao mesmo tempo, consistentes para compor e decompor conexões.

Seguindo esses princípios, consegui perceber elementos de poder e da política, alguns fluxos possíveis, além de mapear elementos da cultura, enquanto construção de sentidos, que mais desconectam e transversalizam a relação mulheres e lazer do que conectam. Tendo em vista estes aspectos, tenho, agora, o desafio de identificar as linhas de fuga que indicam as resistências e potencialidades construídas na mesa de negociações, no sentido de intervir para a possível ideia de um lazer feminista.

PARTE IV: CARTA DO ENCONTRO – MANIFESTO PELO DEVIR DE UM LAZER FEMINISTA

Nós, militantes de Movimentos Feministas, de Movimentos de Mulheres e de Movimentos Sindicais, reunidas nesta mesa de negociação¹²³, tendo a pesquisadora como mediadora, dialogamos acerca da relação mulheres, lazer e Movimentos Sociais de defesa dos nossos direitos. O agenciamento que criamos aqui formou uma vontade de potência que produziu e expandiu nossa realidade, sendo por ela afetada (DELEUZE, 2002). Este processo confirma a afirmação: “Mulheres são como águas, crescem quando se encontram!” (PEREIRA, 2018, *on-line*) Foi isto que aconteceu aqui: um agenciamento que produziu crescimentos, que fez desejos conhecidos e inibidos se modificarem, se revelarem, percorrerem pistas, criarem rotas de fuga e se reterritorializarem, a partir da linguagem. Desmontamos, esmiuçamos, questionamos os dispositivos de poder, expusemos regimes de visibilidade, de invisibilidade e de dizibilidade, para nos apropriarmos, experimentarmos e criarmos sentidos possíveis. Estes sentidos nos remetem ao desejo ativo, no sentido empreendido por Deleuze e Guattari (2010), por ser razão desejante.

Mais do que respostas, produzimos bons problemas e pistas que agora compartilhamos. De que maneira nós, mulheres, cada uma com suas especificidades, podemos nos relacionar com o nosso próprio lazer, sem focá-lo nos outros, seja enquanto inibidores, estimuladores ou mesmo beneficiários dele? Como comprometermo-nos com nosso próprio desejo de lazer e de prazer, enfrentando as relações culturais de poder que os inibem? O que fazer para conquistarmos e controlarmos conscientemente nosso próprio tempo? Como não reproduzir a lógica cultural que cria em nós um desejo passivo, vinculado ao familiar, ao doméstico, ao cuidado, inclusive, no nosso tempo de lazer? O que fazer para controlarmos o risco de cair na armadilha do sistema que cria a dependência do desejo de lazer e de prazer ao consumo?

Certamente não temos as respostas, mas o que criamos em cada um dos momentos nos permite, agora, sem a pretensão de produzir generalizações, verdades ou mesmo modelos, falar das pistas possíveis que nossas subjetividades coletivas criaram em torno dessas questões.

As linhas e conexões que foram se formando revelaram condicionantes ao nosso desejo de lazer para as quais entendemos ser necessário criar linhas de fuga. Uma delas diz respeito ao nosso tempo. Precisamos conquistar um tempo para cada mulher criar a si mesma em sua

123 O “nós” aqui sou “eu” que, mantendo o formato da tese, redigi a carta, a partir dos dados produzidos que não trato como “meus”, tendo em vista terem sido tecidos por muitas mãos, ao longo da história de lutas das mulheres.

multiplicidade, tempo este no qual possamos vivenciar o desejo ativo de fazermos o que quisermos, o qual tenha elementos que nos indiquem opções para esta escolha. Conectaram-se a essas condicionantes necessidades como: de superação de aspectos relacionados ao sistema capitalista de produção, reprodução e distribuição da riqueza; de existência de políticas públicas vinculadas aos cuidados, à reprodução da vida e ao lazer; de condições para utilização plena do espaço público e de construção de experiências comuns de vivência do lazer como forma de ampliarmos nossas opções e possibilidades.

Buscamos por “políticas que liberem o tempo das mulheres para produzirem sua autonomia financeira, para avançar nos estudos e na profissionalização, para ter lazer, prazer e para ter um tempo para si” (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013b, p. 53). O tempo que reivindicamos deverá ser nosso, com liberdade de escolha para dizermos “sim” ou “não”, ou seja, para nos posicionarmos, para experimentarmos e agirmos em relação ao que acontece nele dando qualidade à nossa existência. Com isto, buscamos mais oportunidades de incidirmos sobre o que somos. "Um tempo para você poder criar a si mesma" (FLORA).

Queremos, inclusive, conquistar a capacidade de usar nosso tempo para não fazer nada, sem culpa. Precisamos disto para o bem viver, para desenvolver novas potencialidades de vida. Este bem viver remete à vida em harmonia conosco mesmas, com a família, entre nós, mulheres, com a sociedade e com a natureza. Rompemos com o hábito que nos é imposto culturalmente de perder ou ver passar a vida tentando ganhá-la.

Tratamos de construir nossa subjetividade no entrelaçamento de poderes, saberes e vozes de autorreferência. Não é “algo abstrato, trata-se da vida, mais precisamente, das formas de vida, das maneiras de sentir, de amar, de perceber, de imaginar, de sonhar, de fazer, mas também de habitar, de vestir-se, de se embelezar, de fluir etc.” (PELBART, 2000, p. 37). Foucault (2011) nos ajuda na construção desta linha força, ao trabalhar com o conceito de *epimeleia heautou*, como o cuidar de si, referindo-se à responsabilidade que temos de nos constituirmos como pessoas que se conhecem, são livres e têm o domínio sobre suas vidas. É o cuidar de si como a “arte da existência”, que assume a dimensão de uma “cultura de si”, segundo a qual é necessário que a pessoa ocupe-se de si mesma, atentando para o corpo, a mente e o espírito, a fim de, por meio deles, dar atenção à própria vida, nos tempos pessoal e social, na busca da felicidade (FOUCAULT, 1985). Nesta perspectiva, o exame de consciência para o conhecimento de si ocupa um lugar proeminente e demanda tempo e energia. “Poderíamos dizer que o tempo de cuidado de si seria um tempo em que o indivíduo é sujeito, um tempo que

pertence ao sujeito, portanto, um tempo que repercute positivamente na própria qualidade de vida” (VICENTE, 2018, p.12).

Conclamamos todas as mulheres a perseguirem esta forma de estar no mundo, agir nele e relacionar-se com as outras pessoas, sugerida pelo filósofo "então, o tempo livre seria pra cuidar um pouco da gente" (MARGARIDA DO CAMPO), ou seja, "Um tempo para você poder criar a si mesma, um tempo livre, como um tempo de criatividade, um tempo livre, como um tempo de respirar, um tempo livre, como um tempo de viver o prazer" (FLORA).

Para isto, reivindicamos o direito às vivências, trocas de metodologias, resgate de saberes e potenciais, aprendizagem de técnicas, realização de reflexões por intercâmbios orientados à formulação de uma perspectiva feminista de bem viver. Um bem viver que

assume a postura ética que deve reger a vida humana: cuidar de si mesmo e dos outros seres (humanos e não humanos), buscando sempre equilíbrios que garantam o fluxo da vida. Um mundo inspirador de harmonias e equilíbrios, onde a vida está acima de qualquer outra consideração (ACOSTA, 2019, p. 62).

A beleza, o domínio sobre nossos desejos e o conhecimento como busca da verdade. Trata-se do desafio de intervirmos conscientemente sobre nós mesmas e construirmos nossa própria subjetividade, nossos desejos, resistindo e ou estando conscientes em relação às intervenções externas (CABEZA, 2019).

Os movimentos, eles têm um desafio de pensar o que faz com o tempo livre, mas pensar no tempo livre para a mulher fazer o que ela quiser, né? Para a mulher descansar, para poder ter espaços de convívio, poder fazer outras coisas que ela quiser, inclusive essa coisa, (pausa) ter espaço de lazer (DORA, 19/07/2019).

Apontamos o desejo de um lazer orientado por e para esta realidade que criamos, como uma possibilidade de recriarmos-nos, de cuidarmos de nós, de bem vivermos. Isto implica em termos liberdade para buscarmos o que nos satisfaz, de conquistarmos o tempo de lazer como um tempo de autocuidado, mirando o bem-estar psicossocial, físico e emocional, no qual teremos oportunidade de criarmos acontecimentos que ampliem a autonomia sobre nossos direitos, vontades e desejos “O lazer, o cuidado de si e o ambiente, social e historicamente construído, são fatores decisivos para a saúde integral do ser humano” (VICENTE, 2018). Neste sentido, a fala de Flora nos representou:

Tempo livre é uma possibilidade pra ter liberdade. Então, uma definição que eu acho que (pausa), eu acho que tem que fazer no tempo livre: aquilo que você livremente quer fazer. Se o seu tempo livre é tomado por uma imposição, pela imposição do trabalho, pela imposição do cuidado, então, ele não está sendo livre, nem porque ele

não existe objetivamente, mas porque ele está sendo constringido por uma determinação social. Então, o livre do tempo tem um sentido muito mais profundo, na minha opinião; não é só o tempo desocupado, ele é um tempo de vida em liberdade, esse tempo de vida em liberdade, ele é um tempo para si, eu acho que o tempo livre é um tempo pra si, ainda que a sua definição seja: eu quero ir com outros, fazer alguma coisa com outros [...] tempo livre como algo necessário para libertação e para emancipação das mulheres, a emancipação objetiva e a emancipação subjetiva (FLORA, 19/07/2019).

Esta emancipação acena para nosso desejo de felicidade, vinculada ao lazer, como explicou Loreta:

Mesmo nesse cenário de total obscurantismo que a gente está vivendo, eu acho que a gente não pode perder de vista a luta pela felicidade e eu acho que o lazer tem a ver com isso, com a felicidade. Não que seja a felicidade plena, mas momentos de felicidade são o que nos garante, de alguma maneira, ser feliz e eu acho que é nesse sentido que a gente fala, as mulheres também merecem ser felizes. E o que é uma vida de felicidade? É uma vida em que você consiga ter, no seu cotidiano, o prazer. E aí o prazer pode ser uma leitura, o prazer pode ser um filme, o prazer pode ser um livro, o prazer pode ser o sexo, o prazer pode ser muita coisa, o prazer pode ser o esporte, não é? Pode ser se cuidar na academia, mas que seja um tempo das mulheres (LORETA, 15/09/2019).

Queremos produzir esse desejo ativo de lazer, de prazer enquanto razão desejante de Deleuze e Guattari (2010), causada por nós mesmas e não pelo viés da falta, criada externamente, que favorece a busca por realidades pouco significantes e sonhos dificilmente alcançáveis, porque geradores de novos desejos. No lugar da falta a criação do real que produz a própria existência, “desejar é construir um agenciamento, construir um conjunto [...] o desejo é construtivismo” (DELEUZE, 2002, p. 15).

Se o desejo produz, ele produz real. Se o desejo é produtor, ele só pode sê-lo na realidade. O desejo é esse conjunto de sínteses passivas que maquinam os objetos parciais, os fluxos e os corpos, e que funcionam como unidades de produção. O real decorre disso, é o resultado das sínteses passivas do desejo como autoprodução do inconsciente. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 43)

Desejo é, então, o elemento que articula a expressão e o conteúdo. Cartografar desejos é buscar os atos que preenchem seus elementos. Um dos atos com o qual nos deparamos no processo desta cartografia diz respeito à (im)possibilidade de vivência do espaço público como um dos inibidores do desejo de lazer, de momentos de felicidade e de prazer. Calió (1997) nos alerta que, no conteúdo das lutas travadas pelos Movimentos de Mulheres, está presente, por vezes, de forma indireta, a consciência da segregação espacial que o urbano lhes impõe. Neste sentido, nossas lutas são:

formas de apropriação do espaço traduzidas por uma verdadeira releitura indireta do urbano patriarcal. Em todo o mundo mulheres estão tomando consciência dos problemas espaçotemporais impostos pela organização da cidade e ressentidos na sua vida cotidiana, inventando práticas de apropriação e de autogestão do espaço, demonstrando publicamente sua existência. Desse modo, elas politizam o cotidiano das relações entre os sexos, articulam uma série de demandas e as impõem às instâncias políticas. (CALIÓ, 1997, p. 7)

Adotamos a sugestão de Calió (1997) de incorporarmos às nossas lutas a feminilização dos conceitos de planejamento e da prática das políticas públicas, para a construção de estratégias que melhorem a vida das mulheres, levando em conta nossas especificidades, aqui vinculadas ao lazer, incorporando-as às ações. Esta opção contribui com o atendimento de diversas demandas e resoluções identificadas na busca aqui empreendida.

A incorporação destes conceitos não se deve a uma criação externa às demandas dos Movimentos Sociais de defesa dos direitos das mulheres. Ela faz parte da razão desejante desses movimentos e é manifesta de várias formas. A Resolução 151, da I CNPM representa nosso desejo em relação ao espaço público.

151. Garantir políticas que organizem os espaços públicos, refletindo a possibilidade de convívio com as diferenças de gênero, raça e etnia, geração, classe social, orientação sexual e deficiência, garantindo equipamentos e serviços adequados às suas necessidades tais como creches, postos de saúde, espaços de esporte e lazer, saneamento, etc, equipamentos de esporte e lazer voltados para a mulher, integrado à realidade (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004, p. 126).

Nos anais da III CNPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013b), afirmamos que: “É preciso cobrar também em cada esfera de governo para que haja o investimento efetivo na infraestrutura social necessária para que as mulheres possam ter igualdade no mundo político, no mundo do trabalho, no mundo do lazer e no mundo da cultura” (p. 72). Na mesma direção, a Plataforma Política Feminista (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2002) menciona, no desafio 113:

Aumentar o investimento de recursos em projetos habitacionais que garantam direito à moradia e a terra urbana, assegurados a infraestrutura necessária, o transporte, e os demais serviços públicos, bem como os equipamentos sociais de apoio às tarefas domésticas, e ainda os espaços de lazer para as gerações presentes e futuras” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2002, p. 16).

Tendo em vista estas resoluções e as nossas percepções, reiteramos a necessidade de um planejamento integrado do espaço público. A urbanização, o crescimento do número de habitantes, o avanço tecnológico do mundo do trabalho e do modelo de organização espacial das cidades separam física e simbolicamente as pessoas. Simbolicamente porque, além do

distanciamento físico, a sociabilidade é reduzida e a fragmentação das identidades coletivas e sociais é reforçada, favorecendo o individualismo. Este processo alimenta a possibilidade de inferiorização de determinados segmentos sociais, entre eles as mulheres, em especial daquelas com menor poder aquisitivo, transformando a segregação, o isolamento e a discriminação em hábitos.

Na luta contra a inferiorização, a UBM lançou, em 2012, o manifesto intitulado “Queremos Mais” (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES, 2012). Entre os desejos registrados, trazemos para a nossa pauta o que reivindica: “Cidades mais humanas, com medidas que melhorem a vida cotidiana das mulheres, como iluminação pública eficiente, equipamentos sociais, saneamento, esporte, cultura e lazer, transporte e habitação”¹²⁴ (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES, 2012, n.p).

Reiteramos, assim, que as necessidades humanas são históricas, subjetivas, materiais e imateriais, ou seja, são construídas a partir da realidade de vida e do cotidiano de cada uma/um e de cada sociedade. Quando identificadas e reconhecidas como indispensáveis à vida e à dignidade humanas, passam à categoria de direitos sociais. Sua efetivação, por sua vez, é realizada pelas políticas públicas. Parece estarmos falando de um processo simples, sequencial e linear, mas a multiplicidade de questões envolvidas configura-o como um desafio no dia a dia. A estes atos de desejo, os quais estão vinculados ao espaço público, conecta-se a vontade de estar, criar e vivenciar experiências com outras mulheres, como explica Margarida do Campo:

Que a gente tenha as práticas integrativas pra ouvir, pra sentir, pra não só a gente se sufocar no serviço [...]. A gente trabalha tanto e a gente não tem aquele momento de ouvir realmente o que a gente está sentindo, porque, às vezes, as pessoas acham que “a gente é de ferro”, que a gente não é humana, que a gente não é mulher, que a gente não pode chorar. A gente sente, a gente pode chorar, sim, às vezes, dói e a gente tem que estar o tempo todo rindo, o tempo todo dando o melhor de si, o tempo todo provando que nós somos capazes de fazer, mas a gente também é ser humano, a gente também merece um lazer, a gente também merece desabafar sobre isso que está acontecendo entre nós (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

Queremos nos religar umas às outras, utilizando as ferramentas que dispomos, a exemplo da *internet*, para participar, criar, estar junto, estar por si mesma. Para tal, reivindicamos educação para a criação do desejo ativo de lazer. O objetivo estratégico C.2, da Conferência de Beijing (1995), vinculado à saúde já sugeria como ação:

124 Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/admin/arquivos/biblioteca/manifesto_-_ubm30711.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

f) criar e apoiar programas no sistema educacional, no local de trabalho e na comunidade para que as meninas e as mulheres de todas as idades possam participar, em condições de igualdade com os homens e os rapazes, dos esportes, das atividades físicas e de recreio colocadas à sua disposição (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 1995, p. 184).

O objetivo L.4 também incluía: “d) promover a participação plena das meninas, em condições de igualdade, em atividades extracurriculares como esportes, teatro e atividades culturais” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 1995, p.245). Resoluções similares foram se repetindo. Na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 1995), demandamos: “criar espaços culturais e programas de lazer para as mulheres” (SOARES; MELO, 2016, p. 33).

As rotas criadas por este tipo de ação nos permitirão construir um repertório de experiências que não se restrinja ao âmbito pessoal, como explicou Flora:

Eu acho que a gente precisa construir experiências comuns de vivências do lazer, também acho que o debate, muitas vezes, é muito individualista, cada um com seu tempo. Eu acho que precisamos construir alternativas, experiências comuns de construção de espaços de lazer que sejam autogestionários, que nos construam e que permitam, inclusive, conviver com o cuidado, mas de maneira mais coletiva, sem que isso se imponha como algo que é preocupação [...] precisamos construir por nós mesmas experiências comuns de vivências do lazer, vivências da construção de si, de uma outra vivência do tempo que nos construa fora dessas lógicas capitalistas que estão colocadas [...] acho que também construir, desde os nossos movimentos, espaços de lazer políticos e que sejam fortalecedores da nossa capacidade de resiliência e de resistência (FLORA, 02/10/2019).

E, como dizia a mensagem de final de ano de 2019, da AMB, “se não podemos dançar, não é nossa revolução! Desejamos um fim de ano de descanso, autocuidado, liberdade, orgasmos e muito amor! Queremos estar vivas, bem e juntas em 2020, para seguirmos a caminhada” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2019, *on-line*)¹²⁵.

A esta busca por atos que preencham nosso desejo por lazer, a SMTR/CONTAG agrega um trabalho que pode ser ampliado para temas vinculados à área e multiplicado. O Curso de Formação Política para as Mulheres da entidade aborda temas, tais como: “Eu no curso, eu comigo e nós mulheres”; “Ser mulher: experiência singular e situada, mas com elementos comuns”; “Eu na Marcha, nós na luta”; “Feminismo – concepções e lutas”; “Sons na luta” (oficina para vivenciar uso de sons e instrumentos para animar e fazer a luta); e “Nós no Brasil de ontem e de hoje” (SECRETARIA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS; CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, n.d., *on-line*). Além de

125 Disponível em: <<https://www.facebook.com/articulacaodemulheres/>>. Acesso em 27 fev. 2020.

iniciativas como esta, outras ações reforçam a possibilidade de acrescentarmos momentos de prazer e felicidade às nossas, por exemplo, nesta chamada: “Piquenique de Avaliação da Marcha das Margaridas de 2019. Traga comidinhas, esteiras e as experiências vivenciadas durante a Marcha, para partilharmos juntas”¹²⁶.

Encontramos mais um ato que preenche o desejo dos Movimentos de Mulheres por lazer em um trabalho, desenvolvido pela UBM carioca, que implementou, em parceria com o Ministério da Cultura, a “Rede Cultural da Mulher” (UBMCARIOCA, *on-line*). Este tipo de ação nos vincula a polos difusores culturais, com cursos e atividades de teatro, dança e canto, na perspectiva de reforço de identidades e construção de cidadania.

Com esta aproximação com o plano da cultura, criamos linhas de fuga no agenciamento que tende a nos colocar muito mais como objeto do que como sujeitos de diversas vivências culturais. Queremos que as rupturas criadas por estas linhas gerem muitas mulheres como a Doralyce e a Sílvia Duffrayer que reterritorializaram a letra da música “Mulheres”, de GERAES (1995), a qual foi interpretada por Martinho da Vila.

Nós somos Mulheres de todas as cores, de várias idades, de muitos amores
 Lembro de Dandara, mulher foda que eu sei
 De Elza Soares, mulher fora da lei!
 Lembro de Anastácia, valente, guerreira
 De Chica da Silva, toda mulher brasileira
 Crescendo oprimida pelo patriarcado
 'Meu corpo, minhas regras'
 Agora mudou o quadro!
 Mulheres cabeça e muito equilibradas
 Ninguém tá confusa, não te perguntei nada!
 São elas por elas
 Escuta esse samba que eu vou te cantar:

Eu não sei por que tenho que ser a sua felicidade
 Não sou sua projeção, você é que se baste!
 Meu bem amor assim quero longe de mim...
 Sou mulher, sou dona do meu corpo e da minha vontade
 Fui eu que descobri poder e liberdade
 SOU TUDO QUE UM DIA EU SONHEI PRA MIM!¹²⁷

Criando linhas de fuga representadas por atos como este, enfrentaremos a visão de cultura linear, superficial e unidimensional que restringe as possibilidades de vivência de lazer das mulheres. Além disto, o viés machista e patriarcal, presente na cultura e no lazer, coloca em risco as manifestações tradicionais da cultura popular. Assumimos o desafio de

126 Disponível em: <<https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas/>>. Acesso em 27 fev. 2020.

127 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=klnlPtOaqSs>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

lutar para tornar as atividades de lazer acessíveis a todas e todos, “de forma qualitativamente superior à que hoje encontramos, bem como o de conceber a intervenção no campo de ação do lazer como algo que possa contribuir para superar essa lógica social pautada na diferença e na desigualdade” (MELO, 2003, p. 23).

Para ratificarmos este compromisso, trazemos os questionamentos: o que separa a vida daquilo que ela pode? São instaurados em nós, de modo dominante, desejos “ideais”, esperados e culturalmente determinados, cujos frutos se enraízam e inibem a nossa potência de ser, de viver os acontecimentos cotidianos com intensidade (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Não se trata de permitir que o que nos acontece ocupe o lugar daquilo que poderia, mas de, no dia a dia, atuarmos na direção da construção “de um novo modelo de sociedade e um novo modelo de núcleo familiar” (HELENIRA, 02/08/2019).

Almejamos e lutamos por um mundo gerenciado pela economia humana que seja feminista e que beneficie a todas e todos. Que valorize o que realmente importa para a sociedade, em vez de promover uma busca interminável pelo lucro e pela riqueza, sendo estes colocados, enfim, a serviço de poucos. Neste mundo, todas as pessoas teriam: empregos com salários decentes, acesso à saúde tanto no sentido do bem viver quanto do direito ao tratamento de uma doença; a chance de virem as crianças tendo a oportunidade de conhecer, experimentar e de realizar todo seu potencial. Esta economia trataria o meio ambiente integrado às dimensões da vida, como um lar no qual estamos, e outras(os) continuariam residindo depois de nós. “Propomos uma economia centrada no bem-estar de todas e todos, que valorize e reorganize a reprodução, o trabalho doméstico e de cuidados, construindo um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2015, p.6).

Para que esta economia traga mais oportunidades de bem viver às mulheres, demandamos esforços conjuntos e decisões políticas ousadas. Sugerimos ações, tais como: desenvolver sistemas nacionais de cuidado, implementados e geridos com a participação da sociedade civil; criar ações adicionais de redistribuição do trabalho de cuidado, integradas a uma abordagem abrangente de políticas redistributivas; legislar em favor de quem cuida de maneira não discriminatória; socializar os meios de produção; transformar a economia doméstica individual em uma economia doméstica socializada; superar os trabalhos alienantes; transformar a cultura e os valores que inferiorizam a mulher. Isto “no intuito de diminuir o fosso entre ricos e pobres, o que abrange a tributação progressiva, serviços públicos gratuitos e sistemas de proteção social, além de políticas que limitem a influência das corporações e dos super-ricos” (LAWSON *et al*, 2020, p. 15).

Nos juntamos às mulheres da CONTAG quando essas afirmam que “Acreditamos que é preciso mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e, somente com transformações estruturais será possível alcançar uma sociedade mais justa e igualitária para todas e todos!” (CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2019, p. 11), e ao complemento feito por Flora:

Para eu ter esse tempo livre, a gente precisa mudar o mundo do trabalho inteiro. Não só garantir que tenha a creche e que o tempo exista, mas também que exista corpo para viver esse tempo plenamente [...] Então, só há possibilidade de tempo livre em um outro sistema, livre nessa dimensão profunda, é preciso transformar o mundo para que esse tempo exista (FLORA, 02/10/2019).

Em relação a isto, gostaríamos de ressaltar que, embora trate-se de um pensamento presente entre nós, acreditamos na necessidade de construção de microrresistências que permitam, por exemplo, que as mulheres e outros segmentos evoquem a diferença, toda vez que a igualdade lhes discrimina, e reinventem a igualdade, sempre que a diferença lhes desqualifique, como assinala Santos (2006).

A partir das microrresistências, queremos chegar a um novo acordo social, no qual possamos pensar em um lazer em que todas e todos estejam inseridas(os) com igualdade de oportunidades, tendo respeitadas as nossas especificidades de mulheres, como reivindicado nos documentos das conferências e Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Há resoluções da I CNPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004) que apontam caminhos vislumbrados pelas participantes para a construção de novas possibilidades:

46. Estimular o compartilhamento das tarefas domésticas através de uma maior liberação do tempo das trabalhadoras que não incida na remuneração e de campanhas institucionais, construindo e reforçando uma nova cultura referente à divisão sexual do trabalho (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004, p. 111).

Em relação a isto, chamamos a atenção para o que disse Margarida do Campo:

Não é ajudar, é dividir, porque, se um filho é meu, também é dele; se eu moro numa casa, somos nós dois; se a roupa é suja, é a minha e a dele; se tem que fazer a comida; não sou eu que como sozinha, então, assim, são essas coisas. Eles não têm a compreensão que haja essa divisão de trabalho, pra que a gente possa avançar muito mais na luta, na ocupação dos espaços, no fortalecimento do Movimento Sindical, nas políticas públicas (MARGARIDA DO CAMPO, 13/09/2019).

Além da divisão do trabalho entre as pessoas que vivem em um mesmo espaço e com os companheiros, reivindicamos políticas públicas, como também explicou Dora:

Se não socializar o cuidado, se não dividir o cuidado, é algo humanamente impossível. Eu acho que, sem política pública, é muito difícil de acontecer, porque é muito trabalho. Reproduzir a vida é muito trabalho. E esse processo de reprodução da vida é o que sustenta o capitalismo. Sem o trabalho gratuito que as mulheres fazem, o capitalismo não se reproduz, ele não dá conta de reproduzir, se as mulheres não se responsabilizarem gratuitamente pela reprodução da força de trabalho (DORA, 19/07/2019).

Falamos em política pública relacionada ao viés do cuidado nos referindo, por exemplo, às creches, como explicou Flora:

Defender políticas que liberassem o tempo das mulheres. A gente defende creche, porque é bom pras crianças, mas porque libera o tempo das mulheres. Tempo para trabalhar remuneradamente, mas também tempo para existir. Creche é importante, para libertar subjetivamente as mulheres, também dessa ideia que tem que estar o tempo todo cuidando da criança. Não é fácil, é doloroso, mas é libertador [...] A gente precisa ter políticas públicas, a gente precisa ter uma política universal de saúde, sistemas universais de cuidado, para todas as idades, que permitam que as mulheres se liberem desse encargo que toma grande parte do tempo da nossa vida, se liberem objetivamente, mas também vão construindo uma outra possibilidade subjetiva, que não seja tão constrangida e construída a partir das obrigações que se impõem sobre nós, pela ausência de direito de políticas (FLORA, 02/10/2019).

Na I CNPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004) aprovamos, na resolução 49: “redução da jornada de trabalho, sem redução do salário, para aumentar o acesso ao emprego e favorecer também a divisão do trabalho doméstico, propiciando mais tempo livre para as mulheres participarem de outras atividades” (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004, pp. 111-112). No entanto, atentemos para a problematização de Flora sobre isto: “Eu tenho atuado mais em relação à defesa do tempo livre para nós do que propriamente elaborar sobre qual política de lazer feminista nós defenderíamos” (FLORA, 02/10/2019). A própria Flora complementa com sugestões que podem contribuir com a construção deste lazer “Políticas públicas de lazer que sejam amplas, que permitam equipamentos sociais, que permitam cursos, que permitam atividades, que permitam possibilidade de fruição [...] respeitadas as nossas, a nossa diversidade cultural” (FLORA, 02/10/2019).

Acreditamos e defendemos a elaboração de políticas públicas e ações interseccionais. Nesta direção, reiteramos o III PNPM (BRASIL, 2013a), que, no prefácio do capítulo destinado ao tema “Cultura, esporte, comunicação e mídia”, aponta que

é papel também das políticas públicas alterar essa dinâmica e garantir às mulheres pleno direito ao lazer. Ao mesmo tempo, é preciso fortalecer uma imagem feminina sem estereótipos e promover a inserção igualitária de mulheres e homens na área do esporte, seja ele profissional ou não, com especial atenção aos recortes de classe social, étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual e às especificidades das mulheres com deficiência (BRASIL, 2013a, p. 75).

Ainda cobramos a implantação da proposta de ação descrita:

8.7. Estímulo às práticas esportivas pelas mulheres e ampliação de sua participação nos programas e projetos públicos voltados para o esporte e o lazer, articulando a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e as dimensões raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero e de mulheres com deficiência (BRASIL, 2013a, p.80).

Ou seja, seguiremos em marcha até que todas as mulheres tenham “oportunidades para utilizar capacidades – acesso ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura e à terra” (BRASIL, 2008a, p. 180).

Paralelo às políticas públicas demandadas, nos desafiamos a desenvolver estratégias de criação e de reprodução da vida, de maneira mais coletiva, para que tenhamos apoio social nos cuidados. Isso porque, enquanto o trabalho doméstico pode ser transferido ao mercado, geralmente a outra mulher, o trabalho de cuidados tem um a limitação, que diz respeito ao aspecto afetivo (VICENTE, 2018). Fazê-lo em comunidade, a exemplo do que nos ensinam algumas etnias indígenas, pode ser uma forma de ampliar o universo de vida das mulheres.

Para que o compartilhar socialmente a criação se viabilize, o Estado deve ter um papel ativo: na proteção das crianças, o que inclui, além das creches, na oferta de lavanderias públicas; na criação de projetos de habitação que favoreçam o convívio social; na oferta da ampliação e/ou flexibilização dos horários das escolas, para conciliar com o horário de trabalho das(os) mães/pais; na oferta de atividades de esporte, lazer e cultura para as crianças; na ampliação das licenças maternidade e paternidade; enfim, nas ações de valorização da maternidade e da criação.

Além disto, no âmbito do lar, o compartilhamento equitativo com o(a) parceiro(a) dos trabalhos domésticos e dos cuidados é essencial, pois a ideia é “não é ajudar, [mas] é fazer junto” (VICENTE, 2018, p. 130). Como disse Dora, é preciso:

fazer o debate. Criar uma consciência feminista, é que é o nosso papel. É que a gente não vive só para família, que a gente não vive só pro cuidado, que a gente tem o direito e que a gente pode fazer outras coisas [...] a gente precisa criar essa consciência feminista nas mulheres (DORA, 19/07/2019).

Além de criarmos essa consciência em nós, mulheres, precisamos estendê-la à sociedade. Para isto,

A gente entende mesmo que o feminismo e os espaços de encontro do feminismo são um espaço de construção de si, como de fortalecimento individual, além de coletivo, e, nesse sentido, garantir os momentos culturais, viver o feminismo do nosso movimento, a partir daí, de uma dimensão estética é uma dimensão importante que a gente cultiva no nosso movimento [...] porque a festa também é uma forma de resistir e de existir (FLORA, 02/10/2019).

Postulamos a adoção da estratégia de viver o feminismo nas ações dos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, assim como de incluirmos nessa vivência o lazer. Criar uma consciência feminista inclui intervir culturalmente na maneira como o lazer das mulheres é visto e tratado pela sociedade. Loreta explicou:

Conscientizar os homens pra que as mulheres não se sintam mal por estarem felizes; não sintam medo para andar à noite, para ir a um bar; não se sintam coagidas; não se sintam desrespeitadas por estarem sentadas em um bar com as amigas, sabe, eu acho que conscientização sobre esse desejo que a gente tem, de criar uma sociedade que seja, de fato, antipatriarcal (LORETA, 15/09/2019).

Com esta fala de Loreta, lembramos que a identidade feminista se manifesta em diferentes esferas da vida. “O respeito às próprias necessidades, incluindo o tempo de lazer, é representado como autocuidado, atitude proporcionada pelo movimento feminista. As ações do feminismo e autocuidado dão a mão quando a mulher escolhe e reivindica o bom atendimento” (VICENTE, 2018, p. 209). Ou seja, a ligação entre gênero e lazer tem implicações para a vida das pessoas. Oportunidades para uma variedade de experiências de lazer são necessárias e nossa atenção deve ser direcionada para a criação de ambientes que capacitem as pessoas a resistirem aos papéis tradicionais de gênero, expectativas e relações.

Reconhecer a influência do gênero ajuda as pessoas a entender suas escolhas de lazer e pensar criticamente sobre o tipo de escolhas que fazem e por quê. Problematizar o gênero é uma responsabilidade que todos nós, precisamos enfrentar e abraçar para criar uma sociedade mais igualitária¹²⁸ (PARRY, 2015, p. 215, tradução minha).

A consciência acerca das relações de poder socialmente estabelecidas é o primeiro passo para modificá-las. Foucault (2004) nos alerta para atentarmos para as estratégias pelas quais os

128 “Recognizing the influence of gender helps people understand their leisure choices and think critically about the type of choices they make and why. Problematizing gender is a responsibility that we all need to face and embrace to bring about a more equitable society”.

indivíduos buscam conduzir e determinar a conduta dos outros. Tais relações dependem da existência de liberdade dos dois lados, mesmo nos casos de dominação de um sobre o outro. A liberdade permite que a parte dominada exerça resistência. Em muitos casos, a resistência não elimina a dominação, que seria o ideal desejado, nem inverte os papéis. O filósofo nos desafia a perceber de onde poderia surgir a resistência capaz de superar a dominação e sugere que ela estaria vinculada a “um certo jogo de verdade”, mostrando quais são suas consequências, mostrando que há outras possibilidades racionais, ensinando às pessoas o que elas ignoram sobre sua própria situação, sobre suas condições de trabalho, sobre sua exploração” (FOUCAULT, 2004, p. 282).

Uma vulnerabilidade deve ser percebida e reconhecida a fim de entrar em jogo num encontro ético, e não há garantia de que isto venha a acontecer. Não só existe sempre a possibilidade de que uma vulnerabilidade não seja reconhecida e que seja constituída como “irreconhecível”, mas quando uma vulnerabilidade é reconhecida, esse reconhecimento tem o poder de alterar o significado e a estrutura da própria vulnerabilidade (BUTLER, 2018, p.44).

Neste jogo de verdade, combatemos o machismo enquanto um sistema no qual a sociedade coloca o homem como superior à mulher, dominando-a. Com a consciência feminista, não almejamos inverter os papéis sociais, mas sim resistir para substituir a dominação pela igualdade de oportunidades. Falamos na utopia da equidade, na qual cada pessoa teria as mesmas oportunidades de estar e se colocar na sociedade, de igual para igual, com as mesmas possibilidades, no caso em questão aqui, de acesso ao lazer.

Quando trouxemos a necessidade de desvelamento das relações de poder que criam vulnerabilidades às mulheres, buscamos perceber os atos que preenchem estas relações para, a partir deles, instigar um devir, uma transformação, um futuro. Para isto, tivemos presente, como afirma Hall (2006), que as relações de poder são determinantes na formação de saberes e discursos hegemônicos e, na maior parte dos casos, visam domesticar os corpos para extrair deles o máximo das suas forças produtivas. Nós resistiremos a isto e aferiremos sentido pessoal e político às nossas vidas. Isso vai “desde as ações mais íntimas e consideradas mais ínfimas e sem importância, até às mais visíveis e socialmente impactantes” (BAPTISTA; PEREIRA; ALMEIDA; 2019, p. 7).

Neste devir que almejamos, não há espaço para o lazer que serve à reprodução de ideologias, papéis e expectativas de gênero. Queremos transformá-lo em espaço de resistência, enquanto questionamento, desafio e busca de mudança de processos e circunstâncias. Vamos nos empoderar, também a partir de nosso lazer, no sentido de desafiar nossa própria falta de

poder ou nossas insatisfações com visões sociais sobre os papéis e comportamentos esperados de nós (PARRY, 2015).

Para tal, assumimos dois pressupostos teóricos: um que permite a visão das mulheres, enquanto sujeitos políticos que percebem e interpretam situações e determinam ativamente, em cada ambiente, como agir; e o segundo que permite a noção de que as experiências de lazer são escolhidas de certa forma livremente. Especificamente, duas características-chave de lazer, escolha pessoal e autodeterminação que estão associadas à resistência (a exemplo da expectativa de que, como cuidadora, a mãe deve abrir mão do tempo pessoal), a identidades de gênero, a estereótipos e a papéis tradicionalmente atribuídos, propagados através da cultura patriarcal dominante, permitindo que as mulheres exerçam controle pessoal e poder. “O lazer, portanto, é um contexto importante para mulheres e homens resistirem a ideologias de gênero baseadas no patriarcado”¹²⁹ (PARRY, 2015, p. 213, tradução minha).

E, tendo em vista a escassez de debate acerca da relação mulheres e lazer, aqui percebida, faremos como disse Margarida: “Já anotei aqui, acabei de anotar; eu pus exatamente porque eu quero fazer uma provocação: as mulheres e o lazer: temos tempo livre? Eu vou, eu vou provocá-las lá, no Coletivo de Mulheres, para ver o que elas respondem” (MARGARIDA, 26/08/2019).

Cientes da importância do nosso papel, enquanto militantes feministas e pesquisadora, na construção de um lazer feminista, requeremos o envolvimento das instituições de ensino e pesquisa. Neste sentido, está registrado, no III PNPM (BRASIL, 2013a), a demanda por ações que propõem o fomento à pesquisa, com fins de realização de diagnósticos e difusão do conhecimento acerca da participação das mulheres em atividades de esporte e lazer, sugerindo, ainda, a organização de seminários referentes ao tema.

Mais do que ampliar pesquisas que relacionem mulheres ao lazer e vice-versa, acreditamos na necessidade e na importância de se promover a inclusão da perspectiva feminista, em todas as pesquisas do lazer, de tal modo que os assuntos relacionados com a mulher transversalizem todos os projetos de investigação. Descolonizar o lazer demanda não só trazer as abordagens centradas na pluralidade dos seres humanos, mas abandonar os padrões androcêntricos nas nossas prioridades.

Para darmos encaminhamento a esta carta que seguirá sendo construída, desconstruída e reconstruída, em outros agenciamentos, queremos, ainda, fazer uma reflexão sobre o momento

129 “*Leisure, therefore, is an important context for women and men to resist gendered ideologies grounded in the patriarchy*”.

atual, relacionado à pandemia da COVID-19. Considerando tudo o que já falamos aqui sobre o lugar e os papéis culturalmente destinados às mulheres, seria fácil imaginar o que aconteceria diante da necessidade de distanciamento social. Temos visto multiplicarem-se matérias e pesquisas que explicitam a continuidade e até o aumento da centralidade das mulheres nas responsabilidades relacionadas à casa e aos cuidados.

Queremos aproveitar este momento como uma oportunidade para a discussão da necessidade de se repensar a vida em sociedade, na qual os cuidados para existir e persistir, a proteção social, a educação, a saúde e o lazer sejam, ou devam ser, uma questão central e encargo não exclusivo das mulheres. Por tratar-se de uma relação política, as respostas precisam ser coletivas, ter caráter prioritário, abordarem nossa sobrevivência e a nossa interdependência.

Encerramos este encontro afirmando nosso entendimento de que o lazer feminista tem relação com a liberdade de desejo, de desejar, de cada mulher, seja ela branca, negra, indígena, cigana, jovem, idosa, mãe, tia, avó, gorda, marga, heterossexual, bissexual, homossexual, pobre, trabalhadora, rica, com mais ou menos escolaridade. Cada mulher, todas as mulheres. Para que este desejar seja ativo, defendemos a necessidade de se conhecer, de compreender, de ter opções e possibilidades de vivenciar as diversas formas de lazer, além das condições de refletir sobre elas.

PARTE V: AVALIANDO O ENCONTRO

“Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo” (FOUCAULT, 2008, p.20).

Esta afirmação de Foucault (2008) me representa neste momento, assim como ilustra o que penso ser esta tese, um devir que mistura satisfação e inquietação. O percurso da pesquisa criou e revelou ausências, presenças, barreiras, territórios, pulsações, linhas, tecnologias de viver, de militar e de lutar. Foi uma satisfação desvelar a riqueza de encontros, possibilidades e desafios que se colocaram para a relação mulheres e lazer, intermediada, aqui, pelos Movimentos Sociais, tensionar sentidos, apropriar-me da realidade e indicar caminhos para transformá-la.

Uma inquietação veio da certeza de que outras pistas e articulações poderiam ter sido apreendidas e construídas, no entanto, vazaram diante da riqueza e amplitude de agenciamentos que se produziram nos acontecimentos que envolveram a relação mulheres e lazer, nas pautas dos movimentos participantes da pesquisa. Apesar disto, creio que a escolha do caminho, entre tantas possibilidades, permitiu mais construções que vazamentos.

Uma satisfação veio da mudança na maneira de olhar e estar no mundo, provocada pela caminhada. Ilustro isto com o dia em que uma flor amarela chamou minha atenção e, lembrando do que eu vinha estudando e refletindo, pensei: o que seria uma flor amarela? Passei a observar e a fotografar flores amarelas e a perceber a variedade e a diversidade delas na natureza, seja pela própria espécie, seja pela interferência do solo onde brotaram, ou de condições climáticas, do próprio período e lugar onde nasceram. Depois percebi que as ondas do mar nunca eram as mesmas pois, a depender de fatores diversos, oriundos das próprias profundezas do oceano ou de fora dele, por vezes, eram grandes, barulhentas, ameaçadoras para mim e desafiadoras para outros(as), como para os(as) surfistas. Em outros momentos, me deparei com ondas menores ou, ainda, calmas, simplesmente capazes de derramarem-se pela areia e me encantarem, decepcionando a outras pessoas.

Assim como as flores amarelas e as ondas do mar, somos nós, mulheres, e são as “conclusões” deste encontro. Se, no início, pensei encontrar respostas acerca da relação mulheres, lazer e movimentos de defesa dos nossos direitos, agora me satisfaço com bons problemas que se revelaram ao longo da caminhada. Foram muitos os elementos que perpassaram as diversas linhas que foram se formando, reunindo, separando, diluindo, ressurgindo e fugindo por aí. Algumas mais objetivas, duras, fixas e até repetitivas; outras sutis,

flexíveis, relativas e desestabilizadoras; e as esperadas linhas de fuga que me permitiram desestratificar, romper, criar.

A inquietação provocada pela pouca visibilidade do lazer, seja nas resoluções e propostas das Conferências e Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, seja nas pautas da AMB, da MMM, da UBM, da CONTAG, da CUT e da UNE, criou regimes de verdade e elementos da cultura que envolveram a relação mulheres e lazer, presentes no poder e na política. Transitei pela macropolítica, representada pelo sistema capitalista, patriarcal, machista e racista, e percebi maneiras pelas quais ela impõe lugares e papéis determinados para as mulheres, criando barreiras ao nosso lazer.

Além dela, me deparei com as micropolíticas que, nos nossos cotidianos diversos, interferem nas possibilidades e nas escolhas que fazemos, conscientemente ou não. É a autonomia que nos é negada, reduzindo opções, oportunidades e mediando escolhas; são os marcadores identitários que, embora permitam vivências e experiências diferenciadas, limitam o acesso e o conhecimento a outras; é a mercantilização do lazer tirando-lhe o sentido de razão desejante por prazer e felicidade; é o espaço público, carente de opções de lazer e pensado a partir de um olhar androcêntrico; é o tempo que falta para fazermos o que quisermos; o cuidado dos outros tomando o lugar do cuidar de si; e a pouca consciência do direito ao lazer, resultante deste cenário complexo.

No entanto, meu ziguezaguear se encontrou, satisfatoriamente, com microrresistências e potencialidades presentes nos referenciais bibliográficos, em resoluções, propostas e nas reflexões das entrevistadas. Foram os momentos de alegria e prazer vivenciados – nos encontros de mulheres, nas diferentes maneiras que cada uma percebia para vivenciar seu lazer, nas possibilidades de reconhecer o direito a repensar o trabalho e o espaço público, o socializar o cuidado, a ocupação dos espaços de poder, o posicionar-se politicamente diante das desigualdades que nos reprimem e as novas maneiras de vida em família – que me permitiram esboçar a carta do encontro, acenando para a necessidade da construção da ideia de um lazer feminista, enquanto prática política.

Um lazer feminista este, que permita o desenvolvimento de novas potencialidades de vida, pelas qual cada mulher esteja empoderada sobre seu próprio tempo para criar seu desejo de lazer e fazer suas escolhas com liberdade, e que estas escolhas se deem a partir de múltiplas opções; vivencie momentos de prazer e felicidade no e pelo lazer; se pautem pelo bem viver comum e pelo autocuidado; se religuem a outras mulheres para compartilhar a vida, o cuidado, os momentos de lazer e o que mais desejar. Um lazer feminista no qual os movimentos sociais de direitos de mulheres reconheçam a festa como forma de resistir e existir, como disse Flora,

e incluam em sua pauta este direito, criando, inclusive, experiências comuns para que ele seja vivenciado.

Neste processo minha potência interna para construir esta tese me fez “andar” por muitos lugares e épocas diferentes, transformando o ato de pesquisar em momentos tanto ou mais significativos que o produto. Andando, senti orgulho e um certo constrangimento diante de mulheres que, em tempos nos quais quase todos os direitos nos foram negados, ousaram reivindicar e até pegar em armas para defender o que acreditavam; percebi limites enfrentados por muitas mulheres que, por vezes, me passavam despercebidos; dei mais valor aos pontos de vista diversos, que enriquecem a compreensão da realidade, não deixando de refutar os que infringem princípios que me são caros, como a democracia, a liberdade, o respeito à diferença e à multiplicidade e a igualdade de direitos; compreendi que a dualidade e a busca pela linearidade tendem a levar por caminhos que, na busca por verdades construídas por determinadas linguagens, limitam possibilidades.

Entre as inquietações, a paisagem cartográfica construída por esta tese deixou potências para futuras pesquisas que poderão se debruçar sobre outros agenciamentos, tais como: os desafios e as novas formas de atuação dos Movimentos Sociais de defesa dos direitos das mulheres, diante da era digital e do avanço da ultradireita conservadora; a construção da cultura e do desejo de lazer nas e pelas mulheres; a importância das vivências coletivas de lazer, em tempos de predomínio do individualismo; as conexões que envolvem mulheres, lazer e pandemias; a violência contra as mulheres nos tempos e espaços de lazer; as relações existentes entre mulheres, ocupação, preocupação e lazer; a militância no e pelo lazer das mulheres.

Assim, no lugar de verdades generalizáveis, reuni elementos que contribuíram para a construção deste agenciamento, em forma de devires e, ao invés da conclusão enquanto ponto de chegada, deixo outros pontos de partida que podem inspirar a mim e a outras a pensarmos na potência da aproximação do lazer aos Movimentos de Mulheres e suas lutas para que, quem sabe um dia, todas as “Amélias possam ser desconstruídas”, como canta Pitty¹³⁰.

Desconstruindo Amélia

Pitty

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar

O ensejo a fez tão prendada

130 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ygcrRgVxMI>>. Acesso em 03 out. 2020.

Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende o porquê
Tem talento de equilibrista
Ela é muita, se você quer saber

Hoje aos 30 é melhor que aos 18
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra night ferver

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca, SERAFIM, Lizandra, TABAGIRA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados* [online], 2014, v. 57, n. 2, p. 325-357. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>. Acesso: 15 out. 2018.
- ACOSTA, Alberto. Bem viver como emancipação rumo à superação do lazer mercantil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE LAZER, 1., 2019, São Paulo. *Anais* São Paulo: SESC, 2019.
- AGUIAR, Vilenia V. P. *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. 2015. 491 f. (Tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2015.
- AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES, Josiane Peres. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. *Revista Conhecimento Online*, a. 9, v. 1, p. 36-44, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/460/1852>. Acesso em: 28 set. 2020.
- ÁLVAREZ, Sonia. *Engendering democracy in Brasil: women's movements in transición politics*. Pinceton: Princeton University Press. 1990.
- AMARAL, Sílvia C. F. O Lazer (em sua manifestação esportiva) no Orçamento participativo em Porto Alegre... uma possibilidade para a participação cidadã? *Revista Digital*, Buenos Aires, v. 10, n. 75, ago. 2004. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd75/lazer.htm>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- ARAÚJO, Isabelle Braga. *CEDAW e a construção dos direitos das mulheres*. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/Editorial%20CEDAW%20janeiro.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *Site Institucional*. Recife, PE. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher – Igualdade, Desenvolvimento e Paz*. Beijing, set. 1995. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/mobilizacoes/>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *II Encontro Nacional da AMB. A revista Memória II ENAMB - Transformando o mundo pelo feminismo*. 2011a. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/>. Acesso em: 13 dez. 2018.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente*. CFEMEA, 2011b. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4346-politicas-publicas-para-a-igualdade-balanco-de-2003-a-2010-e-desafios-do-presente>. Acesso em: 22 dez. 2018.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *Feminista anti-racista - Agenda Política*. Recife, PE, 2016. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). Mensagem de fim de ano. Publicação no *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/articulacaodemulheres/>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

ASSEMBLEIA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução n° 34/180*, de 18 de dezembro de 1979. Disponível em: <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/34/180>. Acesso em: 08 out. 2020.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Org.) *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia: Instituto Patrícia Galvão. Recife, 2014.

AVRITZER, Leonardo. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. RJ, *IPEA*, texto para discussão 1.739, 2012a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1739.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Campinas, *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, nov., 2012b, p. 383-398.

BAPTISTA, Maria. M. O Quê e Como da Investigação em Estudos Culturais. In: BAPTISTA, M. M. *Metodologias e Investigação*. Lisboa: Ver o verso, 2009, p 17-28

BAPTISTA, Maria Manuel; PEREIRA, Maria Joana A.; ALMEIDA, Alexandre R. A. de. (org.) *Ócios e resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos*. Grácio Editor, Coimbra, p. 13-40, 2019.

BAPTISTA, Maria Manoel. O indizível: gênero, performance e ‘ideologia de gênero’. In: BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda de (org.) *Gênero e Performance: textos essenciais II*. Gracio Editor, Coimbra, 2019.

BARBOSA, Carla; LIECHTY, Toni; PEDERCINI, Raquel. Restrições ao lazer feminino: particularidades das experiências de lazer de mulheres homossexuais. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v.16, n 2, jun. 2013.

BARRAL, Gilberto Luiz Lima. *Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília*. 2012. 231 f. (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

BARROS, Regina B. & KASTRUP, Virgínea. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Liliana da (orgs). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Buenos Aires: Caixa Econômica de Argentina, 2003.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. V. 2: A experiência vivida. 2 ed. Difusão Européia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone de. Feminilidade, uma armadilha. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.) *Gênero e Performance: textos essenciais I*. Gracioso Editor, Coimbra, 2018.

BERTOLLO, Sandra Helena Joris; BERTOLLO, Mauro. “Gênero e Lazer: experiências de cinco gerações de mulheres”. *Anais*. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro, 2014, p. 1-6. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/577-0.pdf>. Acesso: 13 jul. 2019.

BILAC, Elizabeth Dória. Apresentação. *Boletim Mulher & Trabalho* (13), São Paulo, Fundação Seade, p.3-5, 2002.

BIROLI, Flávia. Feminismos e disputa política no Brasil. De onde surgiram essas mulheres? *Le monde diplomatique Brasil*, 08 jan. 2018. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/de-onde-surgiram-essas-mulheres/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BLAY, Eva e AVELAR, Lúcia. *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo, EDUSP, 2017.

BLOG DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/category/nossa-historia/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

BONALUME, Cláudia R. *O Esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersectorial para a juventude: a experiência do Pronasci*. 2010. 217f. (Dissertação de Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BONALUME, Cláudia R.; ISAYAMA, Helder F. As mulheres na pesquisa O Lazer do Brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v.5, n 1, p. 3–24, jan./abr., 2018.

BORGES, Bianca. *É impossível separar bolsonarismo do antifeminismo*. Entrevista. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/01/e-impossivel-separar-bolsonarismo-do-antifeminismo-diz-antropologa.htm?fbclid=IwAR2PolJv4ONBxTOcXYxMowjvUunPAh_SoAkAQTzZDi_ZmjyKx5rQ-PGorko&cmpid=copiaecola>. Postada em: 01 mar. 2019. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL. Constituição de 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. *Diário do Congresso Nacional*, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. *Diário Oficial da União*, de 5 de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. (Vigência, vide: Lei nº 1.521, de 1951; Lei nº 5.741, de 1971; Lei nº 5.988, de 1973; Lei nº 6.015, de 1973; Lei nº 6.404, de 1976; Lei nº 6.515, de 1977; Lei nº 6.538, de 1978; Lei nº 6.710, de 1979; Lei nº 7.492, de 1986; Lei nº 8.176, de 1991; Lei nº 13.964, de 2019). *Diário Oficial da União*, de 31 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. *Diário Oficial da União*, de 16 de abril de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em 23 abr. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942. Reconhece a União Nacional, dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. Revogado pela Lei nº 4.464, de 1964. *Coleção de Leis do Brasil* (CLBR), de 31 de dezembro de 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4105.htm#:~:text=DECRETA%3A,superior%20de%20todo%20o%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*, de 9 de agosto de 1943. Retificado pelo Decreto-Lei nº 6.353, de 1944 e retificado pelo Decreto-Lei nº 9.797, de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. *Diário Oficial da União* de 19 de setembro de 1946. Republicado em 25 de setembro de 1946 e 15 de outubro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. *Diário Oficial da União*, de 3 set. 1962. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm#:~:text=LEI%20N%204.121%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201962.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20jur%C3%ADdica%20da%20mulher%20casada.&text=%E2%80%9CArt.,relativamente%20a%20certos%20atos%20\(art.&text=Os%20silv%C3%ADcolas%20ficar%C3%A3o%20sujeitos%20ao,adaptando%20%C3%A0%20civiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Pa%C3%ADs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm#:~:text=LEI%20N%204.121%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201962.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20jur%C3%ADdica%20da%20mulher%20casada.&text=%E2%80%9CArt.,relativamente%20a%20certos%20atos%20(art.&text=Os%20silv%C3%ADcolas%20ficar%C3%A3o%20sujeitos%20ao,adaptando%20%C3%A0%20civiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Pa%C3%ADs)>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. *Diário Oficial da União*, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 93, de 14 de novembro de 1983. Aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, assinado pela República Federativa do Brasil, em Nova York, no dia 31 de março de 1981, com reservas aos seus artigos 15, parágrafo 4º e 16, parágrafo 1º, alínea "a", "c", "g" e "h". *Diário do Congresso Nacional*, Seção 1, de 15 nov. 1983 Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1980-1987/decretolegislativo-93-14-novembro-1983-360751-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 89.460, de 20.3.1984. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. *Diário Oficial da União*, Seção 1, de 21 mar.1984a, p. 4018 (publicação original); *Coleção de Leis do Brasil* - 1984, p. 323, vol. 2.

Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89460-20-marco-1984-439601-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Veja%20tamb%C3%A9m%3A-,DECRETO%20N%C2%BA%2089.460%2C%20DE%2020%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201984,O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%2C&text=2%C2%BA%20Este%20Decreto%20entra%20em,revogadas%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20em%20contr%C3%A1rio>>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984b*. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89460-20-marco-1984-439601-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Lei 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 30 de agosto de 1985. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm#:~:text=L7353&text=LEI%20No%207.353%2C%20DE%2029%20DE%20AGOSTO%20DE%201985.&text=Cria%20o%20Conselho%20Nacional%20dos,CNDM%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 20 ago. 2018

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 20 de setembro de 1990a.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 16 de julho de 1990b e retificado em 27 de setembro de 1990b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 11 de julho de 2001. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm#:~:text=LEI%20No%2010.257%2C%20DE%2010%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Regulamenta%20os%20

arts.,urbana%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsAncias.&text=Art.,de%20que%20tratam%20os%20arts>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. *Diário Oficial da União*, de 16 set. 2002a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.377%2C%20DE%2013,20%20de%20mar%C3%A7o%20de%201984>.

Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Decreto 4316, de 30 de julho de 2002. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. *Diário Oficial da União*, de 31 de jul. 2002b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4316.htm>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Decreto 4.773, de 7 de julho de 2003. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências. Foi revogado pelo Decreto nº 6.412, de 2008. *Diário Oficial da União*, de 08 de julho de 2003a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4773.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências sobre a pessoa idosa. *Diário Oficial da União*, de 03 de outubro de 2003b.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em:

<<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 08 de agosto de 2006a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm#:~:text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20cria,Punir%20e%20Erradicar%20a%20Viol%C3%AAncia>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. *Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006*. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) para definir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Estabelece as tipificações e delimita as responsabilidades do ato e dos agentes. 2006b.

Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008a. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

BRASIL. Decreto 6.412, de 25 de março de 2008. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 26 de março de 2008b. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6412.htm#art13>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*, de 30 de setembro de 2009. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L12034.htm#:~:text=Altera%20as%20Leis%20nos,julho%20de%201965%20%2D%20C%C3%B3digo%20Eleitoral>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 18 de novembro de 2011. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 08 de out. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 03 dez. 2012a. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12650.htm#:~:text=Altera%20o%20Decreto%2DLei%20n%C2%BA,pratica dos%20contra%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes.>>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. *III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013a. Disponível em:
<https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. Decreto 7.959, de 13 de março de 2013. Dispõe sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para o período de 2013 a 2015, altera o Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 13 de março de 2013b. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7959.htm>
Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Edição Especial. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: SPM, 2014a.

BRASIL. Decreto 8.202, de 6 de março de 2014. Altera o Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. *Diário Oficial da União*, de 7 de março de 2014b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8202.htm#art1>. Acesso em: 08 de out. 2020

BRASIL. Lei Federal nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União*, 10 de mar. 2015a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm#:~:text=L13104&text=LEI%20N%C2%BA%2013.104%2C%20DE%209%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202015.&text=121%20do%20Decreto%20Lei%20n%C2%BA,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos>. Acesso em: 08 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, de 7 de julho de 2015b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 08 de out 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Plano Plurianual (PPA). Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual-ppa>> Acesso em: 28 set. 2020.

BRITTO, Sérgio. Enquanto houver sol. [Canção]. Intérpretes: Titãs. *Álbum Como estão vocês?*, faixa 8. São Paulo: Bertelsmann Music Group (BMG); Ariola Records (Sony Music), 2003. Disponível em:

<https://www.discogs.com/pt_BR/Tit%C3%A3s-Como-Est%C3%A3o-Voc%C3%AAs/release/7342385>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRUHNS, Heloísa T. A crise do Lazer Moderno e concepções de corpo. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v.12, n 4, dez./2009.

BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BUSIA, Abena P. A. Aspectos da superação de barreiras simbólicas e culturais no lazer. *Anais: Congresso Mundial de Lazer*. São Paulo: Sesc São Paulo, 2019.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. *American Time Use Survey user's guide: Understanding ATUS 2003 to 2014*. U.S. Census Bureau, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. Violência, luto, política. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.) *Gênero e Performance: textos essenciais I*. Gracioso Editor, Coimbra, 2018.

CABEZA, Manuel Cuenca. El ocio como resistência: sentido del ocio al envejecer. In: BAPTISTA, Maria Manuel; PEREIRA, Maria J. A.; ALMEIDA, Alexandre R. A. de. (org.) *Ócios e resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos*. Grácio Editor, Coimbra, 2019.

CALIÓ, Carolina A. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: 6º Encontro de Geógrafos de América Latina. Buenos Aires, Argentina, 1997. *Anais*. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>> Acesso em: 20 maio 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvElimTodForDiscMul.html>>. Acesso em: 08 de out. 2020.

CANCLINI, Néstor G. *Culturas híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Tradução Maurício Santana Dias. 8 ed, 2 reimpr., Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015.

CANDIDO, Fernando P. *Lazer e educação no capitalismo brasileiro: concretude histórica e projeto revolucionário*. 2008. 228 f. (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2008.

CANDIDO, Marcia R.; CAMPOS, Luiz A. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres, *Blog DADOS*, 2020 [published 14 May 2020]. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>>. Acesso em: 15 maio 2020.

CARDOSO, Claudia P. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. 383 f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo. SOF: Sempre Viva Organização Feminista, 2012.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 2017.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Breve histórico – O que é a CUT*. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>>. Acesso em: 03 maio 2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Página Institucional*. São Paulo, SP. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/>>. Acesso em: 03 maio 2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). Site oficial: mulher trabalhadora. s/d. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/secretarias/mulher-trabalhadora-b18a>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). 14ª Plenária Nacional CUT, organizar, lutar e avançar nas conquistas. *Caderno de Resoluções*. Guarulhos, SP, 2014a. Disponível em: <<https://admin.cut.org.br/system/uploads/document/258d02c2f8d00226e97dd5e62aa929e2/file/af-publicacao-caderno-de-resolucoes-14-plenaria-nacional-da-cut-web.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Somos Mulheres e Exigimos Respeito*. Nota do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT. São Paulo, 2014b. Disponível em: <<https://admin.cut.org.br/system/uploads/document/7e086c317bd1aeda3cb6e8984c8ead01/file/somos-mulheres-e-exigimos-respeito-nota-do-coletivo-nacional-de-mulheres-da-cut.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2019.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Estatuto da Central Única dos Trabalhadores: atualização aprovada no 12º CONCURT / Central Única dos Trabalhadores*. - São Paulo, 2016a.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *30 anos de Políticas para Mulheres na CUT*. Vídeo. SP, 2016b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z6O3HbTYxc4&list=PLEmMQmacXbjcsLyKLVO6aVeUFsN2bAMCO&index=3>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Plataforma da CUT eleições 2018: democracia, direitos e soberania*. 2018a. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/acao/plataforma-da-cut-eleicoes-2018-ffa9>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Plataforma das mulheres da CUT eleições 2018*. 2018b. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/acao/plataforma-das-mulheres-da-cut-eleicoes-2018-0203>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA – CFEMEA. *Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras*. Maio 2002. Categoria nº 112. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=658:conferencia-nacional-de-mulheres-brasileiras&catid=95:numero-112-maio-de-2002&Itemid=129>. Acesso em: 28 set. 2020.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA – CFEMEA. Plataforma Política Feminista é aprovada em Brasília. In: *Jornal Fêmea*, ano X, nº 113, jun. 2002, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea113.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA – CFEMEA. 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher - Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz - Pequim '95. Fórum Paralelo. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1995.php?iframe=conferencia_onu_pequim_1995>. Acesso em: 08 out. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Classification of Time-Use Activities for Latin America and the Caribbean*. México. Instituto Nacional de Estadística y Geografía, LV/W 67938, ECLAC, May, 2016. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/40170-classification-time-use-activities-latin-america-and-caribbean-causal>>. Acesso em: 08 out. 2020.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classes no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2015. ISBN: 978-85-249-2369-2. CDD: 305420981. *E-book Kindle*. Disponível em: <<https://issuu.com/livrariafeminista/docs/feminismo-e-consciencia-de-classes-no-brasil-mirla-cisne>>. Acesso em: 08 out. 2020.

CIXOUS, Hélène. O sexo ou a cabeça. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.) *Gênero e Performance: textos essenciais I*. Gracio Editor, Coimbra, 2018.

COMISSÃO ESPECIAL TEMÁTICA E DE RELATORIA. Proposta de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres. *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. Documento para os Grupos de Trabalho. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 48 p. (Série Documentos). Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/i-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-proposta-de-diretrizes-para-uma-politica-nacional-para-as-mulheres/at_download/file>. Acesso em: 28 set. 2020.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Institucional*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.contag.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Observatório Marcha das Margaridas*, Brasília, DF. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/pesquisa-ipea-marcha-das-margaridas1.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Plataforma Política Marcha das Margaridas*. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS. *Anais: 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1723565410_19012017151014.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). Sobre os Congressos Nacionais. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=228&nw=1>>. Acesso em: 08 out. 2020.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Secretarias de Mulheres Trabalhadoras Rurais*. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=291&nw=1>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). Carta das Mulheres. In: *Câmara dos Deputados*. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). *Home*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-mulher-cndm>>. Acesso em: 14 maio 2020

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). *Relação de Conselheiras do CNDM (1985 a 2003)*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/relacao-de-conselheiras-do-cndm-1985-a-2014/relacao-de-conselheiras-do-cndm-1985-a-2004>>. Acesso em: 08 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). *Regimento Interno*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/regimento-atualizado-do-cndm.pdf/view>>. Acesso em: 08 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). *Direções dos períodos 2003/2005; 2005/2007; 2008/2010; 2011/2014; 2014/2018 e 2018/2021*. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/relacao-de-conselheiras-do-cndm-1985-a-2014>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

COSTA, Albertina de O. Rotinas de mulher. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Org.) *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia: Instituto Patrícia Galvão. Recife, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. *Perspectivas*, n. 22, p. 41/59, São Paulo, 1999.

CRAWFORD, D.W, JACKSON, E.L.; GODBEY, G. A Hierarchical Model of Leisure Constraints. *Leisure Sciences*, n. 13, p. 309-320, 1991.

CURIEL, Ochy. Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial moderno. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.) *Gênero e Performance: textos essenciais I*. Gracio Editor, Coimbra, 2018.

DE JESUS, Jordana Cristina. *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*. 2018. 121 f. (Tese de Doutorado em Demografia) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. 2003. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. *O Mistério de Ariana: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze*, p. 115-161. Lisboa: Veja, 1996.

DELEUZE, Gilles. (1988-1989). L'Abécédaire de Gilles Deleuze. (Claire Parnet, Entrevistador). *Análise Social*, vol. XXXVII (163), p. 447-474, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro, Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995, v. 1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed.34, 1997a. v. 3.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed.34, 1997b, v. 4.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?* Tradução: Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Moñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v. 1. Tradução Ana Lúcia Oliveira *et al.* São Paulo: Ed. 34, 2011.

DELPHY, Christine. Gênero, raça, sexualidade – debates contemporâneos. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.) *Gênero e Performance: textos essenciais I*. Gracio Editor, Coimbra, 2018.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e informação qualitativa*. Campinas: Papyrus, 2001.

DUFFRAYE, Silvia; Doralyce. Versão de Mulheres. *Mosca Produções*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=klnlPtOaqSs>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

DUARTE, Geronimo; FILHO, Everaldo Calazans de Almeida (compositores). *Agradecer e abraçar*. [Música] Intérprete: Maria Bethânia. Álbum *A força que nunca seca*, faixa 22. Rio de Janeiro: Warner Chappell Music, 1999.

DUNNING, Eric. Sobre problemas de identidade e emoções no esporte e lazer: comentários críticos e contra-críticos sobre as sociologias convencional e configuracional de esporte e lazer. *História: Questões & Debates*, Editora UFPR, Curitiba, n. 39, p. 11-40, 2003.

ERUNDINA, Luiza. Participação das mulheres nos espaços de poder: a experiência brasileira. *Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. SPM, 2007. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-2a-conferencia>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

sul/noticia/2020/03/05/policia-faz-operacao-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher-em-18-estados-e-no-df.ghml>. Publicado em: 05 mar. 2020. Acesso em: 02 set. 2020.

GARCIA, Carla. C. O lazer urbano e as mulheres: alguns pontos de discussão. 141-158p *In*: SOLAZZI, J. L.; RODRIGUES, J. P. *Neoliberalismo e políticas de lazer*: Apontamentos críticos, 5 anos de pesquisa do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/GEPOSEP. Santo André, S.P: Alpharrabio, 2008.

GARCIA, Carla C. *Breve história do feminismo*. 3ª ed. São Paulo: Editora Claridade, 2015.

GERAES, Tony. *Mulheres*. Canção. Intérprete: Martinho da Vila. Álbum: Tá delícia, tá gostoso. 1995. São Paulo: RCA Victor/ BMG Ariola, 1995. Disponível em: <https://www.google.com/search?ei=WqqDX_yUDvq15OUP242myAo&q=mulheres+martinho+da+vila&oq=mulheres+martinho+da+vila&gs_lcp=CgZwc3ktYWIQAzoFCAAQsQM6CAgAELEDEIMBOgIIADoFCC4QsQM6BwguEEMQkwI6BAgAEEM6AgguOggILhCxAXCTAICkClIHNDLOGgDcAB4AIAB2QKIAaYskgEIMC4xMi44LjWYAQCgAQGqAQdnd3Mtd2l6wAEB&sclient=psy-ab&ved=0ahUKewj8qf3w7K3sAhX6GrkGHduGCakQ4dUDCA0&uact=5>. Acesso em: 08 out. 2020.

GIROUX, Henry A. *Atos Impuros: a prática política dos estudos culturais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GLASS, Verena. Antônio Candido inaugura biblioteca do MST e fala da força da instrução. *Carta Maior*, 08 de agosto de 2006, Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Antonio-Candido-inaugura-biblioteca-do-MST-e-fala-da-forca-da-instrucao/2/11075>>. Acesso em: 17 set. 2019.

GOELLNER, Silvana *et al.* *Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades*. Revista Licere, Belo Horizonte, v. 13, n 5, dez., 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs*. Meta: avaliação. Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

GOLDMAN, Marcio. Dossiê Políticas e Subjetividades nos “Novos Movimentos Culturais”. *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 8-22, 2007.

GOMES, Christiane L.; RAMOS Alícia M. O.; SEREJO, Hilton F. B. Conhecimentos sobre o Lazer nos Cursos de Graduação em Turismo de Minas Gerais. *In Turismo em análise*. V. 21, n. 2, p. 357-380, agosto, 2010.

GOMES, Christiane L.; FALCÃO, Denise (orgs.). *Lazer e territorialidades: tessituras sociais, culturais e políticas*. Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2019.

GONÇALVES, Eliane. “Remar o próprio barco”: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres “sós”. *Cadernos Pagu* (34), UNICAMP, SP, p. 235-268, jan./jun., 2010.

GRAMSCI, A. *Sotto la Mole* (1914-1920). Torino: Einaudi, 1972.

GREGORY, Beatriz H. M. Esporte e Lazer: direitos de meninas e mulheres de todas as idades. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ed. Especial. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: SPM, 2014.

GROSSBERG, Lawrence. Cultural studies, modern logics, and theories of globalization. In: McROBBIE, Angela (Ed.). *Back to reality? Social experience and cultural studies*. Manchester: Manchester University Press, 1997a.

GROSSBERG, Lawrence. *Bringing it all back home: essays on cultural studies*. Durham: Duke University Press, 1997b.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix. Da Produção de Subjetividade. In: PARENTE, A. (org.) *Imagem máquina. A Era das Tecnologias do Virtual*. Tradução Rogério Luz; et al. Rio de Janeiro: 34, 1999.

GUIMARÃES, Nadya A.; HIRATA, Helena S.; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. Tradução de Philippe Dietman. *Sociologia & Antropologia*, v. 01. n. 01, p. 151-180, 2011.

HALL, Stuart (Org.). *Representation: cultural representation and signifying practices*. London: Sage; Open University, 1997.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 12ª Edição, Lamparina, 2015.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOOKS, Bell. A place where the soul can rest. In: HOOKS, Bell. *Belonging: a Culture of Place*. New York/London, Routledge, 2009, p. 143-152.

HOOKS, Bell. Feminismo, uma política transformacional. In: BAPTISTA, Maria Manuel (org.) *Gênero e Performance: textos essenciais I*. Gracio Editor, Coimbra, 2018.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. 5ªed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

IASI, Mauro L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). *Agência de Notícias*. Institucional. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* - PNAD Contínua: o que é. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 08 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). *Brasil em síntese*. 2010. Brasília, DF. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 08 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Estatísticas de Gênero - indicadores sociais das mulheres no Brasil. O que é? *Estatística*. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>; <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em 05 nov. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). *Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/pesquisa-ipea-marcha-das-margaridas1.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO *et al.* *Dossiê Violência contra as Mulheres*. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

IRIGARAY, Luce. Então, quando nos tornamos mulheres? *In*: BAPTISTA, Maria Manuel (org.) *Gênero e Performance: textos essenciais I*. Gracio Editor, Coimbra, 2018.

KASTRUP, Virgínea. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 32-51.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAGO, Mário; ALVES, Aaulfo. *Ai! Que saudade da Amélia*. Canção. Rio de Janeiro: Odeon, 1942. Disco 48 RPM.

COLECTIVO LASTESIS. *Um violador em tu camino* (Um estuprador no teu caminho). [Performance]. Disponível em: <<https://letraschile.com/colectivo-lastesis/um-estuprador-no-teu-caminho>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

LAWSON, Max *et al.* *Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. Oxfam Internacional, jan. 2020. Disponível em:

<https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/?gclid=EAlaIqObChMIg7KTwfaN6AIVFwmRCh0v6AcdEAAYASAAEgJZTfD_BwE>. Acesso em: 09 mar. 2020.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LÉFÈBVRE, Henri. *Espacio y política: El derecho a la ciudad*, II. Barcelona: Ediciones península, 1972.

LEIVA, João; MEIRELLES, Ricardo (org). *Cultura nas capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte*. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018.

LINS, Luizianne. Participação das mulheres nos espaços de poder: a experiência brasileira. *Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. SPM, 2007. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-2a-conferencia>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. Tradução Eduardo Brandão, São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

LÔBO, Carolina Cerqueira. *Lugar de mulher: Uma cartografia da construção discursiva da liberdade nas revistas femininas*. 2015. 154 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2015.

LOUCAS DE PEDRA LILÁS, Grupo Teatral de Mulheres de Recife/PE. *Música das Marchas das Margaridas/2003*. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Avalia%C3%A7%C3%A3o-da-Marcha-2003.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

MACHADO, Talita Cabral. A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia (GO). *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 201-218, abr. 2018.

MADEIRO, Carlos. *Usam a palavra de Deus para manter a mulher submissa, diz pastora feminista*. Entrevista concedida à UOL. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/02/16/usam-palavra-de-deus-para-manter-a-mulher-submissa-diz-pastora-feminista.htm>>. Postado em 16 fev. 2020. Acesso em 17 fev. 2020.

MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e humanização*. São Paulo: Ed. Papirus, 1995.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, Nelson C. *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008.

MARCHA DAS MARGARIDAS. Chamada. Página do *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas>>. Acesso em: 08 out. 2020.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). Seguiremos em Marcha até que Todas Sejam Livres! SOF, *Sempreviva Organização Feminista*. São Paulo, SP, 2015. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/09/livretoMMM-web.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). *Documentário Mulheres Invisíveis*. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/tag/mulheres-invisiveis>>. Acesso em 03 fev. 2019.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). *Site Institucional*. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). *Carta de Renúncia ao Conselho Nacional de Direitos das Mulheres*. Datada de 06 de junho de 2016a. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/carta-de-renuncia-ao-conselho-nacional-de-direitos-das-mulheres-jun2016/>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). *Campanha “Nosso corpo não tá pra jogo!” mobiliza mulheres no Rio de Janeiro*. 2016b. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/campanha-nosso-corpo-nao-ta-para-jogo-mobiliza-mulheres-no-rio-de-janeiro/>>. Publicado em 19 ago. 2016b. Acesso em: 08 out. 2020.

MARSHALL, Thomas. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

McDOWELL, Linda; PRINGLE, Rosemary (Eds.) *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*. Cambridge/Oxford (UK): Polity Press/ The Open University, 1992.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. “Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?” *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n. 1, 2009, p. 135-158.

MELO, Victor Andrade. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras* (CONCLAT). 2015-2017. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/conclat-sindicatos-se-reunem-livremente>>. Acesso em: 08 out. 2020.

MENDONÇA, Renata, *Federação Paulista terá programa de liderança para mulheres*. UOL. Disponível em: <<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2020/03/04/federacao-paulista-tera-programa-de-lideranca-para-mulheres/?fbclid=IwAR3jolxd7ECwEzmgp4LOFUXcL3-AyOWx1RmAkO8HqeA2yWFQ1J7hYMclp34>>. Postado em 04 mar. 2020. Acesso em: 05 mar. 2020

MENEZES NETO, Elias J. de; MORAIS, José. L. B. de. Análises computacionais preditivas como um novo biopoder: modificações do tempo na sociedade dos sensores. *In: Revista Novos Estudos Jurídicos*, Eletrônica, vol. 24, n. 3, set./dez. 2018.

MENICUCCI, Telma M. G. e BRASIL, Flávia de P. D. Construção de agendas e inovações institucionais: análise comparativa da reforma sanitária e da reforma urbana. *Textos para discussão*. Escola de Governo/FJP. Estud. sociol., Araraquara, v. 15, n. 29, p. 369-396, 2010.

MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. *Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação*. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MINDMEISTER. *Aplicativo*. Disponível em:
<<https://www.mindmeister.com/1384505323?t=QAPsKaWh2R>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Pequim, 1995. Disponível em:
<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>
Acesso em: 08 out. 2020.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Diagnóstico Nacional do Esporte*. Institucional. Disponível em:
<<http://www.esporte.gov.br/diesporte/>>. Publicado em jun. 2015. Acesso em: 29 jan. 2019.

MONTEIRO, Ester. Lobby do Batom: marco histórico no combate à discriminações [sic]. *Senado notícias*. Atualizado em 07 mar. 2018. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>>. Acesso em: 01 out. 2020.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2015.

MULHER 500 ANOS ATRÁS DOS PANOS. O projeto. Disponível em:
<<http://www.mulher500.org.br/>>. Acesso em: 28 set 2020.

MULLER, Angélica; REZENDE, Tatiana. *Praia do Flamengo, 132: histórias e memórias*. 1. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012.

OLIVEIRA, Rosiska D. de. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

OLIVEIRA, Thiago R. M. de. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em Educação. In: MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. *Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação*. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

ONU MULHERES BRASIL. Conferências Mundiais da Mulher. Disponível em:
<<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>
Acesso em: 28 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 03 set. 2020.

ORTEGA, Graciela U. Identidade cultural, território e lazer. In: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC, 2000.

PARAÍSO, Marlucy A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar E. PARAÍSO, Marlucy A. (org) *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

PARRY, Diana C. The relational politics of gender and leisure. In: WALKER, Gordon J., SCOTT, David and STODOLSKA, Monika (org.). *Leisure matters: the state and future of leisure studies*. Pennsylvania, Venture Publishing, Inc., State College, 2015.

PASSIAS, Emily J.; SAYER, Liana; PEPIN, Joanna R. Who Experiences Leisure Deficits? Mothers' Marital Status and Leisure Time. *Journal of Marriage and Family*, 79, August, 1001-1022, 2017.

PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. D.. *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção de Subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

PASTORAL DA JUVENTUDE (PJ). *Home*. Disponível em: <<https://www.pj.org.br/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

PEDRO, Joana M. Lugar de mulher é onde ela quiser. Sem limites. Entrevista a Marina Lemle. *Blog de História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, RJ, 2018. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/joana-maria-pedro-lugar-de-mulher-e-onde-ela-quiser-sem-limites/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

PELBART, Peter P. *Vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Sara. Mulheres são como águas, crescem quando se juntam. *Terra de Direitos*. Publicado em: 10 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/mulheres-sao-como-agua-crescemquando-se-juntam/19941>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

PERISTA, Heloísa. Gênero e trabalho não pago: o tempo das mulheres e o tempo dos homens. *Análise Social*, v. XXXVII, n. 163, p. 447-474, 2002.

PERRAULT, C. *Contos de Perrault*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

PINTO, Céli R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Leila M. S. de M. Vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos, brinquedos e brincadeiras. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p.171- 193.

PINTO, Leila. M. S. de M. Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas sociais de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008. p. 43-78.

PINTO, Leila. M. S. de M. Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer - Construindo políticas públicas de lazer no Brasil. In: TONDIN, G.; VIDAL, J. R.; FEIX, E. (Orgs). *11º Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer*. 2013. Canoas. Porto Alegre: CORAG, 2014.

PORTAL ON MINIMUM SET OF GENDER INDICATORS.. Department of Economic and Social Affairs Capacity Building. *United Nations*. Disponível em:

<<https://www.un.org/development/desa/capacity-development/tools/tool/portal-on-minimum-set-of-gender-indicators/#:~:text=The%20Minimum%20Set%20of%20Gender%20Indicators%20was%20agreed%20by%20the,and%20laws%20on%20gender%20equality>>. Acesso em: 08 out. 2020.

PORTAL DO GOVERNO DE SÃO PAULO. *Governo de São Paulo lança aplicativo ‘SOS Mulher’*. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-de-sao-paulo-lanca-aplicativo-sos-mulher/>>. Publicado em 22 mar. 2019. Acesso em: 08 out. 2020.

PRADO, Luciana F. S. *Feminismo pós-redes sociais: reflexões sobre marcas e empoderamento*. São Paulo, trabalho apresentado no COMUNICON 2016. Disponível em: <http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT6/GT06-LUCIANA_PRADO.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

PRENTOU, Polina. The gendered of leisure young women in Athens. *Towards Habitat III a gender perspective*. Special Issue, Università degli Studi Federico II di Napoli. v. 9, n. 1, p. 67, June, 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Movimento é Vida: atividades físicas e desportivas para todas as pessoas. *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil – 2017*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://movimentoevida.org/sumario/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PÚBLICA (Agência de Jornalismo Investigativo). Primeira morte do Rio por coronavírus, doméstica não foi informada de risco de contágio pela “patroa”, 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

RAMOS, Izabela N. Gênero e sexualidade. In: LEIVA, João e MEIRELLES, Ricardo (org.). *Cultura nas capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte*. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018.

RATTS Alecsandro J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: RATTS, Maria Geralda de Almeida e Alecsandro JP. (Orgs.). *Geografia: Leituras Culturais*. Goiânia, v. 1, p. 2948, 2003.

RECHIA, Simone. Movimento é Vida. Background Papers: Atividade físicas e esportivas e as cidades. *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil*. PNUD. 2017. Disponível

em: <<http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/Atividades-F%C3%ADsicas-e-Esportivas-e-Cidades.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

RECHIA, Simone. O pulsar da vida urbana: o espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. *In: Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. João Eloir de Carvalho (Org.). Curitiba: Champagnat, 2006.

RIBEIRO, Djamila. “Feminismo negro para um novo marco civilizatório”. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 13 n. 24, p. 99-104, 2016.

RIBEIRO, Ednaldo A., BORBA, Julian, HANSEN, Jaqueline R. Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. *Revista do Serviço Público*, Brasília 67 (4), p. 497-523 out/dez 2016.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, p. 17-44, 27 nov. 2012.

ROCHA, Sandra D. da. Sobre dissensos, limites e possibilidades do conceito de sociedade civil. *Anais: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC, Florianópolis, 2007.

ROJEK, Chris. *Decentring Leisure: Rethink Leisure Theory*. Sage, London: Thousand Oaks, 1995.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, vol. 9 (2), Florianópolis, UFSC, p. 515-540, 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Carta a D’Almbert sobre os espetáculos*. Tradução Roberto Leal Ferreira, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ROXO E NEGRO. [Manifesto] Às jovens costureiras de S. Paulo. *Medium*. Disponível em: <<https://medium.com/@roxoenegro/manifesto-%C3%A0s-jovens-costureiras-de-s-paulo-4277244c37ea>>. Publicado em 12 mar. 2019. Acesso em: 28 set. 2020.

RUSSELL, Ruth V. *Pastimes: The context of contemporary leisure*. 4. ed. Madison MI: Sports Publishing LLC, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALES, Shirlei R. Etnografia + Netnografia + análise do discurso: articulações metodológicas para pesquisar em Educação. *In: MEYER, Dagmar E. PARAISO, Marlucy A. (org). Metodologias de pesquisas pós-crítica em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

SANTOS, Boaventura de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Flávia da C. Procurando o lazer na constituinte: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1305-1327, out./dez. 2014.

SANTOS, Milton. Palestra de Abertura. *5º Congresso Mundial de Lazer*. SESC, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://2018wlcngress.sescsp.org.br/>. Acesso em: 13 out. 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, p. 35-50, mai./ago. 2004.

SCHUMA, Schumacher; BRAZIL, Érico Vital (orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2000. Disponível em: <https://guiadeturismornsite.files.wordpress.com/2017/02/dicionario-mulheres-do-brasil-schuma-schumacher.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SCOTT, Joan. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1), p.11-30, jan./abr. 2005.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, UFRGS, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDES). O que é o Bolsa Família? Postado em 23 de fev. 2018. Disponível em: <http://www.sedes.df.gov.br/bolsa-familia/>. Acesso em: 08 out. 2020.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *Site Institucional*. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.spm.gov.br>; <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/politica-para-mulheres>. Acesso em: 13 jan. 2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. Anais. Brasília, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. SPM, 2004. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/anais.pdf/view>. Acesso em: 06 jan. 2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. 2011a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. 2011b. Disponível em: Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 08 out. 2020.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. Anais. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-2a-conferencia>. Acesso em: 09 jan. 2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: autonomia e igualdade para as mulheres*. Anais. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-3a-conferencia>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). *IV Conferência Nacional dos Direitos da Mulher: mais direitos, poderes e participação para as mulheres*. Anais. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/4cnpm/assuntos/Documentos/regulamento-interno-caderno-de-propostas-4a-cnpm.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE. *Projeto Recreio nas Férias*. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/112-noticias-segundo-tempo/34181-recreio-nas-ferias-celebra-10-anos-do-programa-segundo-tempo-no-brasil>>. Acesso em: 08 de out. 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE. *Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/programa-esporte-e-lazer-da-cidade-pelc>>. Acesso em: 08 de out. 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE. [Programa] *Segundo Tempo*. 2019a. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo#:~:text=Institucional&text=O%20Segundo%20Tempo%20tem%20por,em%20%C3%A1reas%20de%20vulnerabilidade%20social>>. Atualizado em 15 ago. 2019 às 17h10. Acesso em: 08 de out. 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE. *Programa Vida Saudável*. 2019b. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/vida-saudavel-vs>>. Acesso em: 08 de out. 2020.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENNETT, Richard. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2012.

SILVA, Débora A. M. O lazer como campo: desafios à concretização do direito social em um Brasil “em construção” democrática. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. *Direito social ao lazer no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p.157-182.

SILVA, Giovana C. e. *Mulheres impedidas: a proibição do futebol feminino da imprensa de São Paulo*. Drible de Letra, SP, 2017.

SILVA, Dirceu Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, vol. 29 n.1 São Paulo Jan./Mar. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-55092015000100065>> Acesso em: 08 out. 2020.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOARES, Vera Lúcia L. e MELO, Jacira Vieira de. *Relatório da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. ONU Mulheres, Brasília: SPM, 2016, *Mineo*.

SOS CORPO. Instituto Feminista para a Democracia. Disponível em: <<https://soscorpo.org/>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SOS CORPO. Instituto Feminista para a Democracia. Disponível em: <<https://soscorpo.org/?p=11089>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SOUTO MAYOR, Sarah; ISAYAMA, Hélder F. O lazer do brasileiro: sexo, estado civil e escolaridade. In: STOPPA, Edmur A. e ISAYAMA, Helder F. (org.). *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2017.

SOUSA, Rainer. Guerrilha do Araguaia. 2020. *Mundo Educação*. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/guerrilha-araguaia.htm>>. Acesso em: 08 out. 2020.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Secretaria Municipal de Cultura/Brasiliense, 2011.

STEK, Juliana Monteiro. Há 80 anos, a União dos Estudantes faz história no país. *Senado Notícias*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-80-anos-uniao-nacional-dos-estudantes-faz-historia-no-pais>>. Acesso em: 08 out. 2020.

STOPPA, Edmur A. e ISAYAMA, Helder F. (Org.). *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2017.

TABET, Paola. *La construcion sociale de l'negalité des sexes: des outils et des corps*. Paris, L'Harmattan, 2004.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Eliza. O aumento da violência contra a mulher na pandemia de Covid-19: um problema histórico. *Fundação Fio Cruz*. Disponível em: <<http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1781-o-aumento-da-violencia-contr-a-mulher-na-pandemia-de-covid-19-um-problema-historico.html#.X4HQHNBKjIU>>. Publicado em: 28 abr. 2020. Acesso em: 08 out. 2020.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM). *Site Institucional*. São Paulo, SP. Disponível em: <https://ubmulheres.org.br/>. Acesso em: 12/02/2019.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM). Manifesto “Queremos mais”. *Portal Vermelho*. 2012. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/admin/arquivos/biblioteca/manifesto_-_ubm30711.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM); DOMINGOS, Laudjane (presidente da UBM- PE). (Postagem no *Facebook*) 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ubmnacional/photos/em-defesa-da-democracia-eleger-mais-mulheres-j%C3%A1-o-8-de-mar%C3%A7o-ser%C3%A1-marcado-pela-1/2587672958176515/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES Rio de Janeiro. *Considerações gerais sobre a União Brasileira de Mulheres* Disponível em: <<http://ubmcarioca.blogspot.com/p/ubm.html>>. Acesso em: 11 out. 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). *Site institucional*. s/d. Disponível em: <<https://une.org.br/>>. Acesso em: 19/05/2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). Memória. Fotos. Disponível em: <<https://une.org.br/fotos/>>. Acesso em: 22 maio 2018.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). *Ata de alteração e consolidação do Estatuto da UNE*. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://une.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Estatuto-UNE.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). *5º EME divulga resoluções do encontro em Camaçari*. São Paulo, SP, 2013. Disponível em: <<https://une.org.br/2013/04/5º-eme-divulga-resolucao-do-encontro-em-camacari>>. Acesso em: 19 maio 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). *Mulheres em Movimento: a resistência feminista nas ruas e na universidade*. São Paulo, SP, 2018a. Disponível em: <<https://une.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Carta8EME.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). O povo sabe o que quer, mas também quer o que não sabe. *Carta síntese do Seminário Nacional do Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes*. São Paulo, SP, 2018b. Disponível em: <<https://une.org.br/mocoes-e-resolucoes/>>. Acesso em: 29 maio 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). *Movimento: Revista da União Nacional dos Estudantes*. Disponível em: <<http://uneblog.cdne.com.br/publicacoes/?s=&publicacao=revistas>>. Acesso em: 28 set. 2020.

UNITED NATIONS. *International Classification of Activities for Time Use Statistics 2016 (ICATUS 2016)*, v. 3, March, 2017. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/time-use/icatus-2016/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

UNITED NATIONS STATISTICAL COMMISSION (UNSC). *Statistics Division*. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/statcom/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer*. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/biblioteca/defesas>>. Acesso em: 07 set. 2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. *Declaração de direitos do homem e do cidadão - 1789*. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 12 out. 2020.

VARGHA, Lili; GÁL, Róbert Iván; CROSBY-NAGY, Michelle. Household production and consumption over the lifecycle: National Time Transfer Accounts in 14 European countries. *Demographic Research*, v. 36, n. March, p. 905-944, 2017. Disponível em: <<http://www.demographic-research.org/volumes/vol36/32/>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

VEIGA NETO, Alfredo. Olhares. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 23-38.

VIANA, Iara Félix. *Mulheres Negras e Baile Funk: sexualidade, violência e lazer*. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

VICENTE, Teresa Aracena. *As mulheres e seus tempos: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde*. 2018. 247 f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina da USP, São Paulo, 2018.

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- ✓ Apresentação geral da pesquisadora, da pesquisa e dos objetivos da entrevista;
- ✓ Solicitação de autorização para gravar;
- ✓ Solicitação de assinatura do Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido;
- ✓ Indicação de um pseudônimo que remeta a uma mulher que a inspira no Movimento Feminista.

Questões:

1. Inicialmente gostaria que você se apresentasse: quem é a (nome da entrevistada)?
2. Fale sobre sua militância em relação aos direitos das mulheres.
3. Qual o papel dos movimentos sociais na atual conjuntura?
4. E dos movimentos de defesa de direitos das mulheres?
5. Por que e como surgiu a (AMB; MMM; UBM; SMTR/CONTAG; CUT; UNE – mulheres)?
6. Você pode elencar os temas que compõem, hoje, a agenda da (AMB; MMM; UBM; SMTR/CONTAG; CUT; UNE – mulheres)?
7. Essas pautas têm sido modificadas nos últimos tempos? Em que sentido?
8. Quando os Movimentos de Mulheres reivindicam divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com pessoas da família, ou mesmo redução da jornada de trabalho, estão também demandando mais tempo livre? Para que seria este tempo?
9. O lazer está na pauta da (AMB; MMM; UBM; SMTR/CONTAG; CUT; UNE – mulheres)? De que maneira? Qual o entendimento de lazer?
10. Quais os motivos que colocam o lazer nessa posição na pauta do movimento?
11. Analisando o material das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, identifiquei diversas atividades lúdicas e momentos de lazer, durante as ações e nos intervalos, no entanto, o lazer raramente aparece nas resoluções. Por que isso ocorre, na sua opinião?
12. Nas palestras das Conferências Nacionais, identifiquei falas que abordam a dificuldade das mulheres para vivenciar o lazer. Quais seriam essas dificuldades? (Se a entrevistada não mencionar, perguntar: a maternidade interfere? E a realização profissional?) Há lutas do movimento para mudar esse cenário? Quais?
13. Os homens enfrentam essas mesmas dificuldades? Por quê?
14. Entre as mulheres a dificuldade é a mesma, ou varia, em razão de aspectos, tais como classe, raça e escolaridade?

15. O que você entende que seria necessário para que as mulheres conciliassem trabalho remunerado, doméstico, cuidados, estudos e lazer?
16. Você já tinha pensado sobre essa questão antes dessa nossa conversa?

Lembretes para as questões por movimento:

- ✓ UBM – O estatuto da UBM prevê, entre os objetivos, a luta por diversos direitos, entre eles, o lazer. Há alguma articulação de luta por esse direito? (Modificar pergunta 8).
- ✓ AMB e MMM – Analisando o material da (AMB/MMM), identifiquei diversas atividades lúdicas e momentos de lazer nos eventos e ações, no entanto, o lazer não aparece nas pautas. Por que isso ocorre, na sua opinião?
- ✓ UNE – Olhando o histórico da UNE, percebe-se um crescimento significativo de mulheres na presidência na última década. A que você atribuiu este fato? Qual o efeito disto na atuação da entidade?
- ✓ A Une desenvolve diversas ações lúdicas e atividades culturais e de lazer, prevendo, inclusive, a cultura e o esporte entre suas finalidades. Esse viés de atuação/ação tem relação com as pautas do movimento?
- ✓ SMTR/CONTAG – O Canto das Margaridas fala no direito à paz e ao prazer. Como é a questão deste direito ao prazer? Em algumas pautas da CONTAG e, mais especificamente, da Marcha das Margaridas, o lazer é mencionado como um direito pouco acessível às pessoas que vivem no meio rural. Como você analisa esta questão em relação às mulheres rurais? Quais as lutas do movimento para mudar este cenário em relação às mulheres e ao lazer?
- ✓ CUT – As resoluções das plenárias nacionais da CUT vêm mencionando o direito ao lazer, no entanto, identifiquei-o relacionado às mulheres, apenas em 2014. A que você atribui essa lacuna? O que você entende que seria necessário para que as mulheres trabalhadoras conciliassem trabalho remunerado, doméstico, cuidados, estudos e lazer?
- ✓ Em caso de necessidade, será solicitado às entrevistadas que detalhem ou falem mais a respeito de determinados pontos que se mostrarem relevantes para o estudo em questão.